

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**RENATA FERREIRA DE OLIVEIRA**

**ÍNDIOS PANELEIROS NO PLANALTO DA CONQUISTA: DO  
MASSACRE E O (QUASE) EXTERMÍNIO AOS DIAS ATUAIS**

Salvador, setembro de 2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**RENATA FERREIRA DE OLIVEIRA**

**ÍNDIOS PANELEIROS DO PLANALTO DA CONQUISTA: DO  
MASSACRE E O (QUASE) EXTERMÍNIO AOS DIAS ATUAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História.

Orientadora: Dr<sup>a</sup> Maria Hilda Baqueiro Paraíso

**Salvador, setembro de 2012**

---

O482 Oliveira, Renata Ferreira de  
Índios paneleiros do planalto da conquista: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais / Renata Ferreira de Oliveira. – Salvador, 2012.  
221 f.: il.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Hilda Baqueiro Paraíso  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

1. Índios – Bahia – Batalhas. 2. Índios – Bahia – História. 3. Identidade.  
4. Memória. Paraíso, Maria Hilda Baqueiro. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 980.1

---



PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO Renata Ferreira de Oliveira		MATRÍCULA 210115248	NÍVEL DO CURSO Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO ÍNDIOS PANELEIROS NO PLANALTO DA CONQUISTA: DO MASSACRE AO (QUASE) EXTERMÍNIO AOS DIAS ATUAIS			
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF	
Maria Hilda Baqueiro Paraiso	<i>Maria Hilda Baqueiro Paraiso</i>	125.613.985-87	
Antônio Luigi Negro	<i>Antônio Luigi Negro</i>	94.1153.207-10	
Francisco Eduardo Torres Cancela	<i>Francisco Eduardo Torres Cancela</i>	007.935.955-84	

ATA

Aos 27 dias do mês de setembro do ano de 2012, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Renata Ferreira de Oliveira, mestranda do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora Maria Hilda Baqueiro Paraiso, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra a autora, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas da examinanda. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu *pelo aprovação* a aluna. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

*A dissertação atende a contento todas as exigências acadêmicas para sua aprovação.*

SSA, 27/09/2012: Assinatura do aluno: *Renata Ferreira de Oliveira*

SSA, 27/09/2012: Assinatura do orientador: *Maria Hilda Baqueiro Paraiso*

**BANCA EXAMINADORA**

**Dr<sup>a</sup> Maria Hilda Baqueiro Paraíso – Orientadora**  
**Universidade Federal da Bahia**

**Dr. Antônio Luigi Negro**  
**Universidade Federal da Bahia**

**Dr. Francisco Eduardo Torres Cancela**  
**Universidade do Estado da Bahia**

*Às mulheres da minha família,  
autênticas guerreiras.*

## AGRADECIMENTOS

“Vosso amigo é a vossa necessidade satisfeita. Ele é vosso campo que semeais com amor e ceifais dando graças. E ele é vossa mesa e vossa lareira. Pois a ele vos achegais com fome, e nele procurais a paz.” (Khalil Gibran)

Este pequeno espaço eu quero dedicar a todos os meus amigos. Serei injusta ao listar apenas alguns, mas sou imensamente feliz em poder registrar o quanto a amizade me acompanhou nesse trabalho, pois, sem ela, a sua concretização não seria possível. Aqui, partilho com todos vocês o fruto de um sonho que se tornou possível somente porque fui guiada pelo caminho da amizade.

Nesse caminho, a primeira pessoa que abriu seus braços e me ofereceu, para além do seu saber, o carinho da sua amizade, foi a minha orientadora, Dr<sup>a</sup> Maria Hilda Baqueiro Paraíso. A ela sou imensamente grata.

Sou expressamente grata a todos os depoentes. Em especial, agradeço a Seu Jês, que, com a sua excelente memória, proporcionou-me momentos de incrível encontro com a história dos indígenas da Batalha. A Seu Caçula, pela resistência em manter suas lembranças vivas. A Dona Alriza, por me mostrar muitas vezes como ensinou a suas filhas a arte de fazer panelas. A Hormínio (in memoriam), que estava sempre disposto a partilhar a sua história de vida. À sua esposa, Dona Maria, por ter-me acolhido tão bem em sua residência e por ter-se tornado uma grande amiga. A Maria Elza, pela garra com a qual defende seu povo e por ter sido a primeira a abrir para mim as portas da sua comunidade. A Gilvandro, por representar o desejo de manter a identidade indígena, pela disposição em me acompanhar nas muitas idas à comunidade e por partilhar a sua belíssima arte no barro.

Sou imensamente grata à CPT – Comissão Pastoral da Terra, por me apresentar as comunidades tradicionais do sertão, por ter-me proporcionado uma sensibilidade em relação a esses povos, e pelo conhecimento profundo que adquiri enquanto atuei na Comissão.

Ao longo desse caminho percorrido, encontrei pessoas que suavizaram o peso do caminhar. Na Pós-Graduação da UFBA, elas são representadas pelos amigos Carla Côrte, com quem tenho construído uma bonita amizade, Elisa Moura e Cleiton, por todo o carinho e cuidado comigo, Rafael Sancho, por estar sempre disposto a ajudar, José Pereira (Zezinho), pela amizade e carinho, Kelly Prado, pela partilha de sonhos e angústias. Pelos amigos do doutorado, Pedro Abelardo, André e Denilson.

Ao professor Drº Dilton Araújo, pelo imenso carinho e companheirismo e por abrir para mim as portas do seu saber.

Em Vitória da Conquista, sou grata ao professor Adilson Amorim, por me incentivar a seguir adiante com o meu projeto; ao professor Roque Felipe, por mostrar-se sempre disposto a ajudar; à professora Grazielle Novato (Gal), por ter acreditado em mim, mas sobretudo ter-me oferecido a sua sincera amizade; ao professor Washington Nascimento, pelos incentivos quando a pesquisa era apenas um sonho.

Acredito que a amizade é semelhante a um acorde onde as notas se juntam para terem sentido. Nos acordes de minha vida, uma dessas notas é representada pela amiga Idelma Novais. A ela sou expressamente grata por ter-me incentivado desde o começo, por ter compartilhado comigo textos e documentos e, sobretudo, por oferecer sua amizade em momentos difíceis. Outra nota do meu acorde é representada por Karine Porto, uma grande amiga, com quem partilhei esse sonho.

Aos amigos Flávio Passos e seus filhos, Pe. José Vasconcelos, Everaldo Rocha, Edison Rodrigues e Maria Amélia Cap, Maria do Alívio, Vanderlucy Barreto, Darticléia Amaral, Drico Oliveira, Sandro Sousa, Tânia Almeida, Eliane Vale, Martha Nogueira, Kamilla Dantas, Poliana Gonçalves, Anísia uto. Cada um foi especial de uma forma. A vocês, o meu muito obrigada.

Sou muito grata aos amigos de longa data, Afonso Silvestre e João Omar que, por meio da arte, tentam dar visibilidade à memória indígena em Vitória da Conquista.

Sou grata às funcionárias do Arquivo Municipal de Vitória da Conquista; aos funcionários do Museu Regional; aos funcionários do Arquivo do Fórum João Mangabeira, de Vitória da Conquista. Aos funcionários do Arquivo Público da Bahia. Agradeço ainda à ONG Carreiro de Tropa, nas pessoas de Maris Stela e Saulo Moreno, por compartilharem o arquivo de vocês. Ao professor e advogado Ruy Medeiros, por abrir a sua biblioteca para que eu pudesse pesquisar e por disponibilizar cópias de textos seus. A Jacson Oliveira, pela confecção dos mapas.

Um agradecimento especial à banca de qualificação, Drª Lina Aras e Drº Jeferson Bacelar, por suas contribuições valiosas, que, na medida do possível, foram incorporadas a este trabalho.

Agradeço à banca examinadora, Drº Antônio Luigi Negro (Gino) e Drº Francisco Cancela (Chico).

Agradeço aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA e

também à CAPES, pelo apoio concedido ao longo do curso.

Por fim, sou profundamente agradecida aos meus familiares, aos quais dedico essa conquista. Em especial, agradeço à minha mãe, Ivani, que, como boa sertaneja que é, lutou e educou seus três filhos; aos meus irmãos Ivanete e Glaziano; e ao meu pai João Francisco. A vocês eu quero dizer que é na doçura da amizade, do aconchego de casa que há o partilhar do riso e dos prazeres, pois no orvalho das coisas pequenas o coração encontra seu amanhecer e sente-se refrescado.

## RESUMO

Esta dissertação trata dos discursos e narrativas sobre o processo de colonização do Planalto da Conquista, na Bahia, ocorrido entre as décadas finais do século XVIII e as primeiras do século XIX. Utiliza, para isso, além de inúmeros outros documentos, os escritos de memorialistas, os relatos de jornais do século XX e os textos literários presentes nessa imprensa que, ao longo do tempo, reproduziu os mitos fundamentais relativos a essa fase. O ícone maior desse processo é o Capitão-mor João Gonçalves da Costa, a quem foi atribuída enorme bravura quando da sua labuta para conquistar a terra e efetivar o domínio sobre os índios que nela viviam. A região da Batalha, palco de uma suposta grande guerra entre os Mongoyós e as tropas do Capitão-mor, localiza-se a oito quilômetros de Vitória da Conquista, no distrito rural de José Gonçalves. Em decorrência da memória estabelecida a partir da conquista, fortalecida pela narrativa heroica de Maximiliano de Wied-Neuwied, os escritos sobre a história de Vitória da Conquista atribuíram existência histórica apenas aos colonizadores e estabeleceram a percepção de que os grupos indígenas haviam sido exterminados na batalha sangrenta e definitiva. Contrapondo-se às narrativas presentes nessas fontes, verdadeiros elogios à colonização, constituiu-se uma memória dos descendentes dos indígenas da mítica batalha, em grande medida submersa ao longo do tempo, mas que também reinterpreta e reconstrói o seu passado histórico. Essa memória mantém pontos de confluência com a memória dominante, mas também faz emergir aspectos discordantes, sobretudo nas suas afirmações sobre a trajetória da posse da terra, por eles quase perdida nos dois últimos séculos, e na afirmação da sua própria continuidade histórica enquanto grupo humano que, contrariando as verdades estabelecidas, seguiu o seu caminho na história, mantendo ou recriando suas condições de existência material e espiritual enquanto grupo indígena na região.

**PALAVRAS-CHAVE:** Batalha; Identidade; Índios; Memória.

## ABSTRACT

This dissertation deals with the discourses and narratives about the colonization process of *Planalto da Conquista*, in Bahia, which occurred between the final decades of the eighteenth century and early nineteenth century. To accomplish this, it makes use, besides numerous other documents, of the traditional writings, of newspaper reports from the twentieth century and of literary texts present in this same press release that, over time, reproduced the fundamental myths regarding this phase. The greatest icon of this process is the Capitán General João Gonçalves da Costa, to whom enormous bravery was attributed because of his effort to conquer the land and to domain the Indians who inhabited it. The region of *Batalha*, scene of an alleged major war between the Mongoyós and the troops of the Captain General, is located eight kilometers from Vitória da Conquista, in the rural district of José Gonçalves. Due to the memory established since the Conquer, strengthened by the heroic narrative of Maximilian of Wied-Neuwied, the writings on Vitória da Conquista's history attributed historical existence solely to the conquerors and established the perception that indigenous groups had been exterminated in the bloody and definitive battle. In contrast to the narratives present in these sources, which make genuine compliments to colonization, there is the memory of the indigenous descendants of the mythical battle, largely submerged over time, but that also reinterprets and reconstructs its historic past. It has points of confluence with the dominant memory, but also brings out conflicting aspects, particularly in its assertions about the history of land ownership, which they nearly lost in the last two centuries, and in the assertion of their own historical continuity as a human group that, contradicting the established truths, made its way in history, maintaining or recreating its material and spiritual conditions of existence as an indigenous group in the region.

**KEY-WORDS:** *Batalha*; Identity; Indians; Memory.

## SUMÁRIO

Introdução.....	14
<b>Capítulo I</b>	
<b>O Alvorecer do Sertão da Ressaca: Índios e Sertanistas em Cena .....</b>	<b>29</b>
O projeto colonizador.....	31
Os Sertanistas chegam ao Sertão da Ressaca.....	33
Localizando o Sertão da Ressaca.....	41
O teatro da conquista das aldeias Mongoyó.....	48
“Limpando a bugrada” do Sertão da Ressaca: os aldeamentos do Rio Pardo e a política de civilização do índio.....	57
Aldeando Índios .....	62
O destino dos índios civilizados do Sertão da Ressaca .....	69
Reflexões iniciais sobre o mito de fundação .....	72
<b>Capítulo II</b>	
<b>Memórias Contrapostas: a construção da narrativa dominante sobre a história da cidade de Vitória da Conquista .....</b>	<b>75</b>
Discursos e Imagens: a história protagonista escrita .....	82
A “boa” imagem da história de Vitória da Conquista nos escritos do século XX .....	88
Os embates no campo da memória .....	103
“Os donos” da terra: núcleos familiares e o mando político.....	107
Os jornais a serviço da política local .....	110
E mais uma vez a memória hegemônica se refez .....	
<b>Capítulo III</b>	
<b>O Contraponto Indígena .....</b>	<b>123</b>
Guerra e Memória .....	123
Terra e Memória.....	131
Identidade e Memória .....	155
O lugar do índio .....	174
Considerações finais.....	178
Fontes documentais.....	183
Referências Bibliográficas .....	192
Anexos .....	201

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa nº 1 - Bacias Hidrográfica percorridas por João da Silva Guimarães

Mapa nº 2 – Sertão da Ressaca (Século XIX)

Mapa nº 3 – Localização aproximada de algumas fazendas da família Gonçalves da Costa

Mapa nº 4 – Localização aproximada do aldeamento do funil do Rio das Contas (finais do século XVIII)

Mapa nº 5 – Roteiro de João Gonçalves da Costa (finais do século XVIII)

Mapa nº 6 – Aldeamentos do Sul da Bahia (século XIX)

Mapa nº 7 – Bahia com destaque para a região da Batalha

Mapa nº 8 – Região da Batalha

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

APEB – Arquivo público do Estado da Bahia

AMVC – Arquivo Municipal de Vitória da Conquista

APVC – Arquivo da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

AMR – Arquivo do Museu Regional da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

AFJM – Arquivo do Fórum João Mangabeira de Vitória da Conquista

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CEB'S – Comunidades Eclesiais de Base

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura da capa e contracapa – índios botocudos de cerâmica (foto de Dôra Araujo)

Figura nº 1 – João Gonçalves da Costa (quadro de Orlando Celino)

Figura nº 2 - Rua Grande (hoje Praça Tancredo Neves) na ocasião da construção da Igreja

Matriz de Nossa Senhora das Vitórias

Figura nº 3 – Jardim das Borboletas

Figura nº 4 – Monumento aos Bandeirantes

Figura nº 5 – Brasão

Figura nº 6 – Monumento ao índio

Figura nº 7 – Palmeira em homenagem aos Ymboré Mongoyó

Figura nº 8 – Cemitério da Batalha

Figura nº 9 – Cemitério da Batalha

Figura nº 10 – Foto de Dona Alriza

Figura nº 11 – Foto de Seu Jesulino com o bodoque

Figura nº 12 – Foto de Santo Antônio

Figura nº 13 – Foto da panela de barro

## INTRODUÇÃO

*“Eu nunca em minha vida imaginei que um dia pudesse ter alguém interessado em saber de minha história, e agora você está procurando [...] que ninguém esperava, eu mesmo num esperava por nada, de um dia ser ouvido por uma pessoa procurando saber de meus ancestrais. Essa descendência moderna, me procurando, para eu falar o que eu vi naquele tempo, dessas coisas que a gente tinha, que perdeu.”<sup>1</sup>*

No interior baiano, precisamente na região historicamente denominada Sertão da Ressaca, há um povo que mesmo sem saber exatamente a que grupo nativo pertenceram os seus antepassados, decidiu se organizar a partir da (re)construção de sua consciência étnica como indígenas. Em um passado não tão distante, crianças que moravam nesse lugar estavam brincando na serra quando encontraram pedaços de utensílios dos índios que há muito tempo habitaram aquele lugar. Dos vestígios que os antigos deixaram, as mulheres decidiram aprender a fazer peças artesanais de barro e incorporá-las à sua vida cotidiana. A terra vermelha, ao tingir as panelas de cerâmica então produzidas, era vista como “o sangue dos antepassados”, derramado em demasia quando a “civilização” chegou próxima ao mundo indígena. Ao passo que a partilha da aprendizagem da arte trazia a lembrança das aldeias, unidas para sobreviver à dor imposta por homens vindos de longe e que chegavam para guerrear, para conquistar.

O passado nesse lugar do sertão é desenhado por marcas e raízes profundamente indígenas, reveladas nas rodas de conversas com os idosos em torno do fogo. Elas exaltam os valentes guerreiros, os caboclos da tribo, aqueles que levavam no peito, na lança e na flecha a certeza de que seu povo continuaria e seguiria resistindo naquele pedaço de chão que outrora fora pisoteado pelas botas do caçador que estava em busca, não de animais, mas de índios.

E foi assim, na longa jornada da conquista promovida pelo invasor, nas marchas rumo às guerras, que resistiu encravado na serra um lugar chamado Batalha, um lugar de índios.

Quando a guerra dos brancos chegou para os índios do Planalto da Conquista não havia muitos caminhos a seguir. Os mais comuns eram dois: ou a resistência ou a aliança. Essa última, muitas vezes, era a arma de sobrevivência para os nativos, ao passo que, para os invasores era o meio de dominar as populações indígenas.

---

<sup>1</sup> Depoimento de Adelino Rodrigues de Oliveira concedido a Renata Ferreira de Oliveira em julho de 2009.

O Sertão da Ressaca foi um lugar de refúgio onde etnias indígenas puderam sobreviver. Em fins do século XVIII, o canto do pássaro agourento prenunciava um tempo nefário que chegaria com a poeira das tropas, com o barulho das clávenas e com os latidos dos cães. Era o tempo da luta sangrenta. Os contatos entre brancos e índios aconteceriam com muita rapidez e os combates eram inevitáveis. E eles chegaram. Cruentos e traiçoeiros foram, pouco a pouco, causando às sociedades indígenas a transformação das suas estruturas sócio-políticas e econômicas.

Os kurukas eram capturados, as mulheres caçadas a “dente de cachorro” e os homens obrigados a trabalhar pesadamente na derrubada de suas matas, na abertura de estradas.<sup>2</sup> Logo mais, kurukas, mulheres e homens seriam levados para longe de seu território, confinados em aldeamentos, dividindo o mesmo espaço com seus inimigos nativos

Essa nova realidade era difícil para os índios que eram obrigados a abandonar os territórios, os túmulos dos seus antepassados, os lugares de festas e orações para recomeçarem em terras estranhas, com homens e costumes estranhos. Não houve muita saída para os nativos. Eles foram levados, aldearam-se e recomeçaram. Mas, para alguns, a saudade das terras dos antepassados era forte demais para ser abandonada. Impulsionados por um desejo que varava os seus corações, tal como a flecha quando atirada em um animal, alguns, em algum momento, decidiram voltar. Voltaram e recomeçaram a comunidade nesse lugar do sertão chamado Batalha.

A Batalha não era mais a mesma, os índios também não. Ela havia sido ocupada por gente branca, por gado e por roças. Eles agora estavam misturados, miscigenados, inseridos em uma cultura alheia à de seus antepassados. Mas isso não importava, o que de fato contava para os índios era estar no lugar onde os guerreiros tombaram em luta, onde os espíritos apareciam na mata, onde os caboclos da tribo vinham à noite para conversar e aconselhar.

Mas a violência pelas guerras não cessava. Para a sociedade que nascia, o único índio bom era o morto ou o civilizado. Não se admitia índios “errantes” nas matas. Por isso, pouco a pouco, os costumes dos antepassados ficavam distantes, esquecidos. A separação dos parentes que permaneciam nos aldeamentos ou que “desapareceram” dentro da sociedade nascente, também causaram inúmeras perdas para os índios, principalmente no processo de reelaboração das suas identidades.

Tal como um cacto, que nesses sertões brota sobre as pedras, a lembrança dos índios insistia em resistir. E foi assim que esse povo, nesse lugar, juntando os fragmentos de um passado estilhaçado, reconstituiu uma memória indígena que hoje é patrimônio do grupo.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Kuruka quer dizer criança indígena na língua dos Gren/Botocudos.

<sup>3</sup> O conjunto de depoimentos colhidos entre os anos de 2009 e 2010 compõem o arquivo que denominei de

Em algum momento do ano de 2005, essa região foi caracterizada por agentes políticos externos, da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, como uma comunidade quilombola. Para o reconhecimento, levou-se em consideração apenas a miscigenação com as comunidades negras da vizinhança. No entanto, foi a identidade indígena o principal suporte para isso. Vejamos:

O Sr. Jesulino Rodrigues de Oliveira, 82 anos, nascido e criado no povoado, narra que seus pais foram nascidos e criados no Ribeirão do Paneleiro e que seus bisavós eram índios. Grande parte desses habitantes originais da região foram mortos no massacre do povoado de Batalha, hoje chamado território de Ribeirão do Paneleiro, onde foi iniciado o genocídio contra esses povos na região de Vitória da Conquista. Os índios ocupavam toda a região, viviam espalhados e se concentravam em localidades como Mandacaru, Morro Verde, Ricoluta, Poço Escuro e Batalha. Batalha tinha este nome por agrupar um grupo maior de indígenas. Ribeirão do Paneleiro, que também concentrava muitos habitantes, recebeu este nome porque existiam vários córregos na região, que era produtora de panelas de barro.<sup>4</sup>

O documento segue descrevendo as tradições ainda preservadas nos grupos e como a miscigenação contribuiu para a recomposição identitária dessas comunidades. “O Sr. Jesulino Rodrigues de Oliveira diz que muitos escravos fugidos acabaram se casando com os índios, gerando assim as novas gerações miscigenadas”.<sup>5</sup> O território foi reconhecido em 2006, pela Fundação Palmares, sendo emitida e entregue a carta de autorreconhecimento.

Esta pesquisa, em nenhum momento desconsidera a miscigenação entre negros e índios durante todo o período histórico trabalhado, mas reconhece a presença da memória e da identidade indígenas da Batalha, por serem traços bastante fortes e presentes no grupo, embora tão alheios à sociedade conquistense.

## **Descobrimo o grupo**

Eu era agente social da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Vitória da Conquista desde o ano de 2004. Antes, porém, havia migrado da minha pequena cidade às margens do Rio Pardo, Cândido Sales, situada na divisa dos Estados da Bahia e de Minas

---

Memórias da Batalha.

4 Declaração das comunidades de Ribeirão do Paneleiro e Batalha. Arquivo do Núcleo de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. 10 de Abril de 2006 e Certidão de autorreconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares. Brasília, 11 de julho de 2006. Arquivo da Associação dos Pequenos Produtores de Batalha, Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Arroz.

5 Idem.

Gerais para Conquista. Quando criança, minha avó materna “cansava” de contar histórias de índios, de uma sua avó capturada “a dente de cachorro” no Rio Pardo. Essas histórias marcaram, de alguma forma, a minha trajetória, mas elas voltariam com força quando eu conheci o povo da Batalha. E foi como agente da CPT que cheguei à região. Melhor dizendo, que ela chegou até mim.

Era o ano de 2005 quando Maria Elza, liderança da comunidade da Batalha, entrou pela porta do escritório da CPT para denunciar uns fazendeiros que haviam tomado a rede de água da sua comunidade. Fiz a ela algumas perguntas, anotei a denúncia, que saiu publicada no caderno de conflitos da CPT Nacional, e ela convidou-me a conhecer a sua comunidade, denominada Ribeirão dos Painheiros, na Batalha, localizada a oito quilômetros de Vitória da Conquista, pertencente ao distrito de José Gonçalves. Os topônimos despertaram em mim curiosidades e ela me disse que foram assim denominados por causa da história dos índios, seus antepassados.

Já conhecia, por ouvir dizer, a mítica história de Vitória da Conquista, pois seus habitantes costumam contar aos que chegam a história do massacre indígena ocorrido na Praça Tancredo Neves entre os fins do século XVIII e inícios do XIX. Decidi, depois de conhecer Maria Elza, estudar um pouco mais essa história. A primeira leitura que fiz foi do livro de Mozart Tanajura, *História de Conquista: Crônicas de uma Cidade*.<sup>6</sup>

Não vou aqui expor essa obra, mas quero salientar que ela foi importante para as minhas descobertas futuras. E foi a partir dessa leitura que percebi um curioso detalhe da história de Conquista: o suposto desaparecimento dos índios do Planalto. Passei então a me perguntar: como poderiam ter sumido se conheci uma descendente que habita essa região histórica? Essa inquietação conduziu-me à longa jornada.

Quando eu, juntamente com padre Vasco da CPT, estava descendendo a ladeira da Batalha, e encontrei em sentido contrário, Maria de Lurdes, conhecida como Lurdinha, ouvi o padre dizer algo mais ou menos assim: “Ô gente! Olha a indiazinha!” As palavras do padre muito me animaram, pois eu estava no caminho certo, mas eu nem sonhava com o que iria descobrir e encontrar a partir daquele dia. Esta dissertação é o resultado dessa descoberta.

---

6 TANAJURA, Mozart. História de Conquista: Crônica de uma cidade. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 1992.

## Redescobrimo a história

Correu de boca em boca entre as gerações e os mais idosos sabem que o curioso nome da Cidade de Vitória da Conquista está ligado à conquista imposta aos índios por João Gonçalves da Costa, os Pataxó, Mongoyó e Ymboré, que se abrigavam na região da Ressaca, entre o Rio Pardo e o Rio de Contas. Dos confrontos entre índios e brancos nasceram as narrativas míticas que povoaram a história da Cidade, inspiraram cantadores, poetas e pintores, imortalizaram os colonizadores e obscureceram a história das etnias indígenas.

A colonização do Sertão da Ressaca resultou na redução das terras indígenas e na desestruturação das comunidades então existentes. Embora o domínio sobre o nativo tenha sido efetivado, inúmeros foram os conflitos e diversos os meios de resistência desenvolvidos pelos povos subjugados. Comunidades como as da Batalha são exemplos vivos a exporem as várias faces da resistência ante a expansão colonizadora.<sup>7</sup>

Por muito tempo, a bibliografia sobre a história do município atribuiu importância histórica apenas aos colonizadores, enfatizando a noção de que ocorreu o extermínio dos povos indígenas. Sobre a conquista e a colonização dessa região, as obras de Viana, Torres e Tanajura partilham a concepção de que a história de Conquista foi marcada não só pela derrota, mas pelo desaparecimento posterior dos índios.<sup>8</sup>

O cenário da conquista, descrito nestas obras, foi o da violência, da imposição da cultura do colonizador, do aldeamento dos índios sobreviventes, da imposição aos diversos grupos, muitas vezes inimigos, a conviverem entre si, em um sistema de violação da sua cultura e da organização. Essa bibliografia nega a capacidade do índio de dirigir o seu destino, de atuar nos processos decisórios que, de acordo com Maria Hilda Baqueiro Paraíso, também permitira a negociação e/ou opção por sua inserção em aldeamentos, ou refúgios nas matas como forma de resistência.<sup>9</sup>

É como expressão de resistência que vejo a comunidade da Batalha, pois esse processo dá sentido à continuidade do grupo que busca a reelaboração da sua identidade

---

7 O Sertão da Ressaca é a região que vai do Rio das Contas ao Rio Pardo e, tem como núcleo central a cidade de Vitória da Conquista. Uma descrição mais detalhada da região pode ser encontrada no I capítulo dessa dissertação.

8 Ver: VIANA, Aníbal Lopes. *Revista Histórica de Conquista*. Vitória da Conquista. Brasil Artes Gráficas, v.1, 1982.

TORRES, Tranquilino. *O Município da Vitória*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 1996.

TANAJURA, Mozart. *História de Conquista: Crônica de uma cidade*. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 1992.

9 PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos de Ir e Vir e Caminhos sem Volta. Índios, Estradas e Rios no Sul da Bahia*. Dissertação de Mestrado, UFBA, 1982.

indígena, mesmo depois de um longo período silenciada. Isso me fez entender que muito do passado nativo sobreviveu nesse território. A história do grupo conseguiu sair do porão do esquecimento e chegar aos dias atuais. Por isso, esse é um trabalho que tem a memória como um grande pilar de sustentação.

Nessa perspectiva, entendo que a tradição oral da comunidade da Batalha é uma expressão marcante da sua percepção histórica. Sua narrativa, carregada de impressões do passado, constrói o futuro na esperança da preservação da memória presente. A rede de transmissão oral dessa região é permeada pela história do lugar onde eles habitam, sempre relacionada à trajetória da colonização de Vitória da Conquista. Trazer essa narrativa para o presente, sob a forma escrita, permite a valorização, o conhecimento e a preservação da memória de um grupo que nunca teve oportunidade de ter seus registros escritos.

Por esse motivo, esta pesquisa muito se identifica com a perspectiva da história social, na medida em que essa vertente historiográfica amplia as possibilidades interpretativas referentes à trajetória de grupos sociais, ou seja, daqueles que Edward Palmer Thompson denominou como “os de baixo”.

A partir daí, torna-se perceptível que, ao se voltarem para a história da gente comum, os historiadores podem melhor interpretar os significados da condição humana em seus ambientes, verificar a pluralidade dos elementos simbólicos, atribuindo-lhes sentido a partir de contextos integrados (local, regional, nacional e global), em uma dinâmica composta por um sistema amplo de conhecimento.<sup>10</sup>

Para Eric Hobsbawm, “ao rememorar a história de gente comum, não estamos meramente tentando conferir-lhe um significado político retrospectivo que nem sempre teve; estamos tentando, mais genericamente, explorar uma dimensão desconhecida do passado”. Nessa perspectiva, a história social aproxima os historiadores das demais ciências sociais, com destaque para a sociologia e a antropologia social.<sup>11</sup>

É nesse rumo que a historiografia dos povos indígenas brasileiros vem granjeando métodos de abordagem que se contrapõem aos tradicionais que, por muito tempo, primaram pela narrativa do bandeirantismo e relegaram ao indígena um papel coadjuvante na formação do Brasil.

John Manuel Monteiro, em sua obra *Negros da Terra*, desconstrói esse preceito.<sup>12</sup> Nesse livro, Monteiro redimensiona o papel do índio na formação de São Paulo, além de

---

10 HOBBSAWM, Erick John. *Sobre História*. Cia das Letras. 1998. p.216 .

11 Idem. 219.

12 MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. Cia das Letras.1995.

introduzir no campo de debates a realidade da utilização da mão-de-obra nativa no sistema de escravidão por um longo período ao invés, de como é apontada pela historiografia vigente, como um processo ocorrido somente durante as primeiras décadas da colonização, sendo logo substituída pelo africano escravizado.<sup>13</sup>

A autora Manuela Carneiro da Cunha destaca-se, no contexto da historiografia indígena, sobretudo por condensar um vasto estudo acerca das populações nativas da Amazônia, a partir da desconstrução do pensamento de Varnhagen<sup>14</sup>, que partia do pressuposto de que tais povos pertenciam à infância da humanidade e não lhes cabia história própria, mas apenas etnografia.<sup>15</sup>

Em *Antropologia do Brasil*, Cunha, além de fazer uma interpretação de documentos que versam sobre a escravidão no Brasil Império, destacando a discussão em torno dos costumes e leis positivistas relacionadas à alforria de escravos, traz um conceito muito valioso para essa pesquisa que é o de etnicidade. Tomo emprestado dessa obra, tanto esse termo quanto o relacionado aos sinais diacríticos, para ilustrar os aspectos correspondentes à composição da etnicidade do grupo da Batalha.<sup>16</sup>

Organizado por essa autora, o livro *História dos Índios no Brasil* condensa uma série de estudos sobre os povos indígenas. Além da coletânea de textos, o livro traz uma série de imagens e mapas das etnias espalhadas pelo Brasil. Nessa obra, Carneiro da Cunha escreveu um texto ilustrando as diversas possibilidades de estudo sobre os povos nativos, além de iniciar o delineamento dos princípios do que denominamos de história indígena.<sup>17</sup>

Um importante estudo sobre as populações nativas da colônia é o resultado da tese de doutorado de Maria Regina Celestino. A discussão levantada pela autora parte da noção de que teria havido uma adaptação indígena aos meios coloniais, desencadeada pelos contatos travados com os europeus e que se configurara tendo como pressuposto os objetivos e interesses ligados à dinâmica da organização social de cada povo nativo.

Além desse âmbito de discussão, a autora evidencia a noção de resistência indígena a partir da sua investigação dos contextos coloniais, tendo sido os aldeamentos as expressões mais concretas desse quadro, mas que serviram também, no caso indígena, como um espaço para a criação e remodelamento de suas identidades.<sup>18</sup>

---

13 Idem, p. 08

14 CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da. *Introdução ao Volume Especial Sobre História Indígena*. Revista de Antropologia, v. 30, 1991, p. 1-9.

15 Idem, p. 11

16 CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1986. pgs. 88-95

17 Cunha, Maria Manuela Ligeti Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

18 ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes Indígenas: Cultura e identidade nos aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 260

Sem dúvidas, a obra de Maria Hilda Baqueiro Paraíso configura-se como uma admirável construção da história indígena, sobretudo no sertão brasileiro.<sup>19</sup> A autora recupera a historiografia das populações nativas que habitaram a chamada Zona Tampão a partir da necessidade de refletir sobre os mecanismos de colonização e a resistência das diversas nações no âmbito do espaço geográfico compreendido entre a bacia do Rio de Contas, na Bahia, e do Rio Doce, no Espírito Santo.

A Zona Tampão é compreendida pela autora como resultante das necessidades oficiais portuguesas de configurar um ambiente específico às suas demandas. De acordo com Paraíso, essa região permaneceu interdita por cerca de cem anos, constituindo-se, ao mesmo tempo, em barreira ao acesso às zonas de mineração e refúgio de vários grupos indígenas.

Em sua pesquisa, Paraíso encontrou e apresentou uma vasta documentação, a partir da qual procurou contextualizar, histórica e socialmente, o produtor e seu produto, tentando superar a visão etnocêntrica, responsável pela distorção das informações. Assim, a autora procurou identificar os subsídios resultantes do norte científico predominante no momento da produção do documento, que conjectura as ideologias, projetos e valores constituídos como verdadeiros pelas camadas detentoras do poder.<sup>20</sup>

São complexas e diversas as tramas históricas que envolvem índios e não índios. Muitos são os estudos que as abordam. Foi por meio deles que eu pude entender um pouco melhor o processo da colonização. A partir de então, procurei considerar, em minha pesquisa, o universo dos recursos utilizados e fomentados pelo conquistador.

Dentre eles, a desestruturação das aldeias a partir dos deslocamentos, as epidemias e o trabalho forçado funcionaram como fatores para o processo de colonização.<sup>21</sup> Todavia, não posso deixar de evidenciar as alianças com indígenas e o fomento das guerras intestinas, fundamentais para a concretização da conquista colonial.<sup>22</sup>

Para a discussão sobre história e memória reunidas neste estudo, inspirei-me no texto de Margarida de Souza Neves, *Os Jogos da Memória*. A autora traz uma interessante discussão acerca da temporalidade na imbricada relação da história com a memória. Para ela, é importante dimensionar as temporalidades existentes em memória e história, assim como ter em vista que a memória é estruturada em determinados contextos históricos e não aleatoriamente.<sup>23</sup>

---

19 PARAÍSO, *O tempo da Dor e do Trabalho: a Conquista dos Territórios Indígenas nos Sertões do Leste*. Tese de Doutorado. USP.1998.

20 Idem, p. 11

21 PARAÍSO, M. H. B. 1984, op. cit. p. 108

22 Noção bem salientada no trabalho de John Monteiro. Ver: MONTEIRO, J. M. 1995 op. cit. p.26

23 NEVES, Margarida de Souza. *Os Jogos da Memória*. In: MATOS, Ilmar Rohloff de (Org.) *Ler e escrever para Contar: Documentação, Historiografia e Formação do Historiador*. Rio de Janeiro. 1998.

Por esse motivo, o historiador pode ser considerado um arquiteto de memórias, na medida em que a interliga no espaço e no tempo. Nesse sentido, as contribuições de Jacques Le Goff são imprescindíveis para entender as multiplicidades de formas para abordar a memória, mas, sobretudo, quando ela é vista como propriedade de conservar certas informações que remete o historiador, “em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou a que ele representa como passada.”<sup>24</sup>

Aproveito ainda as contribuições Gwyn Prins que, no seu texto sobre História Oral, expõe as fragilidades, mas também as potencialidades do uso da oralidade na escrita da História. Para o autor, “a força da história oral é a força de qualquer história metodologicamente competente.”<sup>25</sup> Assim, entendo que, ao trabalhar com oralidade e memória, é necessário considerar que essas devem ser estudadas como fontes históricas exigindo a elaboração de uma crítica resultante do cruzamento das reminiscências com o teor de outros documentos históricos.

É nessa direção que os estudos de Janaína Amado e Marieta Moraes são aqui aproveitados. Para as autoras, é interdependência o que existe entre prática, metodologia e teoria produtora do conhecimento histórico. A teoria oferece os meios que subsidiam o conhecimento, embasando e conduzindo as pesquisas históricas, inclusive aquelas que trabalham com fontes orais.<sup>26</sup>

A oralidade é um forte instrumento para garantir a visibilidade e possibilitar a resistência dos grupos sociais inferiorizados. Quando a privilegamos, estamos inevitavelmente ressaltando “a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à memória oficial.” É com base nessa concepção de Michel Pollak que compreendemos o papel exercido pela memória dos habitantes da Batalha que, sendo subterrâneas, “prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afluem em momentos de crise.”<sup>27</sup>

Quando se colocam em disputas, as narrativas formam um organismo peculiar a partir das interrogações sobre a voz de um passado que chega ao presente, não apenas como mera exposição de determinado tempo histórico. É também um resgate de uma experiência de vida

---

24 LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas. Editora da UICAMP. 2003. p. 419

25 PRINS, Gwyn. *A História Oral*. In BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo, UNESP. 1992.p. 194

26 FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (Orgs) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas Editora. 1998. p.22

27 POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 3-15, 1989. p.02

ou um ensinamento remoto como construção da possibilidade de traduzi-lo no tempo atual e, por vezes, subverter a memória vigente.

Recuperar narrativas históricas que constituem heranças comunitárias é perceber a perpetuação de redes de saberes tradicionais transmitidos e preservados ao longo das gerações. As narrativas reforçam a identidade social, compreendida dentro dos grupos étnicos, conforme concebe Fredrik Barth. Estes buscam, assim, configurar e contrastar com um universo social ao seu redor, de modo que esses contextos influenciem a organização e o papel do grupo nos diferentes ambientes.<sup>28</sup>

As alterações da memória face às experiências dos indivíduos no presente são largamente discutidas por Eclea Bosi.<sup>29</sup> A autora dedica-se a interpretar e confrontar as teorias de Bergson e Halbwachs. Bosi e Bergson, ao discutirem a fenomenologia da lembrança, estabelecem que a memória seria uma reserva crescente que dispõe da totalidade da nossa experiência adquirida. Halbwachs discute memória individual e grupal, sustentando que a lembrança de cada pessoa é atrelada à recordação do grupo, sendo a reminiscência coletiva a esfera maior da tradição.

É importante ressaltar que a constituição do banco de dados a partir das fontes orais originou-se de entrevistas individuais e grupais. Para tanto, foi imprescindível estruturar os métodos próprios da história oral, como ensina Paul Thompson.<sup>30</sup> Para esse autor, é necessário usar uma metodologia anteriormente rearranjada, pensada e planejada antes de ir ao grupo. Então, devemos guiar-nos por um roteiro de entrevistas cuja finalidade é não deixar perder instrumentos necessários à compilação dos relatos orais, tais como sentimentos expressos, gestos empregados durante as falas, silêncios, lugares de memória, entre outros. São esses instrumentos que alimentam o “banco de dados.”

Nessa perspectiva, a metodologia adotada tem como principal pilar a história oral. A sua legitimidade é evidenciada em Michel Pollak, com a sua afirmação de não haver hiatos entre a fonte oral e a escrita, considerando-se que os documentos escritos, assim como a memória, são ambos construções sociais.<sup>31</sup> Todo o aporte documental dessa pesquisa é aqui entendido como construção social de um tempo, de determinados sujeitos com vistas a objetivos concretos. A própria ideia de passado pode assim ser entendida.

---

28 BARTH, F. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. São Paulo. 1998. p. 185-227.

29 BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade – Lembrança de velhos*. São Paulo. Cia das Letras. 2007.

30 THOMPSON, Paul. *História Oral – A Voz do Passado*. São Paulo. Editora Paz e Terra. 1992.

31 POLLAK, Michel. Op. cit. 1989. p.207

Com base em Michel Foucault, entendo que o passado é uma produção discursiva fortemente ancorada em relações de poder que vão geri-lo.<sup>32</sup> Daí deriva a produção dos discursos. A história é, para Foucault, formada por esses discursos. É nesse sentido que esse autor entende o que Lucien Febvre chamou de combate. Para Foucault, vencerá o combate aquele que detiver um melhor discurso.

Esse estudo não trata do discurso dos vencidos. As narrativas do grupo da Batalha são as percepções da história dos seus antepassados e do processo de colonização do Planalto da Conquista. É nesse caminho que o discurso produzido por eles se contrapõe ao produzido pela memória oficial de Vitória da Conquista.

Conforme foi dito, o principal suporte documental da pesquisa são as fontes orais.<sup>33</sup> Estas foram obtidas ao longo de dois anos, entre 2008 e 2009. Os entrevistados foram escolhidos pelo próprio grupo. São, em sua maioria, os mais idosos, “os homens-memória” responsáveis pela preservação da memória dos antepassados.<sup>34</sup>

Foram entrevistadas vinte e uma pessoas, entre homens e mulheres. Mesmo tendo como norte a identidade indígena do grupo, procurei ainda entrevistar pessoas de comunidades próximas com o intuito de perceber se essa identidade era reconhecida nas fronteiras espaciais. No entanto, para compor o terceiro capítulo desta dissertação, escolhi os depoimentos que compunham o principal aporte da memória coletiva do grupo, a descendência indígena.

Por ser este um trabalho das memórias indígenas, todos os depoimentos trazem uma marca: o tempo de antigamente. Essa temporalidade ajuda a perceber que a edificação da identidade social do grupo não é moderna, mas iniciou-se no passado, com os antepassados dos indígenas que, de uma forma ou de outra, resistiram ao colonizador. Entendidas pelo grupo como histórias que não são do nosso tempo, as narrativas sobre os antepassados indígenas mostram que os laços afetivos que unem o grupo ao passado, ainda permanecem vivos e possibilitam a construção e manutenção do sentimento de pertencimento étnico hoje.

As entrevistas transcritas foram os primeiros documentos sobre os quais me debrucei. A partir de então, percebi que elas formavam um contraponto à memória oficial de Vitória da Conquista, que será abordada no segundo capítulo. Foi aí que comecei a buscar também a narrativa hegemônica, no sentido de compreender a sua estrutura.

---

32 FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. Graal Editora, 2001. p. 25

33 Procurei tratar as fontes orais na mesma dimensão dos registros escritos tal como demonstrou Michael Pollak. Ver: POLLAK, op. cit. 1989.

34 A denominação homens-memória é cunhada por Le Goff para se referir àqueles homens das sociedades ágrafas, que são os guardiões da história. Ver: LE GOFF, Jacques, op. cit. 2003. p. 425.

Assim, esta dissertação busca discutir as diversas memórias edificadas sobre a fundação de Vitória da Conquista a partir de um diálogo entre fontes escritas do século XIX cruzadas com registros orais produzidos pelos habitantes da Batalha nos séculos XX e XXI. Essas narrativas dão o contraponto à história dessa região, por considerar a participação de indígenas na luta por terra e liberdade.

Concordo com Marc Bloch quando ele afirma que a tarefa mais difícil do historiador talvez seja a de reunir os documentos que ele estima serem necessários para a escrita da história.<sup>35</sup> Não foi fácil realizar essa tarefa. Por isso, procurei tratar como fonte todos os vestígios que chegaram às minhas mãos, que diziam respeito à história dos índios do Sertão da Ressaca.

A estrutura de análise e uso dessas fontes foi montada da seguinte forma: primeiro, analisei uma documentação referente à conquista do Sertão da Ressaca. Esses documentos me forneceram a base para compreender as relações conflituosas entre colonos e indígenas, bem como as resistências desencadeadas pelos nativos e o seu trânsito entre os diversos ambientes. Ajudaram a perceber o papel dos índios frente ao processo de conquista da região, suas estratégias de sobrevivência e o destino dos nativos “civilizados” dentro da sociedade conquistense que nascia. Pensando na formação da sociedade conquistense e considerando a participação dos indígenas nesse contexto, justifico a análise da documentação do século XIX.

Em um segundo momento, a partir dos jornais, poemas, relatos de cronistas e símbolos, evidenciei as narrativas oficiais sobre a história da Cidade e o papel da memória dos seus colonizadores. Cabe ressaltar que, no tocante à perpetuação do mito da colonização do Sertão da Ressaca, a imprensa exerceu um papel fundamental.

A ação dos jornais visava a atender um público integrado ao movimento político do período, nas primeiras décadas do século XX. O fato de os jornais serem dirigidos por intelectuais e líderes partidários leva a crer que o valor da memória dos políticos do passado respaldava a política daquele momento e criava fundamentos para o controle do poder local exercido pelas famílias que reivindicavam a sua ascendência em João Gonçalves da Costa.

Por essa razão, é fácil encontrar em diversos jornais elogios intensos e reiterados ao sertanista. Dessa forma, a pesquisa se direciona para entender, também, a memória oficial da cidade perpetuada nos jornais a partir de 1919, quando o primeiro periódico circulou. Posteriormente a essa análise, apresento o contraponto desse universo, a partir dos relatos orais dos habitantes da Batalha.

---

35 BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2002.p. 82.

A documentação trabalhada foi a mais variada possível. No primeiro momento, os documentos que mostraram a conquista da região foram muito valiosos para a compreensão da expansão da conquista do Sertão da Ressaca. Nesse ritmo, destaco o Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa (Bahia: Anais da Bib. Nacional, Rio de Janeiro, v. 32. 33 e 37), que me ajudou a interpretar a ação de João Gonçalves da Costa e os seus empreendimentos colonizadores.

As fontes sobre o Capitão-mor o apresentam não só a partir da sua coragem e perspicácia, características com as quais teria conquistado os povos indígenas, mas pelas obras, sobretudo aquelas destinadas a viabilizar a ligação do sertão com o litoral por meio da abertura de estradas. Além disso, dá notícias dos contatos entre João Gonçalves e os Mongoyó e dos conflitos bélicos.

Os documentos sobre os índios, após o estabelecimento dos aldeamentos, tais como as falas dos Presidentes da Província e os processos que envolvem nativos em atos violentos, me ajudaram a entender o lugar que foi reservado a esses povos no seio dessa sociedade.

No segundo momento, procurei observar a forma como as narrativas sobre a colonização foram construídas e a definição do lugar dos colonizadores no sucesso da conquista da região. É nesse sentido que analiso os relatos de Tranquilino Torres, produzidos para o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 1897, e republicado pelo Museu Regional da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia em 1996. Eles trazem importantes informações acerca da colonização da região, inclusive delimitando geograficamente os espaços habitados por índios e colonos e estabelecendo a noção de que teria havido o extermínio dos indígenas.

A *Revista Histórica de Conquista*, de autoria de Aníbal Lopes Viana, em 1982, reúne informações sobre índios e portugueses e amplia a discussão feita por Tranquilino Torres. A partir das memórias de entrevistados no período em que escreveu a *Revista*, traz informações sobre a Batalha, sobre as guerras com os índios e enfatiza a noção do suposto extermínio das comunidades indígenas.

Nelas, João Gonçalves aparece como o grande povoador, propagador da fé católica, civilizador, um verdadeiro Hernán Cortez do Sertão.<sup>36</sup> Em contraponto à civilização, estava o indígena, que “há mais de trezentos anos que dormia, indiferente, feliz”, e que acordara e lutara: “a luta feroz do nativo contra o homem civilizado. E a civilização venceu”.<sup>37</sup> O curioso das notícias veiculadas nos jornais é que a história narrada necessariamente informa que os povos nativos foram exterminados.

---

36 AMVC – Jornal *O Combate*. 09 de março de 1935.

37 Idem, 02 de junho de 1935.

Por fim, os depoimentos orais compuseram um banco de dados com cerca de quarenta páginas de apontamentos. As entrevistas versam sobre variados assuntos, mas o foco central é a construção histórica da comunidade desde a batalha dos colonizadores com os índios Mongoyó. Porém, os registros também revelam as tradições culturais e artesanais do grupo, a religiosidade e a mitologia.

A presente dissertação é compreendida de uma parte introdutória e de três capítulos, da relação de fontes e arquivos, bibliografia e anexos.

O primeiro capítulo, *O alvorecer do Sertão da Ressaca: índios e sertanistas em cena*, dedica-se a contextualizar a região do Planalto da Conquista no século XIX, priorizando os temas referentes à colonização e “pacificação” dos povos indígenas que a habitavam, observando como se deu esse processo e qual a participação dos indígenas como agentes históricos. Procuo apresentar o perfil dos colonizadores, mapear as entradas destes nas aldeias nativas, mostrar a importância dos índios no processo de colonização e o destino dos nativos após a criação dos aldeamentos do Rio Pardo. Esse capítulo ainda apresenta os primeiros momentos do mito que foi construído pela memória oficial conquistense sobre a fundação da Cidade.

No segundo capítulo, intitulado *Memórias Contrapostas: a construção da narrativa dominante sobre a história da Cidade*, foram analisadas as diversas narrativas que formam o discurso oficial justificador da colonização. Os fatos narrados são ancorados em mitos que povoaram as páginas de revistas e de jornais que circularam durante o século XX. Apresento dois discursos. O primeiro mostra a conquista por meio do extermínio indígena e o segundo procura localizar o índio como vítima da sanha dos portugueses. Nesse capítulo, procuro, mediante a análise dos poemas, escritos de cronistas, relatos de jornais e símbolos diversos, discutir a composição da memória hegemônica conquistense.

O terceiro capítulo é o contraponto indígena. A discussão central tem como aporte a memória do grupo da Batalha. Duas obras inspiraram a escrita desse capítulo: *Montaillou*, de Emmanuel Le Roy Ladurie, e *Memória e Sociedade*, de Eclea Bosi.<sup>38</sup> Na primeira, ao estudar o povoado occitânico do sul da França, baseado nos documentos inquisitoriais produzidos pelo bispo Jacques Fournier, Le Roy Ladurie dá voz aos camponeses e compõe o quadro material e mental desse lugar.

No trabalho de Ladurie, os homens e as mulheres simples falam por si. Coube a

---

38 BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade – Lembrança de velhos*. 11ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.  
LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Montaillou. Cátaros e católicos numa aldeia francesa, 1294-1324*. Lisboa: Edições 70, p. 245-258.

Ladurie, como ele mesmo salientou, editar essas falas. Na segunda obra, a autora recria o passado de pessoas simples através de testemunhas vivas da história. Os idosos narram suas histórias de vida, seus sofrimentos, sua relação com o passado. Ecléa Bosi dedica todo um capítulo de seu livro a essas narrativas e somente depois tece suas análises.

O terceiro capítulo está dividido em três eixos. *Guerra e memória* são as narrativas sobre a guerra contra os índios. *Terra e memória*, os relatos sobre a perda da terra indígena; *Identidade e Memória*, o momento em que os depoentes tecem suas narrativas sobre o pertencimento étnico e sua ligação com os antepassados indígenas. Ao final, faço uma reflexão pela qual contextualizo essa história no processo de formação e consolidação do estado nacional brasileiro.

Para finalizar, gostaria de dizer que na região de Vitória da Conquista existem outros grupos que mantêm uma memória sobre um passado indígena. Entre esses, posso citar a comunidade Mascena do município de Caetanos, que hoje prefere guardar esse passado para se livrar da condição de bugres, comumente atribuída em caráter pejorativo. Há, ainda, a comunidade do Sentido, localizada na divisa dos municípios de Conquista e Planalto. Nesse grupo, a memória sobre os antepassados indígenas se faz muito forte, mas não há nenhum estudo sobre ela.

Estudando o grupo da Batalha, espero que eu possa ter contribuído para a revisão da história indígena de Vitória da Conquista e, quem sabe, do Brasil.

## CAPÍTULO I

### O ALVORECER DO SERTÃO DA RESSACA: ÍNDIOS E SERTANISTAS EM CENA

*Dizem geralmente que os Índios desse continente são pobríssimos e totalmente inertes, que não tem a cultura, nem a agilidade dos do Maranhão. [...] Tem-me ocorrido, que as Aldêas se podiam juntar alguns moradores das suas visinhanças, porque nesta mistura com os Índios se havião de civilizar mais estes, e farião menos pobres as vigárias, mas também considero isto que tem bastantes inconvenientes á vista do gênio dos portugueses, que vivem no sertão e da frouxidão dos Tapuyas.<sup>39</sup>*

Assim é narrada habitualmente a história do Sertão da Ressaca onde se originou o Arraial da Conquista: era noite quando os sertanistas João Gonçalves da Costa e João da Silva Guimarães, acompanhados dos seus cinquenta soldados, decidiram seguir os índios Mongoyó rumo ao oeste até alcançarem a Serra da Santa Inês, onde encontraram vestígios do itinerário indígena.<sup>40</sup> Portando archotes feitos de raízes resinosas, seguiram o trajeto até um lugar que haveria de se chamar Batalha, nome este que se deveu à luta que aí se travou entre índios e soldados. Às quatro horas da manhã, os sertanistas alcançaram os nativos e moveram-lhes guerra renhida. Não obstante, os seus companheiros, inferiores em número à “grande horda de bárbaros”, abrandaram e chegaram a pensar em ceder a vitória aos índios, pois “as armas de fogo não suportavam mais o carregá-las que não explodissem”.<sup>41</sup>

Em meio à iminente derrota, João Gonçalves da Costa, “animando os seus companheiros, prometeu a Nossa Senhora das Vitórias elevar no lugar do triunfo, se vencesse, uma capela com aquela invocação”.<sup>42</sup> Iluminados pela Santa, os homens lutaram corpo a corpo e, “manejando com denodo e vantagem o facão, conseguiram no fim de algumas horas, esplêndida vitória no lugar da própria aldeia.” Daí nasceu o Arraial da Conquista que, apesar

---

39 PACHECO, Mascarenhas José. *Carta Particular para Sebastião José de Carvalho, em que lhe dá certas informações sobre os jesuítas, sobre a dificuldade de encontrar padres para as vigárias do Sertão, etc.* Bahia, 20 de Setembro de 1758. Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate.

40 A Serra da Santa Inês está localizada na Batalha. Ainda hoje a serra é conhecida por este nome e tem por referência as lutas que ali se deram entre índios e sertanistas.

41 Essa é a versão histórica da vitória de João Gonçalves da Costa imposta aos índios Mongoyó, dada por Tranquilino Torres, no livro: *O Município da Vitória*, publicado inicialmente no ano de 1897 pelo Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e republicado, no ano de 1996, por meio da Revista *Memória Conquistense* do Museu Regional da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 1996. p. 44

42 Idem. *Ibidem*

de ter uma história tão edificante, “apenas a tradição a reproduz”.<sup>43</sup>

No entanto, as constantes batalhas não foram suficientes para impor a derrota definitiva aos indígenas. Os Mongoyó continuaram reagindo após o domínio do sertanista sobre suas aldeias. Foi assim que, sabendo o Capitão-mor João Gonçalves dos ataques nativos, cercou-os e os agrediu de sobressalto, quebrando seus arcos e aprisionando-os novamente.<sup>44</sup> Mas o gentio não aldeado “ofendia” aos conquistadores e seus familiares quando estes saíam para as fontes de água ou circulavam pela recém-aberta estrada que ligava a região a Minas Gerais.<sup>45</sup>

Por essa razão, os desaparecimentos de “civis” eram constantes. Um soldado que havia sido levado para o mato por um Mongoyó, a uma distância que a este teria sido possível dar cabo dele, foi forte o bastante para matar o índio com uma facada e, de volta ao arraial, revelar essa “perfidia” conduta dos índios ao seu capitão. Este, depois de ordenar a seus homens que tivessem suas armas em punho, teria convidado a todos os “selvagens” para um banquete.<sup>46</sup>

Durante o festim, os índios não estranharam a trégua com os sertanistas, por causa das alianças feitas. No entanto, o Capitão-mor e seus soldados forjaram um encontro traiçoeiro. Embriagaram os nativos enquanto seus homens cortavam as cordas dos arcos.

Esse fato foi difundido à posteridade ao Arraial por meio da oralidade, como foi dito por um certo “preto velho” centenário que se chamava Francisco José Maria da Ponte, o popular tio Nagô, que nasceu escravo de João Gonçalves.<sup>47</sup> Ele contava nas rodas de histórias que, quando menino, estava presente na época das lutas de “seu sinhô” com os índios e que ele botou mesmo veneno na cachaça que os nativos beberam, morrendo quase todos envenenados.

Os outros, embriagados, foram degolados pelos brancos, mas muitos resistiram, refugiando-se nas matas ou no aldeamento do Cachimbo, à beira do Rio Pardo.<sup>48</sup> Assim, o nascente e promissor arraial encontrou a paz a partir da morte da maioria dos indígenas.

---

43 Idem. p. 43

44 VIANA, A. L. op. cit. 1982

45 O termo ofendia significa que os índios habitantes das matas causavam inúmeros transtornos aos “civilizados” inclusive ameaçando-os com seus “atos violentos.”

46 WIED, NEUWIED Príncipe Maximiliano, *Viagem ao Brasil*. São Paulo. Edusp, 1989. p. 428 - 429

47 Possivelmente o tio Nagô tenha sido um importante difusor da memória sobre a conquista da região. Quando morreu, em 1842, Francisco José Maria da Ponte possuía dinheiro, ouro, escravos, gado e terra. No seu testamento importantes personagens conquistenses foram citados como foi o caso do seu compadre João Dias de Miranda, filho de João Gonçalves da Costa. AFJM. Inventário de Francisco José Maria da Ponte. Doc. N° 04. Caixa de Inventários de 1843.

48 Sobre esse fato ver: MEDEIROS, Ruy Hermann de A. *O município da Vitória*. Notas críticas. Vitória da Conquista, 1996. WIED, NIWIED Maximiliano de Príncipe. *Viagem ao Brasil*. Rio/São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1940. PARAÍSO, M. H. B. *Palestra: O silêncio na História. Povos indígenas à Margem da História e o caso de Vitória da Conquista*. Museu Regional, 2000. VIANA, A. L. op. cit. 1982.

Dessa forma, o banquete da morte é considerado o marco da conquista definitiva do Sertão da Ressaca.<sup>49</sup>

Reza a tradição que, mesmo após esses episódios, o Capitão-mor prosseguia nas suas conquistas, lutando contra índios e jaguares.<sup>50</sup> Certa vez, de facão em punho, enfrentando os selvagens, surgiu entre as folhagens uma índia muito diferente das outras, pela beleza que possuía. Como era de costume, aproximou-se para capturá-la e a índia correria à sua frente desde o lugar de nome Batalha, onde foi travada a grande luta, até o lugar do centro da grande aldeia Mongoyó. Ali, a índia deu a frente ao capitão e ele reconheceu nela a imagem de Nossa Senhora. O capitão apavorou-se, “estatelado com a visão”. Fincou o facão no chão, ajoelhou-se e disse: “aqui, levantarei a Vossa Igreja”. Assim, a índia desapareceu da sua frente.<sup>51</sup>

A história acima descrita foi difundida pela oralidade por várias gerações e constituiu-se no fundamento para a construção da memória dominante sobre a colonização do Sertão da Ressaca. Baseou-se no mito e fortaleceu esse mesmo mito fundador do Arraial e do município de Vitória da Conquista, sendo ainda hoje cultivado pelo imaginário popular. A memória coletiva local refere-se, sobretudo, ao marco que é a batalha final entre Mongoyó e os colonos, pelo qual o “feito histórico” do “bravo” João Gonçalves da Costa é reforçado pela interseção de Nossa Senhora das Vitórias. Foi desse contexto que surgiram as toponímias tão diversas, mas historicamente imbricadas: Batalha, lugar da guerra contra os selvagens; Conquista, centro da civilização.

## **O projeto colonizador**

As bandeiras expansionistas deram o perfil sinuoso das fronteiras do interior da colônia portuguesa, possibilitando a construção de um novo contexto, no qual a “civilização” lusa impunha-se sobre a “barbárie” nativa, dentro de um espaço cada vez mais distante do litoral.

A empresa portuguesa de ampliação dos territórios conquistados para a Coroa adentrou estrategicamente o interior das colônias, seguindo os cursos dos rios, em sua maioria habitados pelas populações indígenas, que procuravam meios de sobrevivência ante a investida dos exploradores. Os contatos entre índios e portugueses modificaram os modos de vida das populações nativas. É sabido que as primeiras relações foram marcadas pelo escambo, já conhecido pela historiografia nacional.

À medida que se estabeleceu o povoamento do interior da colônia, determinando sua

---

49 TORRES, T. op. cit. 1996.p. 45

50 Jornal *O Combate* – ANO VI - Vitória da Conquista, 04 de Março de 1935. N. 28 – Redator: Flaviano Dantas. AMVC.

51 VIANA, A. L. op.cit.1982

exploração com base na política agroexportadora, os conflitos entre os povos nativos e os colonizadores se acirraram. O ritmo da conquista e colonização das terras pelos portugueses desencadeou a resistência e luta por parte dos indígenas.

Os processos que transformaram as relações sociais e, por sua vez, desestruturaram as aldeias do Sertão da Ressaca, é o mesmo já utilizado contra esses povos em outras regiões coloniais.<sup>52</sup> Assim, a colonização do Planalto da Conquista resultou da busca de ouro, já decadente nas Minas Gerais, da expansão da pecuária e, conseqüentemente, do povoamento dessas terras, possibilitando a formação de um caminho entre o litoral e o sertão, além do aprisionamento e/ou “conquista” da população nativa.

A “pacificação” e o povoamento do território que se chamaria Arraial da Conquista são atribuídos aos sertanistas João Gonçalves da Costa e ao Mestre de Campo João da Silva Guimarães, líder da expedição responsável pela ocupação territorial do sertão, iniciada em meados do século XVIII.

A ocupação das terras e a conseqüente formação do Arraial da Conquista efetivaram-se logo após o domínio sobre os índios, com uma economia pautada principalmente na pecuária. O gado ocupou um papel primordial na composição desse território, sobretudo a partir da expansão de grandes fazendas obtidas, em sua maioria, nas guerras contra os índios.

João Gonçalves da Costa teve uma atuação expressiva no núcleo formado pelos sertanistas em torno da busca pelo ouro no sertão da Bahia. Após a retirada de João da Silva Guimarães para Minas Novas<sup>53</sup>, o Capitão-mor prosseguiu com a expedição, iniciando a ocupação das terras. Somente após a desistência da procura de metais preciosos “João Gonçalves fixar-se-ia naquela região em fins do século XVIII, dando início ao processo de fundação do Arraial da Conquista, tornando-se um grande proprietário de terras e criador de gado”.<sup>54</sup>

---

52 O Sertão da Ressaca se estende do sul, no alto Rio Pardo, até ao norte, no médio Rio das Contas. Ao oeste o limite é o Rio Gavião, da foz até as proximidades da atual cidade de Anagé ao leste o limite é o começo das terras de vegetação conhecida como “mata de cipó”. Para saber mais, ver: SOUSA, Maria Aparecida de. *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. UESB. 2001

53 Atual região de Araçuaí e Serro em Minas Gerais.

54 SOUSA, M. A de. op. Cit, 2001, p. 50

## Os sertanistas chegam ao Sertão da Ressaca

A alegada intrepidez dos sertanistas, manifestada, sobretudo, nas guerras contra os indígenas ao longo dos séculos XVIII e XIX, configura-se, em vários discursos, como componente simbólico necessário para o desenvolvimento de uma civilização cujo mito de criação é sustentado na derrota imposta aos povos nativos. O elemento peculiar de justificativa e explicação posterior para atos concretos de conquista e de dominação, em nada condizem com o heroísmo tecido pelas ideologias e pelas memórias dos que venceram no passado.

É importante aliar às atividades de conquista dos gentios, a busca incessante por metais preciosos, o que, de uma forma ou de outra, acarretou a constituição de arraiais e vilas nos interiores sertanejos. A implantação de fazendas de gado propiciou o controle sobre as terras retiradas dos índios, assentando assim, nessas áreas, os alicerces para o que veio a ser a construção de um efetivo poder, em áreas extensas dos sertões, pelos conquistadores e pela sua descendência.

Para justificar esse poder e a posse das terras sertanejas da Ressaca, bem como os violentos combates contra os índios, foram forjadas memórias em torno dos sertanistas João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa. Essas memórias misturaram-se aos mitos transmitidos pela oralidade e compuseram as páginas da história oficial da Cidade de Vitória da Conquista. Os seus autores, mesmo utilizando-se de documentos da época como base das suas interpretações, esforçaram-se para construir e manter viva a boa imagem dos fundadores da localidade.<sup>55</sup>

Maria Aparecida de Sousa afirma ter sido João da Silva Guimarães um importante e, possivelmente, o principal integrante da bandeira de André da Rocha Pinto. Esse bandeirante, no ano de 1727, foi encarregada pelo Superintendente das Minas, Pedro Leolino Mariz, de “conquistar o sertão entre os rios Contas, Pardo e São Mateus, encontrar metais preciosos, estabelecer fazendas de gado, matar índios que se opusessem à conquista, estabelecer aldeias e destruir os quilombos que fossem encontrados.”<sup>56</sup> Dessa forma, estavam instituídas as bases para a penetração e conquista do sertão da Bahia e traçado o futuro de suas populações nativas.

---

55 A título de exemplo é possível citar os Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vols. 31, 32, 34, 37 que serão trabalhados ao longo dessa dissertação.

56 Documentos relativos às minas da Bahia, no tempo de Pedro Leolino Mariz (1725-1753) apud, SOUSA, Maria Aparecida de. *O Processo de Ocupação do Planalto da Conquista*. In. Caderno do Museu Regional. N. 04. Museu Regional de Vitória da Conquista, edições UESB. p. 11.

Para a conquista e colonização do sertão da Ressaca, “foram criadas condições necessárias em Minas Novas, ao tempo pertencente à Capitania da Bahia.”<sup>57</sup> Minas Novas surgiu da aglomeração de pessoas que se dirigiram à região em busca de metais preciosos, recentemente descobertos.<sup>58</sup> A chegada desses contingentes levou à criação da vila que, nas palavras de Pedro Leonino Mariz, reuniu “gente de diferentes gênios, a maior parte bandidos, falidos e muitos paulistas.”<sup>59</sup>

A partir do cenário descrito nas fontes, surgiram fatores que propiciaram a expansão da zona mineradora. Visando à obtenção de riquezas, Pedro Leonino Mariz, então Superintendente das Minas fez expandir o domínio sobre a região, na esperança de encontrar metais e pedras preciosas. Para cumprir este fim, Leonino Mariz determinou a formação de uma bandeira entregando seu comando a André da Rocha Pinto, em 25 de julho de 1727.<sup>60</sup> Desse contexto surgiu então a figura de João da Silva Guimarães, que fora encarregado de adentrar os sertões banhados pelo rio São Mateus.<sup>61</sup> Segundo as palavras de Mariz,

E no mesmo empenho vou continuando como declaram o Regimento e Instruções que dei ao Coronel André da Rocha Pinto, e ao Mestre de Campo João da Silva Guimarães, entrando aquele pela parte do rio de Contas e este pelo Rio São Mateus, conseguindo com felicidade a empresa, como lhe encarregava o Regimento, se vão brevemente unir-se, deixando por uma e outra parte o sertão desinfetado dos gentios, e patentes os haveres que se buscam.<sup>62</sup>

No ano seguinte à formação da bandeira para a conquista das regiões vizinhas, Minas Novas permanecia uma vila bastante povoada e com atividade mineradora a todo vapor. Mas após o esgotamento das minas e a descoberta de diamantes no Serro Frio, ocorreu uma crise que levou ao colapso aquela atividade e a um esvaziamento demográfico da região.

Escrevendo para João da Silva Guimarães em 1730, para justificar a não ajuda substancial para a conquista do Rio Mucuri, Pedro Leonino Mariz deu notícias sobre a situação em que se encontrava Minas Novas:

---

57 MEDEIROS, Ruy Hermann. Notas Críticas. In. TORRES, T. op. cit. 1996, p. 89.

58 Códice da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, n. I-8, 2, 38, apud, MEDEIROS, R. H. 1996, p. 89.

59 É importante destacar que nem sempre termos como “bandidos” e “falidos” podem ser interpretados à luz de seus significados contemporâneos. Na época os “desocupados”, isto é, pessoas que não conseguiam se inserir de alguma forma no mercado eram consideradas de forma pejorativa e vistas como inadequadas. Na verdade, muitas, eram pessoas em busca de riqueza possível e da autonomia desejada, elementos considerados como acessíveis nas áreas de fronteira aberta, isto é, espaços ainda não dominados por outros colonos.

60 Idem. p. 90

61 De acordo com Francisco Borges de Barros, a bacia do Rio Mucuri até meados da década de vinte do século XIX era confundida com a bacia do Rio São Matheus. Na verdade, João da Silva Guimarães estava na bacia do Mucuri. Ver: BORGES DE BARROS, Francisco. *Penetração das terras baianas*. Anais do APEB. Salvador: IOF, 1920. p. 5 - 49.

62 Códice da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, op. cit. p. 90.

Basta dizer a Vossa Mercê que morreram à fome trinta e tantos negros, e alguns brancos, chegando estes a tal extremo que comeram quantas imundícies pode a terra, e não achando já estas, não perdoaram couros secos, e muitos custos depois, achar milho que plantar.<sup>63</sup>

O cenário que justificava a conquista das regiões vizinhas havia mudado nos fins da década de 1720. Os anos seguintes foram marcados pela intensificação das investidas nos sertões, agora abonada pela necessidade de se encontrar áreas novas como alternativas às exauridas minas. O Superintendente não mediu esforços para descobrir uma solução que atenuasse a situação de miséria em que se achava Minas Novas, mas as boas notícias estavam por vir, pois escreveu-lhe João da Silva Guimarães dando notas sobre suas atividades no Rio Mucuri, (ver mapa nº 1) contando-lhe que havia reduzido os índios, criado aldeias e encontrado pedras preciosas.<sup>64</sup>

Em resposta, Leonino Mariz disse ao mestre de campo que na região conquistada, agora livre do maior obstáculo que era o numeroso gentio, poderia se estabelecer uma colônia para usufruírem dos ricos tesouros daqueles sertões, “e só desta maneira se poderiam expungir as lágrimas de tanto povo, que pela declinação das Minas Gerais, está reduzido ao extremo uma lastimosa miséria.”<sup>65</sup>

Após a conquista da região do Rio Mucuri o destino dos povos indígenas da Ressaca haveria de mudar. Pretendendo encontrar minas de prata, João da Silva Guimarães exploraria os rios do Sertão da Ressaca, Contas e Pardo.

Falecido André da Rocha Pinto, ficou a cargo de Guimarães prosseguir com as atividades na região desses rios. Foi então que o mestre de campo chegou a uma parte do Planalto da Conquista à procura de metais preciosos, onde travou violentos combates contra os indígenas que residiam nesse território. Sobre esse fato, diz Medeiros,

A penetração pode ter ocorrido em parte como diz Tranquilino Torres: do rio de Contas, a tropa entrou pelo rio Gavião, daí foi até a barra do riacho do Gado Bravo<sup>66</sup>, subindo margeando o curso do último até a zona conhecida

---

63 Idem. p. 91

64 Os documentos mostram a confusão entre as bacias dos Rios Mucuri e São Mateus. O que despertou o interesse nessa região foram as notícias sobre a presença de metais preciosos nas cabeceiras do rio. Isso, fez com que o Conde de Galvêas, em 1736, incentivasse particulares a continuarem a averiguação no São Mateus (Mucuri) e no Doce. O mestre de campo João da Silva Guimarães foi encarregado para essa tarefa sendo autorizado a se instalar ali pelo Conde de Sabugosa em 1730. Sobre o Rio Mucuri e São Mateus. Ver: PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *O Tempo da Dor e do Trabalho: a Conquista dos Territórios Indígenas nos Sertões do Leste*. Tese de Doutorado. – FFLCH – USP, 1998.

65 Códice da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, op. cit. p. 92

66 Essa região rural possui o mesmo nome e se localiza entre os municípios de Anagé e Caetanos.

posteriormente pelo nome de “Batalha” em Vitória da Conquista. Isto deve ter ocorrido por volta de 1753.<sup>67</sup>

Como resultados dessas investidas, haveria de surgir, após as guerras contra os povos indígenas, o Arraial da Conquista. Mas não foi João da Silva Guimarães quem fez brotar o embrião da Cidade de Vitória da Conquista, tarefa da qual se incumbiu o Capitão-mor João Gonçalves da Costa, de quem trataremos mais circunstanciadamente adiante.

Sobre João da Silva Guimarães, sabe-se que, em 1764, vivia entre os indígenas do Rio São Matheus, que em outros tempos ele havia combatido, conforme a correspondência do Ouvidor de Porto Seguro Thomé Couceiro de Abreu para Francisco de Mendonça Furtado, na qual dá notícias sobre essa região:

Tão bem me informaram que pareceu com a verdade, que a Povoação de São Matheus tem descido por várias vezes bastante gentios em tom de paz a fazer o seu negócio e que o mais que querem são facões e machados, dando por eles redes e cintas de penas e que nas suas Aldêas são governados por um João da Silva Guimarães, que há anos desceu fugido das minas.<sup>68</sup>

Tomando conhecimento da presença de João da Silva Guimarães entre os índios, Couceiro de Abreu tratou de lhe escrever para convidá-lo a descer com os índios, prometendo, em troca, “dar-lhe terra para ele fundar uma boa povoação e se estabelecessem todos nas terras, que ele quisesse. [...] e que não se intimidasse se tinha algum crime, porque S. M. usaria com ele da sua Real Clemência.”<sup>69</sup> João da Silva Guimarães, possivelmente, faleceu dois anos após esse convite, pois em um edital da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Minas Novas, datado de 1766 ele já aparece citado como defunto.<sup>70</sup>

---

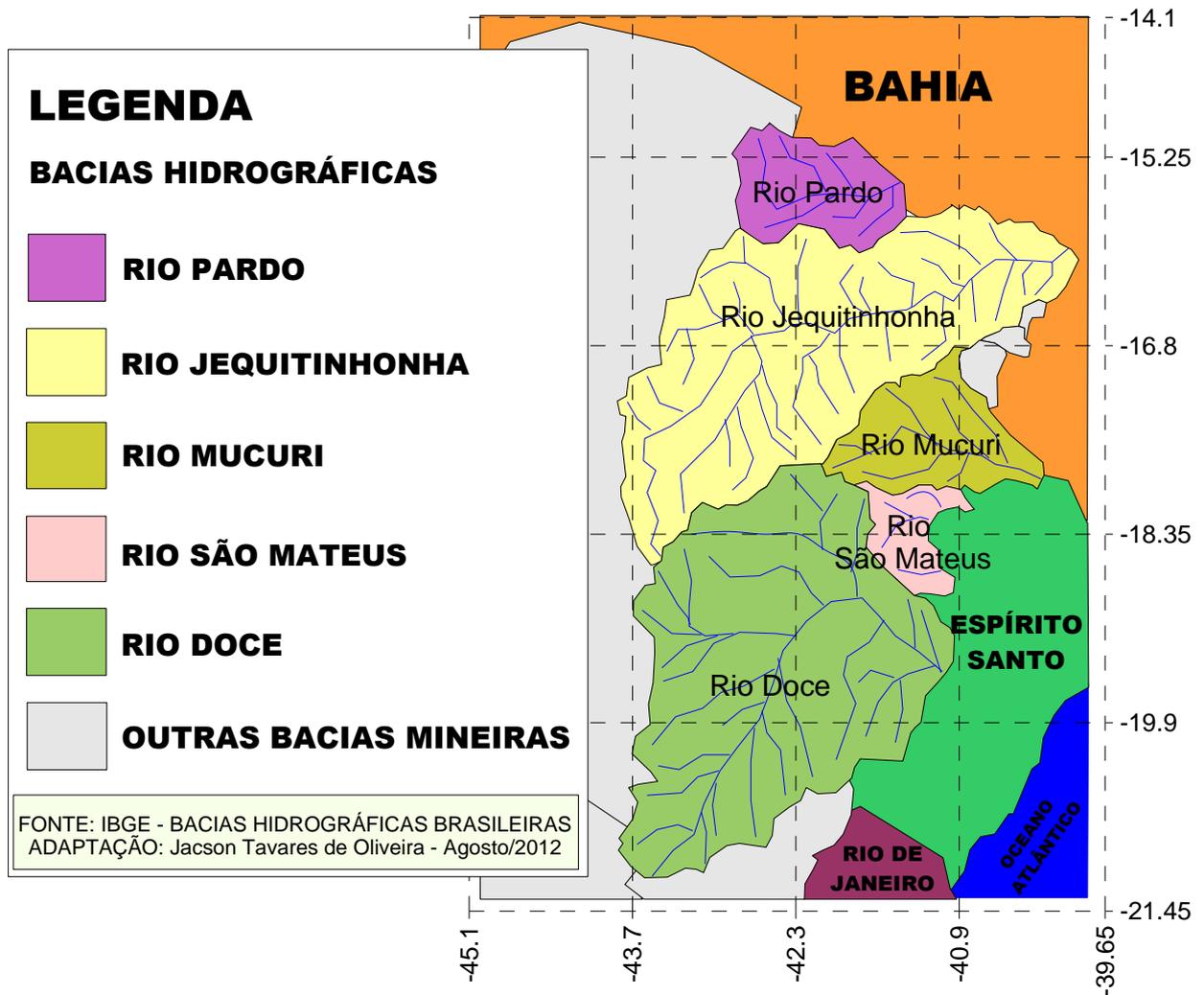
67 MEDEIROS, R. H., op. cit. 1996.p. 92

68 Ofício do Ouvidor da Capitania de Porto Seguro Thomé de Couceiro Abreu para Francisco X. de Mendonça Furtado. Porto Seguro, 8 de janeiro de 1764. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. 32. 1910. P. 38

69 Idem. Ibidem.

70 Edital da Câmara da Vila de N. Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Arassuhay. 19 de julho de 1766. Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 32 p. 153.

# BACIAS HIDROGRÁFICAS MINEIRAS PERCORRIDAS POR JOÃO DA SILVA GUIMARÃES



Quando João da Silva Guimarães retornou a Minas Novas, emergiu a figura do Capitão João Gonçalves da Costa, que entrou pelo Rio Pardo em canoas semelhantes às dos nativos para se fazer senhor daquelas terras, “limpando a bugrada dos campos da conquista”.<sup>71</sup>

Estudos indicam que Costa era português da Cidade de Chaves e que teria chegado à América Portuguesa com dezesseis anos. As mesmas pesquisas constataam que ele era negro e que teria ingressado na expedição de João da Silva Guimarães como capitão do terço de Henrique Dias, formado por forros.<sup>72</sup> O registro da patente de Gonçalves da Costa, fornece pistas sobre a sua origem, bem como, atribui-lhe as funções que deveria desempenhar junto à expedição de Guimarães.

Criar de novo o posto de capitão do terço de Henrique Dias. [...] capitão de gente preta que servirá na conquista e descobrimento do mestre de campo João da Silva Guimarães que Vossa Majestade teve por bem criar de novo na pessoa de João Gonçalves da Costa: preto forro[...]<sup>73</sup>

A questão da cor do sertanista perpassa as pesquisas de Sousa e Ivo que trabalham com a perspectiva de João Gonçalves ter sido preto forro, conforme informa o registro de sua patente.

A informação constante no documento oficial é de sobremaneira importante, considerando que a integração em regimento miliciano implicava uma identificação racial do alistado.[...] considerar que houve um erro na carta patente ao se referir a João Gonçalves da Costa como preto forro parece algo improvável.[...] parece também inverossímil que um homem branco, português, altamente identificado com o projeto de colonização da metrópole, permitiria que num documento oficial que atestava a concessão de um privilégio, estivesse registrado a sua origem como preto forro, se tal informação não correspondesse à verdade.<sup>74</sup>

A partir da discussão em torno do registro de patente de Costa surgiu a teoria de branqueamento do nome das famílias do Planalto da Conquista por meio das práticas de invisibilidade da cor.<sup>75</sup> Aparentemente, para branquear a sua descendência, João Gonçalves da

---

71 Jornal *O COMBATE* de 1935 op. cit. AMVC.

72Ver: SOUSA, M. A. S. op. cit. 2001. p. 66. E: IVO, Isnara Pereira. *O Anjo da Morte Contra o Santo Lenho: Poder, Vingança e Cotidiano no sertão da Bahia*. Vitória da Conquista. Edições UESB, 2004.

73 APEP. Seção: Colonial e Provincial. Série: Patentes e Alvarás do Governo 1738-1745. Maço. 356. Patente do posto de capitão-mor do terço de Henrique Dias concedida à João Gonçalves da Costa. Apud. IVO, Isnara Pereira. op. cit. p.55.

74 SOUSA, M. A. S. op. cit. 2001. p. 70

75 Um importante estudo que aborda essa perspectiva é a dissertação de Mestrado de Washington Santos do Nascimento. Segundo ele os cronistas da cidade afirmam que os descendentes diretos do sertanista eram

Costa casou-se com Josefa da Costa, que era branca e filha do mais rico homem da região de Rio de Contas, Mathias João da Costa.

No testamento deste, João Gonçalves não figura como herdeiro, tendo possivelmente renunciado ao quinhão da sua esposa, quando do inventário, em razão da cláusula testamentária que estabelecia a perda da condição de herdeiro para qualquer filho que não se casasse com quem não fosse cristão e branco.<sup>76</sup>

Para problematizar essa questão, informo que João Gonçalves no período da conquista, em carta ao desembargador da Comarca de Ilhéus, Francisco Nunes da Costa, descrevendo as suas investidas nas aldeias do Rio Pardo, quando mantivera contato com um índio denominado Capivara, informou que dissera ao nativo a sua cor, logo após este perguntar-lhe se Costa era o branco pequeno do qual seus parentes falam muito, relatou que “mandei-lhe dizer que eu era o mesmo”<sup>77</sup>.

Do fato de afirmar que era branco podemos inferir alguns significados. Primeiro, surge a questão de que se o mesmo João Gonçalves aceita a condição de preto forro em sua patente conforme argumentaram Sousa e Ivo, diante dos indígenas essa aceitação se modificou quando o Capitão-mor afirmou sua cor branca ao índio Capivara. Segundo, para os índios, o Capitão-mor era tido como branco, já que eles o conheciam por branco pequeno.

Independentemente da cor da pele do Capitão-mor da conquista, foram os seus feitos considerados heróicos que lhe renderam admiração por parte das autoridades governamentais, pois o próprio Conde da Ponte, em ofício ao Visconde de Anadia, derramou sobre a figura do sertanista bondosos elogios: “não produz hum século hum homem com o gênio deste Capitão-mór, tem 80 e tantos anos e todas as suas paixões tendem a estas aberturas e descobertas, em que tem gasto o que é seu, e arrisca frequentemente a própria vida.”<sup>78</sup>

Em outro documento, o sertanista aparece como o principal responsável pela abertura da estrada “de comunicação entre as vilas da comarca [Ilhéus] situadas à beira mar, com os sertões das cabeceiras e especialmente com o da Ressaca”. Para a realização deste grandioso projeto prontificou-se João Gonçalves da Costa, “povoador do referido Sertão da Ressaca

---

reconhecidamente mestiços. Ver: NASCIMENTO, Washington Santos. *Construindo o Negro: lugares, civilidades e festas em Vitória da Conquista (BA)*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

76 Apud. SOUSA, M. A. S. op.cit. 2001. p. 70

77 Cópia da Carta de João Gonçalves da Costa ao Desembargador e Ouvidor de Ilhéus Francisco Nunes da Costa e governo interino da Bahia. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Brasil – Avulsos. (Cairu, 23 de fevereiro de 1782) Cópia gentilmente cedida pelo Arquivo da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

78 Ofício do Governador Conde da Ponte para o Visconde de Anadia, sobre a exploração das margens do Rio Pardo, pelo Capitão-mór João Gonçalves da Costa. Bahia, 31 de Maio de 1807. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. 37, 1915, p. 455.

homem natural de Chaves, com o valor e espírito dos antigos paulistas e sem a sua ambição.”<sup>79</sup>

Com paciência e constância, meteu-se sobre “ásperas matas, serras alagadiças, que pelo espaço de 80 ou mais léguas se interpõem entre as ditas vilas da beira mar o referido sertão da Ressaca.” Foi ele que, por meio das estradas que abriu da margem do Rio de Contas para as vilas da foz do mesmo rio; dessa foz até Camamu; e de Camamu para outras vilas; criou condições e fez descer o primeiro lote de gado, “o que nunca se tinha visto desde a descoberta e povoação daquela comarca.”<sup>80</sup>

O projeto desbravador representado por João Gonçalves da Costa rompeu os isolamentos entre os sertões que conquistara e as regiões de mata e litoral da Capitania de Ilhéus. Por esse motivo, sua figura eternizou-se como representação de audácia e coragem. Segundo Sousa,

figura proeminente e pioneira no processo de conquista, ocupação econômica e povoamento do Sertão da Ressaca, local em que se estabeleceu o Arraial da Conquista, [...] ele se destacou por uma atuação extremamente empreendedora, arguta e aventureira, revelando-se como um agente do Estado português altamente dedicado e eficaz.<sup>81</sup>

Enquanto agente da política expansionista da Coroa portuguesa, João Gonçalves da Costa adquiriu notoriedade ante os representantes governamentais. Por essa razão, “poucos bandeirantes teriam em suas folhas de serviços, os feitos que por toda longa vida, obrou o destemido desbravador.”<sup>82</sup>

Além de abrir estradas, o sertanista, juntamente com seus filhos Antônio Dias de Miranda e Raimundo Gonçalves da Costa, foi o responsável pela conquista dos índios do Sertão da Ressaca. O próprio Capitão-mor se reconheceu enquanto pessoa capaz de realizar as entradas nas aldeias indígenas da região.

Na citada carta ao desembargador, ele conta minuciosamente as investidas nas povoações Mongoyó, suas conquistas e derrotas, e termina por afirmar que:

reduzindo a todos, mandarei hum golpe deles, e lá poderá vos mercê melhor reduzir na forma que lhe parecer. Bem sei que dirá vos mercê que eu faço isto muito fácil.[...]Só eu que desprezo a vida e não desejo ficar mal, é que podia chegar onde cheguei, e como esta é a maior empresa dos novos

---

79 Ofício dos Governadores interinos da Capitania da Bahia para Martinho de Mello e Castro. Bahia, 23 de agosto de 1783. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Vol. 32, 1910. P. 539.

80 Idem. Ibidem

81 SOUSA, M. A. S. op.cit. 2001 p. 47

82 CALMON, Pedro. Apud. SOUSA, M. A. S. op. cit. 2001. p. 50

tempos, desejara não houvesse demoras em me remeter os soldados que na relação lhe peço.<sup>83</sup>

Esse discurso tem ainda como finalidade justificar as petições de pagamentos pelos prejuízos causados por soldados indígenas que fugiam do Capitão-mor levando armas e munições.

o certo é, senhor Desembargador, que com semelhante gente não se pode um homem, que tem vergonha da conta deles, pois todos mereciam ser bem castigados, pois não é de razão, que eu pague o que eles furtaram, além de me deixarem em tanto risco no mato, e nessa parte observará vós mercê o que foi servido. Eu só o que sentirei é que os pobres soldados, que com lealdade me tem acompanhado com tanto risco de vida, fiados nas promessas, que lhes tenho feito com os dois vinténs, com que o Senhor Marquez mandou assistir aos cinquenta índios por vos mercê, e como estes fugiram, me parece ser de razão prevaleçam os que ficaram em seu lugar com tanto risco de perderem suas vidas.<sup>84</sup>

Diante da insegurança do Capitão-mor a partir da fuga dos índios com os instrumentos necessários para as entradas nas aldeias, João Gonçalves terminou por revelar a fragilidade do projeto de conquista das populações nativas.

### **Localizando o Sertão da Ressaca**

A denominação Sertão da Ressaca<sup>85</sup> aparece nos documentos quando há referências à porção de terras que tem como limites, ao sul, o alto Rio Pardo<sup>86</sup> ao norte, o médio Rio de

---

83 Cópia da Carta de João Gonçalves ao Desembargador e Ouvidor de Ilhéus Francisco Nunes da Costa e o governo interino da Bahia, op.cit.

84 Idem p.07

85 O nome Sertão da Ressaca pode ser derivado tanto do fenômeno de invasão das águas dos rios sobre o sertão, semelhante ao fenômeno marinho, como da palavra ressaço, que corresponde à funda baía de mato baixo circundada por serras. É de acordo com o pesquisador Ruy Hernann Medeiros, um termo de uso da geografia popular. Na descrição que Tranquilino Torres fez sobre a região no ano de 1897, a configuração geográfica da região era a seguinte: “limita-se ao sul com o Salto, extrema com Canavieiras e Rio Pardo acima até a Barra do Mosquito, e daí rumo direto pelo vale ao fundo, sendo este o limite com o Estado de Minas Gerais. A Leste com Ilhéus, pelo Salto do Rio Pardo (atual Angelim), rumo direito a Cachoeira, e daí rumo direito à serra Grongogi. A norte com Poções, da fazenda Taquaral. [...] a direita com a fazenda Lajedo indo direto ao Riachão do Gado-Bravo, daí rumo direito às Araras, margem do Rio Gavião. Ao Oeste com Condeúba pelo Gavião acima até a Serra do Caetitú aonde se dividem os terrenos da caatinga com os de mato-cipó, até a passagem do agreste com o Estado de Minas”. Ver: TORRES, T., op.cit. 1996.p. 25

86 O Rio Pardo nasce nos gerais da serra das Almas, no Estado de Minas Gerais, antiga comarca de Serro Frio. Atravessa o município de Conquista na distância aproximadamente de 60 léguas, do Fundo ao Salto, extremas aquela deste município com os de Rio Pardo e Condeúba a Oeste e esta com o de Canavieiras Leste, corre na direção Sul para Este-Sul-Este. [...] É caudaloso e navegável desde Canavieiras até o Arraial do Cachimbo, ou Verruga. Ver: TORRES, T. op. cit. 1996. p. 29

Contas<sup>87</sup> a oeste, o Rio Gavião,<sup>88</sup> nas proximidades da Cidade de Anagé, e, a leste, o limite é a mata de cipó<sup>89</sup>. Esse termo foi também utilizado para denominar áreas específicas no interior da região mais abrangente, a exemplo de fazendas e riachos.<sup>90</sup>

O termo é constantemente empregado nas correspondências oficiais entre os séculos XVIII e meados do XIX. No documento produzido por Pedro Barbosa Leal em 1720, o Sertão da Ressaca apresenta-se como a faixa de terra entre o Rio Pardo e das Contas, “campos que abeiram as matas que se avizinham do mar”. Para Medeiros, as matas que são mencionadas por Leal seriam as matas de cipó, que se aproximam da Mata Atlântica na face leste da Ressaca.<sup>91</sup>

As investidas no Sertão da Ressaca geraram uma série de documentos que nos ajudam a compreender as características geográficas, bem como a perceber a natureza do projeto coetâneo para a conquista da região.<sup>92</sup> Isso pode ser observado, por exemplo, pela leitura do regimento que Pedro Leolino Mariz entregou, no ano de 1725, a André da Rocha Pinto, quando o nomeou para a “conquista das terras ocupadas do gentio bravo, desde o Rio das Contas, até o rio São Matheus”<sup>93</sup>.

As estratégias estabelecidas no regimento foram construídas para viabilizar a conquista das faixas de terras entre os rios São Matheus, Pardo e Contas. Para conseguir efetivar a missão da bandeira, os principais objetivos eram encontrar metais preciosos; estabelecer fazendas de gado; realizar guerra aos índios de “língua travada” estabelecer arraiais.<sup>94</sup>

Durante o século XVIII, a área do Sertão da Ressaca fez parte de uma ampla zona tampão, estrategicamente criada pela Coroa para manter isolada a região das minas dificultando o acesso e o contrabando de metais preciosos.<sup>95</sup> A delimitação dessa região conferiu identidade a uma espacialidade que antes não possuía maior significado: o Sertão da

---

87 O Rio de Contas nasce na Serra da Tromba entre os municípios de Piatã e Rio de Contas na Chapada Diamantina, Estado da Bahia, passa pelas cidades de Dom Basílio, Tanhaçu, Jequié (onde foi erguida a Barragem de Pedras), Jitaúna, Ipiaú, Itagibá, Barra do Rocha, Ubatã, Ubaitaba e Aurelino Leal, para finalmente ter a sua foz no Oceano Atlântico, em Itacaré. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/>

88 Nasce na Serra das Almas, atravessa o município de Condeúba e o divide com o da Vitória. Despeja suas águas no rio de contas depois do curso de mais ou menos 55 léguas. Idem, p. 31.

89 É uma floresta relativamente baixa, com árvores que apresentam uma altura média de 10 a 15 metros.

90 Idelma Novais aborda essa questão quanto enfatiza que Mathias João da Costa estabeleceu fazendas com o nome de Ressaca. Ver: NOVAIS, Idelma. *Produção e Comércio na Imperial Vila da Vitória. Bahia – 1840 – 1888*. Programa de Pós Graduação em História da UFBA. Dissertação de Mestrado, 2008.

91 MEDEIROS, Ruy Hermann Araujo. *Documentos da Conquista do Sertão da Ressaca*. Publicado em: <http://blogdopaulonunes.com/v2/2009/01/sertao-da-ressaca/>

92 Ver por exemplo, os Anais da Biblioteca Nacional, Vol 33, 34, 36, 37.

93 Regimento de Pedro Leolino Mariz. Apud MEDEIROS, op.cit. 2009.

94 Língua travada era um termo utilizado pelos colonizadores para designar os troncos linguísticos que não pertenciam ao ramo tupi-guarani.

95 PARAÍSO, M. H. B. op. cit. 1998.

Ressaca. A partir do momento em que o sertanista João Gonçalves da Costa iniciou a exploração da região, os documentos passam a se referir a esse conquistador como Capitão-mor do sertão da conquista da Ressaca, atributos estes que acompanhariam as sucessivas concessões de patentes aos seus filhos e sucessores daí em diante.<sup>96</sup>

No ano de 1780, o então governador da Bahia, Manuel da Cunha Menezes, em ofício para o secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro, dando notícias da Capitania dos Ilhéus, mencionou João Gonçalves como habitante das cabeceiras dessa capitania, no Sertão da Ressaca, onde vivia entre indígenas bravos e onças. Esse relato é interessante porque indica que as autoridades de então já possuíam boa noção a respeito da geografia da região, bem como das populações e atividades por elas desenvolvidas à época.

Índios bravos e onças que eram em grande número, mas como se lhe foram agregando alguns casais de índios domesticados e teve com que comprar alguns escravos; hoje tem no rancho mais de 60 pessoas e vivem sossegados das primeiras perturbações e rodeados das fazendas de gado com que fornecem os açougues da Villa de Jaguaribe, povoação de Nazareth e Aldêa.<sup>97</sup>

Em 1783, os governadores interinos da Capitania da Bahia localizaram o Sertão da Ressaca “entre as vilas da comarca [de Ilhéus] situada a beira mar, com os sertões da sua cabeceira e especialmente com o da Ressaca, justamente situada no sertão fronteiro às vilas do Camamú e Rio das Contas.”<sup>98</sup> Outra importante fonte sobre a região é o relato do Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, que descreve a Ressaca como “uma pequena localidade em que três famílias de homem de cor cultivam um terreno situado numa pequena elevação, pouco inclinada e rodeada de carrascos; criam também gado.”<sup>99</sup>

A narrativa do Príncipe é interessante porque situa a região do Sertão da Ressaca em terras da caatinga, ao mencionar os “bosques ressequidos” e os animais que habitam o território. Seguindo sua viagem, Neuwied alcança o Arraial da Conquista e diz ser ele o principal lugar da zona, chefiado por Antônio Dias de Miranda, filho de João Gonçalves da Costa e Capitão-mor.

Wied-Neuwied ainda nos dá notícias sobre a situação do Arraial que, na sua visão, era

---

96 Na carta patente concedida a Raymundo Gonçalves da Costa, filho de João Gonçalves da Costa, o termo utilizado é capitão da conquista do sertão da ressaca. Arquivo Histórico e Ultramarino. 2ª via da carta patente do capitão Raymundo Gonçalves da Costa. Documento nº. 29628 – 29629. 23 de janeiro de 1806.

97 Anais da Biblioteca Nacional, vol. 32, p. 474.

98 Idem, p.539.

99 WIED NEUWIED, Príncipe Maximiliano. op. cit. p.387.

“quase tão importante como qualquer Villa do litoral.”<sup>100</sup> Os meios de sobrevivência da população do local giravam em torno da economia do algodão e da passagem de boiadas que desciam para a Cidade de Salvador, pois além dos currais existentes, o lugar era utilizado para o pouso do gado que descia do Rio São Francisco.

Além de mencionar a economia da região, o Príncipe relata o caráter violento do lugar, o que era provocado pela ação de “rapazes desocupados”. Diz Neuwied:

a malandrice e uma inclinação imoderada para as bebidas fortes são traços distintivos desses homens; daí resultam disputas e excessos frequentes, que tornam detestável esse lugar, de má fama para as pessoas mais sérias e consideradas que vivem em suas fazendas espalhadas em torno.<sup>101</sup>

De acordo com o Príncipe, era comum a sua tropa ser aborrecida por homens embriagados, que costumeiramente carregavam punhais e cometem frequentes “assassínios e outras violências”. Por esse motivo, Neuwied fez uma advertência para os viajantes que viriam a passar por esse território: “que procedam com cautela em Arraial da Conquista, para evitarem, para si, e para seu pessoal, aborrecimentos sérios.”<sup>102</sup>

As visões de Maximiliano sobre o Arraial da Conquista evidenciam a presença e práticas de violência difundidas entre as camadas pobres da população. Observação que serve para diferenciar as categorias sociais, uma vez que as pessoas “sérias”, atingidas pelos “desocupados”, seriam justamente aquelas que habitavam as fazendas herdadas da família Gonçalves da Costa ou que se integraram a essas famílias ao longo do tempo.<sup>103</sup>

Essas famílias, aos olhos do Príncipe, eram responsáveis pela “boa imagem” do lugar por promoverem a economia do algodão e a pecuária. Podemos afirmar, entretanto, que a conduta violenta dos moradores da região não foi exclusiva das camadas pobres, pois as acirradas e violentas disputas pelo poder entre as famílias dominantes foram típicas da vida social da região desde os primórdios da sua história.

A violência na região foi motivo de preocupação para João Gonçalves da Costa, que reclamava da submissão do Arraial da Conquista à comarca de Jacobina, distante cerca duzentas léguas, fator que dificultava ainda mais a ação da justiça sobre os conflitos.

Assim, o Capitão-mor pediu a anexação da região à comarca dos Ilhéus, distante apenas

---

100 Idem, p. 409.

101 Idem. Ibidem.

102 Idem. Ibidem.

103 Sobre a concentração fundiária e a herança familiar no Sertão da Ressaca, ver: SOUSA, M. A. S. op. cit. 2001.

quarenta léguas.<sup>104</sup> Porém, João Gonçalves não foi atendido. Mesmo após a sua emancipação, a vila continuou vinculada às comarcas sertanejas, a exemplo de Rio de Contas, em 1854, Maracás, em 1873, e Santo Antônio da Barra da qual se desligou em 1882 para constituir-se em comarca autônoma.<sup>105</sup>

Todo esse caminho histórico não se daria da forma como foi sem a participação dos indígenas que habitavam esse território. Os índios exerceram um papel importante para que fosse concretizada a colonização da região, tal como argumenta Maria Hilda Baqueiro Paraíso,

para solidificar a conquista do chamado Sertão da Ressaca, João Gonçalves da Costa e sua família estabeleceram um conjunto de aldeias, fazendas e estradas que visavam garantir o comércio do gado que criavam e dos produtos de subsistência de suas roças.<sup>106</sup>

Os mapas abaixo ilustram a região abordada durante a formação do Arraial da Conquista, posteriormente a Imperial Vila da Vitória, as terras dominadas pela família de João Gonçalves e o caminho percorrido por ele nas vilas do sul da Bahia.

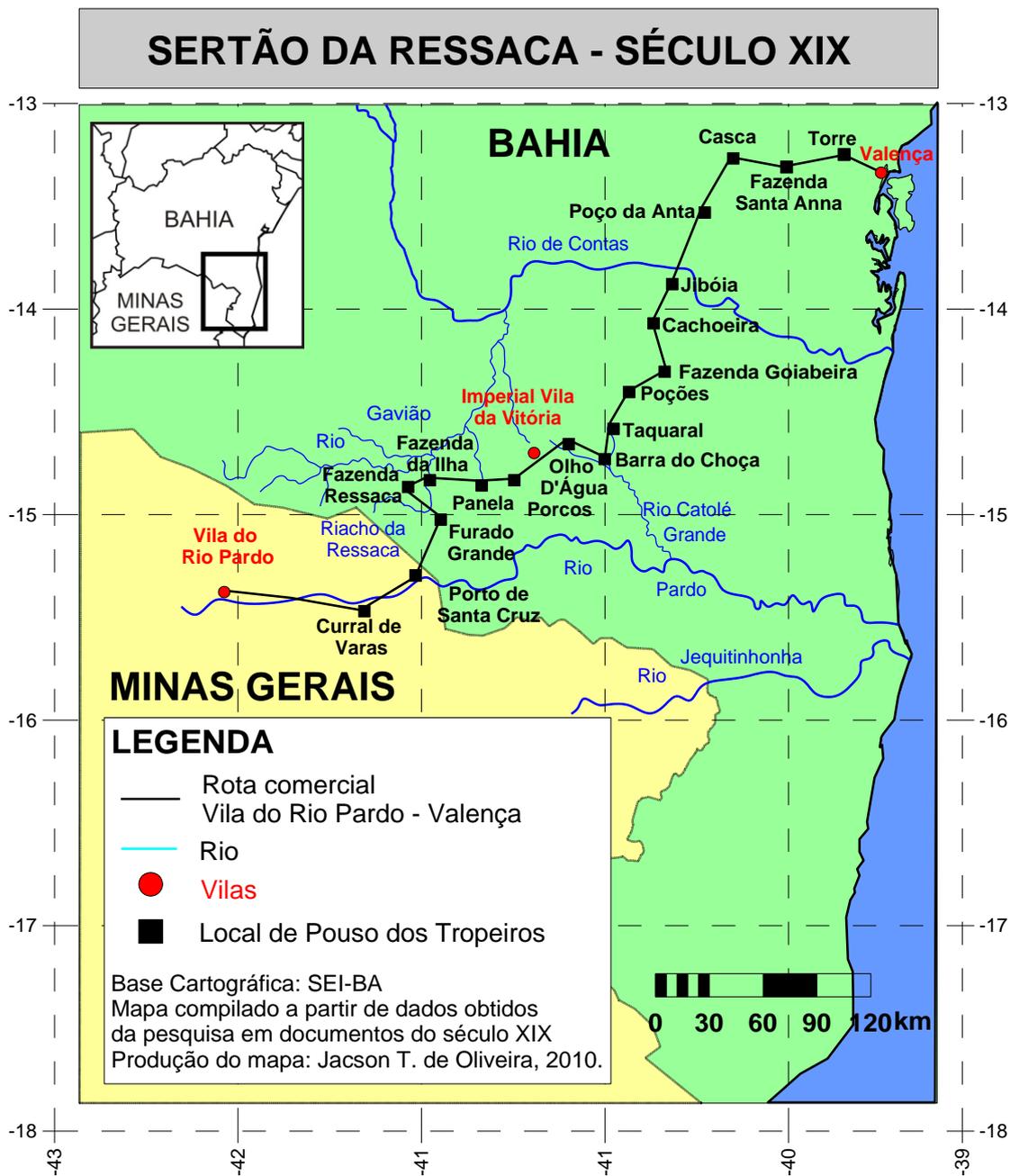
---

104 ACCIOLI, I. *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*. Anotações de Braz do Amaral. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1925, v3, p. 209.

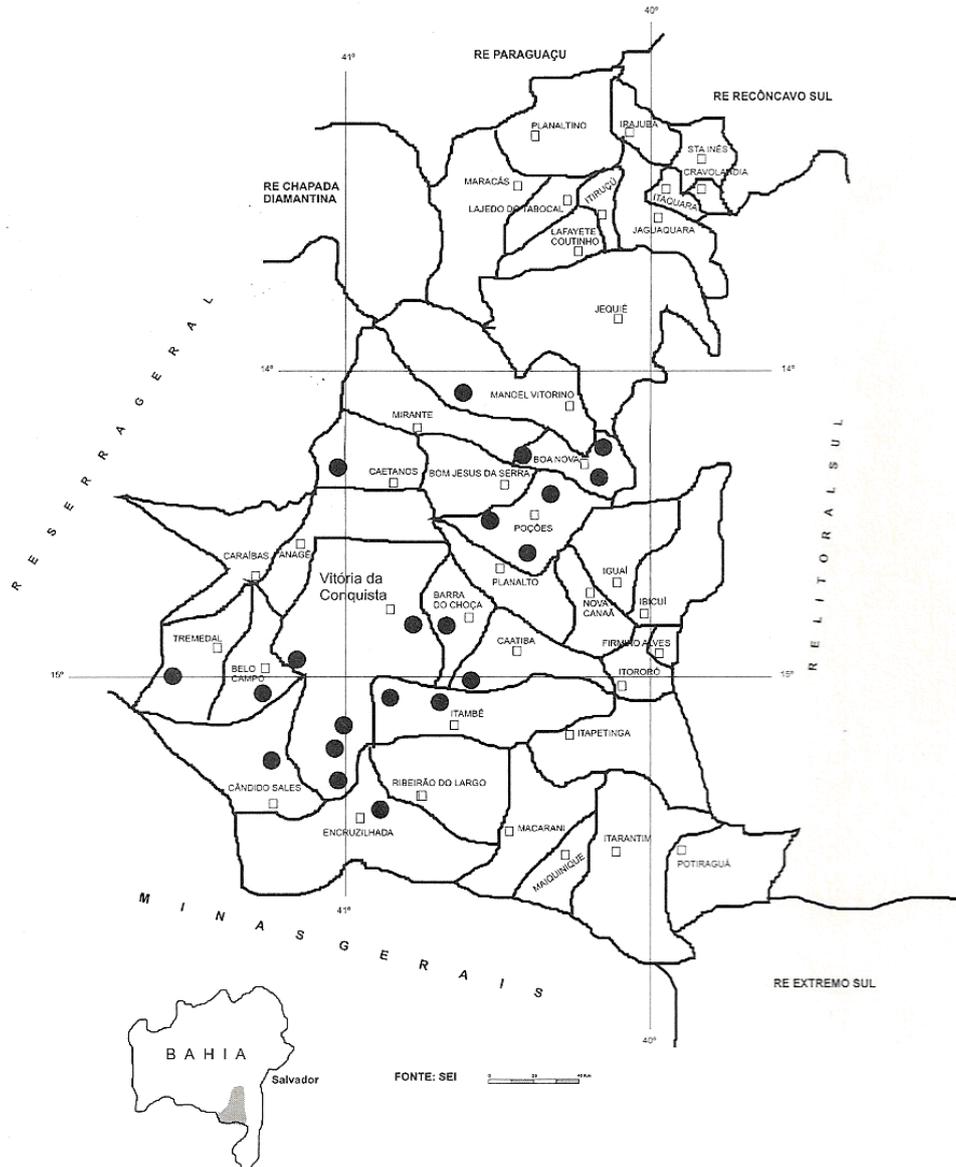
105 MEDEIROS, Ruy Hermann. *Uma pretensão de João Gonçalves da Costa*. *Jornal O Fifó*. Vitória da Conquista, p. 10 de janeiro de 1978. Ver também: SOUSA, M. A. S. op. cit. 2001. p. 184.

106 Ver: PARAÍSO, M. H. B. op. cit. 1998. p. 208

Mapa nº 2



### Mapa nº 3



● Localização aproximada de algumas fazendas da família Gonçalves da Costa  
(Fonte: Inventários/pesquisador Ruy Hermann A. Medeiros)

## O teatro da conquista das aldeias Mongoyó

O tecido das relações indígenas e sertanistas foi confeccionado ao longo dos avanços desses últimos sobre as áreas nativas, acarretando a desestruturação social das comunidades e o largo apresamento de índios para a utilização da mão-de-obra, seja para o serviço de abertura de estradas, derrubada de matas e produção de gêneros alimentícios, seja para o combate a outros grupos nativos. Contudo, para entender os fios dessa costura confeccionada pelos nativos frente ao processo de conquista de seus territórios é fundamental considerá-los como sujeitos ativos, porque eles também foram responsáveis pelo molde das relações travadas com os portugueses. Por esse caminho é possível pensar uma história dos povos indígenas a partir das suas reações e estratégias face à expansão colonial.

Os indígenas foram, por muito tempo, apresentados à historiografia como seres passíveis de aculturação que, como salienta Maria Regina Celestino, “tendo perdido a guerra e renunciado à resistência armada e heroica, tornaram-se vítimas de um sistema perverso e explorador”, ante o qual “assumiam o papel de massa amorfa e inerte à disposição de missionários dogmáticos, colonos ambiciosos e autoridades corruptas.”<sup>107</sup>

Não obstante a violência e a usurpação de terras às quais foram submetidas as populações nativas, é preciso pensar a teia de relações travadas entre índios e colonos como um tecido complexo em que cada parte exerceu um papel móvel conforme a necessidade de cada momento, que se foi aperfeiçoando à medida que ambos os lados adquiriram experiências habituais. É dentro dessa rede social de ações e reações que, a meu ver, podemos compreender as relações entre os indígenas e a família Gonçalves da Costa no período da conquista do Rio Pardo.

Nos primórdios de 1782, João Gonçalves da Costa apresentou-se ao desembargador e ouvidor de Ilhéus, Francisco Nunes da Costa, para pedir-lhe que estabelecesse uma aldeia de índios no lugar denominado Funil do Rio de Contas, “para se cultivar menos infestada do gentio Pataxó a estrada”. Depois de ouvir o Capitão-mor, o desembargador mandou formar a aldeia com “índios mais hábeis, que possam fazer o seu estabelecimento na referida aldeia até o número de 100, se os houver [...] sendo dos primeiros os Grens que são os melhores para auxiliar o fim a que se dirige esta ação de trazer aos vassalos de S. M.”<sup>108</sup>

O aldeamento do Funil deveria servir como barreira de proteção da estrada,

---

107 ALMEIDA, M. R. C. op. cit. 2003

108 Portaria do Governador Marques de Valença. 23 de fevereiro de 1782. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. 32. 1910. P. 540

costumeiramente atacada pelos índios Pataxó, por onde deveria descer o gado, vindo do Sertão da Ressaca, para as vilas da foz do Rio de Contas, Camamu e Maraú e as outras ao sul (ver mapa abaixo).

Mapa nº 4



Depois de criada a povoação do Funil e aldeados os índios, o governador encarregou o ouvidor de Ilhéus de prestar auxílio a João Gonçalves, com cinquenta índios para “a conquista do gentio Nongoió (sic), que jazendo nas cabeceiras do mesmo rio, infesta e afugenta os povoadores e descobridores daqueles férteis e ricos sertões.” Além de receber os cinquenta índios, o Capitão-mor foi municiado com setenta armas de fogo, doze barris de pólvora, dezesseis quintais de chumbo e quinhentas pederneiras.<sup>109</sup>

No ano de 1783, logo após o sertanista e sua tropa, formada também por índios, chegarem ao Rio Pardo, iniciaram-se as investidas contra as povoações nativas.<sup>110</sup> A primeira delas foi mal sucedida por causa dos índios guias que levaram a tropa para fora do rumo das aldeias. A situação dessa primeira expedição adquiriu contornos de maior dramaticidade à medida que os índios, recebidos por Gonçalves da Costa fugiram e levaram consigo armamentos, pólvoras e rações, deixando o sertanista desguarnecido.<sup>111</sup>

Mesmo diante da falta de soldados, o Capitão-mor prosseguiu na sua campanha. Doenças entre membros de sua tropa, falta de alimento e munição não o intimidaram, mas o fizeram retroceder dessa primeira investida. Dois meses após, o Capitão-mor iniciou a segunda entrada nas aldeias contando, dessa vez, com 70 soldados. Desses, fugiram primeiramente vinte e cinco depois mais dois, que fizeram “grandes furtos na pólvora e chumbo”, o que deixou o capitão em desespero.<sup>112</sup>

Quando João Gonçalves encontrou os primeiros vestígios dos indígenas do Rio Pardo, fugiram mais nove soldados, restando apenas trinta e quatro, entre os quais alguns ainda meninos. Apesar de depender apenas “dessa gente fraca”, o sertanista encontrou uma aldeia pequena, cujos moradores, logo que o pressentiram, se puseram a fugir. Ao reencontrar a trilha dos indígenas, o Capitão-mor capturou duas índias, levando um nativo a disparar flechadas contra a tropa, sendo afugentado por tiros.

O sertanista fez as índias, “que já se mostravam mais mansas”, de guias. Dessa forma, seguiram procurando as aldeias a partir das explicações do “língua”.<sup>113</sup> Durante o caminho, João Gonçalves capturou outro índio “bastante-mente robusto o qual entregou as flechas e

---

109 Ofício do Ouvidor da Comarca dos Ilhéus Francisco Nunes da Costa de 06 de agosto de 1783. Anais da Biblioteca Nacional, op. cit. p. 541

110 João Gonçalves da Costa descreve com vários detalhes as entradas nas aldeias Mongoyó do Rio Pardo, bem como, as relações travadas com os indígenas de sua tropa e das aldeias nativas. Cópia da Carta ao Desembargador e Ouvidor de Ilhéus Francisco Nunes da Costa escrita no ano de 1783 op. cit.

111 O termo soldado designa não somente portugueses que compunham a força, mas também os índios que João Gonçalves da Costa adquiriu no aldeamento do Funil. Ver: Cópia da Carta ao Desembargador de Ilhéus e Governo Interino. op. cit.

7 Os desvios de pólvoras e armas podem ser entendidos como a representação da necessidade dos índios de também se municiarem.

113 Língua era o indígena “civilizado” que servia como tradutor e mediador entre colonos e nativos.

arco em sinal de paz.” O nativo optou por permanecer durante a noite com a tropa, dizendo ao sertanista que logo pela manhã mostraria a sua maior aldeia, mas, conforme relata o Capitão-mor, “pela manhã, ou antes dela, o índio fugiu.”

Apesar dos empecilhos impostos pelas condutas indígenas, João Gonçalves alcançou as aldeias. Uma das índias capturada disse ao capitão que existiam outras grandes povoações “onde estavam juntos todos os seus parentes”. Nesse intervalo, um índio contou ao português que a sua tropa era muito pequena e que o capitão da aldeia grande, chamado Capivara, havia de ir atrás dele. Mas, o esperto sertanista respondeu ao índio que a gente dele não era pouca e que para brigar com o chefe indígena ele não carecia de muita, pois esse já o conhecia de outra ocasião em que lutaram, estando João Gonçalves com pouca gente.

Passados sete dias após esse episódio, o índio retornou ao Capitão-mor para lhe dizer que o seu chefe “queria meter-se a paz” e que o português podia entrar nas aldeias ao lado de sua tropa para irem juntos combater os Aimorés, “porque eles fazem muita guerra e os comem.” Porém, o sertanista tinha consciência dos riscos que corria, pois conhecia as “traições” dos índios e a facilidade com que mudavam de opinião.

Por esse motivo, mandou dizer ao líder indígena que precisava buscar facões e outros objetos para presentear-lhe, fato que o deixou muito descontente. Apesar disso, o índio permitiu que o sertanista levasse as duas índias capturadas e um filho seu transformado em “língua” na última entrada.

Para continuar a redução dos índios dessa aldeia, João Gonçalves, primeiro elaborou um documento solicitando ao governo os reforços necessários para suprir os instrumentos levados pelos índios.<sup>114</sup> Porém, a documentação consultada não revela a data da última entrada do sertanista à aldeia de Capivara.<sup>115</sup>

Anos mais tarde, o Capitão-mor da conquista do Sertão da Ressaca foi escolhido pelo governador da capitania da Bahia para uma expedição juntamente com os índios do “seu partido”, para averiguar a navegabilidade do Rio Pardo. O projeto, mesmo não alcançando os objetivos previstos, foi importante porque colocou João Gonçalves da Costa novamente diante das populações indígenas que habitavam as imediações daquele rio.<sup>116</sup>

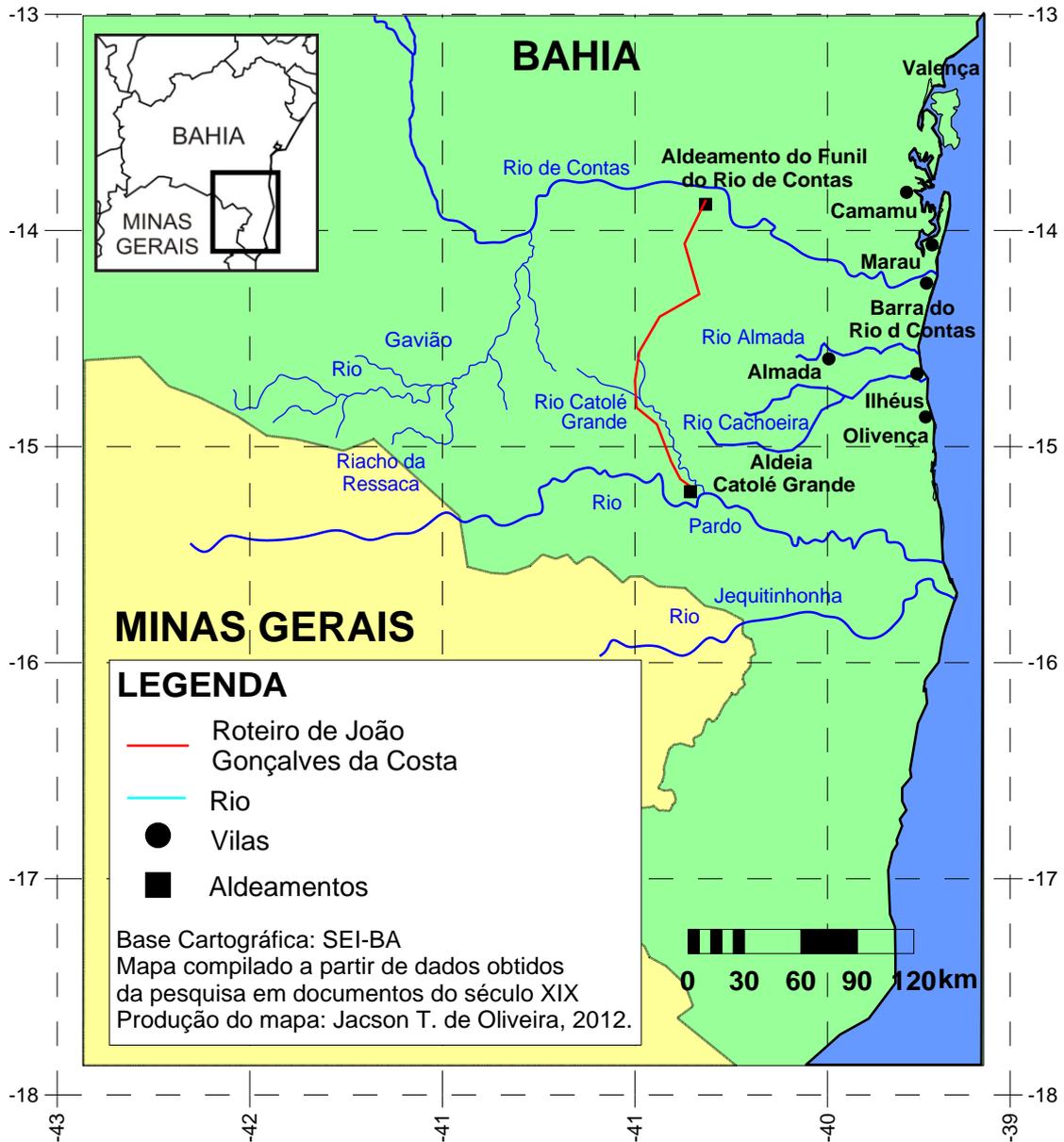
---

114 Reduzir índios significa aldeá-los

115 Essa é uma lacuna ainda por ser preenchida.

116 Ofício do Governador Conde da Ponte para o Visconde de Anadia, op. cit.

# ROTEIRO DE JOÃO GONÇALVES DA COSTA FINAL DO SÉC XVIII



Como resultado dessa empresa, o sertanista produziu a *Memória Sumária e Compendiosa da Conquista do Rio Pardo*,<sup>117</sup>, apresentada ao Conde da Ponte no ano de 1807. Com base nesse documento, o governador tratou das aldeias indígenas Mongoyó como cheias de cultura, “e que em muito boa paz receberão os nossos, e os fornecerão do preciso, mandando voluntariamente em sua companhia um de cada povoação a receberem nesta cidade os presentes, com que se costumam brindar.”<sup>118</sup>

O Conde menciona ainda os pequenos da “Nação Botecuda” que também foram conduzidos à Bahia, mas de acordo com o governador, não sobreviveram, não por falta de bons cuidados, pois foram entregues a pessoas cuidadosas, mas pelo gênio dessa Nação, ou pela diferença de alimentos.<sup>119</sup>

Nessa expedição, João Gonçalves contou novamente com a ajuda dos índios que encontrara no caminho e que levava consigo. Dessa forma, descobriu a aldeia dos Mongoyó ao sul do Rio Pardo, pois um índio que o sertanista já havia apreendido em conquistas anteriores, e o estava domesticando informou-lhe da existência de uma aldeia da sua nação Mongoyó.<sup>120</sup>

Desse modo, os filhos do sertanista, o sargento-mor Antônio Dias de Miranda e o capitão Raymundo Gonçalves da Costa, partiram para o sul, acompanhados de setenta soldados, dentre eles um “língua” Mongoyó, para facilitar a comunicação com a aldeia e garantir a paz entre eles e os índios. Por conta das picadas de cobras que os soldados sofreram, demoraram quarenta e cinco dias para chegarem à povoação nativa.<sup>121</sup>

Quando chegaram à aldeia Mongoyó, utilizaram o “língua” no transporte dos machados, foices e facas que serviriam para presentear aos índios, como sinal de convite “a uma verdadeira paz e amizade”. João Gonçalves relata que esse “língua” agiu com confiança e eficácia. O resultado foi a recepção pacífica dos índios para com os conquistadores, que,

sem a menor resistência vieram todos não como bárbaros e rústicos, mas como homens civis, a receber a tropa de conquistadores, como amigos, e recolhendo a todos em suas choupanas, os socorrerão de mantimentos de suas roças, sendo essa Nação de gentio Mongoyó, a única entre os bárbaros que vivem de trabalhar na agricultura.<sup>122</sup>

---

117 Para ver o documento na íntegra: Anais da Biblioteca Nacional, vol. 37. P. 455-459.

118 Anais da Biblioteca Nacional, vol. 37, op. cit. p. 455.

119 Idem. Ibidem.

120 Possivelmente esse é um índio apreendido na conquista das aldeias Mongoyó do ano de 1783 realizada por João Gonçalves da Costa.

121 Anais da Biblioteca Nacional, vol. 37, op.cit.

122 Maria Hilda Baqueiro Paraíso faz uma importante consideração sobre essa informação dada por João Gonçalves da costa de que os Mongoyó eram agricultores, nas palavras da pesquisadora, “Um dado interessante

A aldeia passou a ser chamada de Victória devido à presença do índio Victório, do mesmo grupo, que fora apreendido por João Gonçalves em outras conquistas, batizado e enviado para trabalhar na abertura da estrada empreendida pelo coronel João de Sá. Porém, o Mongoyó fugira para seu local de origem, alegando os maus tratos que lhe eram impostos por Sá.

Vitório teve um papel importante nessa trama, pois, ao noticiar para os conquistadores a existência de uma mina de ouro fez com que a tropa entrasse pela região habitada por índios botocudos, inimigos de sua nação. Ao irem examinar a mina, os Gonçalves da Costa levaram junto esse índio e mais alguns.

Após dois dias de caminhada, a tropa encontrou com um grupo de Botocudos, “e por outro nome Iboréz ou Amorês”, que confrontaram de imediato com os Mongoyó. O resultado do encontro entre a tropa de conquistadores e os índios Botocudos foi o ferimento de um soldado português, o que fez parte da tropa retornar à aldeia aliada.

De acordo com o relato de João Gonçalves, em represália ao ataque dos Botocudos contra o soldado português, a tropa decidiu marchar sobre esses índios e, ao fim de quatro dias, encontraram a rancharia indígena. Para a surpresa dos conquistadores, os índios ofereceram uma tenaz resistência:

postos por detrás dos paus se defendiam de alguns tiros [...] eles com as mulheres a seus lados, e carregada de flechas, iam distribuindo-as aos homens, para que com maior presteza fizessem seus tiros. [...] com grande multidão de flechas ficaram 3 soldados feridos; o que visto pelo intrépido capitão Raymundo, puxando a espada, mas os bárbaros não esperarão, antes abandonando seus ranchos se puseram em fuga.<sup>123</sup>

O resultado desse conflito foi o aprisionamento de oito crianças Botocudas, as mesmas mencionadas pelo Conde da Ponte, e uma mulher de meia idade com um bebê. Além disso, foram mortos vinte e um índios. Depois de findado o conflito, os soldados entraram nas rancharias indígenas e apanharam arcos e flechas, ficando “horrorizados de encontrarem uma grandiosa máquina d’ossos de gente [...] aqueles bárbaros comem os seus semelhantes, e aos

---

fornecido pelo Capitão é o de que apenas os *Kamakã-Mongoió* praticavam a agricultura naquela região, confirmando outras informações de que os Botocudos e os *Pataxó* eram, predominantemente, naquele momento, caçadores e coletores. Porém não é possível deixar de aventar algumas hipóteses com relação a essa constatação: os dois últimos grupos, deslocados de seus territórios, e que usavam como tática de sobrevivência uma grande mobilidade espacial, poderiam ter abandonado, temporariamente, a prática da agricultura. Ver: PARAÍSO, M. H. B. op. cit. 1998. p. 206.

123 Anais da Biblioteca Nacional, vol. 37. op. cit. p. 456

próprios parentes quando morrem e que matam os velhos para também os comerem.”<sup>124</sup>

Esse episódio foi comentado por Paraíso que trouxe uma observação importantíssima acerca da questão de ser atribuída aos botocudos a antropofagia, quando na verdade, não eram antropófagos. Nas palavras da autora,

a tropa afirmou categoricamente que esses índios eram antropófagos, baseando-se em equipamentos e ossos, provavelmente de macacos, descarnados com instrumento de corte encontrados na aldeia e na afirmativa dos soldados de que nunca havia velhos entre essas populações, o que os fazia crer que eram comidos pelos demais. Na verdade, sabe-se que populações, vivendo situações de crise, sofrem alterações significativas na composição de sua pirâmide demográfica, por terem reduzida, de forma drástica, sua longevidade.<sup>125</sup>

Depois de encontrada a mina, os conquistadores retornaram para a aldeia Mongoyó, onde foram bem recebidos pelos índios, que procuraram curar os feridos e abastecer a tropa para a viagem até a Barra da Jiboia. Ao partirem, levaram como “língua” um curumim, filho de um índio “domesticado”. Quando chegaram, foram recepcionados por João Gonçalves, que deu notícias sobre outra aldeia Mongoyó, indicada pelo mesmo índio que comunicara a existência da primeira.<sup>126</sup>

Assim, a tropa, pautada na recomendação da política indigenista vigente, de usarem da docilidade com esses índios, por pertencerem a uma nação aliada, partiu para a conquista dessa povoação. Quando chegaram à aldeia, os conquistadores foram “recebidos e tratados como amigos, e os índios logo os participaram dos seus mantimentos e mais legumes de suas lavouras.” Em seguida, ficaram sabendo da existência de mais quatro aldeias Mongoyó desmembradas da Aldeia Grande, e decidiram marchar sobre elas, o que fizeram com a ajuda de um guia. Essas aldeias também não teriam oferecido resistência à conquista.<sup>127</sup>

João Gonçalves continuou averiguando a navegabilidade do Rio Pardo. Chegou a ter uma canoa naufragada. Por essa razão, ele não pode enviar ao governo os chocalhos dos índios botocudos, confeccionados com ossos de pequenos animais, e outras coisas que

---

124 PARAÍSO, M. H. B. op. cit. 1998. p.207.

125 Idem. Ibidem.

126 A Aldeia Grande como foi chamada por João Gonçalves se localizava na Barra do Catolé que “é uma ribeira que nasce nos pastos do Arraial da Conquista por onde passa diminuto e com pouca corrente, e d’ali vai engrossando proporcionalmente, recebendo águas de outras ribeiras [...] entra nas matas grossas, onde se faz navegável até sair no Rio Pardo, onde vai fazer Barra, e tem o nome de Catolé. COSTA, João Gonçalves da. *Memória Sumária e Compendiosa da Conquista do Rio Pardo*, op. cit. p. 457.

127 De acordo com João Gonçalves, essas últimas aldeias se localizam na Caatinga, “que são umas matas rasteiras, e entre elas grandes pastos para gado” Idem, p. 457

ganharam nas aldeias Mongoyó. No curso do rio, o Capitão-mor avistou as povoações de botocudos, o que lhe despertou o desejo de conquistá-las, mas por estar acompanhado de um baixo número de soldados, não o fez.

Depois da expedição ao território do Rio Pardo, João Gonçalves propôs ao Conde da Ponte a abertura de uma estrada da Barra do Catolé ao rio Una, que seria de muita utilidade ao comércio do sertão da Ressaca e facilitaria a passagem do gado para as comarcas de Ilhéus e Porto Seguro. Além disso, sugeriu o aldeamento dos índios Mongoyó já conquistados.<sup>128</sup> Todo esse território percorrido por Costa era ocupado pelos índios Pataxó, Kamakã-Mongoyó e Botocudos.

As fugas e roubos praticados pelos índios que se encontravam na companhia do sertanista foram empecilhos impostos ao Capitão-mor e dificultaram a realização de seus objetivos. Aliado a isso, as condutas dos índios que o conquistador encontrou ao longo das suas investidas nas aldeias impunham certas limitações aos seus projetos, pois oscilavam entre a negação da colaboração com o sertanista à requisição de alianças cujo objetivo era impor guerra a outros povos indígenas, o que retardava o processo da conquista definitiva do território.

Estamos tratando de estratégias indígenas, noção que nos ajuda a entender as atitudes cotidianas dos índios frente ao processo da conquista. As relações entre índios e colonos se definiram melhor a partir dos aldeamentos, espaços nos quais os dois lados teceram complexas redes de dependência mútua.

De acordo com John Monteiro, nas relações entre lusos e indígenas, os portugueses procuraram impor diversos meios de organização do trabalho nativo. Dessa forma, se depararam com atitudes mutantes por parte dos índios, que iam da colaboração à resistência.<sup>129</sup> Assim são as tantas fugas, desvios, roubos, “mentiras”, enganos, alianças, doações, atos que serviam para preservar a vida e garantir posições. As narrativas apresentadas por João Gonçalves da Costa, quando descreve a conquista do Rio Pardo, evidenciam esses diversos comportamentos.

Se pensarmos que o índio Vitório comunicou a existência da mina de ouro em terras habitadas por Botocudos como forma de fazer com que os conquistadores guerreassem contra seus inimigos, podemos perceber a utilização de práticas do colonizador para garantir algo

---

128 Idem, p. 459

129 Ver: MONTEIRO, J. M. op. cit. 1995. p. 18.

para seu povo, demonstrando que os índios tinham absoluta capacidade de incorporar novas estratégias àquelas que já possuíam.<sup>130</sup>

A conduta de Vitório pode exemplificar essa gama de atitudes discutida. Vitório aparece como um índio que conheceu os dois lados do processo de conquista da região. Foi aprisionado, batizado e obrigado a trabalhar, tendo fugido para a sua aldeia. Mesmo após a sua fuga tornou-se, por um curto período, condutor da tropa dos conquistadores rumo à lavra de ouro ou à aldeia botocuda.

### **A política indigenista e os aldeamentos do Rio Pardo**

As relações luso-índigenas tiveram, desde os primórdios da dominação portuguesa, a marca da dualidade. Aos índios aliados, cuja mão-de-obra era essencial para a construção do projeto colonial, foi reservada a política de “docilidade”. Aos índios resistentes ao processo de colonização, os denominados hostis e bravios, destinou-se a guerra, com a conseqüente escravidão ou extermínio.

Os primeiros deveriam ser descidos (dos sertões), iniciados na doutrina católica e transformados em vassalos do Rei, como diz Beatriz Perrone, em “vassalos úteis”<sup>131</sup> Esses se tornariam o que Monteiro chamou de índios intermediários, aqueles que virariam agentes de novos descimentos.<sup>132</sup>

A necessidade de utilizar braços indígenas no projeto colonizador a princípio identificou-se com os objetivos da expansão da fé católica pela Companhia de Jesus. Desse modo, o itinerário dos índios aliados seria: conversão, civilização e utilização da sua mão-de-obra.<sup>133</sup> Para tanto, o projeto de aldeamento funcionou como solução a garantir força de trabalho, desde que os índios circunscritos fossem destinados à utilização dos colonos, de acordo com as necessidades lusas.

Quando aldeados, eles recebiam a garantia de manutenção de suas terras, como se pode observar no Alvará de 26/07/1569, que determinou serem os índios “senhores das terras

---

130 John Monteiro menciona que o benefício que as alianças proporcionavam aos indígenas era a guerra contra os índios inimigos. Embora, essas mesmas alianças mostraram-se muito ofensivas para os índios. Ver: MONTEIRO, J. M. op. cit. 1995. p. 17

131 PERRONE-MOISÉS, Beatriz.- “Índios livres e índios escravos”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da, (org) *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura/Companhia das Letras. 2009. p. 118.

132 Sobre esse aspecto, para a colonização de São Paulo, Monteiro argumenta que os portugueses costumavam lidar com índios intermediários para conquistar outros grupos. Dessa forma, as alianças desempenhavam um papel central nas estratégias dos colonos. Essa dependência ia se tornando mais intensa, na medida em que os paulistas adentravam o sertão em busca de cativos. Notoriamente, as alianças com os indígenas proporcionaram os êxitos dos paulistas. Ver: MONTEIRO. J. M. op. cit. 1995 p. 62-63.

133 Idem, p.120.

das aldeias, como o são na serra”.<sup>134</sup> Essa declaração foi retomada nas Leis de 1609 e 1611, na Provisão de 08/07/1604, na Carta Régia de 17/01/1691 e no Diretório de 1757.<sup>135</sup> Essa garantia voltou novamente para o âmbito da legislação indigenista no período imperial, como se pode observar no Decreto nº 426 de 24/97/1845, na Lei de Terras de 1850 e na Lei nº 1318 de 31/01/1854.<sup>136</sup>

Os aldeamentos possuíam uma área reduzida em comparação com o território tradicional indígena. Entendemos a expressão “reduzir índios” à luz de Manuela Carneiro da Cunha que trata esse termo como forma de esbulho da área ocupada pela população nativa não aldeada.<sup>137</sup> Assim, o aldeamento também funcionou como parte do projeto de “limpeza” do sertão e conseqüente apropriação das terras nativas pelos colonos.

De toda sorte, os índios aldeados teriam seus direitos resguardados pela lei de um tratamento “bondoso e pacífico” que os chamava à conversão e à formação de alianças.<sup>138</sup> Se esse era o modo dispensado aos nativos aliados, a escravidão foi o destino dos índios hostis.<sup>139</sup> Para eles, a Lei de 1680 determinou a guerra justa e o resgate.<sup>140</sup>

A guerra justa justificava-se pela impossibilidade dos missionários propagarem a fé, prática de hostilidades contra súditos do rei e pelo rompimento de alianças.<sup>141</sup> Das causas apontadas para salvaguardar essa política, a mais saliente e menos confusa é a referente à hostilidade indígena. O rompimento de pactos aparece como causa de guerra no parecer de um desembargador em 1605 e na Provisão Régia de 17/10/1653 e a antropofagia não parece ter se constituído elemento suficiente para justificar a guerra justa.<sup>142</sup> Portanto, a hostilidade

---

134 Idem, p.119

135 Idem, ibidem.

136 Ver: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Legislação Indigenista no Século XIX*. São Paulo. Comissão Pró-Índio. Editora da Universidade de São Paulo. 1992. p. 191, 212, 220.

137 Idem. Ibidem.

138 Perrone argumenta que as razões para os bons tratos são as mais variáveis possíveis, pois alegava-se uma inconstância dos índios que podia levá-los novamente à gentildade se fossem mal-tratados. PERRONE-MOISÉS. op.cit. 2009. p. 122.

139 Sobre a escravização de povos indígenas, PARAÍSO considera que a inferiorização dos nativos fundamentou-se, enquanto elemento necessário para estabelecer a escravização de índios. Nas palavras da autora “são as visões pessimistas e negativas sobre as populações indígenas que serão usadas pelos defensores da escravidão, particularmente os colonos desejosos de acesso à mão-de-obra gratuita e abundante. Diante de imagens e interesses tão controversos, as posições das metrópoles vão refletir indecisões, tentativas de conciliação e busca de alternativas para a solução dos questionamentos e pressões presentes quando da formulação das políticas e do ordenamento jurídico das relações coloniais.” PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro, *De como obter mão-de-obra Indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII*. Revista de História da USP, São Paulo, 1994, p.180.

140 Paraíso argumenta que as auto e hétero denominações de grupos indígenas levaram os colonos a tratarem um grupo como se fossem dois ou mais. Essas denominações eram intencionalmente confundidas para justificarem a guerra justa, movida a grupos que se não fossem identificados não poderiam ser legalmente escravizados. PARAÍSO, M. H. B. op. cit. 1998. p. 5

141 PERRONE-MOISÉS. op. cit. 2009. p. 122.

142 Idem, p. 124.

por parte dos índios inimigos foi a principal justificativa da guerra. De acordo com Perrone, essa causa aparece em todos os documentos que se referem à política de guerra justa desde o Regimento de Tomé de Sousa de 15/12/1548.<sup>143</sup>

Os índios cativos de outros índios, uma vez comprados ou resgatados para serem salvos do ritual antropofágico também teriam a escravidão como destino. Nas palavras de Perrone, “o resgate é, como a guerra justa, um caso de escravização fundamentado por regras de direito correntes, sendo sua liceidade aceita até mesmo para o padre Vieira.”<sup>144</sup> Os denominados índios de corda são escravos legítimos, conforme a Lei de 1587, e o resgate justificava a escravização, de acordo com o Regimento de 21/02/1603, a Lei de 1611, a Provisão Régia de 17/10/1653 e o Alvará de 28/4/1688.<sup>145</sup>

As Cartas Régias de 1808 e 1809 inauguraram a política indigenista do período de Dom João. Essa foi marcada pelo caráter anti-índigena e pela retomada da guerra justa como prática, agora destinada aos índios genericamente denominados por Botocudos. Não obstante as Cartas Régias se referirem aos índios de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, elas tiveram receptividade na América portuguesa.

A ideia de civilização<sup>146</sup> passou a adotar uma posição antiétnica quando forçou os indígenas a se adequarem à expansão do projeto português ante a possibilidade de serem exterminados.<sup>147</sup> A captura dos índios, prevista nos textos régios, servia para a obtenção de mão-de-obra e a liberação das terras, uma vez que essas passavam a ser devolutas. Já para o uso da mão-de-obra havia um tempo previsto de quinze anos, período necessário para o nativo ser transformado em nacional.<sup>148</sup>

A criação dos aldeamentos funcionou como uma etapa indispensável em que a pedagogia administrativo-religiosa pautou-se no propósito de sedentarizar as populações nativas contatadas, de atrair os índios tidos como “bravios” e empregá-los nos empreendimentos que modernizariam a recente nação e que os transformariam em nacionais.<sup>149</sup>

---

143 Idem, p.125

144 Idem, p. 128.

145 Idem. Ibidem.

146 Manuela Carneiro da Cunha enfatiza que o debate sobre a política indigenista até as primeiras seis décadas do século XIX girou basicamente em torno de dois eixos: se deviam exterminar sumariamente aos índios ou capturá-los com brandura. Ver: CUNHA, M. C. op. cit. 1992. p. 05

147 Essa é uma ideia observada, sobretudo em MOREIRA NETO: Ver: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia. De maioria a minoria. 1750-1850*. Petrópolis, Vozes, 1988, p.33

148 Essa não era uma característica específica do XIX, mas já existia desde o XVI com os missionamentos, agravando-se com Pombal e sendo retomada no XIX.

149 PARAÍSO, M. H. B. op. cit. 1982.

Dessa forma, de acordo com Manuela Carneiro, entender a legislação indigenista do século XIX é importante por, pelo menos, dois fatores: primeiro pela necessidade de perceber as ideias da elite da época e o quadro institucional do indigenismo, de forma a visualizar a realidade e a desvendar a ideologia embutida nessas ideias. O segundo motivo é perceber o impacto da legislação indigenista do XIX na atual.<sup>150</sup>

No calor dos embates acerca da formação da nação brasileira vieram à pauta das discussões o caráter humanitário dos índios. Foi no bojo desses debates que surgiram importantes intelectuais discutindo os rumos que a nova nação deveria seguir para se consolidar. A inserção desses pensadores na cena política levou à baila importantes projetos nacionais, visando um Brasil modernizado e unificado pela ação imperial.

Entre as figuras de maior destaque nesse quadro está José Bonifácio de Andrada e Silva, homem que se fez notar por sua trajetória política desde antes da independência, quando exerceu um papel de articulador da consolidação da nova nação. Bonifácio nos interessa, sobretudo, pelos projetos de inserção de povos marginalizados no contexto da discussão da identidade nacional. Nele, a questão negra e indígena encontra um propagador. Com relação a esses últimos, podemos afirmar que Bonifácio formulou um projeto direcionado à definição de uma legislação que os contemplasse.<sup>151</sup>

Na conjuntura da emancipação política do Brasil, as ideias de José Bonifácio sobre a “civilização dos índios bravos” foi singular por criar novas bases para a construção do indigenismo nacional. Seu projeto é um marco da questão indígena e, apesar de suas proposições não estarem presentes na constituição de 1824, foi a partir dos *Apontamentos para a civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil* que se desenvolveu a política e o debate indigenista nesse período e após a proclamação da República.

*Os Apontamentos* tratavam da “sujeição ao jugo da lei e do trabalho, tratavam de aldeamentos”.<sup>152</sup> No entanto, não foram aprovados nem incorporados ao projeto constitucional por serem contrários à guerra justa, à escravização e ao confisco dos territórios indígenas. A política indigenista ficou a cargo das Províncias devendo estas promoverem as missões e catequese dos índios.

Nesse âmbito, a legislação indigenista do Império nos permite compreender o contexto das ações oficiais relacionadas aos aldeamentos, principalmente a partir do Regulamento das Missões de 1845 e da Lei de Terras de 1850. O primeiro regularizou a permanência de não

---

150 CUNHA, M. C. da.op. cit. 1992. p.3

151 Vide: SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos no Império do Brasil*. In CUNHA, M. C. op. cit. 1992.

152 Idem. p. 10

índios nos aldeamentos, mediante os arrendamentos e aforamentos; e a segunda, de maneira indireta, conferiu a possibilidade de considerar as terras das extintas aldeias indígenas como devolutas, com o intuito de incorporá-las à política imperial de expansão fundiária.<sup>153</sup>

Assim, a expansão dos territórios ainda não conquistados, a definição de fronteiras e a incorporação das terras indígenas fizeram parte dos projetos de construção da nação. A ocupação das áreas nativas se configurou como possibilidade de expansão das fronteiras do Império, numa dinâmica que culminou na descaracterização acelerada dos aldeamentos, principalmente nas regiões cuja finalidade de incorporação do índio à população civil já havia sido alcançada.

A integração das comunidades indígenas ao recém-criado Estado passava pela inclusão de seus territórios, sejam os de antepassados ou aqueles dos aldeamentos. A apropriação dessas terras resolvia o problema dos interessados nos projetos específicos de colonização com base no latifúndio. Nesse contexto, é possível refletir que a política indigenista pensada naquele século atendeu aos interesses da elite latifundiária.

A questão das terras se transformou no elemento decisivo para a tomada de decisões relativa à extinção ou criação de aldeamentos, o que dependia dos interesses existentes sobre um determinado território. Como bem definiu Manuela Carneiro da Cunha, “a questão indígena do século XIX deixou de ser uma questão de mão de obra para se converter essencialmente numa questão de terras.”<sup>154</sup>

A nova nação, ao se definir enquanto continuadora do trabalho de civilização iniciada pela colonização portuguesa, salvaguardou a continuidade da política pombalina para os índios. Nesse campo, argumenta Manoel Guimarães que “ao ser definida a Nação brasileira enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo, a historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros.”<sup>155</sup>

A produção historiográfica de que fala Guimarães, veiculada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, gestada no seio de elites social, letrada e econômica, pautou-se nos ideais de consolidação da nação. O resultado foi a produção de registros etnocêntricos sobre os indígenas no Império. Conforme o autor, “a perspectiva de englobar na instituição estudos de natureza etnográfica, arqueológica e relativo às línguas dos indígenas brasileiros pode ser

---

153 Manuela Carneiro da Cunha destaca a necessidade urgente da integração indígena entre os nacionais, bem como, o extermínio dos índios ainda não aldeados. CUNHA, M. C. op. cit. 1992. p. 9

154 Idem. p. 04

155 GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, 1988. p. 05 - 27

explicada a partir da própria concepção de escrita da história partilhada pelos intelectuais que a integravam”<sup>156</sup>.

O debate em torno das questões indígenas dentro do IHGB visava à ampliação da temática da nacionalidade brasileira, na tentativa de legitimar um discurso de integração dos índios à nação e utilizá-los como mão-de-obra a partir da civilização e qualificação deles. Para romper de vez com o passado português, o IHGB construiu uma história em que os povos indígenas foram compreendidos de duas únicas formas: os Tupy e Guarany.

Ambos eram representados como a auto-imagem que a brasilidade fazia de si, como argumenta Manuela Carneiro, “é o índio que aparece como emblema da nova Nação em todos os monumentos, alegorias e caricaturas. É o caboclo nacionalista da Bahia, é o índio do romantismo na literatura e na pintura. É o índio bom e, convenientemente, é o índio morto”;<sup>157</sup> os Tapuias eram os índios vivos que “infestavam” os sertões. A esses cabiam duas medidas: a captura e o usufruto de sua mão-de-obra ou o extermínio. Dentro da categoria de Tapuia destacavam-se os Botocudos “bárbaros e ferozes”.

Da Independência a 1861, a catequização e civilização dos índios ficaram a cargo do Ministério do Império. Nessa última data, essas tarefas passaram para o Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, mudança que nos autoriza a entender que os assuntos indígenas passavam a ser compreendidos como exclusivos de terras.<sup>158</sup> Nos sertões que paulatinamente se incorporavam à nação, os aldeamentos indígenas condensavam as ideias e práticas da política indigenista do Império: não mais eram demarcados por serem considerados transitórios.<sup>159</sup>

## **Aldeando Índios**

Foi dentro desse contexto que se inseriram os aldeamentos do Rio Pardo após a conquista do sertão da Ressaca, empreendida por João Gonçalves da Costa. Esses aldeamentos foram criados com base na política de inserção dos nativos à população local, a ser consumada por meio do trabalho, da mestiçagem e da divisão das terras das aldeias. (ver o mapa de n.6)

---

156 Idem. Ibidem.

157 CUNHA, M. C. op. cit. 1992. p. 8

158 Idem. p.14

159 MONTEIRO, J. M. op. cit. 1995. p 159

Quando João Gonçalves deu por findada a sua expedição ao Rio Pardo, solicitou ao Conde da Ponte que desse aos índios Mongoyó, “já conquistados, pároco que os doutrine, e diretor para os dirigir, com o que podem ser mais úteis, a si mesmos, e ao comércio”.<sup>160</sup> Sua sugestão não só foi atendida, como também estendida aos nativos considerados “bárbaros”.

Depois de passado algum tempo, com a “paz feita em 1806”, João Gonçalves da Costa, que se denominava “senhor de todas as terras conquistadas com o peso de seu braço e de seu facão”, foi residir na Fazenda Cachoeira, de sua propriedade, hoje município de Manoel Vitorino. Seu filho Antônio Dias de Miranda, após vencer as eleições, passou a administrar o arraial como juiz de paz. Tornou-se dono de grande parte das terras da região que eram “povoadas por gente semi-selvagem e de maus princípios” e formou as aldeias dos nativos nas margens do Rio Pardo.<sup>161</sup>

Esses aldeamentos surgiram sob a égide da Lei Provincial nº 32, de 5 de março de 1836, e é clara ao dispor sobre o papel dos missionários e diretores para manterem a ordem entre os índios “excitá-los ao trabalho, e cultura do campo, e obrigar a mocidade a aprender a ler e escrever”.<sup>162</sup> O reconhecimento dessa lei facilitou a política de integração nacional dos índios do Rio Pardo, e a atração dos recém aldeados. A Lei normatizava a respeito do território desses aldeamentos e estabelece seu patrimônio,

a aldêa que for estabelecida nos bravios do Gequitinhonha, Rio Pardo e seus confluente, dentro dos limites desta Província, e tiver mais de trinta famílias [...] haverá um quarto de légua em quadro para o seu Patrimônio e logradouro: a que tiver mais de sessenta, meia légua em quadro: e a de mais de cento e vinte, uma légua em quadro.<sup>163</sup>

Por fim, essa Lei instituiu que os missionários e diretores deveriam anualmente prestar contas ao governo da Província que, por sua vez, deveria prever as despesas necessárias para a catequese e civilização dos índios no orçamento provincial.<sup>164</sup>

Os aldeamentos do sertão da Ressaca não fugiram à regra da política de integrar o índio aldeado à civilização pretendida pelo governo. Os estágios pelos quais passavam os indígenas,

---

160 Anais da Biblioteca Nacional, vol 37, op. cit. p. 459.

161 Idem. p.65

162 Lei Provincial nº 32 de 05/03/1836 In CUNHA, M. C. op. cit.1992. p. 168-169

163 Idem. Ibidem.

164 Nas falas dos presidentes da Província podemos ter uma noção da evolução da política para os aldeamentos, bem como, as despesas dispensadas ao projeto catequético voltado sobretudo para a atração de índios ainda não aldeados.

civilização, cristianização e inserção como trabalhadores na sociedade nacional, ficavam a cargo de diretores escolhidos pelo Estado e de missionários.<sup>165</sup>

No caso dos aldeamentos do Rio Pardo, os frades capuchinhos se firmaram entre as autoridades locais, tornando-se, eles próprios, os seus administradores. Enquanto dirigentes dos aldeamentos, os capuchos foram responsáveis por informar sobre a presença de índios hostis, “abrir clareira, construir ranchos, abrir roças e buscar contato para convencer os índios a se aldearem, criar a infraestrutura do aldeamento, ampliar as roças, iniciar os índios nos princípios cristãos.”<sup>166</sup>

Nessa região, os aldeamentos costumavam mudar de lugar. Outras características foram as alterações nas suas composições étnicas, se por vezes um aldeamento possuía maioria Mongoyó, em outro momento passava a ter maioria de outros grupos étnicos.<sup>167</sup> Uma evidência do que foi dito pode ser encontrada no discurso do Presidente da Província da Bahia sobre o significado de missão católica, momento em que abordou a vontade do missionário em mudar de lugar o aldeamento que administrava.<sup>168</sup>

Para o governante, o missionário “tem desesperado de continuar no mesmo sitio com sua aldêa à falta de visinhos que os socorram no caso de ser atacado por uma horda inimiga que existe na sua proximidade”.<sup>169</sup> O pedido do capuchinho foi atendido. Todavia, ele teria que fundar um novo aldeamento na região conhecida por Salto do Rio Pardo (Angelim). Contudo, os índios da mesma nação que os de Santo Antônio da Cruz deveriam ser reunidos nessa localidade, liberando o novo para os “selvagens” que seriam “incorporados” à civilização.

A configuração dos aldeamentos aparece nos documentos da seguinte maneira: em Santo Antonio da Cruz (Inhobim)

no Termo da Victoria, uma aldeia é de Botocudos, que há pouco tempo eram bravios, e vão-se acostumando com vagar á vida social. Estiveram anteriormente no Mangerona, donde passarão depois para o Riacho. E deste lugar para Santo Antonio da Cruz, meia légua ao pé da capela, que foi deles, e onde se estabelecerão os Mongoiós em 1846. Há 32 famílias com 140 e

---

165 Ver essa discussão em: SANTOS, Erilza G. dos. *O Diretor de índios: Análise preliminar dos diretores parciais de aldeias indígenas – Bahia, 1845 – 1889, Dissertação de Mestrado*, UFBA.

166 PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Formando Trabalhadores: Missões e Missionamentos Capuchinhos na Bahia, em Minas Gerais e no Espírito Santo.(1845-1890)*In:*Tecendo Memórias: espaço, política e identidade*. NEGRO, Antonio L, SOUZA, Evergton Sales, BELLINI, Lígia (orgs) Salvador: EDUFBA, 2009. p. 96.

167 Trataremos aqui dos principais aldeamentos do Rio Pardo a partir dos estudos que Maria Hilda Paqueiro Paraíso realizou. Ver: PARAISO, M. H. B. op.cit. 1982.

168 Fala que recitou o exm.o Presidente da Província da Bahia, dr. João Mauricio Wanderley, na abertura da Assembléa Legislativa da mesma Província no 1.o de março de 1853. Bahia, Typ. Const. de Vicente Ribeiro Moreira, 1853. P. 34-35

169 Idem. Ibidem.

tantos indivíduos. Os menores sabem a doutrina cristã. Estes indígenas vão já plantando mandioca.<sup>170</sup>

A catequese dos índios ficou a cargo do missionário Fr. Francisco de Falerno. Os documentos apontam que entre as etnias aldeadas, são os Mongoyó eram os que

estão mais civilizados, por isso que entre eles tem o missionário uma casa de residência, quase todas as famílias tem sua choupana própria. Há 14 famílias. Todas plantão mandioca e mais legumes para sustentar-se. Vai com algum aumento esta aldeia.<sup>171</sup>

No Catolé, riacho que deságua no Rio Pardo, os índios aldeados são os Camacans, dirigidos pelo Fr. Reignero de Ovada. Os nativos, quase todos “ainda selvagens”, foram gradativamente se acostumando com a catequese. Fora fundado por Antônio Dias de Miranda após a redução dos índios Mongoyó – Kamacã no então Arraial da Conquista.<sup>172</sup>

O outro aldeamento era o da Barra do Catolé, que possuía “125 indivíduos catecúmenos regidos por um missionário capuchinho italiano, Frei Luis de Grava.<sup>173</sup> Esses dois aldeamentos forneciam produtos agrícolas, pois os Mongoyó, antes mesmo de serem reduzidos, já praticavam a agricultura, “o que lhes permitiria exercer uma das funções pensadas para os aldeamentos locais, a de servir de ponto de apoio e centro de alimentação para as tropas do comércio.”<sup>174</sup>

O aldeamento do Cachimbo, no rio Verruga, configurou-se como “o posto mais avançado da população cristã, que do Sertão se dirige para o litoral e tem neste último ano aumentado o número de seus habitantes.”<sup>175</sup> O resultado dessa boa posição foi o aproveitamento dos índios para melhorar a estrada do Cachimbo.<sup>176</sup> Por fim, conforme comunicou o Presidente da Província, os outros aldeamentos foram “Saco e Lagoa: a 1ª com 50 índios mongoiós ou camacãs: o 2ª com 150 botecudos.”<sup>177</sup>

---

170 APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Índios. Maço 4611.

171 Idem. Ibidem.

172 Ver o documento em: PARAÍSO, M. H. B. 1982, p. 230.

173 Idem, p. 223.

174 Idem. Ibidem.

175 Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o desembargador João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, no 1. de setembro de 1857. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1857. 28-30

176 Idem. Ibidem.

177 Fala que recitou o exm.o presidente da provincia da Bahia, dr. João Mauricio Wanderley, n'abertura da Assembleia Legislativa da mesma Província no 1.o de março de 1853. Bahia, Typ. Const. de Vicente Ribeiro Moreira, 1853. P. 34-35

Para a manutenção dos aldeamentos era necessário solicitar ao Presidente da Província materiais imprescindíveis para a sustentação dos índios aldeados, como também objetos que pudessem “atrair” os ditos “bravios”.<sup>178</sup> Assim, Antônio Dias de Miranda, Capitão-mor do Sertão da Ressaca, encaminhava com constância petições para que o distrito sob seu comando continuasse em pleno gozo de sossego. Nas suas súplicas, o comandante solicitava desde a presença de missionários para a continuidade da catequese, como também, instrumentos que pudessem evitar roubos e mortes por parte dos nativos não aldeados.<sup>179</sup>

Em vários casos, a política dos aldeamentos impôs a convivência entre os índios tradicionalmente inimigos em uma mesma comunidade. No Rio Pardo, essa situação de convivência forçada dificultou o funcionamento dos aldeamentos de Lagoa e Santo Antônio, habitados por Mongoyó e Botocudos que, por serem obrigados a viver juntos, optavam, muitas vezes, por abandonar esses locais.<sup>180</sup>

O sucesso do projeto catequético a partir dos aldeamentos dependia da política de incorporação dos nativos resistentes à condição de aldeado. Atrair os índios que “viviam errantes nas matas” era condição indispensável para o progresso, pois, quando não aldeados, eles eram um empecilho ao desenvolvimento regional. Detectando o problema, o Presidente da Província, João Maurício Wanderley, denunciou a existência de “hordas que tem acometido os habitantes que mais próximo lhes ficam, especialmente à margem do rio Pardo e Jequitinhonha, e na vila do Prado.”<sup>181</sup> Para combater esses índios, ele ordenou que o major Pederneiras formasse uma expedição e capturasse os nativos.<sup>182</sup>

Mesmo diante desse problema, Wanderley reprovou o uso da força, embora considerasse estar diante de um inimigo “astucioso, bárbaro e vingativo”. Para ele, o resultado mais favorável a ser obtido seria a catequização dos índios, por isso, nomeou dois novos missionários para o rio Pardo e para a vila do Prado. O presidente acreditava que as poucas chances de integração dos índios dependiam da abertura de novas comunicações com a

---

178 A Câmara da Imperial Vila da Victória costumava solicitar instrumentos usados pelos indígenas. Essas ferramentas costumavam ser agrárias e destinadas aos índios recém-catequizados. Correspondências de Vereadores da vila ao Presidente da Província. APEB. Seção Colonial e Provincial. Câmaras. Maço 1463.

179 Antônio Dias de Miranda encaminhou uma série de petições ao governo da Província solicitando recursos para a atração de índios não aldeados, como também, para a manutenção dos aldeamentos que ele e sua família fundaram. Súplica de Antônio Dias de Miranda, Capitão-mor do Sertão da Ressaca ao Presidente da Província da Bahia, datada de 14 de Novembro de 1828. APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Índios. Maço 4611.

180 PARAÍSO, M. H. B. op. cit. 1982, p. 251

181 Esse mesmo discurso aparece no discurso do Presidente da Província, no ano de 1854.

182 Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, João Mauricio Wanderley, em 1º de março de 1855. Bahia, Typ. de A. Olavo da França Guerra e Comp., 1855.– p. 19.

Província de Minas Gerais e do povoamento das terras ainda desabitadas, “se é que essa raça desgraçada não está condenada a extinguir-se ao contacto da civilização!”<sup>183</sup>.

À medida que a política de terras passou a ser discurso do governo assim como a vinda de imigrantes, a anexação dos territórios ainda ocupados por índios não aldeados promoveria a sua liberação para colonos e “desinfetaria” a região por meio do aldeamento e da catequização.

Quando o projeto catequético deu sinal de falência, o Presidente da Província fez um discurso afirmando que, enquanto os nativos vagueassem “nas florestas e serranias”, pescando e caçando, a catequização não alcançaria o objetivo de civilizá-los, por isso, era necessário intensificar o processo de conversão dos índios ao cristianismo.<sup>184</sup>

Com o passar dos anos, a catequese foi restringida a alguns índios do sul da Província, pois para o governo, os outros nativos já possuíam algum princípio de civilização ou já estavam misturados à população. Mesmo camuflado, esse discurso foi o resultado pretendido pela política de assimilação do indígena, pois previa a superação da catequese e a extinção dos aldeamentos, cujas terras seriam destinadas à venda para colonos que, em muitos casos, já as ocupavam.<sup>185</sup>

---

183Idem, p. 21

184 Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o desembargador João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, no 1. de setembro de 1857. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, p. 28-29

185 Falla com que o excellentissimo senhor desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henriques abriu a 1.a sessão da 19.a legislatura da Assembléa Provincial da Bahia em 1.o de março de 1872. Bahia, Typ. do Correio da Bahia, 1872. P. 144-145

## ALDEAMENTOS DO SUL DA BAHIA SÉCULO XIX



### O destino dos Índios “civilizados” no Sertão da Ressaca

Quando em 1817, o Príncipe Maximiliano passou pelo Arraial da Conquista, encontrou um núcleo urbano em formação e índios aldeados sendo hostilizados.<sup>186</sup> Durante o tempo de formação da sociedade conquistense, a influência dos índios, domesticados e selvagens, foi marcante. Ao observarmos os aldeamentos em volta do núcleo central do Sertão da Ressaca - o Planalto da Conquista -, percebemos a participação dos nativos na construção da história dessa localidade, não obstante ter sido atribuído a eles, pelos contemporâneos e

<sup>186</sup> WIED NEUWIED, Príncipe Maximiliano. op. cit. p. 411

pela posteridade, um papel negativo como protagonistas de um cenário, sobretudo, relacionado a roubos e crimes.

À semelhança de outras localidades, no Arraial da Vitória, a civilização nasceu sobre o pilar da ideia da superioridade branca em detrimento de nativos e negros. Por essa razão, a política de submissão do indígena perpassou a atuação de variados setores da sociedade, entre eles o poder legislativo.<sup>187</sup> A sedentarização dos povos nativos, disseminada nos aldeamentos, foi a forma encontrada pela elite local para consolidar o seu poder e usar a mão-de-obra indígena, muitas vezes sem pagamento algum.<sup>188</sup>

Do lado indígena, vários processos de resistência à submissão imposta pelos colonos foram desencadeados.<sup>189</sup> Essa conduta os colocou no cenário como criminosos. Os episódios de “fereza” ocorridos nas redondezas dos aldeamentos e da Imperial Vila serviram de argumento para que autoridades e os grupos dominantes reforçassem no imaginário da sociedade a ideia de que os índios envolvidos em atos de violência eram, por natureza, selvagens e bravios.

Os índios ainda dispersos foram vistos como causadores de grandes danos à população, inclusive contra os já “civilizados”. No entanto, conforme disse o Presidente da Província no ano de 1881, os maus tratos que eles sofriam por parte da população, conduziam “em grande parte para incitar os índios nas suas depredações”.<sup>190</sup>

A reação violenta dos índios funcionou como um meio de responder aos atos de submissão impostos a eles. Essa resposta não se fez de forma aleatória. Os nativos sabiam onde investir contra os colonos, pois costumavam atacar as estradas, as fazendas e os rios. Esse foi o caso ocorrido na propriedade de João Lopes Moitinho, onde um dos seus escravos, que trabalhava na lavoura, “viu cair uma flecha ao pé de si”. Eram os índios “bravos” que feriram um dos cativos.<sup>191</sup> Nesse mesmo contexto, foi que os moradores do Cachimbo se

---

187 IVO, I. P. op. cit. 2004 p. 61

188 No ano de 1845 a câmara de Vereadores da Imperial Vila da Vitória recebeu um ofício contendo um aviso do ministério do Império onde dava várias providências sobre os indígenas que estavam a serviço de particulares sem receber seus devidos salários. Correspondência dos vereadores da vila ao presidente da Província. APEB. Seção Colonial e Provincial. Câmaras. Maço 1463.

189 Trataremos dos índios tidos por selvagens e dos domesticados.

190 Fala com que no dia 3 de abril de 1881 abriu a 2.a sessão da 23.a legislatura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia o illm. e exm. sr. conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, Presidente da Província. Bahia, Typ. do "Diário da Bahia," 1881. P. 100-104

191 APEB. Seção Colonial e Provincial. Série: Índios. Maço 4614 – correspondência enviada ao presidente da Província pelo Frei Luís de Grava em 1869.

sentiram aterrorizados com os “Índios nômades, que em número espantoso infelizmente ainda infestam as brenhas inóspitas, onde passa a única e interessante estrada geral.”<sup>192</sup>

Constantemente eles eram acusados de assaltos e depredações, mas nem sempre essa violência foi executada. Às vezes, os índios invadiam as propriedades em busca de alimento, escasso nas matas. Foi nesse contexto que ocorreu o episódio da fazenda de Manoel Caetano de Castro, em que “300 selvagens apropriou-se (sic) da lavoura do fazendeiro”.<sup>193</sup> Outro exemplo foi o ataque dos índios aos animais do vereador Joaquim Ribeiro que, no meio de sua viagem, precisou pernoitar na Fazenda Onça, onde viu os animais de sua tropa serem mortos pelos nativos “que foi aí mesmo encontrados por tocadores os destrinchando, e comendo.”<sup>194</sup>

Quanto mais dispersos mais “selvagens” eram os índios para os colonos, por isso, os aldeamentos foram imprescindíveis para o controle sobre o trânsito dos índios na região, e essa autoridade era exercida pelo missionário que os dirigia. Dessa forma, novamente os moradores do Cachimbo se dirigiram ao Presidente da Província solicitando a recondução do frei Luis de Grava, ou mesmo outro, para que os índios aldeados não se dispersassem e passassem a infestar a estrada em busca de alimentos.<sup>195</sup>

Os índios domesticados que se encontravam a serviço de particulares possuíam um trânsito mais livre nos distritos da Imperial Vila, mas eles também foram localizados na documentação como agentes de violência a mando de seus “âmos”, ou por “estarem possuídos”. A história da cidade de Vitória da Conquista nasceu marcada pelos confrontos violentos e esses nativos foram inseridos nesse contexto.

Foi assim que três “índios de nação,” assassinaram no ano de 1848, o capitão Justino Ferreira Campos<sup>196</sup>, então subdelegado do distrito de Uruba ou Urubu.<sup>197</sup> O processo narra, por meio de suas testemunhas, que o índio Manoel Periquito, associado ao seu irmão e ao seu

---

192 APEB. Seção Colonial e Provincial. Série Índios, Maço-1416. Abaixo-assinado enviado pelos moradores do Cachimbo à Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória. 05 de Outubro de 1869.

193 Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o doutor Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima em 14 de maio de 1856. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra e Comp., 1856. 38-39

194 APEB. Seção Colonial e Provincial. Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória. Maço 1463. 15 de janeiro de 1855.

195 Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o conselheiro e senador do Império Herculano Ferreira Penna, em 10 de abril de 1860. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1860.

196 Justino Ferreira Campos foi um dos primeiros povoadores da região. Ele foi responsável pela abertura da estrada da Cachoeira (hoje cidade de Manoel Vitorino) a Piripiri (hoje cidade de Planalto). Era filho do capitão Antônio Ferreira Campos com Joana Gonçalves da Costa, sendo então, neto de João Gonçalves da Costa. Seu pai foi um dos maiores fazendeiros da região. O príncipe Maximiliano fala da passagem em sua fazenda e do trabalho dos índios ali empregados. Ver: MEDEIROS, R. H. op. cit. 1996. p. 127.

197 Arquivo do Fórum João Mangabeira. Processo contra o índio Manoel Periquito e outros. Morte do Capitão Justino Ferreira Campos no Arraial dos Poções 1848. Diversos 1848.

cunhado, teriam assassinado o subdelegado a mando do português Braz Pereira Sarmiento, amo de Periquito,

estando perto da Lagoa das Marrecas em serviço da estrada que de ordem do Governo da Província, estava abrindo[...] Manoel Periquito, hum irmão, hum primo do mesmo, Indios de Nação, foram os que assassinaram o Capitão por mandado de Braz Pereira Sarmiento.<sup>198</sup>

O depoimento das testemunhas arroladas se divide na hora de apontar o mandante do crime. A primeira delas diz que Braz Pereira teria mandado o seu índio matar o capitão. A segunda acrescentou que, além desse fato, o índio ainda furtara a quantia de dez mil réis do bolso da vítima e que havia mais duas pessoas envolvidas, sendo uma delas o padre Manoel Pereira da Cunha. A outra testemunha afirma que o índio teria matado o subdelegado porque, conforme ele mesmo havia dito, depois de cometer o assassinato, gostava “de beber sangue”.<sup>199</sup> Em relação aos envolvidos no processo, somente os índios foram incriminados.

Vinte e nove anos após esse episódio, chegou a vez do índio Joaquim visitar as páginas policiais.<sup>200</sup> No dia 17 de maio de 1877, o nativo foi denunciado pelo promotor público pela tentativa de assassinar o escravo Victor, seu parceiro de viagem. De acordo com o processo, o índio, “fãmul do tenente Joaquim Ribeiro”, juntamente com o escravo Victor, conduzia a tropa rumo à Imperial Vila.<sup>201</sup>

De acordo com o depoimento do tenente, “o seu caboclinho”, que havia sido criado por ele, estava à frente do escravo quando “matou uma mula com 5 facadas”. Apanhou a mala “da roupa do moleque” e retornou ao encontro deste. O escravo, estranhando a atitude do índio, perguntara-lhe para onde ia: “respondeu-lhe o caboclo que ia ver um outro burro que faltava, ao que lhe disse o moleque, que atrás não tinha nenhum burro, e que voltasse.”<sup>202</sup>

Porém, o índio, receoso de que o escravo contasse “ao seu amo” que ele havia matado uma mula, decidiu assassiná-lo, disparando “a espingarda no moleque, e incontinentemente uma cotilada de facção no pescoço: o tiro foi errado, mas a cotilada foi bem empregada; a isto o moleque volta e disse: você quer me matar caboclo, e ele gritou-lhe: mato-te hoje negro dos diabos”.<sup>203</sup>

Estando “neste dia dominado”, depois que o escravo conseguiu fugir ele, “matou o

---

198 Idem, p. 8

199 Idem, p. 9

200 Arquivo do Fórum João Mangabeira. Processo contra o índio Joaquim. Diversos, 1877.

201 Depoimento do Tenente Joaquim Fernandes Ribeiro. p. 4

202 Idem. Ibidem.

203 Idem. p.5.

cavalo que o moleque montava, com uma grande facada.”<sup>204</sup> Quando decidiu escapar, o índio ainda passou pelo engenho do seu padrinho e seguiu para o aldeamento do Catolé onde permaneceu até a prescrição do processo em 1894.

O universo violento em que os índios estavam inseridos foi o meio pelo qual o domínio territorial e o poder da família dos primeiros conquistadores sedimentaram. Ao serem submetidos, os nativos procuraram, como última tentativa, negociar a sua sobrevivência em um espaço governado pelos brancos, cada vez mais dessemelhante das suas primeiras aldeias. O grande desafio para eles foi permanecer como índios em uma sociedade desejosa de vê-los convertidos dentro da população pobre que ficou à margem da história.

### **Reflexões iniciais sobre o mito da fundação**

A narrativa sobre a fundação da Cidade de Vitória da Conquista nasceu do mito colonizador a partir de algumas sementes de história. O principal personagem da construção mitológica é João Gonçalves da Costa, que teria falecido já centenário. Esse “homem mitológico”, com mais de oitenta anos de idade, teria derrotado trezentos Mongoyós apenas com cinquenta soldados, em uma batalha na qual teria existido a intervenção de Nossa Senhora das Vitórias. Posteriormente à aludida guerra, ele teria se transformado no herói que povoa o imaginário coletivo ainda hoje. A toponímia resultante desses eventos míticos está presente desde o redundante nome da cidade, às regiões de Batalha, Porcos, Sucesso e Panela.<sup>205</sup>

O mito que reforça a fundação de Vitória da Conquista se pautou em uma construção binária que é a justificativa da colonização por meio da necessidade de civilizar o lugar *versus* a morte do nativo que impedia essa civilização. Assim, a fabricação desse mito pode ser verificada na memória e também na escrita de poetas, memorialistas e redatores de jornais, desde o início do século XX, embora se perceba que a construção mitológica se fez imediatamente após o transcurso dos supostos fatos que lhe dão sentido.<sup>206</sup>

Já em 1817, quando o Príncipe Maximiliano passou pelo Arraial da Conquista, antes mesmo de conhecer pessoalmente João Gonçalves, o naturalista ouvira histórias sobre os atos de heroísmo do sertanista. Essas narrativas já circulavam com certa amplitude e foram, por sua vez, eternizadas como memória na descrição da sua viagem à região e terminaram por

---

204 Idem. p. 20

205 Dessas regiões, somente a Batalha mantém atualmente o mesmo nome. Porcos e Panela se tornaram o distrito de Iguá e Sucesso, hoje pertence a uma região rural próximo ao distrito de Inhobim.

206 Essa questão será abordada no segundo capítulo.

constituir-se no suporte da produção historiográfica posterior.<sup>207</sup>

As sementes históricas que geraram os mitos referidos foram germinadas a partir da interpretação dos documentos acerca da fundação do Arraial da Conquista, principalmente por Tranquilino Torres no final do século XIX. O primeiro presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia publicou o livro intitulado *O Município da Vitória*, que foi o resultado de suas pesquisas sobre a região.<sup>208</sup> Essa obra teve um peso decisivo nas produções posteriores, pois a sua interpretação de fontes documentais levou ao reforço da memória positiva acerca da colonização.

Assim, as batalhas contra os nativos transformaram-se em mitos e terminaram por ocupar as páginas da história oficial da cidade. A suposta grande e última batalha contra os Mongoyó e o posterior banquete da morte não foram encontrados nos documentos que consultei. Tive contato apenas com os relatos orais e com os escritos produzidos a partir deles.

Os conflitos com os indígenas nos lugares Batalha, Porcos, Panela e Sucesso, ocorreram à medida que o colonizador restringiu o território anteriormente ocupado pelos nativos e passou (o colonizador) a estabelecer-se nessas regiões. Os ataques às aldeias indígenas se deram principalmente à beira do Rio Pardo e seus afluentes, não constando dos documentos referências às regiões mencionadas como núcleos de comunidades indígenas àquela época.

Os episódios da batalha mítica contra os Mongoyó não encontram sustentação nos documentos aqui compulsados. Essas aldeias aparecem nas fontes consultadas como portadoras de um comportamento pacífico.<sup>209</sup> Esses dados não nos devem conduzir à aceitação de que não tenha havido conflitos cotidianos entre eles e os conquistadores, mas é possível afirmar que a maioria dos contatos desses nativos com a família Gonçalves da Costa não foi problemática, prevalecendo as alianças e o aldeamento desses povos,<sup>210</sup> de forma diversa daquilo que ocorreu na relação entre os conquistadores e os Botocudos. Seria possível aceitar a ideia de que não houve uma grande e definitiva batalha contra eles, o que coloca esta análise em sentido contrário ao mito.

No entanto, a batalha mítica, bem como do banquete da morte, podem ser pensados para compreender a edificação das memórias oficiais conquistenses e a justificativa da posse das terras nativas. Determinar o fim das etnias indígenas do Planalto da Conquista, por meio

---

207 Fatos como o banquete da morte são contados pelo Príncipe Maximiliano. Ver: WIED-NEUWVIED, Príncipe Maximiliano, op. cit. p. 410 e 428.

208 Ver: TORRES, T. 1996. op. cit.

209 Ver: Ofício do Governador Conde da Ponte para o Visconde de Anadia. Anais da Biblioteca Nacional, vol. 37, p. 455.

210 Podemos observar essa questão nos Anais da Biblioteca Nacional, já trabalhados nesse capítulo.

desses fatos míticos, abriu o caminho para que as famílias descendentes do Capitão-mor João Gonçalves, se tornassem as proprietárias das terras e detentoras do poder político no Arraial da Vitória. Assim, entendo que o “fim” dos índios do Sertão da Ressaca é a ante-sala do esbulho fundiário.

## CAPÍTULO II

### MEMÓRIAS CONTRAPOSTAS: A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA DOMINANTE SOBRE A HISTÓRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

*[...] Um dia bem criança eu era. Ouvi de um velho cantador. Sentado na Praça da Bandeira. Que vela a tumba dos heróis. Falou do tempo da conquista. Da terra pelo invasor. Qui em inumanas investidas. Venceram os índios mongoiós. Valentes mongoiós. Falou de antigos cavaleiros. Primeiros a fazer um lar. No vale do Giboia no Outeiro, Filícia, Quati, Tamanduá. Pergunto então cadê teus filhos. Os homens de opinião. Não dói-te velos no exílio. Errantes em alheio chão. Nos termos da Virgem imaculada. Não vejo mais crianças ao luar. Por estas me bato em retirada. Vou indo cantá em outro lugar. Cantá prá não chorar[...]<sup>211</sup>*

Quando findou a guerra entre índios e colonos, nos anos finais do século XVIII e nos iniciais do XIX, os fios de uma memória conquistense hegemônica começaram a ser produzidos. E assim foi: na medida em que a civilização “limpou” as terras de conquista da presença indígena a cena da vitória dos portugueses subiu ao palco e atingiu o proscênio, passando a recair sobre ela todas as luzes que serviriam à construção de uma história mítica, cuja difusão ficou a cargo da descendência do Capitão-mor João Gonçalves da Costa.

A tessitura da memória hegemônica do município não fugiu à regra reiterada pela qual se consolidaram personagens históricos, míticos, dotados de fé e de civilidade, que comumente podem ser observados em outros momentos e lugares da história brasileira. Partindo das narrativas oficiais e das falas de uma descendência interessada, a memória da Cidade foi sendo edificada pelos seus primeiros escritores, afirmando-se como a única e verdadeira história, à medida da sua condição hegemônica.

O conceito de hegemonia é aqui utilizado a partir da percepção de que uma cultura exerceria preponderância sobre outras, que seriam, assim, “assimiladas, eclipsadas pela cultura hegemônica.”<sup>212</sup> Apoiando-me em Edward Palmer Thompson, compreendo que a noção de hegemonia é útil e valiosa para o entendimento de como as relações humanas eram estruturadas.

Não obstante a hegemonia cultural definir os limites do que é possível e inibir o

---

211 Canto do Guerreiro Mongoió de Elomar Figueira Melo. Disco Cantorias e Cantadores 2. Faixa número 2.

212 Ver: *Dicionário de Ciências Sociais. Hegemonia*. Editora da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1986. p. 544-545

crescimento de horizontes e expectativas alternativos “não há nada determinado ou automático nesse processo,” pois, “essa hegemonia só pode ser sustentada pelos governantes pelo exercício constante da habilidade, do teatro e da concessão.” Para o autor, a hegemonia, mesmo imposta com sucesso, “não impõe uma visão abrangente da vida.”<sup>213</sup>

A construção de memórias hegemônicas está relacionada à eleição de fatos e sujeitos históricos que serão celebrados pelos calendários oficiais e se eternizaram como símbolos monumentos, nomes de ruas, praças, avenidas etc. À margem ou paralelamente a esse processo encontrar-se-ão memórias subterrâneas, próprias de grupos tornados subalternos, que, a partir da interpretação que fazem da narrativa dominante, resgatarão e evidenciarão situações e visões históricas de eventos que também os envolvem, em uma espécie de construção contrapontística menos nítida, mais pálida.<sup>214</sup> Este capítulo tem como principal foco a trajetória da construção da memória hegemônica sobre a Cidade.

Quando Aníbal Lopes Viana disse que “a história de nossa amada terra conquistense é repleta de fatos dignos de nota, muito bonita e começa pela conquista dos índios”, ele reproduzia essa história protagonista, pela qual o destino dos nativos teria sido o extermínio pela guerra. Sem essa condição, a civilização não poderia emergir. Viana escreveu nos anos 1980, mas as bases do discurso que ele reitera eram já quase bicentenárias.<sup>215</sup> Os discursos iniciais sobre a suposta derrota indígena foram produzidos já nos momentos posteriores à conquista, sendo reproduzidos e reformulados ao longo do tempo, uma obra composta a muitas mãos para a qual os jornais das primeiras décadas do século XX exerceram um papel fundamental.

No contexto da produção desses discursos, o primeiro aspecto abordado, arquitetado para elucidar o período que antecede as guerras entre colonos e índios, foi a visão que se construiu sobre os nativos. Estes, além de antropófagos, estariam lado a lado com as feras, “como as onças especialmente as grandes e serpentes de espécies que causavam pavor.”<sup>216</sup> Em muitos casos, os índios eram “mais bravios que feras”<sup>217</sup> Assim, matar índios nesse tempo, “era como se exterminassem animais perigosos como as onças e as grandes cobras.”<sup>218</sup>

Lembremos que os escritos se referem a um contexto do século XIX, que por sua vez foi marcado pela ideia de razão. Esse ideário imprimiu naquela sociedade uma cultura política

---

213 THOMPSON, Edward. Palmer. *Costumes em Comum: Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 79.

214 O conceito de memória subterrânea pode ser visto em: POLLAK, Michael, op. cit. 1989.

215 VIANA, A L. op. cit. 1982. Vol 1. p. 5

216 Idem. Ibidem.

217 AMVC - Jornal *O Combate*. 23 de Dezembro de 1943. p. 9

218 VIANA, A. L. op. cit. 1982. p. 15

marcada pela dicotomia soberania e segregação dos indivíduos, como pensou Marco Morel ao afirmar que “os que não eram vistos como portadores de uma racionalidade eram facilmente associados aos animais.” A animalização de atores históricos faz parte, segundo Morel, da estrutura “de um sistema de valores e do pensamento de uma época”, princípios que comporiam o discurso oficial.<sup>219</sup>

Sobre os índios, a memória dominante os tomou como o maior dos empecilhos para a civilização florescer, pois, eles eram

de fibra inflexível, de pé veloz, de catadura má, senhores, qui'ora de todo o interior da província errantes, sem acampamentos e sem lavouras, como um bando de inimigos perversos, de tacapes ao ombro e envernizados de resinas vegetais, pelos desertos ainda inviolados.<sup>220</sup>

Essa representação negativa do índio é reforçada pela necessidade de fazer valer o progresso do bem que se opunha à barbaridade nativa. Ainda, foi a forma encontrada para justificar a colonização e o direito da posse das terras e do poder pelos descendentes do sertanista João Gonçalves.

Das etnias indígenas que habitaram o Planalto da Conquista, os Pataxós são identificados nas narrativas oficiais como os índios mais violentos e selvagens. De acordo com o memorialista Israel Araújo Orrico, os membros dessa etnia, que se estabeleceu na Serra do Marçal, “eram violentos e bravios, dificultavam a passagem daqueles que se destinavam a Ilhéus ou daqueles que se dirigiam ao sertão, roubando e matando todos que ousassem atravessar seus domínios.”<sup>221</sup>

No entanto, para o autor, esses atos “selvagens” praticados pelos índios não teriam encorajado os filhos de João Gonçalves a castigá-los ou matá-los, mas, “pelo contrário, por várias vezes, insistentemente solicitaram dos chefes da Província da Bahia ajuda para domesticá-los e a única (ajuda) que precisavam eram presentes, facões, facas, carapuças, miçangas, etc”<sup>222</sup> atos que demonstrariam o grau de civilidade dos filhos do sertanista.

Essa constatação não é a mesma que os estudos sobre os povos indígenas da Bahia têm demonstrado. Maria Hilda Baqueiro Paraíso, ao escrever um relatório técnico sobre a história e a situação da reserva dos Postos Indígenas do sul da Bahia, identifica por meio da leitura de Spix e Martius, que os capitães-mores usaram os Kamakãs no combate aos Pataxós.

---

219 MOREL, Marco. *Animais, Monstros e Disformidades: a "Zoologia Política" no Processo de Construção do Império do Brasil*. Revista de estudos históricos. 1999. p. 252

220 Jornal *O Combate*. op. cit. p.11

221 ORRICO, Israel Araújo. *Mulheres que fizeram história em Conquista*. 1992.p. 96

222 Idem. *Ibidem*.

Salientou, ainda, a autora, que a subjugação e o extermínio desses índios “parece ter sido um dos grandes objetivos dos senhores da Conquista e Sertão da Ressaca”.<sup>223</sup>

Os Pataxós eram vistos como “brutas feras humanas” durante boa parte da primeira metade do século XX. Esses índios foram identificados na história do Planalto da Conquista, como o grande empecilho para o desenvolvimento da região por bloquearem a estrada que liga a Cidade a Ilhéus. Aníbal Lopes Viana relata que os viajantes dessa rota pernoitavam em um lugar que ficou conhecido na memória pelo topônimo de 'Má Dormida', localizado na região entre os atuais municípios de Itambé e Itapetinga, devido aos ataques noturnos dos Pataxós.<sup>224</sup>

Até mesmo entre as etnias indígenas do Planalto da Conquista, os Pataxós são considerados os mais ferozes. De acordo com Aníbal Viana, esses índios eram tradicionais inimigos dos Mongoyós, pois os primeiros costumavam atacar as aldeias desses últimos e,

queimavam-lhe as crianças vivas segurando-as pelos pés, enquanto outros, assistiam alegres e em gargalhadas a triste cena, deliciando-se com o cheiro da gordura que caía no braseiro; batiam com as cabecinhas dos meninos depois de assados pelos paus, até soltarem os miolos.<sup>225</sup>

A imagem que Viana criou sobre os Pataxós como ramo dos Aimorés, contrapondo-a dos Mongoyós, que se teriam deixado civilizar mais facilmente, tem por base o relato presente em um manuscrito cujo autor não foi por ele identificado e que conteria informações importantes a respeito desses índios. Segundo o manuscrito, lido por Viana, os Aimorés ou Imborés, “eram quase pretos e muito ferozes”, ocupavam uma região praticamente fora da atual Cidade de Vitória da Conquista. Os membros do outro grupo, “eram bem claros de cor, quase alourada – os Mongoiós também conhecidos por Camancãs descendentes dos Tupinambás” e teriam ocupado o território de Conquista.

A ideia veiculada por Viana a partir do manuscrito está fundamentada na cor e na linhagem das duas etnias, Aimoré e Mongoyó. Os índios “ferozes”, quase pretos, são os que não se deixaram civilizar. Os índios “mansos” alourados são aqueles que traziam a ascendência tupi e se deixaram civilizar mais facilmente permitindo que a prosperidade florescesse e nascesse Vitória da Conquista.

No entanto, uma leitura mais cuidadosa revela que essa “preferência” pelos indígenas

---

223 PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Relatório sobre a História e a Situação da Reserva dos Postos Indígenas Caramuru e Catarina Paraguassu*. Salvador, 1976. p 17

224 VIANA, A. L. op. cit.1982. p. 7

225 Idem. p. 8

da etnia Mongoyó é o resultado da história da colonização das suas aldeias, conforme vimos no primeiro capítulo, da retirada desses índios de suas terras e do seu confinamento nos aldeamentos do Rio Pardo. Serve a essa percepção, o fato de que, no início do século XX, os poucos Mongoyós que ainda se encontravam nos aldeamentos terem sido transferidos para o Posto Indígena no sul da Bahia, o que diminuiu os transtornos causados por eles à sociedade conquistense.

Os Pataxós, por sua vez, foram os índios que tiveram uma história de colonização das aldeias marcada por uma aguerrida resistência e que preferiam a vida itinerante aos aldeamentos.<sup>226</sup> E mesmo quando da criação do Posto Indígena, uma vez atraídos pelas reservas, costumeiramente fugiam para as suas antigas matas. Viana narra, na sua Revista Histórica, que até o ano de 1932, os Pataxós se encontravam em “estado selvagem habitando as intensas matas da região de Couro D'anta de onde atacavam os viajantes e depredavam fazendas, causando a matança de criações e pessoas.”<sup>227</sup>

Ao que parece, Viana reproduziu a mesma imagem dos Pataxós veiculada no jornal *Avante* de 1933. Nesse ano, o jornal publicou um apelo aos governantes do Estado da Bahia para que tomassem providências contra as invasões desses índios às matas da região de Vitória da Conquista. A notícia traz duas distintas visões sobre os fatos: os índios como bárbaros e os fazendeiros como vitimados por essa “barbárie.”

A notícia diz que os Pataxós saíam do interior das matas para cometerem “mil tropelias e praticarem cenas horrorosas.”<sup>228</sup> Esses ataques, de acordo com o jornal, haviam se tornado corriqueiros, pois “de dias em dias, ecoa aos nossos ouvidos mais uma depredação ou mais um bárbaro assassinio, levados a efeito por estes selvícolas às margens do Rio Mangerona no município de Encruzilhada e do nosso município.” Os responsáveis pela “cena de terror” eram os Pataxós “semidomesticados” que, “reuniam-se aos seus irmãos bravios, para praticar nessa zona toda sorte de horrores.”<sup>229</sup>

É interessante perceber que a notícia veiculada no jornal não menciona nenhum tipo de causa que teria levado os índios a praticarem os ataques na região. Toma-os por bárbaros e essa condição explicaria os ataques. Mas, as pesquisas apontam a forte pressão vivenciada pelos índios por causa da ocupação de suas terras por fazendeiros, principalmente devido à

---

226 Maria Hilda Baqueiro Paraíso salienta que os índios aldeados, além de serem usados como mão de obra, também eram empregados para combater índios hostis, “no caso, os Pataxó.” PARAÍSO, M. H. B. op. cit. 1982. p. 18

227 Idem. p.9

228 Arquivo da Biblioteca Particular de Ruy Medeiros .Jornal *Avante* Ano III. Semanário Noticioso – Conquista, Baia, 03 de junho de 1933. p.3

229 Idem. Ibidem

expansão da cacauicultura e da pecuária na região.<sup>230</sup> Desde a criação do Posto Indígena Paraguassu em 1924, os conflitos pelas terras da região agudizaram-se. Quando da demarcação das terras da reserva do Posto Indígena, grupos de fazendeiros se mobilizaram na tentativa de impedi-la, alegando que essas terras eram devolutas e deveriam ser destinadas ao cultivo do cacau e à criação de gado.<sup>231</sup>

Mas, para o jornal, os fazendeiros, portadores do ideário do progresso e da civilização, agora eram vítimas da “barbárie” indígena. Por esse motivo, foram os proprietários das fazendas a causa primeira do apelo feito pela imprensa. Foi em nome deles que o jornal clamou ao Governo do Estado por uma solução para a situação violenta da região. Os fazendeiros seriam as vítimas, a exemplo de Hermínio Santos que, “no terreiro de sua residência viu cair o seu filhinho de nove anos varado por um facão de lado a lado, enquanto o índio gargalhando com a arma criminosa em punho, internava-se na mata próxima”.<sup>232</sup>

Dias depois, no mesmo lugar, a vítima era o senhor Tertuliano Porto, que tivera a sua residência assaltada. Lá, os “selvagens, cometeram toda sorte de horrores, depois de assassinares a sua mulher com cinco terríveis flechadas; uma criança de onze meses, morta por duas flechadas e uma outra de onze anos que morreu com vários ferimentos.”

Ainda não contentes, os Pataxós teriam invadido a fazenda Alegria, de propriedade do senhor Agnelo Rocha, “fazendo-o vítima da sanha dos mesmos” Na fazenda, os índios “cometeram mil depredações, e de onde levaram vários instrumentos de lavoura, roupas, utensílios de uso doméstico, e até uma velha sanfona”.<sup>233</sup> Em Córrego do Mandim, a fazenda do senhor Malaquias também foi atacada e “várias rezes mortas pelos índios”.<sup>234</sup>

Nas imediações da estrada que liga Conquista a Itabuna, diz o jornal, que devido aos ataques dos Pataxós o lugar estaria, dessa forma, intrafegável. Foi por esse motivo que o jornal fez questão de salientar que os fazendeiros em sua maioria “estão abandonando as suas propriedades agrícolas, fugindo à sanha dos desnaturados”.<sup>235</sup>

É interessante perceber que o jornal *Avante*, no intuito de frisar a situação crítica provocada pelos ataques dos índios Pataxós, calculou em “mais de cem o número de

---

230 Ver: LINS, Marcelo da Silva. *Os Vermelhos na Terra do Cacau: a presença comunista no sul da Bahia. (1935-1936)* Dissertação de Mestrado, UFBA, 2007.

231 Idem, p. 192

232 Arquivo da Biblioteca Particular de Ruy Medeiros. *Jornal Avante*, op. cit 03 de Junho de 1933. p. 11

233 Idem. *Ibidem*

234 As regiões referidas na notícia do jornal situam-se entre os atuais municípios de Potiraguá, Maiquinique, Encruzilhada e Vitória da Conquista.

235 Idem. *Ibidem*.

selvagens e os bravios, aos quais os foragidos se incorporaram.”<sup>236</sup> Ou seja, um grande número de índios que deveria estar na reserva do Posto Indígena. No entanto, nesse mesmo período, os fazendeiros já haviam se mobilizado para pedir ao Governo do Estado a extinção do Posto, alegando ser pequeno o número de índios.<sup>237</sup>

Esse é um contraponto interessante, porque aqui os indígenas só são considerados índios no momento dos ataques às fazendas, ao tempo que tinham a identidade questionada quando o assunto era a demarcação das terras da reserva do Posto Paraguassu. O jornal finaliza a notícia afirmando justamente o contrário dessa reflexão, pois seriam os fazendeiros que, “sem recurso para defesa, desarmado que foi todo o sertão” estariam abandonando as suas propriedades “enquanto os índios aumentam o seu domínio de terror.”<sup>238</sup>

Ainda na década de 1930, os índios voltaram a povoar as páginas dos jornais, mas agora não como “selvagens bárbaros” e sim enquanto homens “exóticos.” Em 1936, o jornal o Combate publicou um texto escrito pelo “abastado fazendeiro” Alfredo Dutra, da atual Cidade de Itambé (antigo aldeamento do Verruga), no qual relata o seu encontro com dez índios Camacãs que habitavam as matas de sua fazenda.<sup>239</sup>

Segundo a carta do fazendeiro, ele havia conseguido atrair, por meios amistosos, os índios que se encontravam na serra do Couro D' anta. Narrando o contato, Alfredo Dutra conseguiu descobrir os nomes de nove índios, pois uma criança morrera na viagem até Itambé. De acordo com o documento, eram, “Cocoes, Nocay e Itay (homens); as mulheres: Uqueluquí, Morrtcoy, e Tirimanim, esta última, é mulher do chefe (Cocoes), e as três meninas: Tiarrv, Copté e Paraguassú.”<sup>240</sup>

Esses nativos, de acordo com Dutra, “são tipo baixo, cor bronzeada, franzinos, isto é não são musculosos”. Estavam despídos, portavam flechas, “essas de três espécies, como sejam: motó, preaca e choupa ou lança.” Os índios traziam “três cães de caça os quais acodem pelos nomes de: Copy, Nay e Tucnay e mais, um macaquinho novo e 2 quatisinhos também novos. Typo amável, porém desconfiados, risonhos.”<sup>241</sup>

Do contato, o fazendeiro ainda conseguira aprender algo da língua nativa dos índios, o que nos leva a crer que essa etnia ainda mantinha algo de seu idioma. Diz Alfredo Dutra,

---

236 Idem. Ibidem.

237 Ver, LINS, M. S. op. cit. 2007.p.194.

238 Jornal *Avante*, op. cit. p. 3

239 APMVC - Jornal *O Combate. Cidade da Conquista*, 16 de fevereiro de 1936. p.4

240 Idem. Ibidem

241 Idem. Ibidem

O seu idioma ou o dialecto, nada tem do tupy ou Guarany, a não ser o nome de uma creança (Paraguassú) cujo nome fora dado no Posto Indígena do Colônia, onde em certa ocasião eu passei por lá, encontrei o tal chefe Cocaes. Do dialecto por eles falado, apenas pude colher resumido número de vocábulos, como sejam: Tupá: deos, Querrem: trovão, Tabou: chuva, Itarram: fogo, Inarram: água, Borroy, arco ou frecha, Topá: carne, Bagajnam: galinha, Urrah: pato, Mocurrá: cabeça, Catinancon: homem, Catinancon Sapucay: homem preto, ou simplesmente Nanconsapucay. Bechtió: mulher, Orroy: mandioca, Itamanin: farinha, Querrem: porco ou leitão, Emon: irmão, jaboty ou kágado é Uoy. Rapcorroy: dança ou dançar, Motto ou mata (floresta): Ramanin. Doente ou doença: Ramican, casa: Barricou.<sup>242</sup>

Os índios, conforme narrou Dutra, estariam satisfeitos com ele por tê-los vestido e alimentado e até os conduzido ao ensaio carnavalesco, “de que eles gostaram bastante”, mas, teria de encaminhá-los logo ao Posto Indígena, de onde eles haviam fugido.<sup>243</sup>

Ao que parece, esse fora um contato pacífico. Mas é interessante perceber que os índios, mesmo os já “iniciados” na cultura branca quando da estadia no Posto Indígena, ainda preferiam voltar às matas para viverem como seus antepassados. O relato de Alfredo Dutra é imprescindível para rompermos com a memória difundida em Vitória da Conquista, que parte do pressuposto de que os índios Kamakã-Mongoyó, personagens da última guerra de João Gonçalves na Batalha, teriam “desaparecido da face da terra” e com eles, as suas memórias.<sup>244</sup>

### **Discursos e imagens: a história “protagonista” escrita**

O discurso oficial, que apareceu para justificar a conquista das terras indígenas, sustentou-se na ideia de que a colonização serviria para promover a civilização. As narrativas desse processo têm início com a exaltação dos atos do Capitão-mor João Gonçalves da Costa que, “por meio das suas façanhas” eternizou o seu nome na história de Conquista.<sup>245</sup> Gonçalves da Costa, “conquistador e civilizador” teria chegado a esse sertão “apenas com uma espingarda às costas e um farnel murcho, sem parentes, sem recursos e sem experiência dos largos sertões, às chapadas.” No entanto, após reunir alguns amigos, o sertanista decidiu por “topar os caboclos” para acabar “devagar com Maracás e Mongoyós. Trucidando-os todos numa batalha definitiva cinquenta portugueses deram fim a trezentos bárbaros.”<sup>246</sup>

Do contexto das guerras entre colonos e índios, a imagem de João Gonçalves emergia

---

242 Idem. Ibidem

243 Idem. Ibidem

244 Ver: *Memórias da Bahia e a Presença indígena no Planalto da Conquista*. Grandes Reportagens do Correio da Bahia. 2002. p 45-48

245 *O Combate*, op. cit. 04 de março de 1935. p. 6

246 Idem. Ibidem.

com as marcas positiva da coragem e da fé. Além da conquista dos índios, teria conseguido matar mais de cem jaguares “nas imediações da Capela de Nossa Senhora das Vitórias de Conquista,” revelando a sua força. Para tecer as memórias acerca do sertanista, a tradição repassada entre gerações conquistenses, o considerou como um homem que saiu da Europa para estar “a frente das forças brutas da natureza”, forças essas, que seriam representadas, sobretudo, pelos índios e pelas feras. Assim, ao dominar essa natureza, o Capitão-mor seria “o rei dos matos e das planícies.” E, quando ocorreu o suposto desaparecimento das etnias indígenas do Planalto, ele foi chamado de “o povoador.”<sup>247</sup>

---

247 Idem. Ibidem.

Figura nº 1



João Gonçalves da Costa pintado por Orlando Celino com as feições de Elomar Figueira Melo.  
Fonte: Arquivo do Memorial Régis Pacheco. Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

Entre as representações existentes acerca da fundação de Vitória da Conquista, a suposta promessa feita a Nossa Senhora das Vitórias é o símbolo maior da fé de João Gonçalves da Costa. Por essa versão mítica, ela teria fornecido as condições necessárias à consolidação da vitória dos colonos sobre os índios. A Nossa Senhora teria possibilitado que “a bandeira do Capitão-mor fosse gloriosa ao invadir as terras ignoradas”. No entanto, o estandarte da fé do conquistador fez com que o índio acordasse, pois “há mais de trezentos anos que dormia, indiferente, feliz. Acordou e lutou. A luta feroz do nativo contra o homem civilizado. E a civilização venceu.”<sup>248</sup>

Para as narrativas oficiais, a religião católica teria impulsionado o sertanista a adentrar cada vez mais as terras indígenas, pois o bandeirante ansiava a vitória para “semear a crença que trazia abundante sementeira por estas terras pagãs”. A civilização por meio da fé católica foi o fio condutor da tessitura da memória oficial. Para que esse progresso levado a cabo por João Gonçalves se efetivasse era necessário que ele “se assenhoreasse das terras que de pleno direito lhe pertenciam”; e as transmitisse aos seus descendentes, que deveriam ser isentos de qualquer ônus territorial até a quarta geração.<sup>249</sup> Em agradecimento a Nossa Senhora das Vitórias, o sertanista doou-lhe parte da sua sesmaria, que incluiu as terras da Batalha e ergueu o templo prometido.<sup>250</sup>

Por essa razão, em honra ao seu “povoador”, os conquistenses “ilustres” do século XX, mostraram o desejo de erguer uma coluna comemorativa ao “glorioso João Gonçalves justamente no lugar que se acham as derradeiras pedras da velha Matriz. Foi ali que realizou o combate decisivo; foi ali que os caboclos se entregaram às forças do Bandeirante.”<sup>251</sup>

O discurso difundido nos jornais parte, como vimos, da memória dominante construída para dar vida à história da Cidade de Vitória da Conquista. Como expusemos acima, essa memória que perpetuou João Gonçalves da Costa como herói e fundador da cidade, pretendeu ainda justificar as ações dele à medida que atribuiu aos índios a condição de obstáculo para a glória que os conquistenses passariam a ter após a colonização dessas terras.

Essa percepção adquiriu peso e importância na vida política local, sob a responsabilidade dos descendentes de João Gonçalves, que fizeram largo uso dessa identidade, conforme veremos adiante. Mas antes cabe-nos perguntar: por que essa memória que narrou a vitória de João Gonçalves se refez no século XX? E quem foram esses homens

---

248 DANTAS, Euclides. *Em Memória de João Gonçalves*. In *Jornal O Combate*. Ano VII – Conquista, Domingo, 02 de junho de 1935. p.9

249 Idem. *Ibidem*

250 Cópia da Escritura de doação das terras feita por João Gonçalves da Costa anexa à Acção Ordinária entre a Igreja Matriz e Marcionillo Moreira dos Santos que contesta as divisas da terra. Arquivo do Fórum João Mangabeira. Caixa Diversos, 1915. p. 5

251 DANTAS, Euclides. *Jornal O Combate*, op.cit. p.9

que retiraram da oralidade as narrativas sobre o sertanista para publicá-la em contos, poemas e textos nos jornais?

Buscando responder a essas perguntas, procuraremos entender a construção do passado histórico de Conquista utilizando a concepção de Maurice Halbwachs sobre a “memória dos outros como fonte do passado,”<sup>252</sup> pois foi nos seus termos que uma série de fatos históricos transmitidos por meio da oralidade, foi interpretado de maneira mítica, releituras estas que terminaram por tecer a história oficial da cidade.

A princípio, como ficou estabelecido no primeiro capítulo, o príncipe Wied Neuwied, por ocasião da sua passagem pelo Sertão da Ressaca, foi quem primeiro escreveu sobre os eventos históricos da região. Escreveu sobre fatos que corriam de boca em boca. Conforme vimos, os episódios míticos foram considerados históricos à medida que pesquisadores, a exemplo de Tranquilino Torres, interpretavam à sua maneira os documentos históricos.

Já apontamos que dos eventos míticos ligados à fundação de Vitória da Conquista, foi o “banquete da morte” e a última batalha entre Mongoyós e João Gonçalves, os que mais e melhor povoaram o imaginário conquistense, pois da atuação de Gonçalves da Costa nesses eventos, viria a sua glória.

No apagar das luzes do século XIX, Francisco Vicente Viana escreveu nas suas Memórias do Estado da Bahia que o Planalto da Conquista havia sido habitado por uma aguerrida tribo indígena de

beijos furados e rodelas, os quais de 1803-1806 foram subjugados pelo Mestre de Campo, João da Silva Guimarães e seu genro, João Gonçalves da Costa, depois de uma guerra crua que acabou-se por uma longa batalha, principiada às 4 da madrugada e finalizada às 4 horas da tarde entre 300 índios e cinquenta portugueses em lugar a uma légua da atual cidade, ainda por isto chamado de Batalha, de que saíram vencedores os cristãos em alusão ao fato, aí construirão uma capela com o nome de Nossa Senhora das Vitórias.<sup>253</sup>

Não muito tempo depois, Francisco Borges de Barros, com base na leitura que fez de Wied Neuwied, publicou a mesma narrativa sobre João Gonçalves da Costa enfatizando os episódios míticos. Afirmou Borges de Barros que os índios Kamakãs “estendiam-se, segundo o Príncipe, até as vizinhanças de Cachoeira do Paraguassu, ou até os lugares ocupados pela

---

252 HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. 2006. p. 72

253 VIANA, Francisco Vicente. *Memórias sobre o Estado da Bahia*. Salvador, Diário da Bahia, 1935. p.439. Apud. ORRICO, I. A. op.cit. 1992.p.90 Ainda sobre essa citação, vale ressaltar que as pesquisas recentes corrigiram um erro na biografia de João Gonçalves da Costa que, na verdade não era genro de João da Silva Guimarães, mas sim de Mathias João da Costa. Ver: SOUSA, M. A. S. op.cit. 2001.

tribo dos Cariris ou Kiriris. Ele [João Gonçalves] apoderou do território e fundou o arraial que é conhecido pelo nome de Conquista.”<sup>254</sup> Esses índios, depois da pacificação, “começaram a matar os soldados.” Diante desse fato, João Gonçalves

depois de haver secretamente determinado a sua tropa que tivesse prontas as armas, convidando aqueles selvagens para um festim, cercou-os por todos os lados e enquanto eles sem a menor desconfiança se entregavam ao regozijo, matou a maior parte deles. A luta começou às 4 horas da manhã e terminou à tarde.<sup>255</sup>

Os nativos que sobreviveram ao massacre, diz Borges de Barros, “entranharam-se nas matas e ainda hoje existem com o nome de Patachós.” Não fugindo à regra, Barros ainda deu ênfase aos topônimos Batalha e Vitória da Conquista. Segundo ele, “o lugar onde os índios foram vencidos ficou denominado Batalha. Em alusão ao fato, foi construída uma capela com o nome de Nossa Senhora da Victória da Conquista.”<sup>256</sup>

Assim, a memória em torno desses episódios míticos pode ser aqui entendida como o resultado de tradições constituídas ao longo do tempo. As narrativas foram, por muito tempo, a principal fonte de produção histórica carregada de significados para o momento no qual eram produzidas. A partir desses escritos, a história e a memória sobre Vitória da Conquista se entrelaçaram, moldando as visões hegemônicas perpetuadas nos discursos dos jornais, nas poesias, nos topônimos e nos símbolos da Cidade, materializando a difusão do mito da origem.

Ao comporem as memórias e tradições, por vezes fantasiosas, sobre a guerra contra os índios, as narrativas hegemônicas cumpriram a função de selecionar que e o quê deveria ser lembrado, e por sua vez, a maneira como deveriam ser lembrados. E nesse sentido, as releituras sobre Wied Neuwied e as interpretações míticas dos fatos históricos relativos à origem povoaram as páginas dos periódicos e dos livros dos memorialistas até, pelo menos, os fins dos anos 1990, quando o jornal *O Diário do Sudoeste*, em edição comemorativa aos 158 anos de Vitória da Conquista, com base, mais uma vez, na memória dominante, contar a história da Cidade e festejar o seu aniversário.<sup>257</sup>

---

254 Essa narrativa apareceu primeiramente nos Anais de 1910, vol. III. Optei pelos volumes IV e V porque nesses, Barros deixa claro que está citando o Príncipe Maximiliano quando retrata o banquete da morte e a batalha final de João Gonçalves contra os índios. As mesmas narrativas também apareceram nos volumes VI e VII. BARROS, Francisco Borges de. Anais do Arquivo Público da Bahia. Museu do Estado da Bahia. Ano IV. Vols. IV e V Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1919. p. 189.

255 BARROS, Francisco Borges de. p.254

256 Idem. Ibidem

257 AMR/UESB - Jornal *Diário do Sudoeste*. Cadernos Especiais Diário do Sudoeste – Vitória da Conquista, 09 de Novembro de 1998. AMR/UESB. p 1 e 2.

## A “boa imagem” da história de Vitória da Conquista nos escritos do século XX

A força da tradição, reinventada no século XX, ganhou corpo principalmente nas páginas dos jornais, conforme já assinalamos. Nelas, a literatura também compôs com suas notas o peso da memória hegemônica. O pequeno e seletivo grupo de letrados de Conquista da década de 1910 passou a contar com a imprensa para reforçar a já decantada memória de um passado de glórias.<sup>258</sup>

O primeiro jornal que circulou em Vitória da Conquista, no ano de 1911, foi *A Conquista*, cujo nome era uma homenagem à cidade e pertencia aos advogados Bráulio de Assis Cordeiro Borges e José Desouza Dantas. O periódico nasceu identificando-se enquanto “hebdomadário independente”, mas já nesse ano se transformara em porta-voz do Partido Republicano Conservador.<sup>259</sup>

Nos poucos números disponíveis do jornal *A Conquista* não encontrei nenhuma matéria sobre a memória de João Gonçalves, mas o periódico já noticiava a violência praticada pelos seus descendentes, os coronéis no comando político. Ainda trouxe matérias que demonstravam o quanto Conquista estava isolada de outras regiões desenvolvidas, a exemplo de Itabuna, por conta das péssimas condições das estradas atacadas por índios Pataxós.<sup>260</sup> Esse mesmo discurso encontramos em outros jornais, a exemplo de *O Combate*, bem como nos memorialistas da década de 1980.

Com o advento da imprensa conquistense estava aberto o longo caminho para a difusão e consolidação da história protagonista de Vitória da Conquista. As publicações nos periódicos partiram de uma elite intelectual compreendida por políticos, professores, poetas, advogados etc, cujos escritos estavam a serviço dessa história, bem como da melhor forma de condução política da Cidade, com vistas a perpetuar no poder os descendentes do “fundador” João Gonçalves da Costa.

O primeiro sinal da constituição da memória hegemônica de Vitória da Conquista, encontrado nas páginas dos periódicos, foi o poema *Do Cimo do Morro da Tromba*, de autoria de Manoel Fernandes de Oliveira, o Maneca Grosso, publicado no jornal *A Palavra* em janeiro de 1918. Maneca Grosso foi um intelectual do seu tempo. Filho de Manoel Fernandes

---

258 Por não ser o meu objetivo, não vou detalhar todos os jornais que circularam em Vitória da Conquista. Citarei o primeiro, por ter introduzido a imprensa na cidade e aqueles que encontrei matérias sobre a memória histórica da cidade.

259 Sobre os jornais antigos que circularam em Vitória da Conquista, ver: VIANA, A. L. op. cit. 1982. Vol II. p. 727.

260 Jornal *A Conquista*. 21 de Abril de 1912. p.5

de Oliveira e Umbelina Maria de Oliveira, pertencentes às tradicionais famílias conquistenses cujas ascendências estão em João Gonçalves da Costa, (Maneca Grosso era tetraneto de João Gonçalves da Costa), fora considerado “um filho ilustre”, retirado muito cedo do seio conquistense pela violência da guerra entre Meletes e Peduros da qual tratarei mais adiante.

Autor de vários textos, poemas e crônicas, Maneca Grosso procurou exaltar seu berço natal nos versos *Do Cimo do Morro da Tromba*, para ele, não haveria no mundo ou na terra “igual a esta, outra vista”.<sup>261</sup> Conquista estaria “no solo em que há século e meio divagavam em recreio, o índio, a onça e o tapir.”<sup>262</sup> Nesse lugar, “a Letra e a Ventura vão galopando em procura do sorridente porvir!”

Ao sul, Conquista estaria cercada de belas paragens, “enormes bosques encantados onde repousam os selvagens em toscas, feias cabanas. Criaturas desumanas sem sentimento de amor! Onde o índio não estua e come sangrenta, crua a carne do viajor!” Já na região do poente, “o panorama é mais lindo, formoso, soberbo e infindo.” assim como as outras regiões onde “tudo é encanto, é poesia!”<sup>263</sup>

Nas linhas do poema, as versões do passado são reconfiguradas e projetadas pelo discurso poético do autor. As visões distintas dos personagens do passado são bem demarcadas nos versos. O índio aparece ao lado da onça e do tapir, mas a letra e a ventura ainda inexistentes, trariam o sorridente porvir.

A Cidade aparece circundada de lugares dignos de poesia, a exceção do sul habitado por “criaturas desumanas” que comeriam a carne crua do viajante. Nesse ponto, o poeta deixa explícito a sua interpretação sobre os ataques dos índios às estradas que ligavam Vitória da Conquista ao sul da Bahia. E reforça a concepção histórica própria do século XIX, de que os índios botocudos eram antropófagos.

A primeira matéria encontrada especificamente sobre João Gonçalves da Costa é do periódico *A Notícia*, do ano de 1923. Por ser um texto político, o retomarei novamente adiante, mas vale ressaltar desde já, que a publicação é um apelo ao passado de honra construído pelo colonizador. Não por acaso, o título da matéria é: *A terra de João Gonçalves*. Nela, o autor procura deixar claro ao seu leitor que o povo de Conquista não é “bairrista, sistemático e apaixonado”, é antes de tudo gentil e hospitaleiro e por causa dessas virtudes, recebera o injusto “epíteto de bairrista”.<sup>264</sup>

---

261 AMVC - Oliveira, Manoel Fernandes. *Do Cimo do Morro da Tromba*. Jornal A Palavra, 25 de Janeiro de 1918.. p.1

262 Animal semelhante a anta.

263 Oliveira, Manoel Fernandes, op. Cit.

264 Arquivo da ONG Carreiro de Tropa - Jornal *A Notícia*. *A terra de João Gonçalves*. Cidade da Conquista. 30 de junho de 1923. p.3

Na verdade, o que o conquistense teria era um “profundo sentimento de dignidade, de altivez e altruísmo não medindo sacrifícios para defender o seu amor próprio.” E isso não era nada mais do que uma qualidade. Portanto todos os conquistenses deveriam se sentir “revoltados” ao verem “seu adorado berço natal para cuja fundação seus maiores derramaram no campo de batalhas sangue em borbotões”, nas mãos de políticos que não pertenciam à descendência de João Gonçalves da Costa.<sup>265</sup>

Somente um “degenerado” esquecendo-se das glórias e tradições conquistenses, não portaria esse sentimento, “tornando-se um filho espúrio”, pois essa terra “é de João Gonçalves porque foi este fidalgo português, que correndo mil riscos, a conquistou dos índios, há cento e tantos anos.”<sup>266</sup> É notória nas linhas desse texto, a reprodução da visão dominante sobre a conquista das terras por João Gonçalves. Mais à frente, o autor vai associar esse fato à condução da política da cidade.

Dos jornais pesquisados, foi no periódico *O Combate* que mais encontrei textos acerca da história da Cidade. Fundado por Laudionor Brasil que, como disse Aníbal Lopes Viana, “possuía um grande talento, além de poeta e escritor tinha vocação para o jornalismo e deu provas com a fundação de um dos melhores órgãos de imprensa interiorana,”<sup>267</sup> o jornal circulou na Cidade de agosto de 1929 a maio de 1964, quando o golpe militar o tirou de cena.

Tanto o seu fundador quanto os seus colaboradores eram homens das letras. Intelectuais, políticos, poetas e escritores, esses homens deram voz por meio das páginas do jornal, à tradição conquistense de mais de um século. Laudionor de Andrade Brasil, juntamente com o poeta e colaborador do periódico, Camilo de Jesus Lima e o escritor Erathóstenes Menezes, fundaram a Ala das Letras de Conquista. A partir de então abriram-se os portões para a produção literária conquistense.<sup>268</sup>

Nas páginas de *O Combate* vários textos enaltecendo a colonização da região por João Gonçalves podem ser lidos. Dentre eles, já citamos o escrito por Pedro Calmon intitulado *Fundador de Conquista*, assim como a crônica de Euclides Dantas, *Em nome de João Gonçalves* textos que ainda serão comentados adiante.

A imagem sobre a história da Cidade veiculada no *Combate* esteve bem representada no poema de Luiz Munis Pacheco Pereira. Intitulado *A Conquista*, o soneto representa a força da tradição, agora declamada também pelos leitores do jornal. No poema, Conquista aparece como a “virgem terra do Imboré valente”. Uma cidade que cresce porque “da tua doce

---

265 Idem. Ibidem

266 Idem. Ibidem

267 VIANA, A. L., op. cit. 1992. p. 733

268 Idem. Ibidem

história” veio a vitória “conseguida então”<sup>269</sup>. A memória da Cidade cantada nesses versos, seria feita da glória do seu passado porque ainda “brilha a bandeira de Gonçalves da Costa como joia rara que se compara com os troféus preciosos”<sup>270</sup>.

Essa imagem positiva de Vitória da Conquista também aparece no conto de Amélia Carvalho, publicado em *O Combate*. O texto foi construído a partir da concepção de que a terra tem o que ela merece ter. Se outras regiões sofriam com certas mazelas seria porque elas, de alguma forma, atraíam-nas. No entanto, Conquista era “uma cidade benfadada” porque havia conquistado a si mesma.<sup>271</sup>

O conquistense era, por sua vez, um povo que não emigrava. Seu orgulho era justamente atrair literatos como Laudionor Brasil e Camilo de Jesus Lima. Conquista seria “uma afortunada terra fadada a crescer e a subir. Edificada numa encosta da bela Serra do Periperi onde o ouro se encrusta, a orquídea cara desabrocha.”<sup>272</sup>

A bela terra trouxe o “incansável bandeirante João Gonçalves da Costa pelas furnas, e pelas urnas, o prefeito Antonino Pedreira”<sup>273</sup>. A tradição é aqui representada para dar substância ao discurso político da época expressa o apoio ao governo do sexto prefeito de Vitória da Conquista, o fazendeiro Antonino Pedreira.

O nome da cidade também foi motivo de publicação em *O Combate*. Quando a força do Decreto número 141, de 31 de dezembro de 1943, mudou o seu nome de Conquista para Vitória da Conquista, o jornal publicou um texto explicando à sociedade a razão: “Conquista de Minas Gerais teve prioridade no nome”, mas salientou que a Cidade, na troca, em nada perdera de suas tradições, pelo contrário, o seu novo nome “revela o seu passado de lutas e vitórias: VITÓRIA DE CONQUISTA.”<sup>274</sup>

No ano de 1955, segundo Mozart Tanajura, foi criado o Conselho Nacional de Revisão para rever nomes de cidades e modificá-los.<sup>275</sup> Em Vitória da Conquista formou-se uma comissão com a finalidade de propor, ao então prefeito Gerson Gusmão Sales, a mudança do nome da Cidade para Saracota ou Conquistânea. Para Tanajura, foi graças ao jornalista e poeta Bruno Bacelar de Oliveira e sua série de publicações sobre a importância histórica do nome

---

269 PEREIRA, Luiz Muniz Pacheco. *A conquista. Soneto dedicado ao irmão Nestor*. Jornal *O Combate*. Vitória da Conquista. 31 de agosto de 1947. AMVC. p. 7

270 Idem. Ibidem

271 Carvalho, Amélia. *Vitória da Conquista*. Jornal *O Combate*. 15 de Maio de 1947. p 3

272 Idem. Ibidem

273 Idem. Ibidem

274 AMVC - Jornal *O Combate*. *O nome de nossa terra será Vitória de Conquista*. Jornal *O Combate* 23 de dezembro de 1943. p.2

275 O Conselho detinha a função de mapear e sugerir mudanças às cidades com nomes duplos ou que trouxessem alguma insatisfação. Ver: TANAJURA, Mozart, op.cit.

de Vitória da Conquista, este foi mantido. Bruno Bacelar de Oliveira foi quem primeiro escreveu a história de Conquista o que lhe rendeu por parte da sociedade do seu período o título de historiador. No entanto, os seus escritos históricos não foram publicados e fazem parte do acervo da família.

Buscando as raízes do passado conquistense para fortalecer os argumentos contrários à mudança de nome, Bacelar de Oliveira percebeu que o teatro da colonização da sua cidade merecia uma poesia. O poeta a compôs e deu-lhe o título de “Batalha,”

Batalha, aqui se recorda,  
da grande serra, da borda,  
os audazes Mongoiós.  
Recorda -se heróis gigantes,  
conquistadores possantes,  
nossos valentes avós.<sup>276</sup>

O autor buscou resgatar as narrativas históricas sobre a bravura dos combatentes da última guerra entre índios e portugueses, em que, de um lado, os nativos defendiam seu território; do outro, o colonizador tentava conquistá-lo. Para ele, os séculos poderiam ter se passado, mas o fato continuaria, pois “a história conta correta, a lida insana e repleta do heroísmo que não cai.”<sup>277</sup> E para compor as páginas dessa história revigorada no poema, os topônimos são vistos como lugares que representam essa memória.

Confirma o local, não mente.  
O choque bravo e valente.  
Batalha, o nome registra,  
nossa primeira conquista,  
de onde Conquista nasceu.<sup>278</sup>

Para esses versos, evidenciamos a necessidade que tem o discurso poético em cantar a memória do passado, agora ancorada nos lugares que retratam a vitória e a derrota, representadas por Conquista e Batalha, enquanto guardiãs do passado evocado por Bruno Bacelar para dar substância às necessidades do presente.

Os personagens épicos, por sua vez, são os índios “fortes, terríveis e potentes” e os homens que estavam “em busca de outro porvir”. Porém, ambos tombavam cada um em seu campo de batalha.

---

276 AMR - OLIVEIRA, Bruno Bacelar. *Batalha*. *Jornal Hoje*. 05 de Abril de 1995.p 3

277 Idem. *Ibidem*

278 Idem. *Ibidem*

há clamor, rugido dores  
um pandemônio de horrores  
ergue da terra ao céu  
ao explodir dos clavinotes,  
caboclos caem aos magotes,  
no trovejar do escacéu.

Setas zumbem pelo espaço,  
tomba um bravo a cada passo.  
A morte não escolhe a quem,  
somente o extermínio impera.  
Onde os homens com fera,  
instinto não tem.

Nos próximos versos, a narrativa mitológica ganha força diante da bravura indígena.

O barulho o céu domina,  
a confusão predomina,  
na tropa sem avançar.  
O boré dentro da mata.  
Um toque heroico desata.  
Desce a tarde devagar.

A pugna fragorosa  
parece não ter mais fim.  
Recua a tropa cansada,  
vendo a vitória frustrada,  
é o total fracasso, enfim.

Diante da iminente vitória dos índios, surge o homem mitológico, aquele que seria capaz de reanimar pela fé a sua tropa. Ele próprio, teria seguido à frente do seu pelotão com a espada na mão, já que as armas de fogo não mais funcionavam, para enfrentar os índios em uma luta corporal.

No prélio que a lenda marca,  
grande vulto e destaca.  
De aguerrido militar,  
João Gonçalves perturbado,  
assiste desesperado,  
sua tropa debandar.

Perto vem ocaso triste,  
pranto só no campo existe,  
choram soldados sem fé.  
Gonçalves domina à frente,  
de espada na mão somente  
é o deus da guerra a pé!

A atitude de Gonçalves da Costa reverteu o destino da guerra. Agora sairiam vitoriosos os brancos ajudados pela fé cristã.

Com avalanche incontida,  
em avançada renhida,  
toda a mata estremeceu.  
Gonçalves planta garboso,  
na terra o marco ditoso  
que tanta glória lhe deu.

A batalha foi vencida  
e na tarde adormecida  
um sinal apareceu:  
a cruz marcando a capela  
na colônia verde e bela  
onde Conquista nasceu!

A memória dominante acerca da fundação de Vitória da Conquista foi mais uma vez revisitada e reforçada. No que tange à poesia, fica perceptível a estreita forma de relação que esta mantém com outros discursos.<sup>279</sup> Lembremos que a produção do poema se deu em virtude da possibilidade de Vitória da Conquista trocar seu nome por outro que nada condizia com a sua história, seu passado.

Nesse sentido, podemos compreender o autor como um sujeito que estabeleceu intercâmbios com signos de sua época organizando-os em seus escritos. Essa feitura da história a partir das artes literárias tem um sentido bem ordenado. De acordo com Ivan Teixeira, “nesse processo, mesmo os fatos mais brutais e aparentemente desconexos integram um sistema de rigorosa organização simbólica, que atribui conexão estrutural ao que parece disperso.” Para esse autor, não seria uma realidade empírica que se imporia ao artista, mas uma ideia de arte e de realidade, ambas participantes do intercâmbio entre os vários tipos de registro de um dado período.

O reagrupamento de signos buscado no passado mítico ganha um papel épico nos versos de Bruno Bacelar para dar sentido às demandas do presente no qual o poeta está inserido.<sup>280</sup> Contar a história da Cidade por meio da poesia parece ter sido uma atividade comum, não obstante a existência de poemas desse nível serem encontrados até pelo menos a década de 1990.

---

279 Sobre esse aspecto Ver: TEIXEIRA, Ivan. *Poética Cultural: Literatura & História*. Rev. Politeia: História e Sociedade. Vitória da Conquista v. 6 . n. 1 p. 31-56 , 2006.

280 Idem, p.32

Conforme já afirmamos acima, não é apenas nas artes que se encontra o mito fundador da Cidade. A Igreja Matriz também falava aos seus fiéis por meio do passado mítico. Os seus representantes utilizaram por diversas vezes, as páginas do jornal *O Combate*. Por ocasião da construção do seu templo, para dizer que Nossa Senhora das Vitórias sempre estivera ao lado dos conquistenses, desde o primeiro colonizador, e assim, jamais deixaria um filho desamparado. Ela, “que auxiliou ao colonizador valente da nossa terra, dando-lhe a vitória pela fé contra os aborígenes, que nos auxilia para a vitória do nosso ideal e para a conquista do progresso desse pedaço abençoado da Bahia”.<sup>281</sup>

Há nesse apelo, uma nítida recuperação do fato mítico da guerra contra os índios Mongoyós e a participação de Nossa Senhora ao lado do colonizador. Por vezes, essa memória voltava à tona na imprensa. As publicações sobre a construção da nova matriz sempre mencionaram a participação da Virgem das Vitórias no combate aos índios. Foi possível averiguar esse fato no jornal *O Combate* durante os anos de 1934 a 1937. Mas, talvez a sua materialização tenha se dado na década de 1950 quando tiveram início as obras de construção do Jardim das Borboletas. Local que teria sido o centro da aldeia Mongoyó. (ver a figura abaixo)

---

281 AMR/UESB - Jornal *O Combate*, 14 de abril de 1936

Figura nº 2



Rua Grande (hoje Praça Tancredo Neves) na ocasião da construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias.

Fonte: Acervo do Museu Regional. UESB.

No ano de 1955, Conquista viu seu passado mítico ser reiterado junto com os ossos encontrados na escavação da atual Praça Tancredo Neves. De acordo com Viana, quando o prefeito Edivaldo Flores iniciou a construção do Jardim das Borboletas, foram feitas escavações para o nivelamento do terreno desvelando sepulturas com mais de seis metros de extensão, de onde foram retiradas “fêmures, tíbias e crânios humanos, alguns já petrificados e de grande tamanho concluindo-se que os sepultamentos foram em vala comum e que as ossadas eram dos índios que foram mortos no banquete.”<sup>282</sup> Porém, os documentos comprovam que, em frente da Igreja Matriz, onde construiu o Jardim, existia na verdade um cemitério comum.<sup>283</sup>

Em 1954, na ocasião da construção do Jardim, o Prefeito Edvaldo Flores teria utilizado das narrativas míticas sobre o “banquete da morte” para promover o seu nome quando da descoberta do mencionado cemitério indígena. A notícia ganhou as páginas dos jornais da cidade e do Estado. Em Salvador, um jornal publicou a seguinte manchete: “Vitória da Conquista desenterra o passado e o prefeito constrói o mais belo jardim da Bahia.”<sup>284</sup> Na verdade, o Prefeito desejava levar o seu nome para além da política local e obteve êxito ao se eleger deputado federal. No entanto, estava novamente acesa a memória do banquete da morte nas mentes dos conquistenses, que chegaria aos nossos dias.<sup>285</sup>

### **Os monumentos e os símbolos oficiais enquanto lugares de memórias**

A preservação da memória dominante também pode ser averiguada na construção de monumentos e símbolos da Cidade. Enquanto lugares de memória, esses símbolos funcionam como instrumentos sólidos daquilo que se pretendia concretizar no campo da história local. Tomo emprestado o termo “lugares de memória” do historiador Pierre Nora, na amplitude do seu conceito, que engloba,

---

282 VIANA, A. L. op.cit.1982 p. 15

283 Encontrei nas atas da Câmara de Vereadores petições de verbas para a construção de um novo cemitério, pois o que existia em frente da Igreja estava causando muito desconforto aos católicos, pois o mal cheiro era muito forte

284 Discurso do Prefeito Edvaldo Flores na inauguração do Jardim das Borboletas. Arquivo Municipal de Vitória da Conquista. Série Correspondências da Câmara Municipal. Ver ainda: Jornal *O Conquistense*. Janeiro de 1956. Outros jornais, a exemplo de A Tarde, publicaram várias matérias sobre esse evento, mas como forma de criticar politicamente o prefeito.

285 No dia 19 de abril de 2008, André Cairo, presidente do Movimento Contra a Morte Prematura publicou um texto dizendo da necessidade de se realizar escavações na atual praça Tancredo Neves por se encontrar ali um dos cemitérios indígenas da cidade. Ver: Cairo, André. Dia do Homem Vermelho em Baixa: Núcleo de Notícias. Vitória da Conquista. 20 de abril de 2008. Disponível online: [www.nucleodenoticias.com.br](http://www.nucleodenoticias.com.br)

museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações [...]. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.<sup>286</sup>

Assim, penso os monumentos e símbolos conquistenses como parte da fonte de alimentação da memória a partir do cotidiano, tendo em vista que ela é uma reconstrução humana a cada momento histórico, que como disse Nora, “se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.”<sup>287</sup> Por essa razão, o monumento aos bandeirantes ou monumento aos fundadores da Cidade erigido na Praça Nove de Novembro por ocasião da comemoração do seu centenário, pode ser observado como um lugar de memória, nesse caso, a dominante.

O monumento aos bandeirantes foi construído e inaugurado na gestão do prefeito Régis Pacheco em 1940, quando comemorava 100 anos da elevação do Arraial da Conquista à condição de vila sob o nome de Imperial Vila da Vitória, em 1840. De acordo com Aníbal Lopes Viana, as comemorações do centenário duraram 3 dias (13, 14 e 15 de novembro), e foram revestidas de “brilhantes solenidades”.<sup>288</sup>

A inauguração do monumento ocorreu no dia 13 de novembro de 1940 e, como afirmou Viana, a solenidade aconteceu sob o “aplaudido discurso do prefeito Régis Pacheco, que historiou com detalhes as inolvidáveis figuras dos bandeirantes João da Silva Guimarães, mestre-de-campo e do Cel. de milícias João Gonçalves da Costa, os fundadores da cidade.”<sup>289</sup> Em seu discurso, Régis Pacheco buscou perpetuar as memórias dos colonizadores.<sup>290</sup>

Dessa forma, comemorar o centenário da Cidade e inaugurar o monumento foram também formas que contribuiriam para a perpetuação da memória sobre os sertanistas e sua importância para a sociedade daquele momento e da posteridade, pois o monumento passou a simbolizar a existência desses homens.

---

286 NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A problemática dos lugares*. 1993. p 13

287 Idem. p. 9

288 VIANA, A. L. op.cit. 1982. p. 511

289 Idem. Ibidem

290 É possível que o discurso de Régis Pacheco seja o único documento oficial que retrate a memória dos colonizadores. No entanto, não consegui localizá-lo.

**Figura nº 3**



Jardim das Borboletas, atual Praça Tancredo Neves. No centro de onde se localiza a praça teria ocorrido o banquete da morte. O Cemitério indígena, como ficou conhecido na memória da cidade, teria sido descoberto na ocasião da construção do jardim das borboletas.  
Fonte: Acervo do Museu Regional. UESB.

**Figura nº 4**



Monumento aos fundadores de Conquista ou Monumento aos bandeirantes.

Fonte: Acervo do Museu Regional - UESB

Se, para a história, o passado é um vitral de possibilidades de reconstrução histórica, a memória também o é. Nesse sentido, as lembranças exercem um papel fundamental. Essa recomposição feita a partir das reminiscências é, como afirmou Halbwachs, reconstruída a partir “de dados e noções comuns que estejam em nosso espírito e também nos dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa.”<sup>291</sup> Todavia, a reconstrução dessa lembrança só será possível se ambos (o outro e o eu) fizerem parte da mesma sociedade partilhando os mesmos símbolos.

Por isso, para compor as lembranças do passado, a produção simbólica, muitas vezes externa aos indivíduos, exerce o papel de fio condutor na costura da memória hegemônica. É comum que as nações, os estados e os municípios tenham suas lembranças por meio de símbolos concretos ou imaginários, eleitos ou impostos. É nesse campo que se enquadram os símbolos magnos ou oficiais.

Em Vitória da Conquista, os símbolos trazem a história do município embutida nas características heráldicas.<sup>292</sup> O Brasão de Armas teve, na sua confecção, a representação histórica da Cidade. O símbolo foi instituído pela Lei Municipal nº 688, de 24 de maio de 1968, e é de autoria do heraldista Alberto Lima e trás as seguintes características: escudo português com três faixas, com 4 estrelas de ouro e uma faixa ondulada em prata. (ver a imagem).

---

291 HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Editora Centauro, 2006. p. 39

292 Denomina-se heráldica a arte de formar ou descrever brasões de armas.

Figura nº 5



O escudo português recorda a origem do Brasil. As três faixas representam a zona da mata, a mata de cipó e a caatinga. A faixa ondulada em prata, abaixo das estrelas, é o Rio Pardo. A campina verde mostra a “fertilidade do solo.” O arco e a flecha são para lembrar os índios Mongoyós e Imborés, “primeiros donos da terra”. O monte e o cruzeiro, a presença da Igreja Católica. A montanha (triângulo amarelo) lembra a Serra do Marçal e a esmeralda, a região rica em pedras preciosas. No lastro, acompanhando a forma do escudo, “está um listel de prata carregando os seguintes dizeres: 1752 – Vitória da Conquista – 1891, datas que marcam a entrada de João da Silva Guimarães no Planalto da Conquista e a elevação da vila a cidade.”<sup>293</sup>

Por fim, e talvez o mais significativo são as quatro estrelas confeccionadas em ouro, para ser “uma homenagem aos quatro desbravadores: João da Silva Guimarães, João Gonçalves da Costa, Raimundo Gonçalves da Costa e Antônio Dias de Miranda” escolha essa que consolida a linhagem fundadora da Cidade em relação à qual, como já foi dito, facções da elite conquistense se colocam como descendentes e sucessoras.

### **Os embates no campo da memória**

Em contraponto, a imagem dos índios e dos seus descendentes foi estabelecida e veiculada na imprensa como composta pela superstição, própria de gente que tem o “sangue tupi ou mesmo tapuia” que se manifesta nas credences tais como “as caiporas e côcôdias”<sup>294</sup> que se juntam com crenças sobre “zumbis, romãozinho, mulas sem cabeças, importados dos elementos africanos”. Essa credence seria uma característica, sobretudo, dos sertanejos que habitavam a zona rural, principalmente a floresta que buscaram no campo da fantasia uma resposta para suas mazelas e isso decorreria da “sua acanhada mentalidade.”<sup>295</sup>

A história do *pau ferro mal assombrado*, publicada no jornal *O Combate* por Alberto de Orival, construiu a imagem do homem sertanejo como portador de limitações. Uma vez regido pelas crenças, o sertanejo teme os seres de outro mundo, receia entrar sozinho nas matas com medo da “côcôdia”, e tal como seu avô índio, “deixa muitas vezes de satisfazer a uma necessidade corporal para não sair a noite, tem medo do escuro, das almas do outro mundo.”<sup>296</sup>

---

293 Essas informações podem ser encontradas na Lei Orgânica do Município disponível em: [www.pmvc.com.br](http://www.pmvc.com.br). Também na edição comemorativa do jornal Diário do Sudoeste de 09 de novembro de 1998.

294 De acordo com o autor do artigo côcôdia é uma corruptela de crocodilo.

295 Jornal *O Combate*. 24 de março de 1935. p. 3

296 Idem. Ibidem

Para o autor, o sertanejo é dotado de pouco conhecimento científico, o que era definido pela genética indígena. Nessa construção do outro, evidenciamos a concepção definida por Marco Morel, quando diz que, “para além do aspecto pitoresco ou anedótico essas manifestações fazem parte de um movimento estruturante dos códigos e das relações em uma sociedade.”<sup>297</sup>

É possível que essa concepção do índio “bárbaro” somente tenha sido superada momentaneamente nas páginas da imprensa apenas na década de 1970, quando o jornal *O Fifó* passou a circular. Pela primeira vez, a história de Vitória da Conquista aparecia, descrita por Ruy Medeiros, com base em documentos. Medeiros, escritor de inúmeros textos históricos, explica as causas da conquista da região e suas consequências para a população indígena. No entanto, apesar de sua postura e cuidados com o resgate positivo da história dos índios, ao escrever um ensaio intitulado *Os Mongoiós e seu Destino*, o autor compartilha da história mítica fundamentada na batalha final, no banquete da morte e no genocídio dos índios.

A respeito desse último aspecto, ao fazer a leitura do texto de João Batista de Sá Oliveira, Ruy Medeiros incorpora a visão desse autor sobre o destino de extermínio dos Mongoyós. Sá Oliveira sustentou, em 1890, que os Mongoyós, seriam “varridos da face da terra num futuro próximo por todas causas da destruição inclusive as moléstias contagiosas, pelas febres palustres, hipoemias e os que sobreviverem a isso cruzar-se-ão com os nacionais.”<sup>298</sup> Ou seja, iriam desaparecer. Contudo, vale salientar que Medeiros trouxe em seus textos o aspecto da violência enfrentada pelos grupos indígenas do Planalto da Conquista, até então não discutidos. Seus textos, ainda hoje são referências para as pesquisas sobre a Cidade.

A partir da publicação do *Fifó*, a história de Vitória da Conquista poderia ser explicada com base documental. Todavia, a força da memória estabelecida na sociedade conquistense, cujas bases encontravam-se no heroísmo de João Gonçalves da Costa, dificultou o fortalecimento dessas novas interpretações históricas.

Quando Vitória da Conquista completava cento e quarenta anos em, 1980, o jornal *Tribuna do Café* publicou uma matéria baseada nas narrativas tradicionais. Em texto intitulado *Conquista está em festa* o jornal reforçou o discurso da prosperidade conquistense, pois “um simples arraial virou uma pequena metrópole” A Cidade estaria vivendo “a apoteose

---

297 MOREL, M. op. Cit. p. 251

298 SÁ OLIVEIRA, João Batista. *Noções Sobre a Evolução das Espécies na Bahia*. Apud MEDEIROS, Ruy Hermann. *Os Mongoiós e seu destino*. Jornal *O Fifó*. Vitória da Conquista. 01 de novembro de 1977. p. 9

da consolidação da emancipação política solidificada por empresários, fazendeiros, políticos [...] de toda uma comunidade que confiou no futuro da antiga terra dos mongoiós.”<sup>299</sup> Nessa imagem de progresso estaria “a concretização do sonho de João Gonçalves da Costa, João da Silva Guimarães, Raimundo Gonçalves da Costa, Antônio Dias de Miranda”<sup>300</sup>

A imagem do passado era refletida no futuro da Cidade. Passado e presente, ambos repletos de glória, agora andariam lado a lado, pois, diz o jornal “como o Cristo que hoje abre os braços, abençoando os Conquistenses, a capela de Nossa Senhora das Vitórias, foi em 1783, o marco que assinalou o surgimento de uma terra abençoada pela padroeira e embalada pelas bênçãos do Criador.”<sup>301</sup>

Aqui, há uma nítida relação entre a memória e a história hegemônica da Cidade. A memória, enquanto base da história, foi produzida por um campo de poder, capaz de superar ou ignorar fatos históricos ou mesmo opor a eles, na tentativa de exercer o papel de seleção das lembranças dando voz somente àquelas pessoas “portadoras de prestígio”, em detrimento dos ditos “sujeitos comuns” da história.

É fácil perceber esses embates entre memória e história naquilo que disse Le Goff, ao explicar que nas sociedades “cuja memória social é, sobretudo oral ou que estão em vias de construir uma memória coletiva escrita” é mais fácil compreender a tentativa de domínio da memória. Ainda, de acordo com o autor, a preocupação desses indivíduos e de grupos que dominam as sociedades é exercer o papel de guardiões dessas lembranças e dos esquecimentos.<sup>302</sup>

Não podemos perder de vista que a memória é sempre construída no presente e tem como especificidade manter a coesão do grupo, as “comunidades de memória” que as produzem e as reinventam. A tentativa de transmitir esse sentimento coletivo de comunidade, nesse caso, a dominante, fica mais perceptível nas descrições dos memorialistas da década de 1980 quando das primeiras tentativas de investigação da genealogia de João Gonçalves da Costa.

Orrico, em obra já citada, afirma que a fundação da família conquistense teve seus pilares em Portugal com “os pés” na África, pois João Gonçalves teria casado com Carlota, filha de uma africana com um português.<sup>303</sup> A filha mais ilustre do conquistador foi, na visão do autor, Faustina Gonçalves da Costa.<sup>304</sup>

---

299 Tribuna do Café. Ano VIII. N. 1814 – V. da Conquista, Domingo, 09 de novembro de 1980. p. 1

300 Idem. Ibidem

301 Idem. Ibidem

302 LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2010. p. 470

303 As pesquisas de Maria Aparecida de Souza já corrigiram esse erro histórico revelando que João Gonçalves casou-se com Josefa Gonçalves da Costa, filha de Mathias João da Costa.

304 Pelo seu inventário, Faustina é localizada como uma das mulheres mais ricas do Sertão da Ressaca. Ver: SOUSA, M. A. S. op. cit. 2001. p. 141

Ao lado de um português, ela deu início a uma nova geração de conquistenses. Diz o autor: “todas as famílias de Vitória da Conquista têm origem em Josefa, João Gonçalves, Faustina e os três portugueses Manuel de Oliveira Freitas, Apolinário de Oliveira Freitas e Luiz de Oliveira Freitas.”<sup>305</sup>

Aníbal Viana também ressalta o peso de Faustina Gonçalves da Costa na formação de uma ilustre família conquistense, os Oliveira Freitas, cujos descendentes ocuparam as esferas do poder local.<sup>306</sup> A constituição dessas famílias ensejou um processo de endogamia familiar cujo *desideratum* foi de manter o poder nas mãos de poucos.

Assim, a política conquistense estruturou-se dentro de um tronco familiar liderado pelo “desbravador” e seguido por Oliveira Freitas e Fernandes de Oliveira.<sup>307</sup> Esses núcleos foram a base de constituição e organização do poder local firmado na articulação de famílias que com o passar do tempo, vieram a juntar-se a essas.<sup>308</sup>

Por sua vez, as publicações dos jornais seguem a linha de um discurso político cujo intuito foi de fortalecer o poder das famílias tradicionais com ascendência em João Gonçalves da Costa. Por esse motivo, “os grandes feitos” dele eram a base dos argumentos dos que desejavam manter o controle da vida política dentro desse núcleo familiar.

A cultura política que fundamenta as práticas do clientelismo, da troca de favores e da fidelidade a um núcleo familiar, teve suas raízes no contexto do antigo regime português, como afirma Humberto Fonseca, em um artigo publicado no jornal *O Município*, essas práticas políticas sobreviveram na região por quase todo o século XX.<sup>309</sup> O domínio político familiar priorizou os interesses agrários, cujos representantes, em larga medida, assumindo uma singular autoridade, constituíram-se na base do sistema dos coronéis, que nem mesmo a revolução de 1930 foi capaz de suprimir.

Na região do Planalto da Conquista, a estrutura do poder político se desenvolveu em torno das famílias abastadas, tradicionais, geralmente endogâmicas, proprietárias de grandes fazendas, detentoras do domínio econômico e do prestígio; famílias que disputavam entre si o poder, utilizando-se de práticas características do mandonismo<sup>310</sup>. A partir de 1892, elevada à

---

305 ORRICO, I. A. op.cit. 1992. p.84

306 VIANA, A. L. op.cit.1982. p.70

307 Ver: SOUZA, Belarmino de Jesus. O Bacharelismo na Política Conquistense dos anos 20. Disponível em: [www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh.../belarmino\\_jesus\\_souza.pdf](http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh.../belarmino_jesus_souza.pdf)

308 Idem, p. 2.

309 AMR/UESB - FONSECA, Humberto José. Vitória da Conquista: 157 anos de emancipação Política. Do Coronelismo à Democracia. Jornal *O Município*, 1 a 20 de Novembro de 1997.

310 Ver: FONSECA, 1997, SOUSA, Maria Aparecida S. de & BORBOREMA, Carlos Gomes de. *Literatura e Política: A Trajetória de um poeta militante no interior da Bahia (1930-1975)* Rev. Politéia: His. e Soc. Vol. I. N. I p 225-246, Vitória da Conquista, 2001.

condição de cidade, Conquista passou a ser governada por figuras ilustres, a maioria, inclusive, lembrada com nomes de ruas, praças e avenidas.<sup>311</sup>

É possível pensar essa estrutura de poder a partir da concepção de Maria Fernanda Bicalho e João Fragoso, quando tratam da nobreza da terra e sua importância em movimentar a economia de mercês também por meio da condução política. Afirmam os autores que, ao serem tecidas as cadeias de negociação que envolvem as redes pessoais e institucionais de poder, “a condição da nobreza da terra nas conquistas viabilizou o acesso dos descendentes dos primeiros conquistadores e dos homens principais a cargos administrativos e a um estatuto político como o ser cidadão.”<sup>312</sup>

A mercê era concedida ao povoador da região que geraria a elite detentora das terras. Essa elite, por sua vez, reinterpreta a mercê em favor político controla o poder por meio da posse dos latifúndios, da política e do monopólio sócio-cultural. A elite é formada, no geral, por uma família que exerce e controla todas essas esferas do poder. Foi pautada nessas condições e pressupostos que as famílias descendentes de João Gonçalves da Costa assentaram as bases do seu poderio na história do município.

### **“Os donos da terra”: núcleos familiares e o mando político**

Após a “pacificação” dos índios, o João Gonçalves da Costa foi à Capital da Bahia “dar o resultado de suas conquistas e explorações”.<sup>313</sup> Em recompensa pelos seus “grandes feitos” e pelas conquistas obtidas contra os nativos, D. João “doou-lhe todo o terreno de caatingas, menos o do mato de cipó, que havia conhecido o valor de seu braço ou de seu facão”.<sup>314</sup> Essas terras passaram ao domínio privado, sendo transmitidas por heranças através de inventários e testamentos.<sup>315</sup> Aos oriundos de outras regiões, restava somente tentar se integrar aos troncos familiares existentes.

As famílias tradicionais concentravam a posse da terra e o domínio econômico local, assim como o poder político originado nos tempos da colonização. O primeiro juiz de paz do então Arraial da Conquista, o Antônio Dias de Miranda, era filho de João Gonçalves da Costa.

---

311 Artigo publicado no jornal *O Sertanejo*. 07 de fevereiro de 1970 - Arquivo do Museu Regional da Universidade Estadual da Bahia – UESB.

312 Ver: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S. & BICALHO, Maria Fernanda B. *Uma Leitura do Brasil Colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império*. In Penélope. Revista de História e Ciências sociais, nº 23. Lisboa. Novembro de 2000. pp. 67-88

313 TORRES, T. op cit. 1996. p. 46

314 VIANA, A. L. op. cit. 1982. p. 68.

315 Idem, p. 69.

Miranda já exercia o cargo de diretor dos índios aldeados desde 1806. Segundo Viana, “Antônio Dias de Miranda era bastante instruído. Tinha boa caligrafia e regular redação e se comunicava sempre com as altas autoridades governamentais. Em 1829, exercia o cargo de juiz de paz do Distrito de Conquista”.<sup>316</sup>

Miranda foi apontado pelo Príncipe Maximiliano de Wied Neuwied como o primeiro personagem do Distrito, e um viajante não poderia deixar de travar contato com esse ilustre personagem. O legado político da família Gonçalves da Costa foi fundamental para a constituição das práticas políticas ligadas aos núcleos familiares dos séculos posteriores.

A trajetória das famílias oriundas do “conquistador” revela a constituição de um poder também simbólico, que pode ser equiparado àquele do tempo das mercês quando surgia a nobreza da terra.<sup>317</sup> Maria Fernanda Bicalho interpreta, à luz de João Fragoso, que pensar o sistema de mercês é também levar em consideração a formação das elites senhoriais, por meio “da dinâmica de práticas e de instituições regidas pelo ideário da conquista, das mercês, pelo desempenho de cargos administrativos e pelo exercício do poder municipal.”<sup>318</sup>

Apesar de estarmos tratando de personagens do século XIX e XX, podemos perceber essa dinâmica no espaço da política conquistense se observarmos a ascendência dos políticos locais que compõem aquilo que Bicalho denomina de famílias senhoriais. Além disso, o exercício do poder desses homens também se fez nos espaços públicos da Vila e da Cidade de Vitória da Conquista.

Por esses fatores, é importante destacar que os troncos familiares mais importantes oriundos dos Gonçalves da Costa foram Fernandes de Oliveira, Oliveira Freitas, Santos Silva, Lopes Moitinho, Gusmão e Ferraz. E, de acordo com Isnara Pereira Ivo,

além de administradores locais, os membros dessas famílias foram, também, atores das diversas formas de manifestação do mandonismo, cujo ápice foi a Tragédia do Tamanduá, um caso de lutas de famílias resultantes de intrigas interpessoais entre membros de grupos familiares.<sup>319</sup>

A endogamia utilizada como instrumento de controle político, econômico e social facilitou a centralidade do poder de mando entre esses troncos familiares. Embora ela tenha garantido esses objetivos, isso não impediu a existência de lutas pelo domínio desse poder, como salienta um artigo do já citado jornal *O Município*,

---

316 VIANA, A.L. op.cit. p. 65.

317 Sobre esse aspecto ver: BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime*. Almanack brasiliense nº 02, p.22.

318 Idem. p.24

319 Ver: IVO, I. P. 2004. p. 22.

A eclosão periódica de lutas entre famílias, como por exemplo, a que ocorreu em 1895 envolvendo as famílias do Coronel Domingos Ferraz de Araújo e a da viúva Lourença de Oliveira Freitas, famílias aparentadas entre si e que foram agentes de um dos mais dramáticos episódios da história de Conquista, conhecido como, a Tragédia do Tamanduá. Outro exemplo, também dramático de lutas entre famílias pelo poder local foi a que teve como protagonista a família do Coronel José Fernandes de Oliveira Gugé e a do coronel Emiliano Moreira de Andrade, a conhecida guerra entre Meletes e Peduros, que iniciada em 1910, apenas chega a termo em 1919 com a assinatura de um acordo de paz.<sup>320</sup>

O processo político se traduzia apenas com a alternância entre esses núcleos familiares, todos aparentados entre si. Somente com o Estado Novo, outros fatores adentraram a realidade social, refletindo nas disputas do comando local. A vida política passou a contar com novos atores ao lado das antigas famílias. No transcorrer da década de 1940, teve início a disputa pelo poder por parte de outros setores da sociedade. Entretanto, mesmo reconhecendo a participação desses novos setores, as elites locais não lhes conferiam poder.<sup>321</sup>

Por décadas, o poder político conquistense carregou a chaga do mandonismo oligárquico. Após a implantação do regime republicano, possuir o controle do Colegiado Municipal da Imperial Vila da Vitória, ser intendente ou conselheiro municipal na Conquista, “era ter o poder de colocar o público a serviço dos interesses privados das parentelas”.<sup>322</sup> Com a República, a forma de condução da política teve de ser alterada. O isolamento foi rompido e fazia-se necessário negociar articulações com lideranças e grupos políticos do Estado.

Dessa forma, em 1918, depois de ouvidas as pessoas influentes locais, a Comissão Executiva do Partido Republicano Democrata da Bahia, usando das atribuições que lhes são conferidas pelas Bases Orgânicas, resolveu nomear o seguinte diretório dessa agremiação política no município de Conquista:

Coronéis José Fernandes de Oliveira Gugé, Francisco Soares de Andrade, Paulino Fernandes de Oliveira, Major Leôncio Satyro dos Santos Silva, Major Cassiano Fernandes de Oliveira, Cel. Paulino Fonseca, Cel. Manoel Emiliano Moreira de Andrade, Cel João Fernandes de Oliveira Santos, Cel. Antônio Dantas de Oliveira.<sup>323</sup>

Todos os integrantes do diretório de Conquista eram parentes. De acordo com Viana, pouco tempo depois houve uma desarmonia entre os seus componentes. Com o falecimento do coronel Gugé, logo após, deixaram o diretório os senhores Manoel Emiliano Moreira de

---

320 Jornal *O Município*. 1 a 20 de Novembro de 1997.

321 Idem. p.10

322 SOUZA, Belarmino, op.cit. disponível em: [www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh.../belarmino](http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh.../belarmino) jesus souza. pdf

323 Jornal *O Democrata de Salvador*, 1º de Janeiro de 1918. Texto citado por VIANA, 1982, p. 139.

Andrade, Antônio Dantas de Oliveira, coronel João Fernandes de Oliveira Santos e Francisco Soares de Andrade que, juntos, fundaram um grupo oposicionista denominado de **Meletes**. Os outros que continuaram a compor o diretório receberam o apelido de **Peduros**, sendo chefiados por Agripino da Silva Borges, correligionário do Coronel Gugé.<sup>324</sup>

José Fernandes de Oliveira Gugé foi um importante líder da política local. Era filho do Capitão Luiz Fernandes de Oliveira (1º presidente do Conselho Municipal após a emancipação política do Arraial da Conquista em 1840) e Tereza de Oliveira Freitas (filha do Capitão Manoel de Oliveira Freitas e de D. Faustina Gonçalves da Costa). Portanto, era bisneto do João Gonçalves da Costa.<sup>325</sup>

Gugé chefiou a política em Conquista até agosto de 1918, quando faleceu. Dos intendentes desse período, apenas o coronel José Antônio de Lima Guerra, que governou a Cidade entre 1896 a 1903, fazia oposição à liderança do Coronel Gugé. O primeiro intendente, Coronel Joaquim Correia de Melo (1892 a 1895), era seu amigo e correligionário político. Os outros que governaram entre 1904 e 1919 pertenciam à sua família. O próprio Gugé exerceu pessoalmente a Intendência. Foi substituído por Leôncio Sátiro dos Santos, que era seu genro.

A oposição a Gugé era formada por parentes seus: o coronel Pompílio Nunes de Oliveira e o coronel Manoel Emiliano Moreira de Andrade; um era primo em terceiro grau, e o outro, afilhado. Esses homens detinham as maiores fortunas da cidade.

Gugé ilustrava, desde o final do século XIX, a tradição e a endogamia conquistense. Os “forasteiros” que chegavam à Cidade, a depender de sua condição social, se incorporavam à elite local por meio dos casamentos. Esse foi o caso do Dr. Luiz Régis Pacheco Pereira, que viria a ser, nas décadas posteriores, um grande líder político.

### **Os jornais a serviço da política local**

O jornalismo em Vitória da Conquista surgiu como instrumento político dos homens à frente do poder local, fossem da situação ou de oposição. Por esse motivo, conforme argumenta Jeremias Macário, o nascimento da imprensa na cidade foi marcado por tragédias típicas da época dos coronéis que não toleravam críticas ou denúncias contra eles ou contra seus atos.<sup>326</sup>

---

324 Idem. Ibidem.

325 Idem, p.74 – 120.

326 OLIVEIRA, Jeremias Macário. *A Imprensa e o Coronelismo no Sertão do Sudoeste*. Edições UESB, 2005. p. 65

Conforme vimos, o primeiro jornal a circular na cidade foi *A Conquista* que era porta-voz do Partido Republicano Conservador. Esse periódico teve vida curta. Nasceu em 1910 e em 1916 já não existia. Seu fim foi marcado por um assassinato cometido por seu redator, Hormínio Fernandes da Cunha. Ele havia publicado a notícia de que um músico da Filarmônica Vitória havia cometido um crime de sedução, desagradando o seu dirigente, o coronel Paulino Viana de Oliveira, que teria procurado Hormínio para pedir explicações. Nessa ocasião, o coronel rasgou a notícia e jogou os pedaços do jornal no rosto de Hormínio. Este, sacando o revólver, atirou no rosto do coronel. O crime provocou o fim do jornal e inseriu a violência na vida da imprensa conquistense.

O poder dos coronéis muitas vezes silenciou a imprensa local. O assassinato dos donos do jornal *Belo Campo*, os irmãos Napoleão e Cícero Ferraz de Araújo, mortos em 1915, retratam esse quadro. De acordo com Jeremias Macário, esse jornal estava a serviço do povo sertanejo e denunciava as injustiças praticadas pelos coronéis.<sup>327</sup> O crime, como era costumeiro nesse tempo, ficou impune. Outros atos de violência também ocorreram entre jornais rivais que funcionavam como porta-vozes de coronéis na disputa pelo controle político, a exemplo dos periódicos *O Conquistense* e *A Palavra*.

Foi em nome dessa disputa e controle político que os jornais publicaram vários textos buscando no passado da cidade um aporte justificador. Assim, invocar a figura de João Gonçalves da Costa significou a legitimação do poder nas mãos dos seus descendentes. Quando em 30 de junho de 1923 o jornal *A Notícia* publicou um texto, aqui já citado, argumentando que Conquista era a terra de João Gonçalves, pois foi por ele conquistada, o periódico teve o intuito de dar legitimidade política aos descendentes do sertanista que disputavam as eleições daquele período.

Dessa forma, a política nada mais era do que uma herança do “conquistador” que “derramou seu sangue em luta renhida com os selvícolas afim de deixar, como deixou, a sua descendência.”<sup>328</sup> E essa havia se constituído, de acordo com o jornal, em uma numerosa e poderosa família que lutava para “reconquistar o lugar de seu avô”, agora, “desgraçadamente dominada não por selvagens, como antanho, mas por políticos ambiciosos que não trepidam diante de atos, os mais injustos para a consecução dos seus planos interesseiros.”<sup>329</sup>

O discurso do jornal partia da ideia de que se havia sido João Gonçalves quem conquistou a região, nada mais justo do que ela ser chefiada pelo coronel Zeferino Correia de Melo “um dos atuais ramos mais importantes e conceituados do heroico lutador – o valoroso.”

---

327 Idem, p.69.

328 Jornal *A Notícia*. 30 de junho de 1923 p. 2.

329 Idem. Ibidem

Portanto, seria natural que o povo de Conquista tivesse à frente do comando político, “o prestigioso descendente de João Gonçalves, Zeferino Correia de Melo.”<sup>330</sup>

Caso fossem outros a ocuparem o poder, as tradições da família conquistense seriam “menosprezadas, atiradas ao pelourinho da decadência moral” seria assim, consentido que os direitos dessa família, fossem “para sempre postergados.” Se o povo conquistense permitisse isso, esse seria “indigno, desmerecedor dos galardões de seus intrépidos antepassados.”<sup>331</sup>

A cada momento histórico ligado às eleições locais, a memória construída em torno de João Gonçalves funcionava enquanto fio condutor a ligar o passado e o presente. A justificativa do jornal em defender o nome de Zeferino Correia de Melo para chefiar a cidade partia dessa ideia, pois ele representava a continuidade do projeto de governo encabeçado pelo Capitão-mor.

Por volta de uma década depois, *O Combate* publicou textos utilizando os mesmos argumentos vistos em *A Notícia*. Uma dessas publicações, traz o artigo de Pedro Calmon intitulado *o fundador de Conquista*. Calmon teria escrito o texto como forma de agradecimento ao povo conquistense pelos votos obtidos quando da sua candidatura à Câmara Federal.

O conto é um elogio a João Gonçalves da Costa e foi embasado na ideia do mito bandeirante, não enquanto paulista, mas como um personagem dotado de uma imagem bastante positiva, equiparada à figura de Fernão Dias.<sup>332</sup> Assim, a imagem do sertanista foi construída a partir da necessidade de mostrar aos leitores do presente que aquele homem teria sido o mais audaz, o mais corajoso dos colonizadores, pois sozinho vencera índios e feras. Pessoas ilustres teriam travado contato com o sertanista: “Augusto de Saint Hilaire conheceu-o, quase centenário. O Príncipe Maximiliano de Wiede-Neuwied fala enternecidamente dele: um espantoso sujeito aquele João Gonçalves da Costa!”<sup>333</sup>

O sertanista foi considerado por Pedro Calmon como o Fernão Dias humilde das selvas e das planícies nordestinas, mas que, no entanto, não possuiria a sorte do bandeirante paulista que teria morrido à beira do rio Sabarabussú “ouvindo nas águas sonoras os ecos de uma epopeia que iniciara, a música da glória que o imortalizaria.” A glória de Fernão Dias correu aos lugares mais longínquos da América Portuguesa, “até as franjas dos Andes, donde os espanhóis e os Incas espiavam o mistério de Mato Grosso”.<sup>334</sup>

---

330 Idem. Ibidem

331 Idem. Ibidem

332 Sobre esse aspecto do mito bandeirante ver: SOUZA, Ricardo Luiz. *A Mitologia Bandeirante: Construção e Sentidos*. Revista de História Social, Campinas, São Paulo. Nº 13, 2007. p. 152

333 CALMON, Pedro. *O Fundador de Conquista*. *O Combate*. 04 de março de 1935.p. 2

334 Idem. Ibidem

Gonçalves da Costa teria partido sozinho da Europa e “metido-se doidamente pelos rincões virgens da Bahia, onde não havia metais que despertassem a ambição do sertanista, nem outros povoadores que fossem a sua companhia e a sua ajuda.” Por esse motivo, diz Calmon, que os grandes exploradores, ao realizaram proezas devassando os continentes e semeando por entre os povos primitivos a cultura ocidental, não seriam maiores do que ele, “o homem sem medo que fundaria Conquista com atrevimento e temerário.”<sup>335</sup>

Depois que o Capitão-mor “trucidou os índios” ainda lhe faltava, de acordo com Pedro Calmon, vencer um grande desafio que lhe fora imposto: matar um valente jaguar. O autor descreve detalhadamente a luta entre o sertanista e o animal destacando que ao fim, usando da sua “genialidade”, João Gonçalves vencera “a fera” e poderia agora, entrar “com o seu troféu, vitorioso no Arraial da Conquista.”<sup>336</sup>

Não resta dúvidas de que Pedro Calmon descreveu a figura de João Gonçalves da Costa enquanto um bandeirante, aquele que é o “macho fecundador, um herói caracterizado pelo movimento incessante, pela ação.”<sup>337</sup> No seu conto, o autor terminou por reforçar a importância da genealogia na qual as famílias tradicionais conquistenses daquele período viam-se como descendentes e herdeiros da bravura de seu “herói povoador”.

Seguindo esse mesmo percurso, Euclides Dantas também publicou um texto no dia 2 de junho de 1935, enaltecendo a figura de João Gonçalves da Costa. Dantas era professor e escritor. Nasceu em Salvador, mas em 1909 foi residir na fazenda do Coronel Virgílio Ferraz de Oliveira para lecionar na sua escola. Após casar-se com uma parente desse coronel, mudou-se para a cidade da Conquista onde tornou-se redator do jornal *A Conquista*. De acordo com Aníbal Lopes Viana, Dantas não possuía diploma, mas detinha um grande preparo, “era possuidor de muita inteligência e adquiriu sólida cultura tornando-se mesmo um homem de valor intelectual e grande mestre.”<sup>338</sup>

Euclides Dantas foi autor de diversas obras sobre a história de Conquista. Escreveu o romance *Terras* a partir da história da tragédia do Tamanduá. Escreveu ainda peças teatrais sobre o centenário da independência em 1922. Foi autor de diversos poemas; biografou o político Régis Pacheco Pereira e compôs o Hino de Conquista. Assim, é possível afirmar que esse autor travara contato com a memória hegemônica acerca da fundação da Cidade e a reproduziu em seus escritos.

---

335 Idem. Ibidem

336 Idem. Ibidem

337 SOUZA, R. L. op.cit. 2007.p. 157

338 VIANA, A. L. op. cit. 1982. p. 447

Na sua crônica *Em memória de João Gonçalves*, o autor perpetuou os mitos, reforçou a imagem positiva do sertanista e abordou os índios como o obstáculo que deveria ser enfrentado pelo colonizador. Para o autor, o combate aos nativos justificava a posse das terras pelos descendentes de João Gonçalves, pois essa terra seria aquela que ele passou a amar “a terra onde se conquista e onde se está a verdadeira Pátria” razão que justifica, ele ter se assenhorado delas “que de direto lhes pertence.”<sup>339</sup>

O esforço em apresentar esses textos, bem como seus autores, partem da necessidade de mostrarmos quem exercia o papel de guardiões da memória do passado conquistense. Esses eram homens que nasceram ou se integraram às famílias tradicionais a frente do poder e da administração local. Homens cujas posses não eram somente as terras, mas também as letras. Foram eles que elegeram aquilo que faria parte da memória dominante, que deveria ser escrito e lido sobre o passado conquistense, em detrimento daquilo que deveria ser esquecido e “confinado” ao campo da oralidade.

Nos periódicos que circularam em Vitória da Conquista, as narrativas acerca da fundação da Cidade só ganharam outro contorno na segunda metade do século XX. Como vimos, *O Fifó* inaugurou, na década de 1970, uma nova possibilidade de estudos da história da região. O discurso havia mudado. No entanto, as lutas da época da colonização foram vistas enquanto dizimadora dos índios, então vitimados pelos portugueses.

Não pretendo dizer aqui que os povos indígenas não tenham sido vítimas da colonização portuguesa, mas procurei demonstrar desde o primeiro capítulo, que os índios foram também agentes da história, que resistiram, aliaram-se, guerrearam e enganaram. Ou seja, reagiram ativamente ao processo de dominação de seus povos e territórios.

A nova forma de ver o passado conquistense a partir da vitimização indígena fez uma releitura dos fatos tomados aqui como mitológicos. O banquete da morte e a última batalha teriam ocorrido. O resultado das ações dos colonizadores teria levado ao extermínio dos índios.

Quando a Cidade completou 140 anos, o jornal *O Cálice* publicou um texto carregado por um discurso político cujo ponto de partida foi justamente o seu passado histórico. Na visão do jornal, Conquista não era mais a mesma, “a garoa havia diminuído, a mata de cipó derrubada, os cafezais brotaram a qualquer custo e continuam se espalhando como um cancro nas mãos dos latifundiários, sobre os fósseis dos Mongoyós.”<sup>340</sup>

---

339 DANTAS, Euclides. *Em Memória de João Gonçalves*. Jornal *O Combate*, 02 de junho de 1935. p. 2

340 AMR/UESB – Jornal *O Cálice*. Vitória da Conquista. Março/abril/maio de 1981. p. 2.

Nas linhas desse texto, o redator utilizou o aniversário da Cidade para criticar o poder e a sua imprensa. Criticou a forma como o jornalismo produzia e reproduzia a história da Cidade, camuflada e idealizada nas páginas dos periódicos. Em contraponto, *O Cálice* dedicou um longo texto sobre a história dos índios Mongoyós.

A matéria parte de uma releitura de diversos escritos sobre a etnia Mongoyó, como também de documentos históricos. Mozart Tanajura, autor do texto, localiza esses índios no processo de colonização da região e os impactos sofridos por eles. O resultado da conquista dessas terras foi, na visão de Tanajura, a decadência e a extinção dessa etnia vencida em combate, vítima da deslealdade de seus inimigos. Uma vez vencidos, os Mongoyós teriam desaparecido, restando apenas “na expressão de muitos habitantes, os traços fisionômicos cheios de revolta e perplexidade daqueles antigos Mongoyós.”<sup>341</sup>

Nesse sentido, outros jornais também publicaram notícias sobre a história de Vitória da Conquista, localizando os índios como vítimas das manobras traiçoeiras dos colonizadores. A título de exemplo, podem ser citados os jornais *O Município*, *Hoje*, *A Semana*, *Tribuna Regional*, *o Jornal de Conquista*, editados nos fins dos anos 1980 e em toda a década de 1990.

Nesse período, talvez a única exceção entre os jornais que publicaram edições comemorativas do aniversário da Cidade, foi o periódico *Diário do Sudoeste*. Na ocasião da comemoração do 158º, o jornal publicou um caderno dedicado à história da Cidade, em que reforçou todos os mitos de fundação do arraial, desde o banquete da morte até a intervenção de Nossa Senhora das Vitórias na guerra contra os índios.

Na tentativa de justificar a “chacina dos Mongoyós”, o jornal convidou o seu leitor a lembrar desse fato e a olhar para a Cidade de Vitória da Conquista “desenvolvida como se tornou” e a se perguntar: “se não fosse usado aquele expediente, seríamos a cidade de hoje?”<sup>342</sup> E assim, povoou suas páginas com as reiteradas narrativas dominantes sobre a história da Cidade.

É interessante notar que nos diferentes momentos históricos a imprensa conviveu com dois tipos de discursos. Um enaltecia o colonizador; outro vitimizava o índio. Mas nenhum apontou os povos indígenas como agentes históricos ainda em luta por sobrevivência. E isso tampouco ocorreu no ano 2000, quando o Brasil comemorava os seus 500 anos.

---

341 TANAJURA, Mozart. *Os Índios Mongoiós*. Jornal *O Cálice*. p. 6

342 Jornal *Diário do Sudoeste*. Edição especial. Conquista, 158 anos. 9 de novembro de 1998.p.2

## **E mais uma vez, a memória hegemônica se refez**

Esse período histórico é marcado em Vitória da Conquista pela inauguração do monumento ao índio situado à Praça Caixeiros-Viajantes (ver imagem abaixo). O monumento foi uma obra pensada e executada pelo Movimento Contra a Morte Prematura (MCMP) presidido por André Cairo. A sua inauguração ocorreu no dia 5 de junho de 2000, data em que se comemora o dia do meio ambiente. De acordo com Cairo, esse dia foi escolhido porque “o índio seria o maior símbolo ecológico da história, a natureza é a mãe do índio.”<sup>343</sup>

De acordo com o presidente do MCMP, não foi fácil levar à frente o projeto do monumento ao índio. Foram necessárias várias articulações e a ideia original sofreu alterações, pois o monumento deveria ser erguido na Praça Tancredo Neves, onde teria ocorrido o banquete da morte. No entanto, o poder público teria vetado a ideia.<sup>344</sup>

O monumento não é dedicado a somente uma etnia, mas é “um tributo a todas as tribos.”<sup>345</sup> A sua principal identificação é a flecha que, de acordo com André Cairo, é o melhor instrumento para compor a figura do índio. Para André Cairo, da forma como foi construída, fincada no chão, a imagem dessa flecha representaria a derrota indígena diante dos desbravadores. A sua ponta para o alto significa que, mesmo morto, o índio não perdeu a imortalidade.

---

343 CAIRO, André. Entrevista concedida a Ana Lúcia Damaceno Silva no dia 16/10/2000. ver: SILVA, Ana Lúcia Damaceno. *Monumentos Comemorativos: Registros de Memória*. Universidade Estadual da Bahia. 2001. p.36

344 Idem, p. 38

345 Texto da placa do monumento

**Figura nº 6**



Monumento ao índio. Iniciativa do Movimento Contra a Morte Prematura – MCMP. Projetado pelo artista Edimilson Santana. Localizado na Praça Caixeiros Viajantes – centro.

Fonte: <http://iconquista.blogspot.com.br/2009/04/monumento-recuperado.html>

Naquele momento, poetas contemporâneos também dedicaram versos à história de Conquista, povoando o imaginário popular com fatos, então remotos, mas que não deveriam ser esquecidos por fazerem parte da composição da memória histórica da Cidade. É o que podemos identificar em um trecho do poema *Noturno de Vitória da Conquista*, de autoria de Mozart Tanajura, publicado no periódico *Hoje*, no dia nove de novembro de 2000.

Manhã de 9 de novembro de 1840.  
Do sertão de Caetité está chegando  
Joaquim Venâncio de Almeida.  
Ele vem, da parte do rei,  
instalar a Imperial Vila da Vitória.

João Dias de Miranda,  
último filho vivo do Coronel João  
Gonçalves da Costa,  
conta as sagas da conquista e fundação  
do arraial:

Meu pai, junto a mim, no combate decisivo,  
quando os índios, rebelados, ameaçavam-nos  
vencer, fez uma promessa à Virgem: — se  
a vitória fôr nossa, ó Nossa Senhora da Vitória,  
mando fazer uma igreja onde a vossa imagem  
será louvada para sempre!

E naquele instante angustioso, como por  
milagre, os índios foram cedendo, cedendo,  
e a vitória ficou de nosso lado.

A mesma narrativa deu vida aos versos do poeta Carlos Jehovah, escrito em 2001.

o canto da mãe-da-lua gemeu  
carregada de maus presságios  
e o coração do guerreiro se armou para a luta  
as águas do poço escuro tingiram-se de sangue  
e uma lua negra rodopiou sobre a tarde nervosa  
Eh ehhhhhhhhhhhhhhhhhh!  
Um grito de guerra perdurou-se no beijo da floresta  
enquanto um enxame de setas assobiava na sanha dos mongoiós  
tambores rufaram o macabro balé da morte  
e um gemido de dor chegou aos ouvidos de Tupã  
despertando os seus mortos!  
Mas o facão surdo de João Gonçalves brandiu  
traição e partilha no terreiro da sesmaria, assentado com sangue  
o registro de nascimento da Imperial Vila da Vitória.

Nessa ocasião, a imprensa continuava a publicar a história da Cidade a partir do mito colonizador e da dizimação dos índios. Em 2000, o jornal *Hoje* dedicou a edição especial de 9

de novembro à história da Cidade. Nas páginas do periódico encontramos as narrativas da conquista, bem como longos textos sobre o processo de colonização da Bahia. Em 2002 foi a vez do *Correio da Bahia*, por meio de sua revista Memórias da Bahia publicar uma reportagem sobre Vitória da Conquista.

A matéria fez uma mistura de história e memória da Cidade. Visitou os monumentos ao bandeirante e ao índio, entrevistou historiadores, foi à Batalha, visitou o antigo cemitério e terminou por publicar um texto no qual os mitos ganharam mais força que os fatos históricos. O texto faz parte de uma publicação sobre os bandeirantes baianos e foi intitulada de “Patriarca de Conquista: vitória de João Gonçalves da Costa sobre o povoado, cujas terras eram dominadas pelos índios botocudos, deu origem ao nome do município no sul da Bahia.”<sup>346</sup>

Sobre os índios, a revista destaca que “o extermínio foi tão grande sobrando muito pouco da memória indígena na cidade, nada da cultura e do modo de viver dos aimorés daquela região foi preservado.”<sup>347</sup> Apenas o monumento ao índio, de acordo com a revista, constituía uma “singela homenagem” da Cidade aos seus povos nativos. Os critérios escolhidos para a publicação dessa matéria partem da constituição dos personagens, dos lugares e dos fatos históricos que moldam um ideal de realidade não necessariamente ocorrida. No caso de Vitória da Conquista, a projeção dos fatos míticos foi tão forte que definiram os rumos daquilo que se pretendeu configurar como memória oficial.

Podemos constatar essa visão na ação da Arquidiocese de Vitória da Conquista quando, em 2002, rendeu homenagem aos índios por meio de uma palmeira existente na Praça Tancredo Neves, na qual reconhece essa árvore como “memorial dos valentes Imborés Mongoiós que aqui tombaram.”<sup>348</sup>

---

346 Memórias da Bahia. Grandes Reportagens do Correio da Bahia.2002. p.43

347Idem. p. 44

348 Inscrição na placa da palmeira

**Figura nº 7**



Palmeira em homenagem aos índios que teriam morrido no banquete da morte. Praça Tancredo Neves.  
Fonte: acervo da autora

É interessante notar que mesmo no século XXI, se faz ainda presente a ideia, discutida no primeiro capítulo, pela qual o “índio bom é índio morto.” Desde o século XIX, quando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB buscou as raízes indígenas da sociedade brasileira na figura do romantizado índio tupi. Aquele que, como Peri, do romance *O Guarani*, aceitou deixar de ser índio e tornar-se um “branco” associando-se ao projeto colonial.

Diante do exposto até aqui, podemos concluir que as narrativas com viés míticos se reconfiguraram ao longo da história de Vitória da Conquista e chegaram aos nossos dias.

Em se tratando da memória sobre os povos indígenas ficou evidente a ideia do seu apagamento da história da Cidade. Esse processo foi tão violento que os índios pouco aparecem, mesmo dentro do campo da mestiçagem da sociedade conquistense quando da sua formação.

Encontrei apenas o poema de Mozart Tanajura que mistura as vertentes negras e indígenas dessa sociedade quando diz “três sangues deram-lhe a sina: africano o de Faustina, a neta de Mongoiós; de João Gonçalves fremente, o português é latente, e caboclo o de seus avós.”<sup>349</sup> Além desse poema, apenas a pequena biografia de Dona Naninha (Ana Maria Teixeira), de Aníbal Lopes Viana retrata a presença indígena na formação de uma família conquistense.

Na biografia, Viana afirma que a própria dona Naninha, em suas palestras, dizia que era bisneta de uma índia de nome Inocência, que havia sido capturada quando menina “na mata brava onde está localizada nossa querida Cidade, pelo Bandeirante Coronel João Gonçalves da Costa, que a domesticou e tratava como filha.”<sup>350</sup> Depois de domesticada, a índia casara-se com um português de nome Francisco Fontoura da Ponte. Dessa união, na terceira geração, nascera dona Naninha, que como diz Viana, foi “a única mulher conquistense que conhecia perfeitamente a tão admirável história de Vitória da Conquista.”<sup>351</sup>

Já sobre a mestiçagem entre portugueses e africanos, são várias as narrativas que a identificam na formação das primeiras famílias conquistenses. De acordo com Israel Orrico e Mozart Tanajura, a carta escrita por Belizário Ferraz a Bruno Bacelar em 1955 forneceu as primeiras pistas a respeito da origem dessas primeiras famílias, que não eram brancas, mas mulatas.<sup>352</sup>

---

349 TANAJURA, Mozart. *Noturno de Vitória da Conquista*, op.cit. *Jornal Hoje*. 09 de novembro de 2000.

350 VIANA, A. L. op. cit. 1982. p. 402.

351 Idem. *Ibidem*

352 ORRICO, I. A. op.cit. 1992. p.84 e Tanajura, Mozart. *Deu tudo mulato*. *Jornal O Município* 15 – 30 de novembro de 1996.

Por fim, cabe dizer que a história não é e nem pode ser marcada pela linearidade. Memórias hegemônicas não são memórias únicas. A história nos oferece contrapontos, fazendo emergir aquilo que subjaz, que em tempos outros pareceu adormecido ou mesmo extinto. A história é composta por enredos que se contrapõem, por memórias que se chocam, se entrecruzam e cuja síntese, se é que isso é possível, é um eterno devir. Dessa forma, é perceptível a existência, por mais que a força da história dominante não queira, de uma memória indígena que persiste, que insiste em se apresentar. É dessa memória, contraponto daquela que se tornou oficial e dominante, que trataremos no capítulo que segue.

## CAPÍTULO III

### O CONTRAPONTO INDÍGENA

*Essa lembrança que nos vem às vezes...  
Folha súbita. Que tomba  
Abrindo na memória a flor silenciosa  
De mil e uma pétalas concêntricas...  
Essa lembrança... mas de onde? De quem?  
Essa lembrança talvez nem seja nossa,  
Mas de alguém que, pensando em nós, só possa  
Mandar um eco do seu pensamento  
Nessa mensagem pelos céus perdida...  
Ai! Tão perdida  
Que nem seja possa saber mais de quem!*<sup>353</sup>

Esse capítulo se dedica às memórias dos moradores da Batalha. Veremos que elas conseguem reinterpretar a história oficial da fundação de Vitória da Conquista, inserindo-se e comprometendo-se também com esse processo mítico e histórico. Revelam inequivocamente a presença de índios na região, mesmo após o fim das guerras. As narrativas dos depoentes estão divididas em três blocos que se intercalam, a saber, guerra e memória, terra e memória e identidade e memória, ao fim dos quais tecerei os comentários e análises que considero pertinentes.

#### **Guerra e memória**

Na região da Batalha habitavam muitos índios “da mesma nação que foi encontrada no Rio de Janeiro.”<sup>354</sup> Quando se deparou com esses nativos, que num certo dia, “estavam malinando muito, flechando gente, o coronel João Gonçalves da Costa deu de matá-los.”<sup>355</sup> E foi matando até o local “onde foi erguida a Igreja de Nossa Senhora das Vitórias.”<sup>356</sup> Antes, “ele havia prometido para a santa fazer a igreja dela quando derrotasse o último índio. Só que uns fugiram, porque hoje a descendência é grande. Mesmo assim, a capela está no lugar onde

---

353 Mario Quintana

354 Oliveira, Adelino Rodrigues de. Depoimento colhido por Renata Ferreira de Oliveira em 2009.

355 Malinando nesse contexto significa perturbar a ordem

356 Oliveira, Jesulino Rodrigues. Depoimento colhido por Renata Ferreira de Oliveira em 2009.

ele fez a promessa”.<sup>357</sup>

Depois de terminada a guerra, “no tempo de fazer a igreja, o coronel (João Gonçalves) não estava de acordo com lugar escolhido, queria fazer em outro canto, mais para cima, onde morava o finado Chicão que, de tão ruim que era para os índios, virou bicho.” Assim ele tentou. “Só que, quando chegava no lugar onde foi feita a promessa, teve boi que chegou a quebrar o pescoço, mas não saía do lugar porque o coronel tinha feito a promessa ali, ele teria que pagá-la ali.”<sup>358</sup>

Quando o coronel decidiu levantar a igreja no lugar que havia prometido e não mais acima como queria, “ele conseguiu a vitória contra os índios. Por isso, lá tem o nome de Nossa Senhora das Vitórias. Mesmo derrotados, os índios ainda tiveram que sofrer para construir a igreja carregando as toras de madeiras nas costas, já cansados de guerrear.”<sup>359</sup>

O tempo da guerra foi tão cruel que “João Gonçalves chegou a botar veneno no rio para matar todos os índios. Ele achou que não venceria os caboclos porque de toda vida o índio foi brabo. Então, ele procurou envenenar a água porque se ele fizesse assim, matava tudo quanto era índio e seria o vitorioso com mais facilidade.”<sup>360</sup> Mas, antes de terminar o envenenamento, “o coronel foi descoberto. Mesmo assim, ainda levou muita vantagem, pegando os índios pela fraqueza, pelo cansaço. Os índios já estavam cansados, aí o coronel conseguiu vencê-los.”<sup>361</sup>

A terra dos índios era imensa. “Do Rio Poço Escuro até o Rio Verruga que desce para Itambé. De Conquista, saía nas Araras, Capinal e Rocim. Tudo isso era aldeia.” Segundo contam, “João Gonçalves pensou: como devo fazer? Vou botar veneno na água. E de fato botou. Assim, os índios que não morreram, cansaram. Foi quando ele conseguiu vencer através do castigo dos bichinhos que não mereciam.”<sup>362</sup>

Depois de envenenar a água, João Gonçalves teria voltado a enganar os índios que sobreviveram.

Ele fez uma festa como se fosse para ter paz. Ele convidou os índios para beber. E de toda vida os índios gostam muito de cachaça. Só que o coronel já veio com a cachaça preparada para dar para os caboclos que tomaram e se embriagaram. Aí, João Gonçalves conseguiu amarrar um bocado para poder vencer porque os índios eram muito brabos.<sup>363</sup>

---

357 Idem.

358 Oliveira, Adelino. 2009

359 Oliveira, Miguel de Jesus. Depoimento colhido por Renata Ferreira de Oliveira em 2009.

360 Oliveira, Adelino. 2009

361 Idem.

362 Idem.

363 Idem.

Foi aí que a festa virou uma batalha. “Mas, morreu muita gente do lado de João Gonçalves, muito jagunço que ele tinha. Mesmo assim, ainda saiu vitoriosos por causa da promessa que ele fez. Só que, onde ele estiver, ele está com esse pecado nas costas.”

Os brancos fizeram muito mais do que enganar os índios. Eles também costumavam roubar as crianças indígenas.<sup>364</sup> Uma vez,

uns caçadores estavam na Batalha caçando índios. Eles acabaram encontrando uma criança e roubaram ela. A índia era tão bonita que eles não tiveram coragem de matá-la. Como a indiazinha resistia, eles deixaram ela amarrada e foram buscar alguma coisa para levá-la embora. Para não largá-la sozinha, os caçadores deixaram um vigia que ficou olhando muito para índia porque ela era bonita demais.<sup>365</sup>

Então, “o vigia quis beijar a índia, mas ela deu uma mordida que teria arrancado, segundo dizem, o queixo dele. Quando os outros caçadores chegaram e encontraram o seu companheiro com os dentes do lado de fora, mataram a indiazinha que não tinha culpa de nada.” Essa não foi a única vez que os brancos roubaram índias. Em outra ocasião, “eles pegaram umas índias na Batalha e levaram para um lugar onde o capitão João Gonçalves morava. Mas, elas não viveram muito tempo, pois deram sal para elas comerem. Morreram todas porque os índios não comiam sal.”<sup>366</sup>

Mesmo depois do fim da guerra, os brancos ainda roubavam índias. Vitória foi roubada na Batalha ainda criança. “Os brancos pegaram ela, levaram para a cidade, batizaram e deram o nome da santa para ela.”<sup>367</sup> Nesse tempo, teria ela em média uns cinco a seis anos de idade. “Foi preciso uns 5 homens para segurá-la.” Assim como os outros curumins, Vitória também resistiu à captura.

Onde ela batesse o dente arrancava um pedaço. Quem pegou a indiazinha não tinha condições de criar. Então, levaram ela para o coronel Chicão na cidade. Foi ele que criou, que sabia controlar o sal até que ela cresceu. Quando moça, casaram ela com um índio “manso” chamado Maximiliano. Voltaram para a Batalha aonde viveram até a morte, deixando uma descendência muito grande.<sup>368</sup>

---

364 Sobre o comércio de crianças indígenas, ver: PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *As crianças indígenas e a formação de agentes transculturais: o comércio de Kurukas na Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais*. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v. 3 n. 1/2, p.41-105, jul/dez. 2006

365 Oliveira, Jesulino.

366 Idem.

367 Idem.

368 Oliveira, Adelino. 2009.

O tempo das lembranças dos indígenas da Batalha se confunde com o tempo da história consagrada da colonização de Vitória da Conquista. O passado, tanto de um quanto do outro lugar, foi determinante para as narrativas acima. De forma não muito diferente da memória dominante trabalhada no segundo capítulo, aqui também fica perceptível que a memória da Batalha é articulada por meio de um tecido costurado através de mito e história.

A memória indígena sobre a guerra parte de um processo de releitura da história oficial de Vitória da Conquista. No entanto, as interpretações feitas pelos depoentes revelam aspectos tornados invisíveis por essa história explicando a reivindicação dos índios de fazerem parte e nela figurarem como agentes. A percepção dos indígenas sobre a guerra de conquista de seus territórios ajuda na composição da identidade do presente, mesmo que a leitura que fizeram desse processo histórico seja marcada pelo reconhecimento das evidências da crueldade sofrida e da derrota imposta aos seus povos.

No entanto, nessas reelaborações aparecem personagens que não faziam parte da narrativa dominante. Quando revelados, tanto as pessoas como certos fatos antes desconhecidos ou ocultados, colocam em pauta uma disputa entre as memórias, uma hegemônica outra subterrânea,<sup>369</sup> possibilitando-nos argumentar que, à luz de Maurice Halbwachs, em se tratando de memórias contrapostas, existe aqui, “ao lado de uma história escrita, uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo.”<sup>370</sup>

O primeiro ponto a ser observado nas narrativas sobre a guerra é que a história desses índios não ficou confinada apenas à invasão dos seus territórios e sua subsequente derrota. Outros aspectos são revelados, a exemplo daquelas que seriam estratégias dos brancos para efetivar a própria conquista, (envenenamento da água, banquete da morte, roubo de crianças), mas, sobretudo, a promessa feita a Nossa Senhora. Os índios reconhecem a derrota na guerra, mas o fazem somente porque teria existido a intervenção da santa em favor dos brancos. Aqui existe a nítida incorporação de aspectos da memória hegemônica pelas narrativas subterrâneas.

No entanto, ao que parece, os depoentes reconhecem que essa interferência divina contribuiu apenas em parte com os colonos, pois para eles, o último índio não teria sido derrotado na atual Praça Tancredo Neves, mas teria fugido e se refugiado na serra da Santa Inês, garantindo a reprodução da geração futura da Batalha.

---

369 Sobre memórias subterrâneas ver: POLLAK, *Michael*. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 3-15, 1989. p.2

370 HALBWACHS, M op. cit. 1990. p.67

Mesmo assim, João Gonçalves teria pago a sua promessa, erguendo o templo a Nossa Senhora das Vitórias, “que está lá hoje para todo mundo ver.”<sup>371</sup> A exemplo do que foi dito no segundo capítulo, nesse ponto, os depoentes também leem miticamente a intervenção da santa na guerra.

Aníbal Lopes Viana, na sua Revista Histórica, narra que Tio Nagô, escravo de João Gonçalves e contador de histórias, esteve presente na ocasião da construção da Igreja. Segundo Viana, teria sido ele o guia dos carros de bois que conduziram as pedras e as madeiras para a construção, observando também que, “quando o carro chegava no lugar onde foi feita a promessa, os bois empacavam, o carro não saía do lugar e não havia ferroada que fizesse com que os bois puxassem o carro.”<sup>372</sup>

Para os nossos depoentes, os índios (já reduzidos) também estiveram presentes nesse processo de construção do templo. E esta seria a condição da existência da memória difusa do tempo presente, que nos permite constatar que as memórias míticas do tempo da colonização de Vitória da Conquista conseguiram atingir não somente os vitoriosos envolvidos e interessados na sua preservação, mas também aqueles que foram supostamente derrotados por João Gonçalves.

Não diferente do que ocorreu para outros processos da colonização de Vitória da Conquista, a construção da Igreja também é marcada por mitos. O primeiro já foi elucidado aqui, a vitória sobre os índios. A escolha do local teria sido influenciada pela interferência divina oriunda da promessa, como disseram nossos depoentes. Esse lugar seria o centro da antiga aldeia Mongoyó, às margens do Poço Escuro.

Outro aspecto interessante teria sido a sua construção. Viana narra que um cronista antigo teria dito que a Igreja foi construída com a madeira de um único cedro, transportado das matas de Ilhéus especialmente para essa função.<sup>373</sup> Mas, para esse memorialista, o cronista teria se confundido, pois foi um vinhático, “cuja circunferência doze homens de braços abertos não o abarcavam”, derrubado bem perto de onde foi erguida a Igreja, que fornecera toda madeira necessária para as portas, janelas, assoalho e forro do templo.<sup>374</sup>

Para nossos depoentes, foram esses episódios que marcaram o destino dos índios que, uma vez vencidos, após o cumprimento da promessa, ainda tiveram de sofrer com a construção da Igreja. Esse é um importante aspecto de diferenciação entre as versões em contraponto. Mas, se essa referência desapareceu da memória construída pela elite da região,

---

371 Oliveira, Jesulino Rodrigues. 2009.

372 PONTE, Francisco Maria da. Apud. VIANA, A. L. op. cit. 1982. p. 15

373 Idem. p. 38

374 Idem. Ibidem.

pode-se encontrá-la em fontes como os escritos do próprio Príncipe Maximiliano que narram que, após a conquista, os índios eram “tiranizados, tratados como escravos, mandados a trabalhar nas estradas e a derrubar as matas, mandados a levar mensagens a grande distância.”<sup>375</sup> Cabe salientar que os nossos depoentes conseguem indicar que foi a partir da construção da Igreja que foram definidos os topônimos, Batalha e Vitória.

A segunda observação a ser feita sobre a memória da guerra diz respeito à interpretação que os depoentes fizeram sobre a crueldade das táticas utilizadas pelos conquistadores. Nas narrativas, ficou perceptível que, mesmo não tendo mantido contato com a história escrita, eles conseguem ler e interpretar essa história transmitida entre as gerações até os dias atuais, reforçando nossos argumentos de que a memória difundida pela oralidade foi a base para a construção da história da região.

Parte da história oficial sobre os índios do Planalto da Conquista é pautada na crueldade branca contra os nativos em um cenário de guerra e extermínio. De acordo com Ruy Medeiros, “todos os expedientes foram utilizados, desde a disseminação de doenças, passando por subtração de armas dos índios à noite para, ao amanhecer, matá-los indefesos, o envenenamento de fonte d’água, até o chamado banquete da morte.”<sup>376</sup>

Para os índios, até mesmo a fome foi tática utilizada para o controle dos seus povos. No caso da Batalha, ficou marcado, por nossos depoentes, o uso do sal como extremamente danoso, por provocar a morte. Tranquilino Torres, ao descrever os índios Mongoyós, salienta que eles odiavam o sal por ter efeito venéfico.

É preciso frisar que a mudança da dieta indígena a partir do contato com o branco foi responsável também por doenças e mortes. Talvez por essa razão, o sal era visto como maléfico. Darcy Ribeiro afirma que o sal era mais um fator a causar a dependência dos índios para com os colonizadores, ao lado dos instrumentos de metal e da sede por aguardente, aspectos que contribuíram para que os brancos fossem desenhando as fronteiras da civilização.<sup>377</sup>

Nas memórias da guerra, os depoentes descrevem o episódio do envenenamento das fontes de água utilizadas pelos Mongoyós como solução encontrada por João Gonçalves diante do tamanho do território indígena e a forte reação dos índios. Nas narrativas, o plano não saiu tão perfeito como desejara o coronel, pois fora descoberto. No entanto, os nativos já se encontrariam cansados, não desse episódio em si, mas de todo o processo de resistência às

---

375 WIED, NEUWIED, Príncipe Maximiliano, op. cit. p.

376 MEDEIROS, R. H. op. cit. 1996. p. 104

377 RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1970. 0. 31

ações desencadeadas pela conquista dos seus territórios, e, assim, foram vencidos também por conta desse desgaste sofrido.

O banquete da morte também foi difundido na memória dos indígenas. Para eles, tanto a festa “que virou batalha” quanto as demais atitudes dos colonizadores são castigos impostos aos nativos, cuja culpa era somente a de serem bravios. A seleção desses episódios, a forma pela qual eles passaram a fazer parte da memória dos índios nos levam a perceber o quanto as memórias em disputa possuem pontos de aproximação.

Tanto em uma quanto em outra, o passado e o presente mesclam-se. No que tange às narrativas indígenas, essa prática leva à releitura dos mitos, que passam a ser interpretados como verdade. À luz de Ginzburg, poderíamos argumentar que esse conjunto de interpretações podem ser entendidas como *mitos, emblemas e sinais*.<sup>378</sup> E é nessa direção que podemos analisar o último aspecto revelado nas narrativas sobre a guerra: o roubo de crianças indígenas.

O roubo e a escravização de crianças indígenas fizeram parte da política de ressocialização dos índios. Maria Hilda Baqueiro Paraíso salienta que ao ser verificado que a pedagogia adotada pelos missionários junto aos índios adultos aldeados não surtia muito efeito, a educação de *curumins* foi uma alternativa, pois viam-na com a perspectiva de

promover, simultaneamente, a conversão e a civilização em caráter irreversível, retirando-os do domínio da natureza e trazendo-os para o da cultura europeia. Pretendiam extirpar-lhes os indícios da bestialidade e dos “maus hábitos”, reverter o quadro de poucos frutos obtidos com a catequese, avaliar a eficácia dos batismos em massa, facilitar o processo educativo, controlar a atuação dos pajés e superar as dificuldades decorrentes do pequeno número de missionários.<sup>379</sup>

Essa prática, conforme a autora, pode ser vista no bojo do projeto de socialização e treinamento indígena em áreas cujo acesso à mão-de-obra escrava negra era difícil.<sup>380</sup> E, em se tratando dos índios Botocudos, a escravização desses povos passou a ser vista, “como tendo um caráter pedagógico: o de fazer com que perdessem sua atrocidade e rudeza naturais, prepará-los para o exercício de atividades úteis, fazê-los aceitarem a sujeição às leis

---

378 Carlo Ginzburg, ao analisar os saberes divinatórios e veneratórios, argumenta que eles precedem a escrita, advindos de um minucioso reconhecimento de determinada realidade. O paradigma indiciário ou divinatório obedece as formas próprias do saber, voltados ao passado, presente e futuro. Apoiados na semiótica, estudam os signos e sinais ou o sistema de sinais utilizados em comunicação. Ver; GINSZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009. p. 151-153.

379 PARAÍSO, M. H. B. op.cit 2006. p. 43

380 Idem, p.52

e, assim, elevá-los à condição de humanos.”<sup>381</sup> Nesse sentido, as *kurukas* foram obrigadas a tornar-se o elo para a civilização desses índios.<sup>382</sup>

Nas terras conquistadas por João Gonçalves, a captura de crianças indígenas era uma prática costumeira, como se pode observar nos documentos do Conde da Ponte sobre a conquista do Rio Pardo. Ele noticia a morte dos pequenos Botocudos que lhe haviam sido encaminhados por João Gonçalves da Costa, devido à alimentação ministrado ou à degeneração “da raça”.<sup>383</sup>

Como vimos, o roubo de *kurukas* também compôs a memória dos índios da Batalha. Entendida como atos de crueldade dos colonizadores, as memórias revelam que a captura de crianças ocorreu em duas fases: no período da guerra e posterior a ela. Durante a guerra contra os índios, de acordo com os depoentes, os caçadores teriam capturado uma índia ainda criança. Essa lembrança pintou na parede das memórias um quadro interessante. Primeiramente, identificamos a preservação de uma reminiscência cujo fim é demonstrar a violência vivida pelos povos indígenas; segundo, a resistência desempenhada frente ao processo de conquista de seus territórios.

Essa resistência muitas vezes levou à morte dos índios, como foi o caso da pequena *kuruka* capturada. Esse episódio narrado pelos depoentes, também aparece repleto de mitos que são encontrados na memória dominante, pois de acordo com Viana, o coronel Bitonho, caçador de índios e morador do Cachimbo, foi quem roubou a índia. Ao ser mordido no nariz por ela, quando tentou beijá-la, o coronel teria sacado o facão “varando o abdômen da indiazinha de um lado para outro”.<sup>384</sup>

Mas, o ato violento de Bitonho não teria ficado impune. Certa vez ele estaria caçando em sua fazenda quando encontrou um grande tatu. Sacando o facão, com o qual matou a índia, o coronel “corria atrás do tatu dando golpes perdidos. E ao saltar, um pau atravessado caiu e o facão varou-lhe o ventre, causando-lhe morte repentina.”<sup>385</sup> Os habitantes do lugar, ao comentarem o fato, diziam que “a indiazinha que seu Bitonho varou no facão, virou um tatu para atraí-lo, e também morreu da mesma forma e com o mesmo facão, pois assim que seu Bitonho caiu, o tatu desapareceu das vistas de todos os que presenciaram os acontecimentos.”<sup>386</sup>

---

381 Idem. p. 45

382 O termo Kuruka quer dizer criança na língua materna dos índios Gren/Botocudos.

383 Idem. p. 48

384 VIANA, A. L. op.cit. 1982. p.10

385 Idem. Ibidem.

386 Idem. Ibidem.

Dessas narrativas podemos compreender que os indivíduos reconstituem os fatos a partir da vinculação com o grupo ao qual pertencem. Assim, a memória pode ser averiguada, conforme Halbwachs, a partir da subjetividade humana que lhe doa um caráter social marcado pela influência do grupo do qual ela é produto.

É nesse rumo que a reconstituição do retorno de Vitória, roubada quando criança, atribui sentido à identidade social do grupo, pois dessa índia teria advindo “uma descendência muito grande”. Essa interpretação marca, nas narrativas sobre a guerra, um processo de resistência evidenciado dentro e fora do âmbito da violência. A captura é narrada como prática violenta, mas o retorno da índia, depois de casada, teria consubstanciado a resistência expressa em uma descendência que, na atualidade, materializa a alteridade grupal. Aqui, fica evidente uma das funções atribuídas à memória: criar identidade para o grupo e reforçar a coesão social através do que Halbwachs chamou de adesão afetiva.

Para finalizar, deixo marcado aqui uma constatação inevitável: para os índios, hoje vivendo a sua história, a guerra foi perdida, mas a sua história não foi estancada com as vitórias de João Gonçalves da Costa entre os finais do século XVIII e início do século XIX. Essa é a diferença fundamental entre as memórias contrapostas neste trabalho.

## **Terra e memória**

“Dessa guerra nasceu a Batalha, pois o grande batalhão foi na serra da Santa Inês.<sup>387</sup> Os índios que sobreviveram ficaram nessa região que era imensa. Por isso a tarefa de João Gonçalves foi difícil.”<sup>388</sup> Depois da guerra, João Gonçalves teria ficado rico porque “tomou as terras dos índios para ser o senhor.” Ele se tornou possuidor da terra “através de castigo porque naquele tempo não tinha eleição para ele ganhar ou perder. Por isso que ele achou que tinha de vencer dessa forma, por meio do sofrimento dos índios e da bravura dele.”<sup>389</sup> Por essa razão, “lá ficou sendo Vitória da Conquista, o lugar dele e aqui Batalha, o lugar do índio que sobreviveu e se escondeu na serra da Santa Inês.”<sup>390</sup>

“Mas depois disso teve outra confusão.” Os índios que permaneceram não tiveram direito a terra porque “o branco botou novamente o índio para correr. Eles fizeram uma turma

---

387A Serra da Santa Inês localiza-se nas terras da Batalha e faz parte do Planalto da Conquista. Este por sua vez, é formado pela porção de terras com altitudes médias entre 850 e 750 metros entre o Rio Pardo e das Contas. Ver: TORRES, T. op. cit. 1996. p. 69

388 Oliveira, Adelino. 2009.

389 Idem.

390 Oliveira, Miguel de Jesus. 2009.

e pegaram os índios, botando cachorro e dando tiro com bala de zinco. Todos os que eles pegavam eles matavam. E depois, o branco ia no Estado e requeria as terras da Batalha.”<sup>391</sup> Foi assim que essa terra passou para a mão do primeiro fazendeiro, João Gonçalves, e depois para seus descendentes.<sup>392</sup>

Essa Batalha “já foi um fazendão. As escrituras velhas rezavam que a terra começava lá no Poço Escuro, Começo da Serra, Riculuta, Morro Verde, Serra Grande, Mandacaru e seguia para a Laje do Gavião.” Mas, logo após as guerras, “essa terra passou da mão do índio para a mão dos fazendeiros”.<sup>393</sup> Antes, a fazenda “era toda dos primeiros moradores que vieram da nação de índio da Batalha, desse povo mais antigo, fazedor de panela.”<sup>394</sup>

Com o passar dos anos, já não existia mais João Gonçalves, a Batalha foi parar na mão dos coronéis que mandavam em Conquista. A parte que tocou para os descendentes dos indígenas foi àquela da família de Vitório Rodrigues de Oliveira, “índio da nação da Batalha que resistiu”.<sup>395</sup> Houve uma grande seca em 1899. Por causa disso, vários índios que ainda resistiam foram vencidos pela fome. Nesse tempo, “morreu muita gente, morreu muito índio que não tinha o que comer. As pessoas que ainda possuíam comida foram conquistando eles pelo prato. Por aí também, foram vencendo eles, entrando nas terras, conquistando daqui, conquistando d'acolá”.<sup>396</sup>

Em 1910, alguns indígenas que ainda permaneciam nas terras da Batalha tiveram que desocupá-las: “foi quando começou a guerra dos mocós.”<sup>397</sup> Era tudo muito violento. Viajar para Conquista havia se tornado perigoso tanto pela presença “dos mocós como por conta dos índios que ainda atacavam na estrada.”<sup>398</sup> Quando era necessário fazer essa viagem, “os índios da Batalha usavam o aprendizado que teve com o branco”.<sup>399</sup>

Na passagem pela região de Conquista em busca de novas terras, “o povo da Batalha se valia do pano vermelho que era usado quando encontravam os índios brabos na estrada.” Essa tática tinha a função de distrair esses nativos, pois um dos “chefes dos mais velhos da Batalha carregava um pano vermelho. Quando chegava perto dos índios ele botava o pano no chão ou em uma cerca. Enquanto os outros passavam, aqueles índios ficavam olhando e

---

391 Idem.

392 Oliveira, Adelino. 2009

393 Oliveira, Jesulino Rodrigues. 2009.

394 Idem.

395 Todos os depoimentos apontam essa questão, mas sobretudo os dos senhores, Adelino e Jesulino.

396 Oliveira, Adelino. 2009

397 Idem. A guerra dos mocós é a mesma ocorrida entre Meletes e Peduros. Esse foi um conflito armado ocorrido entre os coronéis que disputavam o comando político da cidade durante a primeira República. Sobre isso ver: VIANA, A. L. op. cit. 1982. p. 136-152

398 Oliveira, Adelino. 2009

399 Idem.

flechando o pano vermelho.” Os viajantes da Batalha também não podiam passar “onde é a igreja de Nossa Senhora das Vitórias. Porque no tempo dos mocós eles acampavam lá.”<sup>400</sup>

Nos anos de 1920, os indígenas que haviam se retirado voltaram novamente à Batalha. Mas, durante o período das guerras dos mocós, vários coronéis se apossaram de terras da comunidade. Desde os tempos dos conflitos com os indígenas, “já tinha os antigos donos, mas aí, outros coronéis foram comprando baratinho, trocando terra por um porco, por um rádio, até tomar quase tudo.”<sup>401</sup>

Foi nesse tempo que o coronel Pompílio Nunes “tomou uma parte na Batalha.” Mas era assim, “quando comprava por uns quinhentos réis, registrava como se fosse mil réis. Outros também compraram como foi o caso de Zacarias e Zeca Gusmão.” A compra feita por Zacarias rendeu muitos conflitos, pois ele “não tinha água então ele chamou os índios para trocar as terras por causa da aguada, a terra dos índios era uma meia de mato.” Foi assim que “a família de índio trocou de terra com Zacarias. Ele veio para a boa e os índios para a seca. Depois teve de comprar a terra de Zacarias de volta.”<sup>402</sup>

Isso aconteceu porque Zeca e Zacarias Gusmão eram coronéis, “bem na época que eles mataram uns guardas em uma briga.” Assim, “quem tinha coragem de falar alguma coisa com um coronel, com um Gusmão?”<sup>403</sup> Esse era o tempo dos coronéis. “Se alguém deles fizesse alguma coisa, ninguém podia falar nada.”<sup>404</sup> Foi o que aconteceu com um “jagunço” do coronel Rogério Gusmão.<sup>405</sup>

O nome do jagunço era João e ele matou o camarada que buliu com a mulher dele. Mas antes, ele foi falar com o velho Rogério. Aí, o velho Rogério falou: “cê tem coragem de matar ou quer que eu mate”? Ele falou: “eu tenho coragem”. Aí o velho respondeu: “então mata e vem prá cá”. E isso aconteceu. Ele foi e matou o cara, dia domingo, e veio ficar na fazenda do velho Rogério. Era o tempo que tinha de respeitar esse povo.<sup>406</sup>

Esses Gusmãos também foram para a Batalha no tempo em que “os donos daqui eram Rogério Gusmão, Firmino Gusmão, a velha Laodicéia Gusmão, Sabino Morais, Belizário Ferraz, eles quem mandavam.” Foi, por meio da “sabedoria deles que tomaram as terras. Sabedoria de quem? De Misael, Bruno Bacelar, que eram os chefes através deles, do Coronel

---

400 Idem.

401 Oliveira, Jesulino. 2009

402 Idem.

403 Oliveira, Adelino. 2009

404 Idem.

405 Rogério Ferraz Gusmão foi o primeiro prefeito da cidade de Itambé.

406 Oliveira, Adelino. 2009

Chicão, e de mais outros. Todo mundo tinha medo, todo mundo temia. É o coronel? Quem vai mexer.”<sup>407</sup>

Naquele tempo, a vida na Batalha era muito difícil. “Tudo era diferente. A casa era de palha. E para as crianças dormirem abriam palhas sobre uma cama de vara, os jiraus.” Os animais eram criados soltos e cada um sabia qual era o seu rebanho. “Criava carneiro, cabra, porco, galinha, tudo solto nas terras. As rocinhas é que eram cercadinhas para bicho não entrar, mas esse foi um tempo em que a terra era muito grande.” Existia muita coisa nessa Batalha, “que os novos de hoje nem sabem. Muitas árvores que sumiram, como a barriguda, baraúna, juremeira. Árvores gigantes. O espaço dos animais era muito grande e ainda existia a terra de mandioca.”<sup>408</sup>

Na Batalha, o primeiro índio que conseguiu ter direito um pedaço de terra foi Paulo.<sup>409</sup> “Ele era nativo e foi quem comprou um mil réis de terra aqui, um mundo velho.”<sup>410</sup> Deixou o lugar de herança para Vitório que conseguiu ficar com uma parte de terras na Batalha.<sup>411</sup> “Mas, o povo ia chegando, pedindo a ele um pedaço de terra para fazer roça ele dava, depois a pessoa voltava e perguntava: ô seu Vitório, e a terra como fica? Ele falava: pode vender, pode dar pra qualquer um.”<sup>412</sup> Assim, a terra dos índios foi ficando cada vez menor.

As escrituras antigas “que ficavam com os mais velhos, desapareceram. Algumas pessoas dizem que elas foram dadas para Misael Matos<sup>413</sup>, mas ele não era parente do povo da Batalha não.”<sup>414</sup> Isso aconteceu quando Aprígio estava prestes a morrer.<sup>415</sup> “Ele (Aprígio) precisou vender um pedaço de terra para Misael, então ele pegou a escritura da terra e deu para Misael. Foi aí que ele tomou conta de parte da Batalha.”<sup>416</sup>

Dessa forma os ricos passaram a mão nos documentos da região onde hoje é o Ribeirão dos Paneleiros, “que foi dos índios e que deveria pertencer aos descendentes. Eles é que têm as escrituras da terra. Ali, tudo, da Lagoa de Chico das Chagas até o Curral de Pedra, era tudo da descendência indígena.”<sup>417</sup>

---

407 Idem.

408 Idem.

409 Paulo era bisavô do depoente Jesulino Rodrigues de Oliveira.

410 Oliveira, Jesulino 2009

411 Vitório Rodrigues de Oliveira é avô do depoente Joselino Rodrigues de Oliveira.

412 Oliveira, Jesulino. 2009

413 Misael Marcílio Santos foi membro da U. D. N. eleito vereador no ano de 1962 e sucessivamente reeleito pela legenda da ARENA. Ver: VIANA, A. L. op.cit. 1982. p.294

414 Oliveira, Adelino. 2009

415 Aprígio era avô do depoente Alriza Rodrigues de Oliveira

416 Oliveira, Adelino. 2009

417 Idem.

Na época dos coronéis, “como o povo tinha muito medo, vendiam a terra baratinho. E os ricos, compravam uma tarefa, mas colocavam dez em um pedaço de papel. A divisa das terras era um pé de umburana.” Isso fez com que o povo da Batalha fosse novamente embora das terras. “Desapropriou todo mundo. Foi vendendo, desarranjando o povo. Hoje, o que era nosso acabou. Só tem uma tira de terra, ali onde Alriza mora, o resto, está tudo cercado de fazenda.”<sup>418</sup>

Da terra que já foi dos índios da Batalha, pouco restou. E hoje, “ninguém pode passar nem perto das cercas nem entrar nas fazendas para pegar lenha. O antigo dono avisou para o novo, que nós pegávamos lenha na terra dele. Pois ele já veio e já desmatou tudo.”<sup>419</sup> E o desmatamento trouxe a escassez de água. “Essas terras que hoje são divididas era tudo uma mata só. E existia muitos caldeirões de água onde pegávamos e onde lavávamos roupa. A água era muito boa e as mulheres iam todas para o ribeirão. Era uma água que nunca secava, até os fazendeiros desmatarem.”<sup>420</sup>

Estes mesmos fazendeiros “começaram a por fogo nas matas e a derrubar as árvores, acabando com os olhos d'água que existiam.”<sup>421</sup> Quando cercaram as fazendas, “começou a faltar lenha, faltar barro, faltar água. Assim, muita gente foi embora e poucos foram os que aguentaram ficar na Batalha.”<sup>422</sup> Até fazer panela, “que é uma tradição nossa, foi decaindo.”<sup>423</sup>

Mas, toda essa terra já foi a Batalha,

já pertenceu aos índios. De certo que teve mesmo aqueles índios que acabaram, que foram embora, mas não acabaram todos, porque nós estamos hoje aqui para contar que somos dessa nação, que ficamos. Então, quando queremos entrar nessas fazendas, não podemos. Mas um dia isso vai mudar. Pode ser que os de hoje não vejam, mas eu sei que um dia tudo isso que já foi nosso vai voltar.<sup>424</sup>

Mesmo sem as terras,

temos orgulho de ter essa descendência de índio. Eles saíram da terra por serem oprimidos, é por isso que a gente batalha por nossas terras. Nosso pedaço de chão é tudo. Porque foi onde Deus deixou para nossa

---

418 Idem.

419 Oliveira, Jesulino. 2009

420 Oliveira, Juscelina Rodrigues. Depoimento colhido por Renata Ferreira de Oliveira em 2009.

421 Idem.

422 Gonçalves, Maria Elsa Oliveira. Depoimento colhido por Renata Ferreira de Oliveira em 2009.

423 Idem.

424 Oliveira, Valdívio Rodrigues. Depoimento colhido por Renata Ferreira de Oliveira em 2009.

sobrevivência. A terra é onde a gente planta e vive. Ela é para tudo. Dependemos da terra, mas ela não está na nossa mão.”<sup>425</sup>

A história dos índios da Batalha não difere da de outros povos indígenas que sobreviveram à colonização. É uma história reconstruída a partir de fragmentos, marcada por intensas transformações advindas da expropriação das terras e derrubada das matas. Dessa forma, a relação estabelecida entre as memórias sobre a terra e as memórias sobre a guerra terminam por identificar traços históricos que permitem a criação de marcos capazes de revelarem estruturas formadoras da identidade indígena assumida pelo grupo.

Assim, entendo que a construção da identidade indígena da Batalha está intimamente ligada à luta pela terra. Os marcos temporais, em sua maioria, são delimitados pelas situações de divergências que levaram às disputas territoriais. A esperança que move o grupo rumo à afirmação da identidade étnica é à posse das terras perdidas ao longo do processo histórico de ocupação desse lugar. A retomada do território perdido pode permitir à comunidade da Batalha afirmar-se como grupo étnico capaz de compartilhar crenças comuns, criar e recriar novos costumes e estabelecer novos laços.<sup>426</sup> É em busca da construção da identidade indígena do grupo que as narrativas da terra se constroem, valorizando e reforçando o peso político das reminiscências.

Nas memórias dos nossos depoentes, o topônimo Batalha nasceu para fazer referência à guerra aí estabelecida contra os índios, como também para demarcar o lugar dos nativos uma vez que Batalha se contrapõe diretamente à Vitória, a Nossa Senhora das Vitórias. Como vimos no primeiro capítulo, a região teria sido alcançada por João da Silva Guimarães antes mesmo da sua entrada no território da atual cidade de Vitória da Conquista e, devido ao mito da última batalha, como também já fora exposto aqui, povoa a memória oficial da cidade.<sup>427</sup> Assim, deixamos claro que Batalha compõe também um dos lugares de memória a sustentar uma das versões da história, o contraponto da história oficial.

A colonização das terras da Batalha integra-se ao movimento de conquistas encabeçado pelo sertanista João Gonçalves da Costa no Sertão da Ressaca, cujos territórios, por regra, foram destinados à criação de gado. Essa dinâmica proporcionou aos conquistadores e aos seus familiares o acúmulo de terras, em geral, tomadas dos índios por

---

425 Idem.

426 Sobre esse aspecto ver: WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. I. Brasília. UNB, 1994. p. 272

427 Sobre a rota de entrada de João da Silva Guimarães nas terras que formaria o Arraial da Conquista, ver: MEDEIROS, R.H. de A. op. cit. 1996. p.90 a 96

meio das guerras. Por essa razão, afirmam os nossos depoentes que Costa teria ficado rico após tomar as terras dos índios “para ser o senhor.”<sup>428</sup>

A área da Batalha aparece registrada em diversas fontes documentais. Tanto nas memórias dos índios quanto em memórias de outros personagens, mas também nos registros escritos. Primeiramente, iremos localizá-la na oralidade.

Já ficou estabelecido aqui que a região teria sido palco da última grande guerra entre índios e colonos. O marco local que representa essa guerra é o cemitério da Batalha, tido tanto pela memória dos nossos depoentes como pela narrativa oficial como o mais antigo cemitério do Planalto da Conquista. Lá estariam enterrados os índios mortos nesses episódios.

O cemitério é, para nossos narradores, o lugar onde a sua história pode ser comprovada, pois, enquanto João Gonçalves da Costa descansava em sua fazenda Cachoeira,<sup>429</sup> os descendentes dos indígenas que resistiram aos seus ataques já fixavam novamente residência na Batalha.<sup>430</sup>

Com o firme intento de lembrar-se de seus parentes mortos, dos que reagiram por força das guerras, das alianças e, por fim, dos que tentaram a readaptação nos aldeamentos, o grupo que permaneceu no lugar da antiga aldeia, conseguiu atrair outros índios, integrados ou não à população do arraial, para o lugar de seus antepassados. Então ergueram um memorial para o descanso dos mortos, o atual e mais antigo cemitério da região, o cemitério da Batalha.<sup>431</sup> Esse é um referencial decisivo no processo de preservação da memória e na reconstrução identitária desse grupo indígena.

---

428 Depoimento do senhor Adelino Rodrigues de Oliveira

429 Hoje localidade no município de Manoel Vitorino, às margens da BR 116.

430 Por se tratar de uma comunidade rural, a maioria das informações acerca da continuidade da presença indígena na Batalha são produtos da memória de seus habitantes. As narrativas aqui citadas fazem parte do arquivo que nomeei: Memórias da Batalha e que foi utilizado para a produção da minha monografia de finalização de curso de História. Esse arquivo contém depoimentos colhidos por mim, mas também por agentes sociais da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista no ano de 2005 e por agentes de pastoral da Comissão Pastoral da Terra colhidos entre os anos de 2005 e 2009.

431 Ver: *Revista Memória da Bahia*. Grandes Reportagens do Correio da Bahia, op. cit. p.44

**Figura nº 8**



**Cemitério da Batalha**

Fonte: Acervo da autora

**Figura nº 9**



Cemitério da Batalha

Fonte: Acervo da autora

Para alguns autores, teria sido na Batalha que João Gonçalves da Costa cumpriu sua promessa a Nossa Senhora das Vitórias, erguendo a primeira capela.<sup>432</sup> No entanto, argumenta Viana que a Igreja foi erguida no centro da aldeia Mogoyó (atual Praça Tancredo Neves) ficando na Batalha uma outra capela justamente no lugar onde houve a guerra, diz o cronista que,

no lugar BATALHA, os conquistadores ergueram uma capela no cimo de um outeiro cujos sinais de sua existência eram visíveis até poucos anos atrás. A uma légua e meia de distância do lugar BATALHA localizava-se a grande aldeia Mongoyó e é justamente onde foi construída a Igreja Matriz definitiva.<sup>433</sup>

Não consegui localizar nas narrativas de nossos depoentes nenhuma referência a essa capela. Para eles, o marco que retrata as guerras é, como foi dito, o cemitério que ainda existe. Ao que parece, a construção dessa capela teria sido uma distorção da memória conquistense adotada e transcrita por Tranquilino Torres, Francisco Viana e Durval Aguiar. Sobre esse aspecto, Ruy Medeiros afirma que,

Embora, às vezes, se entenda, com base na leitura de Tranquilino Torres e de Francisco Vicente Viana, que a casa de oração tenha sido primitivamente edificada no lugar depois conhecido por “Batalha”, é mais provável que o prédio tenha sido levantado no local do antigo templo, na praça que hoje tem o nome de Tancredo Neves. É que “Batalha” designava área bem maior do que o espaço ocupado posteriormente pelo velho latifúndio denominado “Fazenda Batalha”. A igreja primitiva deve ter sido construída já no “rancho”, ou “arraial” da Conquista.<sup>434</sup>

É possível que a confusão sobre a localidade onde foi erguida a primeira capela a Nossa Senhora das Vitórias tenha ocorrido em razão da existência de uma antiga igreja erguida por João Gonçalves da Costa logo após a conquista do território, cuja construção aparece em uma carta do Intendente Geral do Ouro, João Bittencourt. A carta é datada de 1782, antes mesmo de terem fim as guerras contra os nativos, ocorridas em 1806.<sup>435</sup> Esse

---

432 Essa ideia pode ser vista em Tranquilino Torres, em seu trabalho “O Município da Vitória” que recolheu a tradição, depois repassada por Durval Vieira de Aguiar, que o copia (“Descrições práticas da Província da Bahia”, 1888), e por Dr. Francisco Vicente Viana (Memória sobre o Estado da Bahia”, 1893). Outros repetiram a informação que é transmitida de geração após geração. Ver: MEDEIROS, Ruy Hermann. *Notícias da Velha Casa de Oração*. Disponível em: ruymedeirosblogspot.com.br. Consultado em 23 de junho de 2012. p. 1

433 VIANA, A. L op. cit. 1982.cp. 14 e 15

434 MEDEIROS, Ruy Hermann. op.cit. 2012

435 BITTENCOURT, João Ferreira. Apud. MEDEIROS, R. H. op. cit. 1

templo, ao que parece, não é nem mesmo o primeiro templo erguido na atual Praça Tancredo Neves, pois como já foi dito aqui, em 1817, quando o Príncipe Maximiliano passou pelo Sertão da Ressaca, aquela Igreja ainda se achava em construção.

Para Medeiros, existiu mesmo essa primeira, depois substituída pelo templo a Nossa Senhora das Vitórias, pois, João Gonçalves resolvera

pedir autorização para edificar um Oratório público, mais definitivo, maior e oficializado. Isso explica a informação do Intendente do Ouro em contraposição àquela do Príncipe e o fato de o Coronel e sua família pedirem formal autorização eclesiástica para construir o Oratório público, que lhe seria concedida em 1813, pelo Arcebispo.<sup>436</sup>

A par disso, posso afirmar que a Batalha, enquanto lugar de memória, representa para a história de Vitória da Conquista, a região onde habitavam os índios. Essa constatação está clara tanto para os memorialistas que escreveram sobre a história da cidade, quanto para os diversos depoentes. Esse fato é constatado por esse trabalho, mas também por outras pesquisas.<sup>437</sup> Em um depoimento colhido por Washington Nascimento, para sua pesquisa sobre mestiçagem e identidade, o seu depoente revela ser descendente dos índios da região e, ao narrar essa trama, ele se remete à Batalha enquanto lugar indígena.

A minha mãe foi neta de índios, aqui. Ela sempre contava a história que aonde morreu o último índio foi na Praça Tancredo Neves, esse tempo eu num era nascido ainda. Que teve a vitória onde eles terminaram com os índios. E a vitória, sobrou o nome de Vitória da Conquista, porque também que foi a vitória que eles ganharam a batalha dos índios, né. E tem até uns lugarzinhos perto aqui, do outro lado da serra, que se chama Batalha, ali tinha muito índio também, os índios vinha por aqui, do outro lado da serra.<sup>438</sup>

Não diferente dos nossos narradores, esse depoente reproduz em seu discurso a memória oficial da conquista e da vitória sobre os índios, mas consegue localizar o espaço habitado pelos nativos.

---

436 Idem. 2

437 Sobre isso ver: Ver FERREIRA, Grazielle. *Cinzento: Memória de uma comunidade negra remanescente de quilombo*. São Paulo, Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, (Dissertação de Mestrado) 1999 e NERY, Vanderlucy Barreto. *Boqueirão: O romper do silêncio*. Monografia de curso de Licenciatura em História, 2002.

438 SANTOS, Ariosvaldo Cardoso. Apud. NASCIMENTO, Washington Santos. *Mestiçagens e Identidades Negras: Um olhar a partir da Relação Negro-Índio*. UEPG. Ci. Soc. Apl. Ling, Letras e Artes, Ponta Grossa, 2008. p. 239

Como fazenda, a Batalha aparece documentada já nas primeiras décadas do século XIX. Ao que parece, teria sido um grande latifúndio que englobava uma enorme região do município de Vitória da Conquista. Por essa razão, dizem os cronistas que quando João da Silva Guimarães alcançou a Serra do Periperi, porta de entrada dos colonizadores, ele teria se deparado com os Mongoyós habitantes desse imenso território. Sobre esse aspecto, argumenta Ruy Medeiros,

A serra do Piripiri historicamente é porta de entrada para o local onde foi edificada a cidade de Vitória da Conquista. Por aí entraram os invasores da terra Mongoyó.<sup>439</sup> Vieram do rio das Contas ao rio Gavião e deste para o riacho do Gado Bravo, até a encosta da serra e daí até o vale do riacho da Vitória (rio Verruga, rio do Poço Escuro)<sup>440</sup>

Na encosta norte/noroeste, teria ocorrido a Guerra de 1753 e o sítio ficou conhecido com o nome de Batalha, depois fazenda Batalha - um latifúndio apossado por João Gonçalves da Costa e, depois, de propriedade de seus descendentes. Em 1857 já estava fracionado.<sup>441</sup>

O autor salienta que muito da importância da Batalha se deve à existência de riachos e ao fato de possibilitar o “controle da parte inicial do caminho para Minas do Rio das

---

439 Grupo - Tapuia - Data - 22/4/ 1720.Território - sertões de baixo - Aldeia - Informações: O rei dizia ter conhecimento que as terras com maior potencial mineralógico ficava entre o rio de Contas e o São Mateus, também sendo bons para pecuária e agricultura. Mas que estava a região ocupada pelo gentio bárbaro, que por asilo o buscou precisado da guerra que se lhes tinha feito saindo às povoações em que tinha executado grande dano. Isto impedia que essas regiões fossem ocupadas e exploradas. Por isso determinava de os mandar conquistar, encarregando dessa diligência ao Cel. Pedro Leolino Mariz porque da sua capacidade viés o bom sucesso dela e com maior razão sendo ele e outros os que concorriam com as despesas necessárias para esta expedição e com ordem vossa fizeram ajuntar no rio de Contas muitos paulistas e também índios dispersos e alguns das aldeias daquela vizinhança e os mamelucos e vadios, fazendo de todos um admirável corpo que repartira em várias tropas (.....) e porque seu principal cabo era o Cel. André da Rocha Pinto que ele elogia homem valoroso e prático nestas conquistas pelas muitas que tem feito com capacidade para se fiar dele semelhante emprego e lhe encomendareis procurasse por todos os meios extinguir aquele gentio, cometendo - lhe sempre primeiro a paz e principalmente as nações de quem não tínhamos dano, as quais não desinquietaria por não ser justo ter - se com este o procedimento que não merecia pelo sossego e quitação em que vivia e que estáveis certo que assim o havia de executar (....) levando ao descobrimento de novas minas. Determina que seja enviado relatório da expedição e recomenda que todo o empenho que deveis por nesta particular (expedição ) é procurar ver se estes índios se podem reduzir a uma boa paz sem que o constranja o castigo da guerra e que esta se lhe faça só no caso em que eles se não sujeitem à nossa amizade e continuem a nos fazerem hostilidades, porém, com os que até agora no - las não fizeram, que com este se deve usar com todo o meio de brandura porque de outra sorte se irritarão e teremos mais inimigos que vencer (...) Fonte: O Rei; Carta enviada a Vasco Fernandes Cezar de Menezes; 22/4/1720 In Accioli; I. e Amaral, B. - *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*; Salvador, Iof; 1940: ( VI ) : 200 - 201.

440 Capitania Bahia Local cabeceiras do rio de Contas Grupo Botocudos e Kamakã - Mongoió Data 1690 Informação: Tendo sido transposto o alto Paraguaçu, nesse ano o capitão - mor Marcelino Coelho Bittencourt , seu filho, Cel. Dâmaso Coelho de Pina, e seu genro, André da Rocha Pinto iniciaram os combates aos índios das cabeceiras do Contas. Isto provocou os protestos de Antônio Guedes de Brito que era sesmeiro da região até o rio das Velhas, título concedido em 2/5/1684. Após longas discussões o sesmeiro concedeu o direito de arrendamento parcela de sua sesmaria aos combatentes Fonte : (Capistrano de Abreu, J. - *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*; B. H.; Ed. Itatiaia; S. P; Edusp; 1989: 62)

441 MEDEIROS, R. H. op. cit. 2012. p. 1

Contas.”<sup>442</sup> No entanto, esse latifúndio foi destinado não somente à pecuária, mas também à policultura de subsistência, como podemos observar em um processo de embargo de obra movido por Maria Clemência de Jesus contra Joaquim Maxado e sua mulher no ano de 1866.<sup>443</sup> Vejamos o que diz o documento:

Diz João Francisco Gomes que sendo Senhor e possuidor da Fazenda da Batalha em comum com os mais herdeiros acontece que estes estão abrindo vaqueijadores nos lugares da morada do Suplicante a ponto de chegarem os gados a destruir as roças do Suplicante e por que no dito lugar nunca foi e nem é fazenda de criar sim de plantar seus cereais<sup>444</sup>

O primeiro documento que encontrei mencionando a Batalha, datado de 1815, foi o termo de doação de terras feito por João Gonçalves da Costa e João Mendes da Cunha a Nossa Senhora das Vitórias que, a partir de então, passou a configurar-se como proprietária de um vasto território. Pela descrição das terras doadas à santa, não há dúvidas que ao menos parte da Batalha era propriedade de João Gonçalves da Costa, conforme indica a primeira inscrição do documento: “Escritura de doação que faz o Coronel João Gonçalves da Costa, das terras que possui neste Arraial da Conquista, para patrimônio da Casa de Oração de Nossa Senhora da Victória que erigiu no mesmo Arraial, no valor de cento e quarenta mil réis.”<sup>445</sup>

A terra doada pelo Coronel à Casa de Oração é definida na Escritura como sendo o Arraial da Conquista, cujas partes destinadas à Santa “confrontam e fazem extremas com o sítio da Batalha, na parte que ocupa Vicente da Silva Lemos, na boca da caatinga, lugar da estrada que vai do Arraial para a Batalha.”<sup>446</sup> Configuram-se ainda como doadores, Vicente da Silva Lemos que “cede e é contente que fique sendo para com ele a extrema como está declarado, por ter uma pequena extensão, que também é contente que fique para Nossa Senhora da Victória.”<sup>447</sup> E Manoel Gomes “que é contente como está compreendida a extrema deste dito sítio”, juntos formam o que João Gonçalves denominou em sua procuração de “pequenas partes” a serem anexadas a terra por ele doada.

---

442 Idem. Ibidem.

443 Termo de reconciliação realizado entre João Mendes da Cunha e seus irmãos em 1829. Documento anexo ao Processo de Embargo de Obra Nova proposto por Maria Clemência de Jesus a Joaquim Maxado e sua mulher – 1866. Arquivo do Fórum João Mangabeira – Vitória da Conquista – Bahia.

444 Idem. p. 1

445 Cópia da Escritura da doação das terras feita por João Gonçalves da Costa anexa à Acção Ordinária entre a Igreja Matriz e Marcionista Moreira dos Santos que contesta as divisas da terra. Arquivo do Fórum João Mangabeira. Caixa Divesos, 1915. p. 9.

446 Idem p. 10

447 Idem. p. 11

Em 1837, os descendentes do coronel voltaram a reiterar a doação feita por ele décadas antes. Quem cumpre o papel de doador é o administrador da capela João Mendes da Cunha, que representa a si, ao órfão Malaquias Romão Gonçalves da Costa, João Francisco Gomes, Manoel Damasceno Lemos e Verônica Gonçalves da Costa, Tomás da Silva Lemos e sua mulher e Martinho José Pereira como procurador de sua sogra Joaquina Gonçalves da Costa.<sup>448</sup>

De acordo com a escritura, todos os mencionados detinham a posse de terras denominada de Samambaia.

mística as terras que fazem patrimônio da Capella de Nossa Senhora das Vitórias [...] terras que se demarcam na maneira seguinte: do marco que se acha no caminho da Choça, extrema já velha nas terras de patrimônio da mesma Senhora rumo direito a outro que se acha no caminho da Batalha no alto da Samambaia e daí rumo direito aos marcos das Batêas rumo direito aos marcos dos Campinhos, que divide as extremas deles moradores com a do patrimônio da mesma Senhora, cujas terras assim confrontadas e na maneira e forma que a possuem, faziam como fazem de livre e espontânea vontade pelo valor de cinquenta mil réis doação delas a Nossa Senhora das Vitórias.<sup>449</sup>

As doações das terras retiradas dos índios fazem parte de um processo de constituição de uma rede de poder que, entrelaçando-se ao religioso, veio a ser a base sobre a qual se ergueu a imensa riqueza da família Gonçalves da Costa. Ao que parece, era comum que os ricos doassem terras para as Igrejas. Como observou Elizabeth Kusnesof, nos primórdios de São Paulo esse fato “significava que as terras próximas da Igreja deviam ser destinadas para residências e fazendas dos futuros crentes”.<sup>450</sup>

Encontrei ainda a fazenda Batalha como propriedade do Conde da Ponte, conforme uma escritura particular de 1823, na qual o tenente coronel Joaquim Pereira Castro é designado para administrar seus bens e do seu irmão, Luís Saldanha da Gama. Entre os bens do Conde que se encontravam no sertão, estava o “sítio da Batalha na ribeira do Gavião vizinhança da Conquista, freguesia do Rio Pardo, termo de Caetité arrendadas a João Félix, Manoel Gomes, Antônio de Souza, João de Souza, Maximino José da Silva, Silvério

---

448 Idem. p. 13

449 Idem. p. 14

450 KUZNESOF, E. A. *A Família na Sociedade Brasileira: Parentesco, Clientelismo e Estrutura Social* (São Paulo 1700-1980). Apud. SOUSA, M. A. S. 2001 op. cit. p.174.

Barbosa, Sabina, Domingas, Ana, Raimunda.”<sup>451</sup> De acordo com a escritura, as terras pertencentes ao Conde da Ponte,

Extremam pela parte do norte com Luís Rodrigues de Oliveira no Riacho fundo, e por ele abaixo até a sua casa e subindo pelo riacho da Batalha acima dividindo com Manoel Gomes até as cabeceiras do Riacho da Batalha, e daí pelos desaguamentos da serra estremando com Vicente da Silva Lemos no Olho D’água da Batalha, e daí rumo direito do campo da Batalha digo campo da Pedra Branca com todos os seus desaguamentos como consta o seu escrito daí rumo direto com as terras arrendas ao capitão João Batista Rocha e daí rumo direto ao ribeirão da Tabua estremando com o riacho, ribeirão acima com todos os desaguamentos até o rumo do riacho fundo estremando com Manoel da Silva, Luís Rodrigues conforme os seus títulos.<sup>452</sup>

As terras da Batalha, ao que indicam os documentos, parecem ter-se tornado propriedade do Conde da Ponte logo após a retirada dos índios, pois em 1829, diante de Antônio Dias de Miranda, juiz de paz, afirmava João Mendes da Cunha que essas terras foram compradas pelo seu falecido padraсто Manoel Gomes Ribeiro e, depois, por sua mãe Rita Gonçalves da Costa, do procurador da “Ilustre Casa da Ponte para ele e todos os sobreditos e herdeiros como consta da escritura que lhe passou o dito procurador”.<sup>453</sup>

São vários os documentos analisados que se referem à fazenda Batalha. A título de exemplo, posso citar aqui os inventários de Lourenço Gonçalves Quaresma, de 1842, que comprou parte de terras nessa fazenda ao Conde da Ponte;<sup>454</sup> o inventário de Antônio de Oliveira Freitas também registra parte de terras na Batalha<sup>455</sup> o inventário do Cônego Vigário José Muniz de Cabral Leal de Menezes,<sup>456</sup> entre outros. Enfim, são diversos os registros referentes a essa fazenda. Por essa razão, além daqueles já citados acima, priorizei, com base nos registros eclesiais de terras, a fazenda Batalha em posse de algumas famílias no tempo da Imperial Vila da Vitória, conforme tabela 1.

Como se pode observar, a memória dos indígenas da Batalha registra de forma bastante intensa, mesmo que com imprecisões, o processo vivido pelos seus antepassados,

---

451 Escritura particular passada por Joaquim Pereira de Castro a João Pedro da Silva e outros, das terras da Batalha. Arquivo do Tabelionato de Ofícios 1ª Vara Cível. Livros de Notas nº 1 a 21. Arquivo do Fórum João Mangabeira – Vitória da Conquista. p. 1

452 Idem. p.2

453 Termo de reconciliação realizado entre João Mendes da Cunha e seus irmãos em 1829. Documento anexo ao Processo de Embargo de Obra Nova proposto por Maria Clemência de Jesus a Joaquim Maxado e sua mulher – 1866. Arquivo do Fórum João Mangabeira – Vitória da Conquista – Bahia.

454 Inventário de Lourenço Gonçalves Quaresma. Arquivo do Fórum João Mangabeira. Série Inventários 1842.

455 Inventário de Antônio Lopes Moitinho. Arquivo do Fórum João Mangabeira. Série Inventários 1871-1874.

456 Inventário do Cônego Vigário José Muniz de Cabral Leal Menezes. Arquivo do Fórum João Mangabeira. Série Inventários 1904.

relacionado às disputas em torno da posse da terra. Esse registro possibilitou, a partir da série de depoimentos tomados, a reconstrução da trajetória histórica da formação da riqueza das famílias que, ao longo do tempo, adquirindo de uma forma ou de outra as terras indígenas, construíram o seu poderio e o seu prestígio no município, em detrimento das condições de vida dos índios.

A formação dessa memória só se fez possível em razão da preservação da coletividade indígena após a derrota imposta por João Gonçalves da Costa, seja a partir do retorno para o local onde viveram os antepassados, seja migrando para o ambiente urbano da Imperial Vila da Vitória, seja nos aldeamentos do Rio Pardo, mantendo, dessa forma, a comunidade de seres humanos tão essencial à produção da cultura e da memória.

Graças à tradição oral preservada na comunidade, é possível reconstruir, mesmo que com fissuras, o trajeto da comunidade da Batalha. A jornada pela reconstituição do grupo inicia-se logo após o fim das guerras. Na Batalha, observamos que foi em torno do cemitério que, pouco a pouco, ressurgiu a comunidade. Nesse tempo, os registros acima discutidos apontam que as famílias de fazendeiros já haviam se instalado por lá. Rita Gonçalves da Costa, neta de João Gonçalves, comprara grande parte da fazenda ao Conde da Ponte e à sua consorte.<sup>457</sup>

Em contraponto, o finado Paulo, que era índio, havia se apossado de parte das terras de seus antepassados. Acreditava ele ser herdeiro de mais de seis léguas de terras, desde as matas do Poço Escuro à Laje do Gavião.<sup>458</sup> Embora todos desejassem possuir as léguas em quadra, prometidas nos aldeamentos do Rio Pardo, contentaram-se com a parte que puderam ocupar, dividindo-se pelo território da Batalha, sem jamais terem acesso às Matas do Poço Escuro, à Laje do Gavião e tampouco as léguas quadradas das aldeias.<sup>459</sup>

Quando foi ameaçada pelos fazendeiros de ter seus territórios invadidos, a família de Paulo comprou um conto de réis dessas terras, repartindo-a entre seus parentes.<sup>460</sup> Nas palavras de Seu Jesulino Rodrigues de Oliveira, “porque o Paulo era índio e foi ele que

---

457 Ação de embargo de obra empreendida por Maria Clemência de Jesus em 1866 contra Joaquim Maxado e sua mulher, que estavam em uma posse de terras da dita Maria, fazendo roças e levantando casas sem ter direito algum. A autora da ação se referencia em um documento de 1829, que é a comprovação de que Manoel Gomes Ribeiro e Rita Gonçalves da Costa compraram as terras da Batalha à Casa da Ponte. Arquivo do Fórum João Mangabeira. Embargo de Obra. Processo Caixa Diversos, 1866. Sobre Rita Gonçalves da Costa, ver: VIANA, op. cit., p. 83

458 Até hoje a região é conhecida como Matas do Poço Escuro e era um lugar de refúgio dos indígenas perto da nascente do rio de mesmo nome. A Laje do Gavião é uma localidade ainda com esse nome por conta do Rio Gavião cortar o lugar. Pertence ao município de Anagé – Bahia.

459 Memórias da Batalha - Jesulino Rodrigues de Oliveira. 87 anos. Entrevista concedida em junho de 2009 à Comissão Pastoral da Terra

460 Idem. Jesulino Rodrigues de Oliveira. 87 anos. Entrevista concedida em 2008 à Comissão Pastoral da Terra

comprou um mil réis de terra aqui, um mundo velho e repartiu”<sup>461</sup>

Assim, os descendentes dos indígenas permaneceram na antiga Batalha, fixando moradia definitiva, embora transitassem constantemente por vários territórios, sobretudo em busca de trabalho nas fazendas. Este foi o caso do índio Artur, que nasceu na Batalha no início do século XX e, quando cresceu, viu-se obrigado a permanecer em constante trânsito pelo território do Cachimbo e pelas terras da Batalha à procura de trabalho.

No Verruga, empregou-se como roceiro na Fazenda Primavera, antigo latifúndio que pertenceu aos descendentes de João Gonçalves da Costa. Atualmente, é uma fazenda para a pecuária, localizada no município de Itambé.<sup>462</sup> Passou a viver entre o que restou dos índios aldeados, onde “morreu à míngua, sem auxílio médico.”<sup>463</sup>

As constantes migrações do povo da Batalha podem ser entendidas como processos de resistências e readaptações aos novos hábitos introduzidos pelos conquistadores do sertão.<sup>464</sup> No entanto, ao longo do tempo, manter o costume tradicional do povo indígena passou a gerar conflitos constantes com os detentores do poder local ansiosos por obterem a posse da terra necessária para a continuidade do grupo.

Conforme narra o senhor Adelino, mesmo após a consolidação do poderio familiar de João Gonçalves da Costa e seus descendentes no início do século XIX, os litígios fundiários acirraram-se por boa parte das primeiras décadas do século XX, o que terminou por limitar ainda mais o território dos “paneiros.”<sup>465</sup>

O narrador, facilmente nos demonstra as constantes migrações dos moradores da comunidade, assim como os conflitos por eles enfrentados na época das brigas de famílias

---

461 Idem. p. 12

462 Como se pode observar no primeiro capítulo desta dissertação, Cachimbo e Verruga foram aldeamentos inicialmente criados e administrados por João Gonçalves da Costa e posteriormente passaram a ser administrados pelos padres capuchinhos.

463 Atestado de óbito de Artur Rodrigues de Oliveira. Arquivo da família.

464 Na Bahia, a situação dos antigos aldeados também era grave. Em 1892, José B. de Sá Oliveira visitou a região do rio Pardo, tendo encontrado os Kamakã-Mongoió dos antigos aldeamentos de Catolé, Barra do Catolé, Barra do Salgado, Ferradas, Santo Antônio da Cruz, Cachimbo e Salto do Rio Pardo vagando entre Conquista e Ilhéus. Segundo sua avaliação, os índios teriam retornado a alguns dos seus antigos hábitos, como as antigas casas e roupas, continuavam a confeccionar sua cerâmica tradicional e os tecidos de cores vivas. Viviam em luta com os Pataxó e com os fazendeiros da região, que, além de usarem armas de fogo para afastá-los de suas propriedades, mantinham o hábito de envenenar as aguadas que usavam. Para sobreviver, empregavam-se como assalariados temporários nas fazendas da região em que eram aceitos. Havia mantido mecanismos básicos de solidariedade grupal, como o do consumo coletivo do que obtinham com caça e coleta. SÁ DE OLIVEIRA (1892, p.47-56), como bom observador, concluiu que os graves problemas vividos pelos índios decorriam da extinção do aldeamento, do abandono em que viviam relegados, da inviabilidade de encontrarem formas de convivência com os membros da sociedade nacional e de manterem terras para exercerem atividades de subsistência, estando totalmente dependentes e indefesos ante a ação dos fazendeiros. SÁ OLIVEIRA, J. B. de; *Índios Camacãs*. RIHGBa, Salvador, v. 25, p. 47-56, 1892.

465 Os descendentes dos indígenas são conhecidos também por paneiros, por causa do fabrico de cerâmica.

que ficaram conhecidas como luta entre *Meletes e Peduros*.<sup>466</sup> De acordo com o depoente, em 1944 os coronéis chegavam à região e invadiam as terras. Como ninguém possuía coragem para barrá-los, eles se apossavam do território, dando em troca algumas coisas sem valor. Foi assim que o povo da região teve seu território cada vez mais reduzido.<sup>467</sup>

A ocupação de parte do território da Batalha por membros da família Gusmão marcou as memórias de dois dos depoentes. Isso ocorreu devido ao conflito gerado com os indígenas por conta da troca da terra.<sup>468</sup> Após perceberem que necessitavam retornar ao território cedido por troca aos Gusmão, a família de Vitório viu-se mais uma vez prejudicada pelo poderio exercido por essa família em sua região.

Em 1944, por já existir a experiência da compra de terra por membros das famílias de índios, para a partilha entre todos, Vitório Rodrigues de Oliveira, bisneto de Paulo Rodrigues de Oliveira – que comprou as primeiras terras por um mil réis –, reuniu seus familiares para efetivar o retorno para seus territórios, que se encontravam na posse de Zacarias Gusmão. Por mil cruzeiros, os Rodrigues de Oliveira retornam para a Lagoinha,<sup>469</sup> na Batalha, onde deveriam permanecer em definitivo, o que não ocorreu devido às constantes perdas de partes dessas terras para os atuais fazendeiros.<sup>470</sup>

Contudo, com o passar dos anos, a região foi alvo novamente de grilagens, quando “Pompilo tomou uma parte”.<sup>471</sup> Novamente, os coronéis exerceram seu poder de mando para centralizar as terras dessa região, que ainda se encontravam em mãos dos povos indígenas. Pompílio Nunes de Oliveira foi um coronel descendente da família de João Gonçalves da Costa. Era filho de José Nunes Bahiense e Senhorinha Gonçalves da Costa. Exerceu forte influência política nas últimas décadas do século XIX e no início do XX. É perceptível, nas narrativas, que a ação dessas famílias compreendia o uso da força política como meio de promoção da concentração fundiária em seu favor.

Das terras da Batalha, aos indígenas restou apenas uma pequena parte, (20 hectares divididos para 15 famílias), bem como a esperança da retomada do território perdido: “e o

---

466 Sobre a guerra dos Meletes e Peduros ocorridas entre os anos de 1910 e 1919 ver: VIANA, A. L. op. cit. 1982. p. 137-142.

467 Idem. p. 137-142.

468 Pertencentes à família Gusmão. Tradicional família conquistense desde 1812. Ver: VIANA, op. cit. p. 83.

469 Lagoinha é a denominação dada pelos moradores de partes de terras da Fazenda Batalha.

470 Recibo de compra e venda de terras na Batalha. Arquivo do Fórum João Mangabeira, 1944 – Tabelionato de Notas. Os depoentes revelam que a parte das terras da Batalha denominada de Lagoinha hoje pertence aos fazendeiros: Jessé, Tote e Edgar. De acordo com os narradores, boa parte dessas terras foi grilada, pois quando eles vendiam uma parte, o fazendeiro registrava em cartório um tamanho maior do que aquele que havia comprado. Ainda, fazendeiros trocaram com os Paneleiros terras, por rádio e também por perdão de dívidas.

471 Memórias da Batalha - Jesulino Rodrigues de Oliveira -, op. cit.

mil réis de terra que meu avô comprou, acabou tudo. Aí os fazendeiros agora tomaram aí.”<sup>472</sup> Embora tenha havido um processo violento de expropriação das terras, a resistência presente no processo de construção da memória do povo da Batalha pode ser compreendida como fator propulsor da preservação étnica e identitária e não como mera imaginação destituída de fundamento histórico.

Essa memória é reavivada também por meio das interpretações históricas evidenciadas pelos depoimentos. O interessante aqui é justamente observar a facilidade que o depoente encontra em definir a razão dos litígios fundiários em vários momentos do curso histórico do grupo.

Quando se passaram vinte e seis anos da compra das terras feita aos Gusmãos, os paneiros voltaram a enfrentar conflitos fundiários. O litígio agora se deu porque alguns indígenas foram contratados para trabalhar numa fazenda vizinha. O patrão oferecia em seu estabelecimento todos os mantimentos necessários para a família dos trabalhadores, que poderiam comprar com um adiantamento do salário, porém os preços eram tão exorbitantes, que os índios, por mais que trabalhassem, não conseguiam pagar a dívida, ficando obrigados a permanecer no trabalho.<sup>473</sup>

Não suportando as condições de trabalho, ainda mais sem remuneração alguma, os índios decidiram negociar com o fazendeiro que, apesar de ameaçá-los, propôs a resolução do problema, desde que lhe fosse doada parte das terras dos trabalhadores. Não tendo outra saída, os paneiros se reuniram e deliberaram pela doação para o fazendeiro, desde que ele liberasse os empregados e deixasse as mulheres recolherem o barro para as panelas. Acordado os termos da negociação “o dito patrão doou dois rádios para demonstrar sua bondade conosco”.<sup>474</sup>

Em fins dos anos 1970, depois do episódio acima, sentindo-se desprotegidos pela lei, os moradores da Batalha optaram por sua filiação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Vitória da Conquista. Desse modo, asseguraram por meios legais a posse do pouco que lhes restava daquele lugar chamado Lagoinha.<sup>475</sup> Mas a participação no sindicato rendeu aos paneiros novas experiências de lutas próximas, com outros povos tradicionais, como os quilombolas, que começavam a reivindicar seus territórios.

Foi nessa dinâmica que nesse período a câmara de vereadores de Vitória da Conquista

---

472 Memórias da Batalha, op. cit.

473 Maria Elza Gonçalves Oliveira. Depoimento concedido a Renata Ferreira de Oliveira em 2009.

474 Denúncia encaminhada à Comissão Rural Diocesana. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra – Pasta conflitos fundiários – 1970.

475 Lugar que pertence a Fazenda Batalha.

aprovou o pedido encaminhado pela comunidade da Batalha para construir um sistema de abastecimento de água.<sup>476</sup> Porém, para que fosse implantado esse projeto, a Câmara solicitou uma contrapartida dos moradores: a escavação das valas para os canos, desde a nascente, até as respectivas casas. Com distância de 12 quilômetros, os paneleiros, em mutirão, escavaram o canal até suas moradias.<sup>477</sup>

Não chegando a passar um ano da colocação da rede de água, fazendeiros da região localizados perto da nascente introduziram, ao longo do curso dos canos, desvios que os favoreciam. Diante desse quadro, o paneleiros “botaram a boca no mundo.”<sup>478</sup> Vejamos o que diz o documento: “o fazendeiro vem trancando o registro da água, para desviá-la para a irrigação do capim para seu gado. A água vem de uma fonte natural da Batalha Velha, onde os índios viveram.”<sup>479</sup> E segue dizendo: “Na época, nós cavamos 12 km de vala para por os canos e, mesmo assim, a água não chega à comunidade. Tem mais de 30 dias que estamos sem água porque os fazendeiros botaram registros e desviaram essa água.”<sup>480</sup>

Após observarem que não houve ação imediata dos órgãos municipais, os habitantes da Batalha foram à propriedade do fazendeiro mencionado no documento e retiraram os registros. Mal saíram do local, os funcionários da fazenda recolocaram os desvios. Dessa forma, a água ficou restrita a esta localidade, sendo liberada somente quando agentes municipais iam ao local conferir as denúncias, que passaram a ser constantes.

Na década de 1980, estruturou-se na Batalha a primeira associação de moradores da região. Parte dos habitantes da comunidade organizou-se na agremiação e buscou forças para a manutenção do grupo no território.<sup>481</sup> As lutas desencadeadas a partir da existência de entidades que ganharam corpo com o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), em Vitória da Conquista, culminaram na fundação do Partido dos Trabalhadores na cidade, onde diversos membros da associação de moradores da Batalha reivindicavam seus direitos.

Com a aprovação da Constituição de 1988, que reconheceu o direito à manutenção das diferenças culturais, os grupos da Batalha, juntamente com as comunidades quilombolas

---

476 Atas da Câmara Municipal de Vitória da Conquista – 1970 a 1973 – Arquivo Municipal – Vitória Conquista.

477 Idem. Ibidem

478 Expressão do pedido de vistoria encaminhado à prefeitura municipal de Vitória da Conquista – Arquivo da Prefeitura Municipal – Série solicitações de rurais. 1970

479 Denúncia encaminhada à Comissão Rural Diocesana – Arquivo da CRD. 1970 – 1980.

480 Idem. Ibidem.

481 Fundada em 1989, com a ajuda das CEBS, a associação foi o principal meio que os trabalhadores rurais encontraram para garantir o acesso a terra, embora fossem filiados ao STR desde os anos 1970. A partir das CEBS, os associados passaram a manter contato com militantes do Partido dos Trabalhadores, participando da entidade desde sua formação. (Arquivo da Comissão Rural Diocesana – pasta CEBS, 1970.)

filiadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e em parcerias com as Comunidades Eclesiais de Base, se reafirmaram enquanto descendentes de povos tradicionais e, portanto, herdeiros do território perdido. Iniciou-se a tentativa de retomada das terras em posse dos fazendeiros.

Posteriormente às várias reivindicações feitas pela Associação de Moradores da Batalha ao poder municipal e a outras instituições e o intenso processo de invasão das terras por fazendeiros, parte dos paneleiros se viu forçado a migrar para lugares onde pudessem recomeçar. Mas os que decidiram ficar desenvolveram estratégias de convivência diante do permanente conflito, tendo em vista os litígios constantes.<sup>482</sup>

Quando reconstroem a memória sobre a terra, talvez, para nossos depoentes não haja uma interpretação clara dos episódios políticos dos tantos momentos históricos nos quais o poder de mando dos coronéis e posteriormente de fazendeiros alcançou os territórios indígenas.

Isso pode ser facilmente explicado devido ao fato de a maioria dos depoentes não ter acesso a nenhum tipo de história registrada. Mesmo assim, conseguem resgatar e recriar uma memória sobre seus antepassados, cuja existência remonta ao tempo dos “índios bravios” memória essa que é alimentada pelo processo histórico desencadeado ao longo do tempo a partir da reconstituição de fatos que marcaram a história, o ambiente, os mitos e as mudanças em que os indígenas estão agora inseridos.

Nesse ritmo se encontram as reinterpretações que os narradores fazem de aspectos externos vivenciados tanto pelos índios no passado, quanto por seus descendentes. Nessa constante reelaboração, aparecem sinais que ajudam a identificar o aprendizado transmitido entre os índios através da memória, como é o caso do uso do pano vermelho para atrair os Pataxós quando transitavam pela estrada para Vitória da Conquista.

Certamente, o uso do pano de cor vermelha está ligado ao aprendizado vivenciado pelos índios na ocasião de sua catequização, pois na época da constituição dos aldeamentos do Rio Pardo, em suas súplicas ao Presidente da Província, o Capitão-mor Antônio Dias de Miranda, solicita uma série de instrumentos a serem usados durante a atração dos índios Mongoyós para os aldeamentos. Entre os bens solicitados encontram-se inúmeras carapuças vermelhas destinadas ao projeto de “civilização” indígena.<sup>483</sup>

Ao que tudo indica, a carapuça vermelha marcava os índios “iniciados” na civilização branca, diferenciando-os daqueles ainda habitantes das matas. Esse sinal de diferenciação

---

482 Documentos da antiga Associação dos Paneleiros e Batalha. 1980

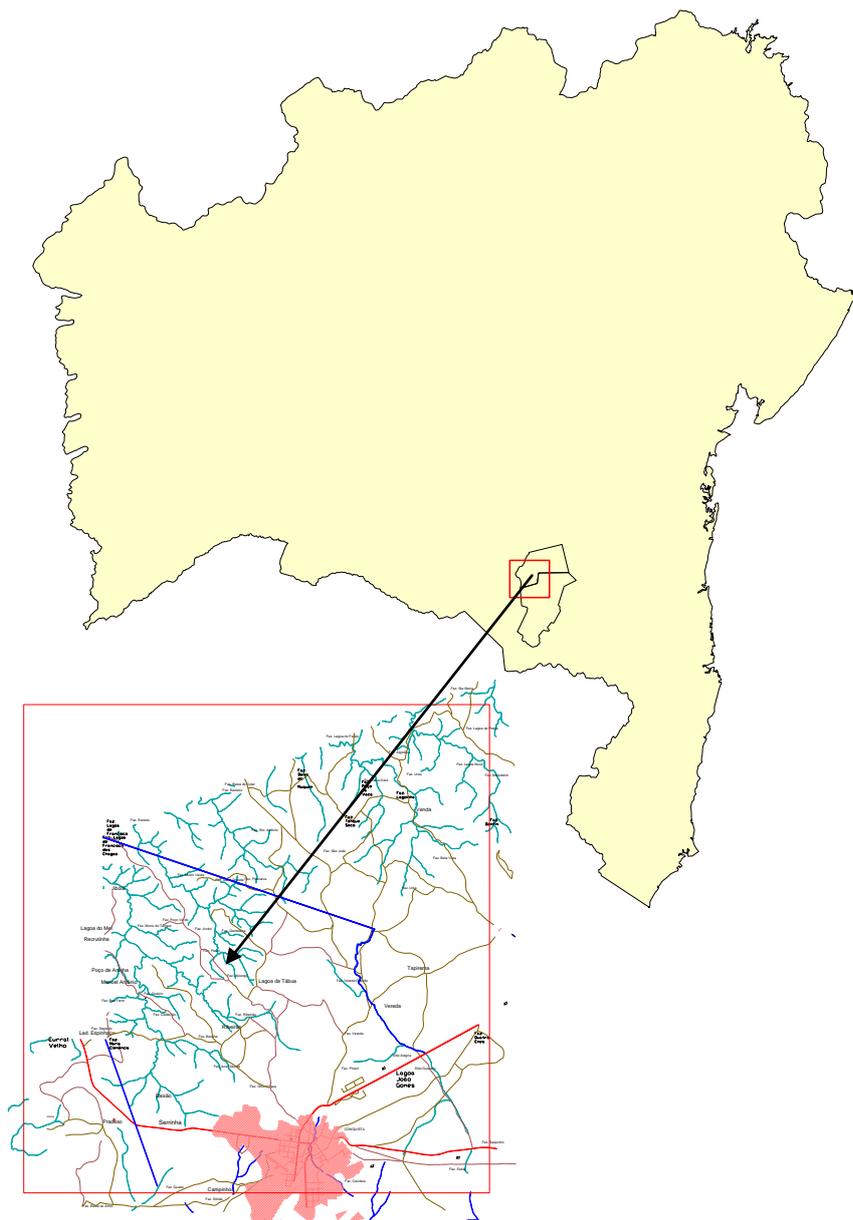
483 Ver: MIRANDA, Antônio Dias. Súplicas ao Presidente da Província da Bahia. In: AGUIAR, Ednalva Padre; MEDEIROS, R. H.; MIGUEL, Antonieta. (orgs) op. cit. p.88-107

servia para que os índios aldeados não fossem molestados pelos colonos.<sup>484</sup> Essa percepção que os índios, no futuro, foram capazes de distinguir, marca a ação narrada por seu Adelino, ajuda a compor a identidade indígena que, por sua vez, alimenta a esperança de mudanças futuras como as sonhadas pelo depoente Valdívio.

---

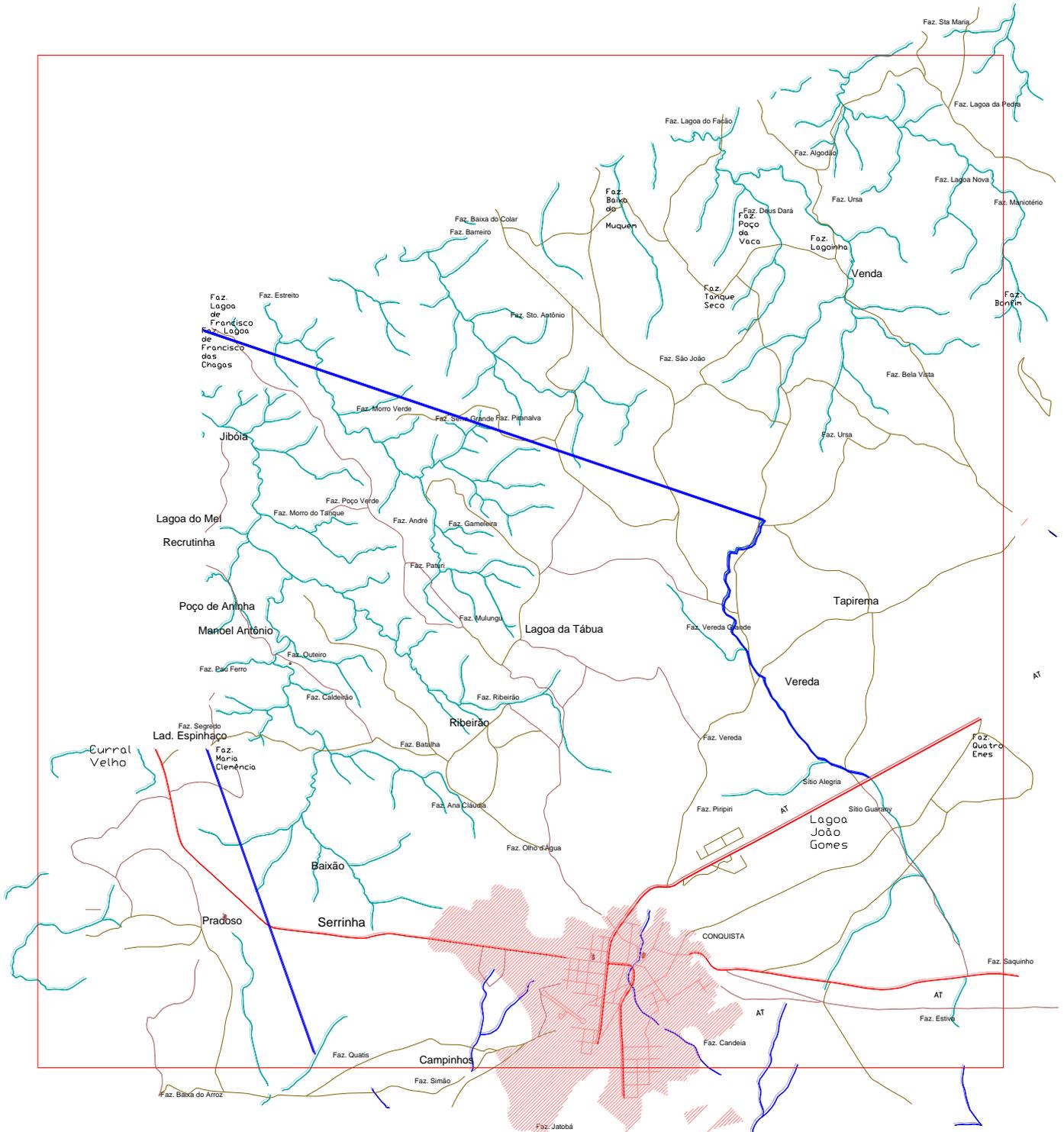
484 Província de Minas Gerais - Local - rio Doce - Xipotó - Casca - Matipó e Pomba - Grupo - Botocudos/Puris - Data - 07/05/ 1825 - Quartel - Abre Campo - Divisão - 3ª - Informação: Vinha informar acerca do ataque que índios Botocudos que usavam barretes vermelhos - sinal de que eram mansos e contatados e que ele pedira para que usassem quando fossem à colônias brasileiras para assim serem identificados como amigos - tinham sofrido ao se aproximarem amistosamente da fazenda de Antônio J. de S. Guimarães. Ao saber do fato por 2 Botocudos do grupo, tinha - os feito retornar ao grupo prometendo - lhes que os culpados seriam castigados para assim evitar que iniciassem uma nova guerra. Guimarães era o mesmo que havia criado um problema entre o Cmt. de Abre Campo e as autoridades do E. S., que enriquecera com a poaia extraída pelos índios, aos quais abominava. Ele atacava indistintamente Botocudos ou Puris, desrespeitando a bandeira de paz usada pelos índios, colocando em risco o sucesso da política empreendida até aquele momento pela 3ª Div. à qual recorria após a ter desrespeitado. Ia determinar que se circulasse pelos aldeamentos avisando que o colono seria castigado para evitar uma revolta geral e lhe pedia que insistisse junto ao magistrado para que Guimarães fosse devidamente castigado. Fonte: Marlière, G. T.; Ten. Cel. Cmt. das Divisões; *Ofício enviado ao Presidente da Província; Quartel Central do Retiro em 07/05/1825* : IN RAPM; (X); Belo Horizonte; IOF de MG; 1904: 383 - 668 (608 - 609 )

**Mapa nº7 - Bahia com destaque  
para a região da Batalha**



Fonte: DESENCOP

## Mapa nº 8 - região da Batalha



Fonte: DESENCOP

## Identidade e memória

A descendência da Batalha começou certamente com os índios que “fugiram da guerra para a Serra da Santa Inês, que tem esse nome porque uma índia de nome Inês, depois de morta no batalhão, virou santa e apareceu para umas mulheres, na serra”.<sup>485</sup> O último índio não morreu, ficou na Batalha, “a Batalha era dos índios. A descendência indígena permaneceu, a guerra não acabou com eles”.<sup>486</sup>

Por isso, esse povo todo que hoje ficou na Batalha “vem da nação de índios da Serra da Santa Inês. Aqui, as famílias têm sangue de índio das duas partes. É tudo uma descendência só.”<sup>487</sup> Os mais velhos da comunidade eram os que contavam as histórias da guerra dos índios, “mas eles diziam: “somos da nação da Batalha.”<sup>488</sup> Quando contavam as histórias dos índios para os mais novos, sempre diziam: “quem nasceu aqui já é da descendência, já é sangue de índio! Vocês já são sangue de índio.”<sup>489</sup>

No tempo da captura dos nativos, “eles colocavam cachorro para pegar os índios, por isso que tem o dizer: 'pego a dente de cachorro'. Daí, levava e amansava. Vários dos mais velhos foram pegos assim, no tempo da guerra.”<sup>490</sup> Por esse motivo, na Batalha, “os bisavôs, avôs e alguns pais mais velhos, são mesmo índios, caboclos do cabelo bom, morriam bem velhinhos e sem cabelo branco e, eram índios brabos que amansaram.”<sup>491</sup> Foram eles, os mais velhos, que também ajudaram na construção da Igreja de Nossa Senhora das Vitórias, “carregando muita madeira nas costas.”<sup>492</sup>

Os primeiros a ficarem na Batalha viveram muitos anos. “O avô de seu Jesulino, o finado Vitória, era índio mesmo, morreu com a média de 100 anos. Já Vitória, que foi criada pelo coronel Chicão, morreu com a média de 125.”<sup>493</sup> A filha de Vitória, Enedina, “parecia as índias no mato. Era cabocla legítima, também morreu muito idosa. Dona Cuíca morreu de velhice, com uns 130 anos, e o caboclo Venâncio morreu com essa idade também”<sup>494</sup>

Na serra da Santa Inês, onde moravam os índios refugiados da guerra, “era comum os mais novos ouvirem as almas deles resmungarem dentro das tocas. As sepulturas eram profundas e por cima ficava um empilhado de pedra porque tinha de sepultá-los direitinho,

---

485 Oliveira, Jesulino. 2009

486 Idem.

487 Oliveira, Jesulino. 2009

488 Idem.

489 Oliveira, Valdívnia Rodrigues. Depoimento colhido por Renata Ferreira de Oliveira em 2009.

490 Idem.

491 Oliveira, Alice Depoimento colhido por Renata Ferreira de Oliveira em 2009.

492 Oliveira, Valdívnia. 2009

493 Oliveira, Adelino. 2009

494 Idem.

senão eles voltavam e viravam onça e comiam os caboclos vivos.”<sup>495</sup> Ainda hoje “tem gente que tem medo de virar onça depois que morre, uma mulher quando morreu pediu pra ser queimada.”<sup>496</sup> Todo mundo se preocupa em cuidar das sepulturas para o espírito não sair e virar onça.”<sup>497</sup>

O tempo dos mais velhos era o tempo em que “tinha muito índio. Os Pataxós, Camacãs, tudo era daqui.” Depois, os que ficaram,

foram amansando, alguns a pulso, porque o índio, o caboclo legítimo mesmo ele nunca amansa de verdade, ele acostuma. Quem dizer que viu um caboclo manso, eu falo que é mentira, porque não tem. Ele acostumou no meio dos brancos, vive ali, ele trabalha, ele estuda, faz tudo, mas continua brabo.”<sup>498</sup>

Agora, nem todos os índios ficaram na Batalha. Muitos foram embora durante a guerra e mesmo depois. “O branco foi afastando os índios. Só deixou eles de Conquista pra baixo, para a região da mata. Uma parte dos da Batalha foi para o lado de Camacã e Itaju, outros foram para o lado de Iguai (pertenceu a Poções onde se encontrava a Aldeia do Espírito Santo de Poções habitada por índios Kamakã em 1835) e também para Inhobim (Aldeia de Santo Antônio da Cruz na foz do Rio Vereda habitada por Botocudos e Kamakã) e Serra do Cachimbo (Aldeia do Cachimbo na foz do Rio Verruga em Itambé. Foi habitada por índios Botocudos e Kamakã aldeados em 1820 por Antônio Dias de Miranda.)”<sup>499</sup>

Nesses lugares, nem todo mundo entrava.

Só mesmo os parentes. Na Batalha tinha um homem que sempre viajava para ver os índios em Iguai. No dia que chegava lá, eles queriam tomar

---

495 Oliveira, Fernando. Depoimento colhido por Renata Ferreira de Oliveira em 2009 e 2010.

496 Oliveira, Gilvandro Gonçalves. Entrevista concedida a Renata Ferreira de Oliveira em novembro de 2010

497 “A morte e as possíveis conseqüências desse acontecimento também são encaradas como responsáveis pelo desequilíbrio social, pois o espírito do morto - yãmiy - tanto pode provocar doenças como se transformar em onça preta e atacar o grupo. Há sinais indicativos dessa possibilidade, sendo o mais preocupante o movimento do moribundo quando já é considerado como morto pelo grupo e o fato de a cova ser revolvida e o corpo ficar exposto. O enterro era feito em cova rasa, recoberta com achas, deixando-se um pequeno espaço no centro, por onde se espetava o corpo com uma vara ou flecha, para se garantir a sua permanência na morada eterna (SANTOS, 1970, p. 78). Essa mesma prática SPIX, MARTIUS (1976, p. 55), observaram entre os Malali e Makoni no Alto dos Bois. Esses viajantes e POHL (1976, p. 363), falam na colocação de alimentos junto aos túmulos, na construção de pátios e nas fogueiras acesas em trono das covas. Os remanescentes Maxakali do vale do Mucuri visitam diariamente a sepultura e, caso o corpo tenha sido descoberto, é desenterrado e queimado, sendo feito, posteriormente, o enterro secundário. Outras medidas podem ser adotadas e podem variar conforme a gravidade da situação: abandono e queima da casa do morto, da aldeia e até da casa da religião, morte dos animais, destruição dos pertences do morto e abandono do local da aldeia.” PARAÍSO, M. H. B. op. cit. 1998. p. 292 e 293.

498 Oliveira, Adelino. 2009

499 Oliveira, Manoel. 2009

conta, arroteava tudo assim, mas quando aquele índio mais velho via, ele mostrava para os outros: ó! que ali passava sangue deles. O sangue corria na veia. E agora, eles chegavam tudo para abraçar com ele.<sup>500</sup>

Mas, os mais novos da Batalha também eram aceitos nas regiões onde só viviam índios, como foi o caso de Seu Caçula, que já esteve em terras que só entrava índio.

Desde pequeno assim rapaz, eu ia daqui da Batalha trabalhar lá perto do Posto dos Índios, lá em Colônia chamado Itaju. Lá, dos trabalhadores, só eu entrava, porque branco não entrava. Então eu cansei de beber água no Posto dos Índios e de tomar pinga mais eles. Eles me conhecia pelo cheiro do sangue, que tudo é irmão. Cê sabe que caboclo, tudo é irmão, né?<sup>501</sup>

Contemporâneo de Seu Caçula, Vitorino Índio também esteve no Posto Indígena. “Índio, deu de ir pra lá para recostar em uma índia. Ficou um tempo por lá, mas depois veio embora com essa índia para a Batalha. Índio foi lá buscar a indiazinha dele, mas formou a família aqui e os filhos deles estão aqui.”<sup>502</sup> Outro índio a ir no Posto Indígena foi Pedro. “Ele contava que quando ia para a região de Ilhéus os índios abraçavam com ele. Reconheciam o finado Pedro por causa do sangue. Quando ele ia lá pro sul, atrás de remédio, os índios pegavam ele, cheiravam por causa do sangue.”<sup>503</sup>

Mas a ascendência dos índios pode ser vista também nos aspectos físicos das pessoas de hoje “porque na Batalha tudo era igual dos índios. As mulheres tinham um cabelo tão forte que podia amarrar uma galinha que não quebrava um fio e nem ficava branco quando elas estavam velhas. Era um cabelo grosso e preto.”<sup>504</sup> Hoje ainda é assim. “Alriza mesma tem tudo de índia.<sup>505</sup> Tudo de índio ela gosta, só não fica nua, mas gosta de tudo de índio, as roupas, as coisas no pescoço, ela é índia, a índia velha, a Pataxó velha que o povo fala.”<sup>506</sup> Por isso, “parente dela é parente de índio.”<sup>507</sup>

---

500 Idem.

501 Oliveira, Fernando (seu Caçula), 2009 e 2010

502 Oliveira, Jesulino. 2009

503 Oliveira, Hormínio Rodrigues. Depoimento colhido por Renata Ferreira de Oliveira em junho de 2009. Depoente falecido em novembro de 2009.

504 Idem.

505 Alriza é uma das mulheres mais idosas da comunidade e foi depoente nessa pesquisa.

506 Oliveira, Juscelina. 2009

507 Idem.

**Figura nº 10**



Dona Alriza  
Fonte: Acervo da autora

Outra coisa que os primeiros índios deixaram para o povo de hoje foi o uso das ervas, a caça, a pesca e muitas rezas: “aqui, o conhecimento das ervas é igual ao dos índios. Os mais velhos conhecem qualquer erva por causa dos índios, tudo era indicado pelos índios. Se não fossem eles, ninguém saberia. É igual a mandioca, eram os índios que faziam a farinha, o beiju.”<sup>508</sup> E hoje “tem Hormínio que conhece todas as ervas, faz remédios que cura doenças que nem mesmo o médico cura.”<sup>509</sup>

Na Batalha, a descendência dos índios “tudo gosta de mato, gosta de andar no mato, de caçar, mas hoje não tem mais caça. Então, só usa o bodoque para diversão, para jogar pelota.”<sup>510</sup>

Os homens costumam passar “dois, três dias no mato.”<sup>511</sup> Foi assim, que “muita gente de hoje encontrou cacos, de panelas, birros de barro, as balas de zinco, cachimbos de barro, tudo dentro dos matos da serra da Santa Inês. O povo daqui é gente do mato mesmo. Até as mulheres, como se pode notar em Enedina.”<sup>512</sup>

Ela gostava de ficar no mato, ia para a roça de manhã cedo, só vinha de noite. Não tinha medo de nada, conhecia de tudo dentro do mato, se adoecesse um de uma febre, uma gripe, ela ia lá no mato, vinha com umas raiz que ninguém sabia o quê que era, fazia um chá, dava para beber e daí a pouco tava beleza, então a natureza indígena, ela é de uma maneira, sei não, acho que é orientada por Deus, que tinha aquele entendimento, o que eles fazia lá dentro do mato, dava tudo certinho. E até hoje eu mesmo, se pudesse, morava no mato.<sup>513</sup>

Antigamente havia muitas rezas na Batalha. Hoje, só são mantidas algumas. A mais antiga ainda é a reza de Santo Antônio. “um santo velho, mais velho que a Nossa Senhora das Vitórias de Conquista.”<sup>514</sup> A imagem desse santo “já pertenceu a dona Cuíca, índia que morreu com quase 130 anos.”<sup>515</sup> No entanto, ele “veio de Portugal, da Volta, por isso ele tinha uma volta de ouro no pescoço. O povo que veio fazer a guerra, correr com os índios, já tinha esse santo. Ele veio de Lisboa.”<sup>516</sup> A imagem chegou às mãos de dona Cuíca porque ela morou como a primeira família de Conquista que possuiu o santo.

---

508 Oliveira, Alice Rodrigues, 2009.

509 Hormínio Rodrigues de Oliveira era morador da Batalha. Filho de seu Jesulino e dona Alriza. Faleceu quando a pesquisadora realizava entrevistas para a monografia de finalização de curso em 2009.

510 Bodoque é um tipo de arco indígena feito de madeira e utilizado para arremessar pelotas confeccionadas com barro.

511 Oliveira, Adelino.

512 Vários depoentes disseram que encontraram cacos de panelas de barro na serra da Santa Inês. Oliveira, Adelino.

513 Idem.

514 Oliveira, Miguel. 2009

515 Oliveira, Jesulino. 2009

516 Oliveira, Miguel. 2009

Na cidade de Conquista, “os primeiros donos quebraram o santo para tirar a volta de ouro que ele tinha. Ele estava jogado na cidade. Aí um parente de dona Cuíca pegou e trouxe para a Batalha para os daqui seguir a tradição da reza.”<sup>517</sup> Quando chegava o dia da reza,

o povo falava: vamos para a casa de dona Cuíca! Naquele tempo, era uma casinha de enchimento. No meio da casa, ela acendia um fogo quando ia rezar. Aí, ela ficava dentro de um buraco quase dando na cintura, sentada encolhidinha para esquentar no fogo. Quando dona Cuíca abria a boca para cantar, não tinha uma que possuísse uma voz do jeito dela, de tão bonita que era.<sup>518</sup>

O Santo Antônio foi passado de geração em geração. “Quando dona Cuíca morreu ela deixou para a finada Anísia; quando a finada Anísia morreu, ficou para Sabina; Sabina morreu e ficou para Dora, com quem está até hoje. Ele era dos mais antigos mesmos, dos mais velhos, veio de gerações”.<sup>519</sup>

Além do culto a Santo Antônio, havia outras rezas na comunidade: “rezava São João Batista, Nossa Senhora. E tinha também os encantados, Botocudo, Sutão das matas, Cariri, Jurema e Tupinambá. Muita gente via eles nas matas que tinham aqui.”<sup>520</sup> Mas essa tradição acabou, “foi ficando de lado, esquecida.”<sup>521</sup>

Na Batalha, o trabalho com o barro também é um tradição que veio com os índios. “A panela identifica uma origem porque veio com a descendência. Ela trouxe a história dos antepassados”<sup>522</sup> A história das panelas de barro começou com “Fulozona que era índia e morava na serra da Santa Inês. Ela não sabia fazer, então ela mandava as crianças pegar dos índios para ela olhar e aprender.”<sup>523</sup>

Por isso, “a descendência da panela já foi dos índios, foi a lembrança que os índios deixou. Aí a gente aprendeu. Deus deu o dom para os índios. Que índio é muito astucioso, astucia tudo.”<sup>524</sup> Foi assim que o povo da Batalha aprendeu a fazer as panelas de barro, “com os índios, porque já é da natureza, hoje todo mundo sabe fazer.”<sup>525</sup> Por esse motivo, “a descendência daqui também ficou conhecida como paneleiros.”<sup>526</sup>

---

517 Idem.

518 Oliveira, Jesulino. 2009

519 Depoimento de Dona Maria de Jesus concedido a Renata Ferreira de Oliveira em 2009. Depoente falecida em 2012

520 Idem.

521 Oliveira, Maria Gonçalves de. Depoimentos colhidos entre 2009 e 2011.

522 Oliveira, Maria Elza Gonçalves. 2009

523 Oliveria, Alriza Rodrigues. 2009

524 Oliveira, Alice Rodrigues. 2009

525 Oliveira, Maria Elza. 2009

526 Oliveira, Miguel. 2009

Mas a panela de hoje não é igual a que os mais velhos faziam. “A deles era diferente. Eles não alisavam, nem pintavam com a terra, nem cortavam. Do jeito que formavam colocavam para queimar. A panela deles era bem pesada, que um menino não aguentava carregar.”<sup>527</sup> Hoje não, “é mais bem feita, não tem olaria, é manual, mas é bem feitinha.”<sup>528</sup>

Antigamente na Batalha, as panelas de cerâmica eram para uso próprio, “mas quando Conquista ainda era bem pequena e chegavam aqueles viajantes sem prato, sem copo, o povo da Batalha começou a vender para eles. Essa região foi a primeira que começou a vender panela lá.”<sup>529</sup> A comunidade inteira passou a vender panela de barro na cidade de Conquista. “Saía da Batalha para Conquista levando as panelas em um carro de boi ou de jegue, ou na cabeça, para vender lá onde fez a Igreja de Nossa Senhora das Vitórias.”<sup>530</sup>

Era assim, “ia para Conquista na sexta-feira. Levava primeiro as mulheres que ficavam lá. Depois, no outro dia cedo é que ia os homens ajudar a vender. Às vezes só vinha embora no sábado à tarde, outras vezes só voltava no domingo. Vendia muita panela nesse tempo.”<sup>531</sup> Nos dias de fazer as panelas, todo mundo ajudava: “era uns fazendo, outros cortando, outros alisando.”<sup>532</sup>

Mas esse era um tempo em que a panela possuía valor. “Tudo era feito de barro. Panela, copo, prato, talha, pote.”<sup>533</sup> Hoje, o povo acha que panela é só um bolo de barro que não vale nada. Depois que chegou o plástico, o alumínio, a cerâmica perdeu valor.”<sup>534</sup> Antigamente, “tinha barro, água e lenha suficientes para fazer as panelas, aí passou a não ter mais porque os fazendeiros cercaram a terra. Também, depois que mudou a feira de lugar em Conquista, o povo daqui perdeu o espaço, ficou sem lugar pra vender, por isso foi parando de fazer restando poucos paneleiros.”<sup>535</sup>

Às vezes, os que ainda fazem panelas pensam em parar por completo. “mas, é preciso guardar pelo menos alguma coisa da origem da família porque as mulheres mais idosas não fazem mais, é preciso passar agora para os mais novos para continuar sendo a tradição passada de geração.”<sup>536</sup>

---

527 Oliveria, Alriza Rodrigues.

528 Idem.

529 Idem.

530 Oliveira, Jesulino Rodrigues. 2009

531 Oliveira, Hormínio Rodrigues. 2009

532 Idem.

533 Um tipo de filtro de água

534 Depoimento de Maria de Jesus (Dona Sinhá) colhido por Renata Ferreira de Oliveira em 2009.

535 Oliveira, Eliene Rodrigues de. Depoimento colhido por Renata Ferreira de Oliveira entre 2009 e 2010.

536 liveira, Marial Elza Gonçalves. 2009

**Figura nº 11**



Seu Jesulino e o bodoque  
Fonte: acervo da autora

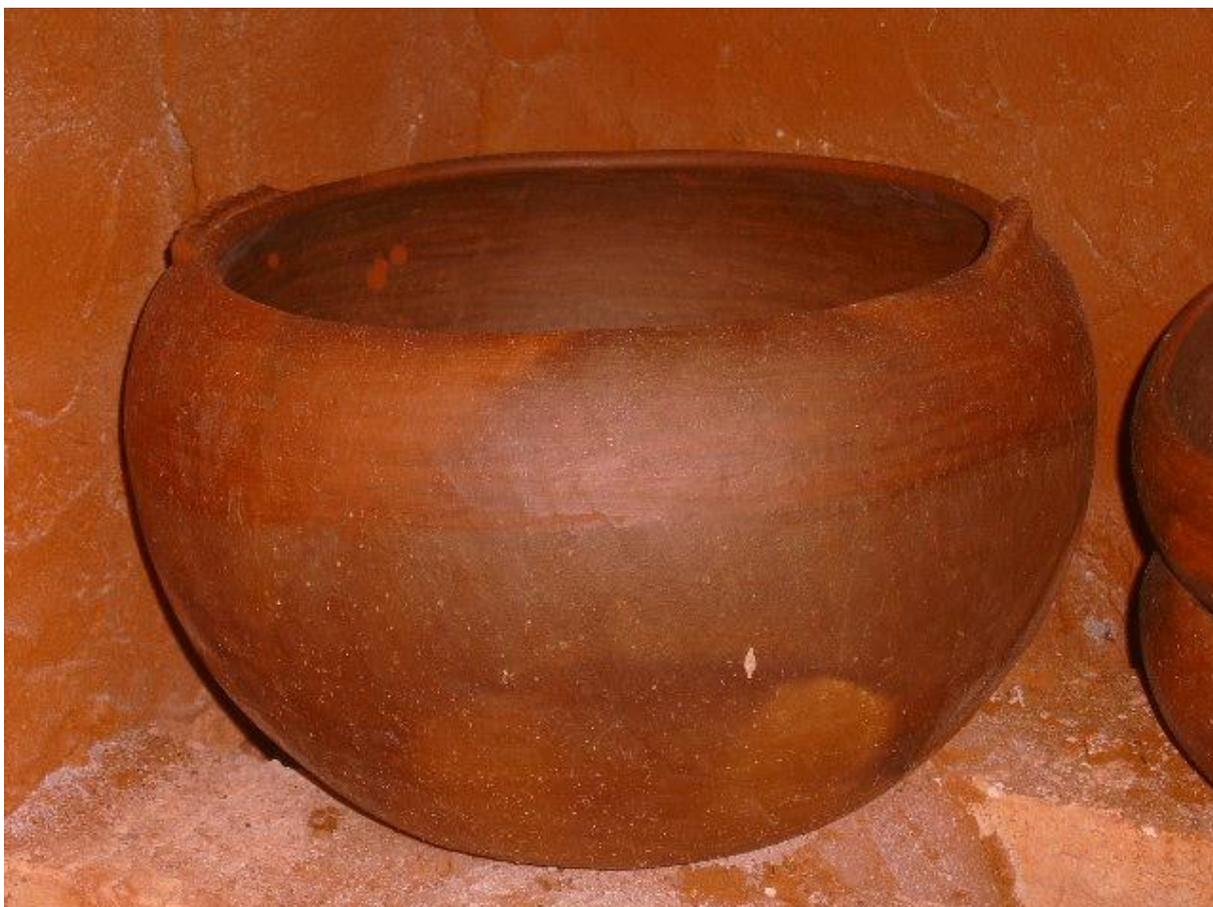
**Figura nº 12**



Santo Antônio

Fonte: acervo da autora

**Figura nº 13**



Panela de barro da Batalha  
Fonte: acervo da autora

É nas narrativas sobre a identidade que evidenciamos o tecido social formado a partir da reelaboração da história dos índios do Planalto da Conquista que, por sua vez, perpassa os eixos: guerra e terra. Nessa articulação das reminiscências indígenas aparece os critérios de indianidade que contribuem na busca pelo reconhecimento étnico do grupo. Entendo por indianidade o conjunto de signos elaborado por povos tradicionais indígenas em processo de ressurgimento étnico, que partilham uma identidade comum, uma memória coletiva, buscam a preservação e a recuperação das suas tradições.<sup>537</sup>

A preservação da comunidade indígena só foi possível porque ela partilha dessa indianidade vivenciada em um território comum. Com efeito, forma-se a territorialidade necessária à sobrevivência de povos tradicionais em busca de reconhecimento. A concepção de territorialidade adotada aqui é a que diz respeito ao processo de construção social do espaço onde as relações sociais são formatadas geograficamente.<sup>538</sup> É nos territórios, ou como disse Marcelo Lopes de Souza, “no que eles contêm ou simbolizam que muitas identidades associadas à culturas ou subculturas constroem-se ou reconstroem-se o tempo todo.”<sup>539</sup> Dito isso, tentaremos localizar nas narrativas sobre a identidade a construção da indianidade do grupo da Batalha.

O primeiro aspecto que salta das reminiscências acima é o associado à alteridade. Quando seu Jesulino narra que a descendência dos índios sobreviveu graças àqueles que se refugiaram na serra da Santa Inês, índia e santa, ele traz a luz de sua memória, duas importantes concepções: a de que existe uma descendência indígena no território da Batalha e a de que foi possível a esse grupo adaptar sua simbologia à dos colonizadores.

Digo isso principalmente porque a memória coletiva do grupo partilha a ideia da existência de uma índia de nome Inês, morta na guerra, mas que ao virar santa teria aparecido para algumas moças da Batalha. É de nosso entendimento que a santidade é algo restrito ao catolicismo. No entanto, os índios tomam para si essa crença no intuito de também se reconhecerem como portadores de identidade no mundo branco.

No que toca à reelaboração de signos, Vainfas observa algo parecido no seu livro *Heresia dos Índios*. Para o autor, a idolatria dos Tupinambá pode ser reconhecida como

---

537 Sobre critérios de indianidade ver: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Parecer sobre os critérios de identidade étnica*. In. *Antropologia do Brasil*. Op. cit. 1986. p. 113-119.

538 Sobre o sentido de territorialidade ver: SANTOS, Carlos. *Território e Territorialidade*. Revista eletrônica Zona de Impacto. VOL. 13, Setembro/Dezembro, ANO 11, 2009. disponível em: <http://www.albertolinscaldas.unir.br>

539 Ver SOUZA, Marcelo Lopes. *Território do Outro ou Problemática do mesmo? O Princípio da Autonomia e a Superação da Dicotomia Universalismo Étnico versus Relativismo Cultural*. In ROSENDAHL, Zeny. CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs) *Religião, Identidade e Território*. Rio de Janeiro: Eduerj. 2001. p. 160.

“fenômeno histórico-cultural da resistência indígena” ou poderia mesclar-se “com a luta social, com a busca de uma identidade cada vez mais destroçada pelo colonialismo, com a reestruturação ou inovação das relações de poder e, inclusive, com certas estratégias de sobrevivência no plano da vida material dos índios.”<sup>540</sup>

Não sei ao certo quando a serra da Santa Inês, encravada na serra da Batalha, ganhou esse nome. A primeira referência que encontrei é a descrita por Tranquilino Torres em fins do século XIX, quando escreveu o livro *O Município da Vitória*. De acordo com o autor, “foi no lugar denominado Santa Inês, onde os conquistadores encontram os sinais do itinerário indígena facilitando-lhes a vitória.”<sup>541</sup>

No topo dessa serra teriam acontecido vários episódios míticos: a revelação aos brancos da localidade dos índios, a aparição de uma índia morta por esses mesmos brancos em forma de santa e, como narra seu Caçula, as almas dos caboclos que por lá viviam a resmungar. Foi nessa localidade onde vários de nossos depoentes encontraram vestígios dos índios que ali teriam se refugiado, tal como pedaços de panelas, birros de barro, cachimbos de barro e as grutas onde os índios teriam habitado na época da colonização do lugar.

Um outro ponto nas narrativas que marca a alteridade indígena é a apropriação da reza e da imagem de Santo Antônio. É essa associação de elementos índios e não-índios que permitem a reelaboração da indianidade no sentido das releituras simbólicas. O interessante é observar que esses signos terminam por compor o saber tradicional do grupo transmitido entre as gerações.

Vejamos o caso do Santo Antônio. Ele era um símbolo do mundo branco que uma pessoa do mundo dos índios teria encontrado, levou para a comunidade e decidiu cultuar. Assim, seu culto e sua imagem foi passada entre as gerações permanecendo até a contemporaneidade.

É o próprio narrador que nos conta o trajeto de Santo Antônio no contexto histórico do grupo que se achava do lado dos colonizadores, mas que terminou por santo de devoção da comunidade indígena.<sup>542</sup> A sua devoção ainda pode ser explicada pelo fato de Santo Antônio ter sido Orago da Igreja do aldeamento de Santo Antônio da Cruz, na foz do Rio Vereda, hoje distrito de Inhobim, que fora habitado por índios Kamakã e Botocudo.

---

540VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010. p. 31.

541Ver: TORRES, T., op. cit. 1996.p. 44

542Sobre a imagem de Santo Antônio, no contexto da conquista colonial, há um importante estudo feito por Luiz Mott que versa sobre “as facetas mais intrigantes do carisma de Santo Antônio: sua função de capitão-do-mato.” Ver: MOTT, Luiz. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil/org.* João José Reis, Flávio dos Santos Gomes. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.111.

Com base nas narrativas, é possível afirmar que o aspecto mais revelador da indianidade do grupo da Batalha é a construção da ascendência indígena, pois é em torno dela e foi para afirmá-la que todos os outros aspectos foram sendo construídos. Tal como os conflitos fundiários, a construção da descendência também traz marcos temporais porque ela consegue definir nitidamente de onde o grupo surgiu “dos índios refugiados, sobreviventes à guerra.”

O marco temporal concebido nas narrativas sobre a ascendência pode ser averiguado quando os narradores mencionam a expressão “não é de meu tempo” ou “no tempo dos antigos índios, dos primeiros daqui”. Essas expressões são forjadas para marcar a existência de um grupo de índio “puro, bravio, guerreiro” pertencentes a uma temporalidade que não é a de nossos depoentes, ainda demarca que os de agora “descendentes” não são aqueles “bárbaros e ferozes,” mas são os de hoje “civilizados.”

Estabeleço aqui, que os depoentes traçam uma distinção entre os índios do tempo da guerra e a descendência indígena. No entanto, não há uma negação à figura desses primeiros nativos, pelo contrário a descendência é o resultado da resistência e da adaptação dos sobreviventes ao projeto colonial. São os índios que gradativamente foram amansados e inseridos no cotidiano civilizado.

A identificação calcada na afirmativa “pego a dente de cachorro” que aparece nas narrativas revela o estado de “vida selvagem” dos índios antes e no período de colonização e evidencia a violência da captura, como ocorreu com a mãe de dona Valdívia a quem faltava um pedaço da orelha.

Para nos contar essa trama histórica, os nossos narradores utilizam-se de um cabedal de instrumentos oferecidos por sua memória, alimentada pelo tempo presente. Nossos depoentes lançam mão da árvore genealógica de suas famílias e das interpretações feitas por meio do que lhes foi dito pelos mais idosos na época de sua juventude. Além disso, eles leem os elementos à sua volta para identificar as origens e mostrar a evolução dos processos históricos pelos quais passou a comunidade.

Diante do exposto até aqui, entendo que as narrativas históricas são instrumentos de resistência das comunidades da Batalha e estão carregadas de elementos significativos para a reinterpretção das identidades reformuladas a partir do movimento colonizador.

À luz das narrativas percebe-se, pouco a pouco, que a identidade do grupo mostra-se diretamente ligada ao passado histórico das etnias indígenas do Planalto da Conquista. Esse aspecto fica muito nítido nas particularidades narradas por cada depoente, ou seja, a memória individual, mas que termina por compor a memória coletiva da comunidade.

Um traço marcante na formação da identidade do grupo da Batalha é a escolha dos elementos, denominados por Manuela Carneiro da Cunha como sinais diacríticos. Para Carneiro da Cunha, é da memória social de um grupo que brotam, quando necessário, os "traços culturais isolados do todo, que servirão, basicamente, como sinais diacríticos para uma identificação étnica"<sup>543</sup>. Dessa forma, entendo que a construção de elementos diacríticos reelabora e afirma a descendência indígena compondo o que a autora denomina de identidade étnica, ou seja, a auto-afirmação, que no caso da Batalha, aparece ressaltada em praticamente todos os relatos delineando essa identidade.

É nesse sentido que Hormínio construiu sua fala quando disse: “um nortista colocou um apelido em mim de japonês, ele falou que ia me chamar de japonês, só que nós num somos japoneses, nós somos é índio.”<sup>544</sup> É interessante observar na fala de Hormínio a construção identitária coletiva, mesmo partindo de um resposta individual dada para justificar o aspecto físico dos olhos, pois, assim ele termina por afirmar não apenas a sua, mas a identidade do seu grupo.

São vários os sinais diacríticos que aparecem nas narrativas. No depoimento de Juscelina percebemos a utilização desses subsídios para construir a identidade a qual sua família pertence: “os índios não é assim? tudo de índio, tudo de índio minha mãe tem. Ela tem, tem sangue de índio. Mãe é toda índia.”<sup>545</sup>

Essa não é uma afirmação sem fundamento, pois a depoente lê os subsídios à sua volta, interpreta e identifica o que venha a ser uma índia. Razão que a ajuda a compor sua afirmativa: “tudo dos índios ela gosta. Até as roupas, aquelas coisas assim que os índios andam no pescoço, tudo ela gosta. Essa aí é uma índia.”<sup>546</sup>

O aspecto físico ajuda o grupo a construir a sua identidade étnica. Prova disso é o apego ao tipo do cabelo: liso, forte, sempre preto, “igual a cabelo de índio”. A fisionomia contribui para que a comunidade reconheça a identidade coletiva tanto dos contemporâneos quanto dos antepassados.

A associação de costumes e tradições preservadas na comunidade identificadas com os saberes indígenas mostra a riqueza simbólica do grupo. Quando seu Jês nos diz: “meu pai mexia com as ervas igual aos índios, e eu aprendi”, o parâmetro identificador “igual aos índios” assume a função de interagir o saber social à identidade histórica advogada pela comunidade.

---

543 CUNHA, M. C. op. cit. 1986.p. 88

544 Rodrigues de Oliveira, Hormínio. 2009

545 Oliveira, Juscelina. 2009

546 Idem.

A identificação com o saber herdado dos índios está diretamente vinculada à sabedoria dos antepassados. No depoimento de dona Valdívia, observamos bem essa expressão: “aprendemos muita coisa com os mais velhos. As reza, as ervas”. E é na narrativa de seu Adelino que encontramos os idosos como os fiéis depositários das tradições, responsáveis pela transmissão oral do saber. A importância dos antepassados é percebida nos depoimentos, ao passo que eles são lembrados como pessoas experientes, que viveram muito. Seu Adelino sintetiza o valor dos mais velhos quando diz: “quando passo a saber quem eram eles, descubro quem somos nós.”<sup>547</sup>

A importância dos ancestrais é revelada na composição do saber de seu Adelino que constrói uma memória social a partir das tradições asseguradas pela coletividade do grupo. Reverenciar os idosos, que ele faz questão de lembrar que conheceu, é uma forma de demonstrar a importância da tradição, assim como, o valor dele no grupo como liderança que deve ser ouvida e respeitada por ser um depositário direto das informações sobre seus ancestrais.

Por vezes, os elementos que compõem a tradição são alimentados pelos mitos. Nas memórias, a mitologia aparece trançada com a reconstrução da identidade indígena. Quando seu Caçula afirma que ouvia almas de caboclos resmungado na serra, ele faz uma leitura mítica desse espaço. A presença de sepulturas profundas, o medo da alma do caboclo virar onça e voltar para devorar os vivos, fazem parte do universo mitológico de povos indígenas, a exemplo do mito da onça-cabocla Xacriabá de Minas Gerais. Reza o mito que,

uma índia sentia muita tristeza de ver seus familiares perseguidos por tanta gente que invadia as suas terras. Pediu a seus companheiros que invocassem o espírito para que ela ficasse encantada. Durante a noite, transformada em onça, ela caçava os animais pertencentes aos fazendeiros. Matava, mas queria que a carne fosse distribuída entre os caboclos. Ao amanhecer o dia, vinha correndo e pedia a sua mãe que colocasse o ramo em sua boca para que voltasse à forma humana. Num desses dias, a mãe não encontrou o ramo necessário. Nunca mais foi feito o desencanto da índia. Passaram os fazendeiros a persegui-la até em caravana para matar a onça cabocla. Ela se refugiava numa das grutas, naquela em que existe o trono em que se sentavam os chefes. Ali os índios executavam as danças à meia-noite e a onça cabocla era desencantada e se transformava na bela índia Yndaiá, com as cantorias e batidas. Os índios comiam pedaços de carne e louvavam ao ver a onça ao seu lado.<sup>548</sup>

O mito da onça também pode ser encontrado entre os povos Tukuna do Amazonas.

---

547 Oliveira, Adelino. 2009

548 Aspectos míticos-cosmológicos dos Xacriabá: disponível em :[www.socioambiental.org.pt./povo/xacriabá](http://www.socioambiental.org.pt./povo/xacriabá)

Para eles, existe uma alma-onça responsável pelo gosto de comer carne. Para eles, essa alma é “visível através do sangue grande. Ela vai virar uma onça de verdade, a menos que um pajé a capture.”<sup>549</sup>

Os mitos são aspectos que compõem a história dos grupos indígenas. É importante interpretá-los a luz das mudanças ocorridas nas suas sociedades a partir dos contatos com colonizadores. Também, podemos lê-los como formas de reinterpretação de ensinamentos aprendidos nos aldeamentos e na catequese. No que corresponde a Batalha, os mitos ainda estão presentes e podem ser traduzidos nas leituras que os narradores fazem de sua história.

Um aspecto interessante a ser observado nas narrativas sobre a identidade está relacionado à aceitação dos índios da Batalha por outros povos nativos. No entanto, essa aceitação só é possível por existir um código de identificação marcado pelos depoentes quando dizem que nos lugares de caboclos, não entravam brancos, mas apenas aqueles reconhecidos pelo cheiro do sangue.

Essa identificação sanguínea é explicada pelos narradores devido a dispersão dos povos da Batalha para a região da mata: Camacã, Itaju do Colônia, Serra do Cachimbo e Iguai. O cheiro do sangue era o instrumento necessário para marcar a parentela entre os povos dispersos e misturados nos aldeamentos. É interessante observar que a consanguinidade também está relacionada com o mito da onça, pois seria só pelo cheiro do sangue que o animal identificaria os seus não os devorando.

É interessante observar que o retorno dos índios se deu sempre para os antigos aldeamentos. Esse aspecto ajuda a reforçar a coerência histórica verificada nas narrativas, as bases histórias da identidade construída. É possível identificar ainda a constante busca do passado, do ponto de origem onde supostamente, reencontrariam a antiga vida.

A morte e a destituição das lideranças indígenas ou a sua cooptação acentuavam-lhes o sentimento de abandono, ausência de proteção e de perspectivas ante a violência imposta. A partir desses sentimentos, pode-se identificar a adoção do ordenamento cíclico do tempo e das suas narrativas históricas, fenômeno comum entre povos que vivem situações de conflito.

O período pré-contato, ou seja, antes da chegada dos colonizadores, passou a ser descrito pelos índios, como a Idade de Ouro, quando predominavam a ordem, a paz, a alegria e a fartura. O segundo ciclo, que era o que vivenciavam sob o domínio dos colonizadores, caracterizava-se pela instalação do caos, da guerra, da tristeza, da miséria, ausência e omissão de seus deuses protetores. Entretanto, o que ainda dava aos povos nativos alento para suportar

---

549 Cosmologia de Xamanismo dos Povos Katukina do Rio Biá. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/katukina-do-rio-bia/1896>

essa etapa de suas vidas, era a crença do retorno da Idade de Ouro num futuro próximo, quando se restabeleceriam a ordem, a paz, a alegria, a fartura, e seus guias espirituais voltariam a conviver e a proteger o grupo.

O retorno a essa Idade de Ouro também os mobilizavam no sentido de promoverem formas várias de resistência, que tanto podiam assumir o caráter de rebeliões armadas ou de cunho pacífico como o de movimentos messiânicos voltados para a expulsão dos conquistadores ou para a inversão das relações de poder entre os dois segmentos sociais em confronto.<sup>550</sup>

Quando essa crença não alimentava a esperança de voltarem à mítica Idade do Ouro e à sua capacidade de resistência, observa-se a difusão do alcoolismo e das práticas de suicídio e infanticídio como forma de fugir a uma realidade que não mais interessavam aos índios.

Retomando as narrativas, é a partir da originalidade e riqueza simbólica dos elementos culturais da Batalha que podemos afirmar que a fabricação de panelas de barro é um forte sinal diacrítico a contribuir para a reelaboração e afirmação da identidade grupal. Nos relatos, a origem da panela aparece ligada à memória construída sobre os antepassados e, ao legado deixado para o grupo pelos índios.

Das etnias indígenas que habitaram o Sertão da Ressaca, somente os índios Kamacã-Mongoyó confeccionavam objetos de cerâmica. Apesar de se assemelharem aos demais grupos, os Kamacã possuíam algumas peculiaridades. O Príncipe Maximiliano de Wied Neuwied afirma que um dos sinais distintivos desse grupo era o fato de não dormirem em redes, como os Tupi e nem dormirem diretamente no chão, como os Botocudos, excetuando-se as crianças. Os adultos dormiam em um jirau coberto por estopas e peles.<sup>551</sup>

Também, se destacava nesse grupo, a qualidade dos seus trançados (cordas, sacolas e aventais quadrados de algodão). Esses objetos eram enfeitados com cordas finas e várias borlas nas duas pontas e pintados de vermelho, preto, branco e amarelo. As sacolas e bolsas poderiam ainda, serem feitas de fibras de palmeiras. Outro traço que os diferenciam dos Botocudos e do grupo Maxakali de forma geral, é o fato de realizarem coletas de frutos e raízes e caçarem em seus deslocamentos.<sup>552</sup>

Os viajantes relatam que a cerâmica dos índios Mongoyó era reconhecida pela sua qualidade e pela sua cor cinzenta.<sup>553</sup> Curt Nimuendajú, em 1937, encontrou, na área

---

550 Ver: VAINFAS, R. op. cit. 2010. p 275

551 Ver: WIED-NEUWIED, 1989, p. 432; SPIX, & MARTIUS, 1976, v.2. p. 168. Apud. PARAÍSO, M. H. B. op. cit. 1998. p. 280 e 281.

552 Idem. Ibidem.

553 Idem. Ibidem.

tradicionalmente habitada pelos *Kamakã-Mongoió*, restos dessa cerâmica que descreveu como tendo forma esférica, sem formato de fundo ou bordas definidas. Era confeccionada pelo processo de acordelamento com um tipo de decoração que sugeria, no seu efeito final, a forma de escamas de peixe. Não eram decoradas, exceto por uma simples marca sulcada próxima à borda, não havia qualquer outra indicação de existência de alças.<sup>554</sup>

As narrativas sobre a arte em cerâmica procuram sempre identificá-la com o passado histórico para demonstrar a sua resistência ao longo do tempo. É nas memórias das mulheres que a panela ganha um maior sentido. No entanto, os homens também associam a identidade indígena à sua confecção. Nas memórias de dona Alriza, é possível perceber boa parte do processo de desenvolvimento dessa arte. A narradora nos mostra que, primeiramente o grupo decide aprender a fazer panelas de barro a partir dos resquícios indígenas encontrados na serra da Santa Inês, e só mais tarde tomam para si essa cultura material.

No caso da confecção de panelas, ocorreu uma tomada de decisão: aprender com os índios, readaptar essa aprendizagem e transmiti-la às gerações futuras. Por esse motivo ela é para o grupo, a lembrança dos índios, a prova da astúcia e inteligência e também da humanidade indígena, pois esse saber não foi transmitido pelo branco, mas teria sido Deus quem doou esse dom aos nativos, o que é motivo de grande orgulho para o grupo: a originalidade dessa arte.

Como já foi afirmado acima, esse saber indígena foi ao longo do tempo sendo readaptado a partir da necessidade do grupo. A confecção de panelas sofreu modificações principalmente a partir do momento em que a comunidade decidiu comercializá-las. Essas mudanças são perceptíveis para seu povo quando afirmam que mesmo tendo sua confecção toda artesanal, ela é “mais bem feitinha” do que as dos antepassados.

A confecção de panelas tornou-se tão importante que terminou por doar o termo *paneleiros* para identificar os indígenas da Batalha. Além disso, ela passou a ocupar o lugar principal de fonte de renda para a comunidade. Assim, a arte em cerâmica foi se incorporando à cultura material do grupo. Os caminhos para o seu desenvolvimento permitiu a comunidade recriar um conjunto simbólico que vai desde o vínculo com os antepassados à manutenção do jeito de fazer panelas aprendido com os mais idosos que, passa necessariamente, pela vinculação com a natureza.

Exemplo disso é o depoimento de Eliene quando diz “fazer panela é uma tradição. É um trabalho pesado, mas é muito bom. Cê vê, é tudo daí, ó, da natureza. Aqui num tem nada

---

554 LOWIE, 1963, v.1, p. 386. Apud. PARAÍSO, M. H. op. cit. 1998.

de indústria, tudo a gente pega aí no mato, desde o barro, até a terra, que dá cor.” É com esse sentimento, aliado à necessidade de obter renda que a Batalha decidiu por comercializar essa arte.

O comércio das panelas torna-se opção econômica da comunidade a partir do momento em que percebem que podem adquirir renda com seus produtos e que há uma necessidade externa. É interessante notar que esse aspecto é bastante ressaltado nas narrativas, pois para o grupo, é motivo de orgulho terem sido eles os primeiros a comercializar panelas de barro em Vitória da Conquista.

A arte em cerâmica, quer seja produzida para o autoconsumo, quer seja produzida para ser comercializada nunca esteve tão próxima de se extinguir devido às condições socioeconômicas enfrentadas pelas artesãs. Os entraves ao comércio das panelas não são novos. Podemos perceber nas memórias que a sua comercialização foi difícil desde o início, como nos disse dona Maria “era sofrimento para vender panela e criar filho.”<sup>555</sup> No entanto, é na contemporaneidade que a sua confecção está seriamente ameaçada.

São vários os fatores que têm levado as artesãs da Batalha abandonarem o ofício. Maria Elza e Eliene sintetizam-nos quando trazem à tona a dificuldade em obter a matéria-prima, a falta de transporte, os preços irrisórios pagos a elas e ainda, por não terem um espaço próprio para comercializarem os objetos diretamente sem revenda.

A desvalorização comercial da panela de barro é um fator que também marca a memória dos depoentes. Quando dona Alriza relembra que no tempo dela “era um tempo bom” nos ajuda a compreender que as dificuldades para a produção e comércio eram passíveis de convivência. A mudança se processa nas narrativas quando dona Sinhá expressa seus sentimentos dizendo que antes dos objetos de plástico e alumínio, a panela possuía valor, e juntamente com Eliene, indigna-se ao escutar que a panela hoje é apenas “um bolo de barro” e por isso deve ser comercializada a um preço baixo. Além disso, o fabrico dos objetos de cerâmicas está cercado de conflitos, pois a escassez de recursos aliada à perda da terra e ao desmatamento são desafios que colocam em risco a continuidade da sua produção.

Por muito tempo, a produção das panelas garantiu a subsistência das famílias organizando e regulando as relações do cotidiano conferindo legitimidade social ao grupo. Por isso, a sua produção é identificada pelos narradores como tradição. Ela é identificada como a origem da história dos *paneleiros* e o desafio de preservar a sua confecção é, sobretudo para que essa tradição alcance as novas gerações.

---

555 Gonçalves, Maria. 2009

Por fim, cabe ressaltar que, no campo da construção das reminiscências, o povo da Batalha reproduz uma memória social. Nesta, existe a difusão coletiva de imagens de um passado que se articula e ao mesmo tempo se contrapõe à memória oficial edificada para a cidade de Vitória da Conquista. Em se tratando de uma memória em contraponto de um grupo social que se encontra inserido numa esfera conflituosa marcada por discursos políticos, a reprodução das narrativas acima se fez a partir de uma articulação daquilo que é tomado como verdade pelo grupo. Na reconstrução do passado indígena, a reminiscência da Batalha emerge veiculada a uma política subalterna, subterrânea que tem como ponto marcante a ascendência dos índios da região.

### **O lugar do índio**

Afinal, qual é o lugar do índio? Num contexto em que o Estado-Nação é concebido como uma unidade territorial, na qual sua população compartilha uma cultura e uma tradição comuns - processo resultante de uma atuação violenta de conquista de espaço e de mecanismos de opressão quanto à eliminação da diversidade étnica -, só é possível pensar o conjunto das relações interétnicas pela ótica da dominação - voltada para a destruição de todas e de quaisquer formas de diversidade sociocultural, em nome da criação da unidade nacional.

Na verdade, para o Estado, visto aqui como o grande articulador, seja pela ação ou omissão, no tocante ao destino das populações indígenas, a questão do lugar a ser ocupado por essas populações sempre foi um problema de difícil solução. Embora as reconhecesse como os primitivos proprietários do país o que implicava, como contrapartida, o reconhecimento do seu direito ao território que ocupavam e a contrariedade dos interesses das elites econômicas e da população em geral, quanto à expansão do processo de conquista e exploração das terras, e a negação da razão de ser do Estado - a unificação do território sob efetivo controle estatal e a legitimação desse possuir.

Outro aspecto contraditório nessa relação é que o Estado-Nação, ao pressupor o compartilhamento cultural e de tradições entre os ocupantes do território unificado e sob efetivo controle, tem que atuar no sentido de eliminar as diversidades étnicas, o que implica a negação da imagem simbolicamente atribuída aos índios no contexto da construção da

nacionalidade, que ressalta o sentimento de liberdade e autonomia como sua grande contribuição para a formação do caráter nacional.

Finalmente, um outro problema ou conflito, proposto ao Estado-Nação com relação aos povos indígenas, era e é o fato de que, para determinados segmentos nacionais, ocupantes de áreas economicamente periféricas, a mão-de-obra era vital, devendo ser criados, portanto, mecanismos preservadores de sua existência. Já em áreas de economia mais capitalizada, o índio era encarado como um obstáculo que deveria ser eliminado em nome do progresso, da expansão econômica e da civilização.

Pelo que se constata, tanto o Estado português como o brasileiro buscaram a solução dessa contradição seja através da instituição de uma legislação flexível o suficiente para atender aos múltiplos interesses das elites nacionais, seja através de uma atitude de omissão e silêncio em relação às práticas desrespeitosas dos direitos afirmados pela legislação, adotadas por particulares na solução de questões indígenas localizadas. No entanto, essa flexibilidade nunca contemplou o reconhecimento do direito à propriedade das terras ocupadas pelos grupos indígenas, à sua autonomia política e à preservação de suas peculiaridades socioculturais, pois essa atitude seria a negação do projeto de afirmar os princípios básicos da constituição do Estado-Nação, isto é, a unicidade territorial e a homogeneização étnica do seu povo.

Essa postura, por outro lado, também coloca as populações indígenas face a questões de caráter contraditório. Em função de fragilidades decorrentes de sua organização político-social e do processo de dominação a que foram submetidas - resultando na desestruturação de sua sociedade e, conseqüentemente, de sua capacidade de articulação e resistência, bem como na drástica redução do seu contingente demográfico -, não resta a essas populações outra alternativa de sobrevivência a não ser a inserção no Estado-Nação. Esse passa, então, a ser, simultaneamente, o símbolo da dominação e da espoliação a que são submetidos e a instância maior, capaz de lhes garantir a necessária proteção para preservar pequenas parcelas de seu território tradicional e sobreviver, pelo menos fisicamente.

Entretanto, ao aceitar a inserção no Estado-Nação, as sociedades indígenas passam a ter novas contradições a serem solucionadas. É importante considerar que o conceito de "índio" é uma categoria construída pela sociedade nacional, que a estabeleceu a partir de imagens formuladas nas relações vivenciadas e nos interesses e expectativas historicamente constituídos. Tal categoria caracteriza-se por seu caráter amplamente generalizante, ignorando as especificidades e peculiaridades étnicas dos vários povos, marcas de identidades

individualizadas – Pataxó, Kamakã-Mongoió, Pojixá, Jiporok etc. –, elementos não valorizados pela sociedade nacional ao estabelecer a sua postura para com essas sociedades.

O que essa realidade implica? Implica a necessidade de os povos indígenas, ao aceitarem sua inserção no Estado-Nação, posicionarem-se não como entidades individuais, mas, cada vez mais, conformarem sua identidade e organização social à categoria de “índio”, de acordo com as imagens e expectativas definidas pelo Estado-Nação, para serem classificados como tal e, conseqüentemente, terem seus direitos, em princípio, resguardados e serem reconhecidos como agentes políticos, com um espaço garantido no palco das lutas sociais em âmbito nacional.

Esse processo de diluição das especificidades leva, portanto, à opção de aceitarem as profundas transformações econômicas, sociais e políticas impostas pela sociedade dominante, o que - sem mencionar os graves e profundos desarranjos sociais -, implica a destruição do seu universo tradicional e da sua auto-imagem positiva, um caminho sem volta. O avançar desse processo leva esses povos indígenas à serem classificados como “misturados com os civilizados”, como eram definidos no século XIX, termo substituído, nos dias de hoje, por “integrados”, o que significa a negação da sua identidade étnica diferenciada da dos nacionais e, por conseqüência, dos direitos inerentes à sua condição de etnia diferenciada e do papel de protetor assumido pelo Estado.

Agravando esse quadro, as comunidades indígenas apreendem, com sua realidade cotidiana e a trajetória histórica de seu povo, que a proteção oferecida pelo Estado tem um caráter mais retórico do que prático e que, como foi constatado ao longo de toda essa análise, pode ser interrompida a qualquer momento, sob as mais variadas justificativas. Conseqüentemente, sabem ser necessário à sua sobrevivência física buscarem inserção no contexto regional do mercado produtivo. Para tanto, é necessário que abdicuem não só das formas diferenciais de sua organização social, como até neguem a própria identidade étnica.

Todas essas contradições refletem-se na desarticulação social desses povos, esfacelando-os e reduzindo, ainda mais, sua capacidade de resistência ante o poder avassalador da sociedade nacional. Os conflitos internos acentuam-se ante novas e tantas perspectivas possíveis de enfrentamento, para as quais o seu universo de referências não tem resposta, fazendo com que os posicionamentos ante a nova realidade passem a ser definidos de forma distinta pelas várias facções ou, até mesmo, pelos indivíduos, destruindo a ideia e a organização comunitária, a grande instância de articulação política e de oposição ante o processo de incorporação ao Estado-Nação.

Pensar numa solução para a questão que está colocada tanto para o Estado-Nação quanto para as populações indígenas implicaria repensar a forma como o Estado foi constituído no século XIX, significando abdicar do seu projeto de incorporar ou controlar o território definido como nacional e de homogeneizar sua população em termos culturais, passando a aceitar o direito à autonomia política e cultural das nações indígenas. Projeto que parece muito distante da realidade concreta vivenciada no país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Embora me tenham feito mal, tenho esperanças.  
Não fiquei com dois corações...  
Agora estamos juntos outra vez para fazer a paz.”<sup>556</sup>*

Quando eu escrevia o último capítulo desta dissertação, os índios Pataxós Hãhãhãe do sul da Bahia iniciavam a retomada de seus territórios, no dia 15 de abril de 2012. A área retomada pelos índios corresponde às terras dos extintos Postos Indígenas Caramuru e Catarina-Paraguassu. E no dia 5 de maio de 2012 o Supremo Tribunal Federal considerou nulos os títulos dados aos fazendeiros que ocupavam a reserva antiga indígena.

Para os índios, essa foi uma vitória há muito aguardada, pois, suas lutas pela retomada do território perdido acontecem há décadas. Eles reivindicavam as terras desde, pelo menos, a promulgação da Constituição de 1934, que reconhecia a eles a posse inalienável. Entre os anos de 1936 e 1937, o SPI e o Estado da Bahia demarcaram para os índios uma área em torno dos Postos Indígenas medindo 54.100 hectares. No entanto, entre os anos de 1976 e 1982, o então governo da Bahia concedeu títulos a diversos ocupantes não índios do interior da reserva. Daí em diante, as retomadas das terras indígenas foram acontecendo e, junto com elas, a violência contra os Hãhãhãe.

Não diferente dos Hãhãhãe, os Tupinambás de Olivença, que em 2002 foram “reconhecidos” pelo governo brasileiro como grupo indígena, seguiam o curso da sua história, retomando as terras de seus ancestrais. A luta desses índios varou os séculos e permanece árdua no tempo presente. Os Tupinambás de Olivença, como são denominados, passaram por um longo processo de reconhecimento étnico. De acordo com Teresinha Marcis, desde 1988 eles estão mobilizados pelo reconhecimento de sua identidade indígena, elemento essencial para que se efetive a demarcação da área ancestral.<sup>557</sup>

Em vários lugares desse país ocorrem processos como esses aqui citados. Os índios brasileiros ainda enfrentam, dentre tantos outros problemas, conflitos pela posse da terra que, em muitos casos, já lhes foi garantida anteriormente. O grupo da Batalha, apesar de não se auto afirmar como uma etnia indígena específica, mas tão somente como descendente “das tribos que habitaram a região”, busca sua sobrevivência física e sociocultural na terra que, no passado, teria pertencido aos Mongoyós.

Por essa razão, o reconhecimento de terem uma identidade diferenciada da dos demais

---

556 Chaleira Preta dos Cheyennes do Sul.

557 MARCIS, Teresinha. *A Hecatombe de Olivença. Construção e Reconstrução da Identidade Étnica (1904)* Dissertação de Mestrado. UFBA. 2004.

segmentos sociais com os quais convivem e, conseqüentemente, do direito à terra cria uma dinâmica positiva para a organização da comunidade, fortalecendo a sua capacidade de organização e resistência. Todas as lutas enfrentadas por eles sintetizam o desejo de permanência nas terras dos ancestrais e da possibilidade de retorno aos que partiram em busca de uma vida melhor.

Ficou claro ao longo do texto desta dissertação que a colonização do Sertão da Ressaca ocasionou aos seus primeiros habitantes a perda drástica das suas terras. No entanto, os índios resistiram das mais variadas formas possíveis na busca da manutenção de suas tradições e, quando não foi mais possível, resignificaram-nas, fosse a partir dos aldeamentos, ou da integração à sociedade dita civilizada.

Acredito que esta dissertação teve como fio condutor o papel dos índios no curso da história dessa região. Assim, procurei na minha jornada, ter em vista que foram esses múltiplos processos de resistências que permitiram ao grupo da Batalha a permanência em uma pequena parte das terras de seus antepassados. Esse permanecer associa o projeto de recuperar e manter o território ancestral com a tessitura da consciência étnica indígena.

Hoje, o grande desafio da Batalha é justamente essa permanência na terra. O universo sociocultural do grupo está ameaçado pela contínua ação dos fazendeiros, que retiram dos índios, pouco a pouco, o pedaço de chão necessário à sobrevivência física e de suas manifestações culturais.

Ao longo deste estudo, procurei demonstrar que a memória sobre o passado indígena é a maior das referências na luta pela terra, pois é ela que atribui sentido às manifestações do grupo. Não raro, vários depoentes referiram-se a “um papel antigo escrito a letra de forma” que garantia a eles sete léguas quadradas. No fundo, a construção dessa “lembrança” é apenas um desejo de ter as terras garantidas, pois tal doação não ocorreu porque a Batalha não foi lugar de aldeamento.

Tecida junto aos conflitos pela posse do território, a fabricação de peças de cerâmica também se encontra ameaçada. Ela é, para o grupo, a cadeia de transmissão geracional de uma cultura material. É o retrato do passado e do presente indígena. A arte em cerâmica enaltece a afirmação étnica e as lutas pelas terras perdidas, mas sua produção parece aproximar-se do fim graças a depreciação atribuída pelos possíveis compradores.

Enquanto a demarcação territorial não chega e não tendo muitas opções, vários habitantes da Batalha migram com constância para Vitória da Conquista e outras localidades que, não coincidentemente, foram ou são aldeamentos.

Os processos migratórios podem ser identificados como tentativas de sobrevivência diante da falta de políticas públicas que possam mantê-los dignamente em suas terras. A

formação de um núcleo familiar migrado da Batalha no Bairro Bruno Bacelar é o reflexo do sentimento de pertencimento compartilhado. O bairro que os paneleiros habitam localiza-se na periferia de Vitória da Conquista, próximo à estrada que garante o acesso à comunidade. Lá, aqueles que migraram buscaram reconstituir os costumes do grupo a exemplo da fabricação de panelas.

Para os que insistem em ficar na comunidade, a única possibilidade é resistir aos conflitos. As corriqueiras denúncias a órgãos competentes são um exemplo. Uma das maiores queixas do grupo refere-se ao constante desmatamento feito pelos fazendeiros. A derrubada da mata nativa para o plantio de capim significa para a comunidade uma dor muito grande, pois, além de danificar as terras, a ação dos fazendeiros expulsa os animais que antes serviam de alimento para o povo da Batalha.

Dessa forma, pôde ser averiguado nos depoimentos, que a perda da terra e dos saberes definidos como tradicionais estão relacionados à chegada dos “estranhos” que tomaram as terras, em muitos casos, explorando o trabalho dos nativos. Por todos esses motivos, procurei, ao longo da pesquisa, ver a comunidade da Batalha como o resultado de um processo histórico adaptativo que possibilitou a sua continuidade de sua presença e peculiaridade na região, aqui revelado por meio das suas narrativas. Elas podem ser entendidas como uma reconstrução de seu devir, sendo os índios do Planalto da Conquista as peças principais, não deixando de haver, nessa trajetória, a apropriação da cultura do outro na busca de remodelarem seus valores, suas narrativas e suas identidades.

Assim, para que a unidade da comunidade seja preservada é necessário a constituição de um sentimento de pertença, de solidariedade e de oposição aos demais grupos com os quais convive. É a partir dessa consciência étnica que são estabelecidas as relações internas e externas do grupo, são afirmadas as práticas culturais e políticas, situando-os no espaço e no tempo e definidas as formas de inserção no processo histórico.

Foi a partir dessa perspectiva que estudei a Batalha. A comunidade é hoje, como já fora dito, o resultado de um processo adaptativo que possibilitou a sua continuidade histórica peculiar e a constituição de sua consciência étnica que se contrapõe diretamente à noção de que os povos indígenas do Sertão da Ressaca foram dizimados.

Acredito que ficou bem elucidado que a história e a consciência étnica do grupo é, também, o resultado da constante reinterpretação de fatos históricos e da reelaboração de episódios míticos que compõem o tecido social envolvendo índios e portugueses e, posteriormente, fazendeiros e paneleiros resistentes.

Nesse ponto, a observação de dois aspectos foi decisiva para entender a trama histórica desse grupo. Primeiro, a difusão da memória sobre uma grande guerra contra os índios, no

passado. Depois, a forma como os nossos narradores transpõem esse conflito para a questão da disputa da terra entre nativos e fazendeiros, na atualidade.

A partir da pintura desse quadro, e inspirada nas obras de Maria Regina Celestino de Almeida, vejo que a organização do povo da Batalha desconstrói a ideia dominante da historiografia nacional acerca da desagregação dos povos indígenas.

Na sociedade brasileira, à qual os índios pertencem, esse movimento de retomada da luta pelo reconhecimento étnico e por seus direitos históricos reforçou-se a partir da Constituição de 1988, que afirmou os direitos desses povos, inclusive o de ter reconhecidas e respeitadas sua decisão de manter as diferenças etno-culturais.

Os casos aqui citados, bem como todos os que estão em curso pelo Brasil, reforçam a concepção de que os povos indígenas, que outrora sofriam os impactos de políticas voltadas para promover uma suposta integração ao projeto colonial e ao imperial, continuaram presentes e atuantes na história brasileira. E é com esses papéis atuantes que os grupos surgem e se consolidam no tempo presente.

O grupo da Batalha, os Pataxós Hãhãhãe, os Tupinambás de Olivença e tantos outros, são os roteiros vivos da história indígena do Brasil. A ação desses homens, mulheres, idosos e crianças, mostra que essa história não findou na colônia com a extinção de tantas etnias, ou no Império, com o fim dos aldeamentos. Nem mesmo, no século XX após a extinção dos Postos Indígenas. Ela está em curso e ainda carecendo de ser escrita. São muitos os grupos e os registros documentais esperando para serem desvelados.

As retomadas territoriais, os ressurgimentos étnicos demonstram que a história indígena continua. E com ela, o sonho do povo da Batalha, que vivencia esse processo de ressurgimento étnico. Se serão reconhecidos pelos agentes externos como índios, só o tempo dirá, pois como a história é um processo em curso, as interpretações podem mudar. Isso faz parte da escrita e do desenrolar da história e nesse caso, é um processo que depende inteiramente do grupo.

Mesmo assim, quero terminar essa dissertação dizendo que, apesar do longo sofrimento imposto aos povos indígenas do Brasil, eles são a prova de que a história pode mudar, ser reescrita. Nesse sentido, a comunidade da Batalha vive esse tempo esperando por dias melhores. E continua a sua jornada, tal como canta Caetano Veloso.

“ Todo dia o sol levanta. E a gente canta. O sol de todo dia.  
Fim da tarde a terra cora. E a gente chora. Porque finda a tarde.  
Quando a noite a lua amansa. E a gente dança. Venerando a noite.”<sup>558</sup>

---

558 Canto de um povo de um lugar. Caetano Veloso.

## **FONTES DOCUMENTAIS**

### **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**

Ofício do Ouvidor da Capitania de Porto Seguro Thomé de Couceiro Abreu para Francisco X. de Mendonça Furtado. Porto Seguro, 8 de janeiro de 1764. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. 32. 1910. P. 38

Edital da Câmara da Vila de N. Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Arassuhay. 19 de julho de 1766. Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 32 p. 153.

Ofício do Governador Conde da Ponte para o Visconde de Anadia, sobre a exploração das margens do Rio Pardo, pelo Capitão-mór João Gonçalves da Costa. Bahia, 31 de Maio de 1807. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. 37, 1915, p. 455.

Ofício dos Governadores interinos da Capitania da Bahia para Martinho de Mello e Castro. Bahia, 23 de agosto de 1783. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Vol. 32, 1910. P. 539

Portaria do Governador Marques de Valença. 23 de fevereiro de 1782. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. 32. 1910. P. 540

Códice da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, n. I-8, 2, 38

### **Anais do Arquivo Público da Bahia**

BORGES DE BARROS, Francisco de. Anais do Arquivo Público da Bahia. Museu do Estado da Bahia. Ano IV. Vols. IV , V, VI, VII. Bahia, Imprensa Oficial do Estado

BORGES DE BARROS, Francisco. *Penetração das terras baianas*. Anais do APEB. Salvador: IOF, 1920. p. 5 - 49.

## **Arquivo Público do Estado da Bahia**

Seção Colonial e Provincial. Câmaras. Maço 1463.

Seção Colonial e Provincial. Série: Índios. Maço 4614 – correspondência enviada ao presidente da Província pelo Frei Luís de Grava em 1869.

Seção Colonial e Provincial. Série Índios, Maço-1416. Abaixo-assinado enviado pelos moradores do Cachimbo à Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória. 05 de Outubro de 1869.

Súplica de Antônio Dias de Miranda, Capitão-mor do Sertão da Ressaca ao Presidente da Província da Bahia, datada de 14 de Novembro de 1828. Seção Colonial e Provincial. Série Índios. Maço 4611.

Correspondências de Vereadores da vila ao Presidente da Província.. Seção Colonial e Provincial. Câmaras. Maço 1463.

Seção Colonial e Provincial. Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória. Maço 1463. 15 de janeiro de 1855.

## **Arquivo do Fórum João Mangabeira – Vitória da Conquista (1ª Vara Cível)**

Ação de Embargo. Caixa Diversos - 1867 - número 21.

Embargo de Obra. Processo Caixa Diversos 14 de 1872-1873

Ação de Embargo. Caixa Diversos - 1867 - número 21.

Inventário de Lourenço Gonçalves Quaresma. Arquivo do Fórum João Mangabeira. Série Inventários 1842.

Inventário de Tereza de Oliveira Freitas – Caixa de Inventários – 1847 – número 05.

Inventário de Antônio Lopes Moitinho. Arquivo do Fórum João Mangabeira. Série Inventários 1871-1874

Inventário do Cônego Vigário José Muniz Cabral Leal de Menezes. – Caixa de Inventários – 1904 – número 47

Inventário de Joanna Lopes Ferraz Moitinho - Caixa de Inventários – 1900 – 1904. – número 55.

Livros de Notas Número 1, 2, 3 – 1841 a 1950 – Tabelionato de Vitória da Conquista.

Processo contra o índio Manoel Periquito e outros. Morte do Capitão Justino Ferreira Campos no Arraial dos Poções 1848. Caixa Diversos 1848.

Processo Crime contra o índio Joaquim. Caixa Diversos. 1877

Cópia da Escritura de doação das terras feita por João Gonçalves da Costa anexa à Acção Ordinária entre a Igreja Matriz e Marcionillo Moreira dos Santos que contesta as divisas da terra. Arquivo do Fórum João Mangabeira. Caixa Diversos, 1915. p. 05

Termo de reconciliação realizado entre João Mendes da Cunha e seus irmãos em 1829. Documento anexo ao Processo de Embargo de Obra Nova proposto por Maria Clemência de Jesus a Joaquim Maxado e sua mulher – 1866. Arquivo do Fórum João Mangabeira – Vitória da Conquista – Bahia.

Escritura particular passada por Joaquim Pereira de Castro a João Pedro da Silva e outros, das terras da Batalha. Arquivo do Tabelionato de Ofícios 1ª Vara Cível. Livros de Notas nº 1 a 21. Arquivo do Fórum João Mangabeira – Vitória da Conquista. p. 01

## **Arquivo da Comissão Rural Diocesana e Comissão Pastoral da Terra**

Pasta CEBS 1970 – 1990. Cúria Metropolitana de Vitória da Conquista

Relatórios da Batalha. Arquivo da Comissão Pastoral da Terra. 2000 – 2009.

## **Arquivo da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista**

Série solicitações de rurais. 1970 – pasta da zona rural da Batalha, ano de 1970.

Relatório do Plano Integrado de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas de Vitória da Conquista, de 2005.

Declaração das comunidades de Ribeirão do Panelheiro e Batalha. Arquivo do Núcleo de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. 10 de Abril de 2006

## **Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista**

Série Jornais:

Jornal *O Combate* – Ano VI - Vitória da Conquista, 04 de março de 1935. N. 28 – Redator: Flaviano Dantas;

Jornal *O Combate* - Minha Coluna – escrito por Euclides Dantas. Em memória de João Gonçalves - Ano VII – Conquista, Domingo, 02 de junho de 1935

Jornal *O Combate*. 09 de março de 1935.

Jornal *O Combate* – Conquista (Bahia), 16 de Fevereiro de 1936.

Jornal *O Combate*. 23 de Dezembro de 1943

*Tribuna do Café*. Ano VIII. N. 1814 – V. da Conquista, Domingo, 09/11/1980

*Tribuna do Café*. Ano XII. N. 1814 – V. da Conquista, Sexta-Feira, 09/11/1984

**Atas:**

Atas da Câmara Municipal de Vitória da Conquista – 1970 a 1973 – Arquivo Municipal – Vitória Conquista.

**Arquivo do Museu Regional da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**

Série Jornais:

Jornal *O Combate*, 14 de abril de 1936

Jornal *O combate* de 1947

Jornal *O Sertanejo*. 07 de fevereiro de 1970

Jornal *O Fifó* 1970 - 1978

Jornal *O Cálice*. Vitória da Conquista. Março/abril/maio de 1981.

*Jornal Hoje*. 05 de Abril de 1995

Jornal *O Município*. 1 a 20 de Novembro de 1997.

Jornal *Diário do Sudoeste*. Cadernos Especiais Diário do Sudoeste – Vitória da Conquista, 09 de Novembro de 1998.

**Arquivo da biblioteca particular de Ruy Medeiros**

Série Jornais:

Jornal *A Conquista*. 21 de Abril de 1912

Jornal *Avante* Ano III. Semanário Noticioso – Conquista, Baía, 03 de junho de 1933

## **Arquivo da ONG Carreiro de Tropa**

Série Jornais:

Jornal *A Notícia* 30 de junho de 1923. p.03

**Arquivo Center for Research Libraries.** Disponível em:  
[www.crl.edu/brazil/provincia/bahia](http://www.crl.edu/brazil/provincia/bahia). Acesso em setembro de 2011

### **Falas dos Presidentes da Província**

Fala que recitou o exm.o Presidente da Província da Bahia, Dr. João Mauricio Wanderley, n'abertura da Assembleia Legislativa da mesma Província no 1.o de março de 1853. Bahia, Typ. Const. de Vicente Ribeiro Moreira, 1853. P. 34-35

Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, João Mauricio Wanderley, em 1º de março de 1855. Bahia, Typ. de A. Olavo da França Guerra e Comp., 1855.– p. 19.

Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o doutor Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima em 14 de maio de 1856. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra e Comp., 1856. 38-39

Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o desembargador João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, no 1. de setembro de 1857. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1857. 28-30

Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o conselheiro e senador do Império Herculano Ferreira Penna, em 10 de abril de 1860. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1860.

Fala com que o excelentíssimo senhor desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henriques abriu a 1.a sessão da 19.a legislatura da Assembleia Provincial da Bahia em 1.o de março de 1872. Bahia, Typ. do Correio da Bahia, 1872. P. 144-145

Fala com que no dia 3 de abril de 1881 abriu a 2.a sessão da 23.a legislatura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia o illm. e exm. sr. conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, Presidente da Província. Bahia, Typ. do "Diário da Bahia," 1881. P. 100-104

### **Arquivo da Comunidade da Batalha**

Recibo de Compra e Venda de Terra. Data de 1944.

Ata de fundação da Associação 19/04/1981.

Atas das reuniões da Associação de 1981 a 1990.

Certidão de auto-reconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares. Brasília, 11 de julho de 2006. Arquivo da Associação dos Pequenos Produtores de Batalha, Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Arroz

### **Banco de Dados da História Oral**

Entrevistas transcritas realizadas pela autora entre 2008 e 2009.

### **Crônicas, Discursos, Memórias Históricas e Relatos de Viagens**

ACCIOLI, I. *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*. Anotações de Braz do Amaral. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1925, v3, p. 209.

ACCIOLI; I. e AMARAL, B. - *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*; Salvador, Iof; 1940: ( VI ) : 200 - 201.

BRITO, Ubirajara. *Vitória da Conquista ou a Capital do Sertão da Ressaca*. Discurso pronunciado em Vitória da Conquista no dia 18 de abril de 1997. Cópia impressa. Arquivo do Museu Regional.

CAPISTRANO DE ABREU, J. - *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*; B. H.; Ed. Itatiaia; S. P; Edusp; 1989

Revista Memória da Bahia. *A Conquista do Oeste: Patriarcas de Conquista*. Grandes Reportagens do Correio da Bahia. UCSAL, 2002.

TANAJURA, Mozart. *História de Conquista: Crônica de uma cidade*. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 1992.

\_\_\_\_\_, *História de uma cidade contada por ela mesma*. Vitória da Conquista. Brasil Artes Gráficas, 2002.

TORRES, Tranquilino. *O Município da Vitória*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 1996.

VIANA, Aníbal. Lopes. *Revista Histórica de Conquista*. Vitória da Conquista. Brasil Artes Gráficas, v.1, 1982.

WIED, NIWIED, Príncipe Maximiliano de. *Viagem ao Brasil*. Rio/São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1940.

\_\_\_\_\_, *Viagem ao Brasil. Excertos e Ilustrações*. Edições melhoramentos. Rio/São Paulo, 1969.

### **Fontes Avulsas**

PACHECO, Mascarenhas José. Carta Particular para Sebastião José de Carvalho, em que lhe dá certas informações sobre os jesuítas, sobre a dificuldade de encontrar padres para as vigárias do Sertão, etc. Bahia, 20 de Setembro de 1758.

Cópia da Carta de João Gonçalves da Costa ao Desembargador e Ouvidor de Ilhéus Francisco Nunes da Costa e governo interino da Bahia. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Brasil – vulsos. (Cairu, 23 de fevereiro de 1782)

Arquivo Histórico e Ultramarino. 2ª via da carta patente do capitão Raymundo Gonçalves da Costa. Documento nº. 29628 – 29629. 23 de janeiro de 1806.

MARLIÈRE, G. T.; Ten. Cel. Cmt. das Divisões; *Ofício enviado ao Presidente da Província; Quartel Central do Retiro em 07/05/1825* : IN RAPM; (X); Belo Horizonte; IOF de MG; 1904: 383 - 668 (608 - 609 )

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Relatório sobre a História e a Situação da Reserva dos Postos Indígenas Caramuru e Catarina Paraguassu*. Salvador, 1976.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Dicionários

*Dicionário de Ciências Sociais. Hegemonia.* Editora da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1986. p. 544-545

### Teses e Dissertações

AGUIAR, Itamar Pereira de. *Do púlpito ao baquiço: religião e laços familiares na trama da ocupação do sertão da ressaca.* Tese de doutorado. PUC, São Paulo 2008.

AMORIM, Siloé Soares. *Índios Ressurgidos: A Construção da Auto-Imagem. Os Tumbalalá, os Kalankó, os Karuazu, os Catókinn e os Koiupanká.* Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 2003.

ARAUJO, Soraya Geronazzo. *O Muro do Demônio: economia e cultura na guerra dos bárbaros no nordeste colonial do Brasil. Séculos XVII e XVIII.* Dissertação de Mestrado, UFCE. 2007.

COSTA, Ana Maria Ribeiro Fernandes Moreira. *Senhores da Memória: História no universo dos Nambiquara do Cerrado (1942-1968).* Dissertação de Mestrado. UFMT. 2000.

LINS, Marcelo da Silva. *Os Vermelhos na Terra do Cacau: a presença comunista no sul da Bahia. (1935-1936)* Dissertação de Mestrado, UFBA, 2007.

FERREIRA, Grazielle. *Cinzento: Memória de uma comunidade negra remanescente de quilombo.* São Paulo, Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica. Dissertação de Mestrado. 1999

FLORES, João. *Muita terra para pouco índio? A formação de Fazendas em território kadiwéu (1950-1984).* Dissertação de Mestrado. UFGD. 2009.

MARCIS, Teresinha. *A Hecatombe de Olivença. Construção e Reconstrução da Identidade Étnica (1904)* Dissertação de Mestrado. UFBA, 2004

MIGUEL, A. *Vida Material e Cotidiano: A Imperial Vila da Victória na segunda metade do séc. XIX*, Dissertação de Mestrado. UFBA, 2000.

NASCIMENTO, Washington Santos. *Construindo o Negro: lugares, civilidades e festas em Vitória da Conquista (BA)*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

NOVAIS, Idelma. *Produção e Comércio na Imperial Vila da Vitória. Bahia – 1840 – 1888*. Dissertação de Mestrado. UFBA, 2008

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *O tempo da Dor e do Trabalho: a Conquista dos Territórios Indígenas nos Sertões do Leste*. Tese de Doutorado. USP, 1998.

\_\_\_\_\_. *Caminhos de ir e vir e caminhos sem volta: índios, estradas e rios no Sul da Bahia*. Dissertação de Mestrado. UFBA, 1982.

PEREIRA, Flávia Ruas Fernandes. “No tempo que era tudo Cabôco”: um estudo de caso sobre a construção das identidades étnicas entre os Wassu da Aldeia Cocal. Tese de Doutorado. UFAL, 2006.

QUIRINO, Eliana Gomes. *Memória e Cultura: Os Fulni-ô afirmando identidade étnica*. Dissertação de Mestrado. UFRN, 2006.

SANTOS, Erilza G. dos. *O Diretor de índios: Análise preliminar dos diretores parciais de aldeias indígenas – Bahia, 1845 – 1889*. Dissertação de Mestrado. UFBA.

SCARAMUZZI, Igor Alexandre Badolato. *De Índios para índios: a escrita indígena da história*. Dissertação de Mestrado. USP, 2008.

SILVA, Cláudia Maria Moreira da. “ Em busca da Realidade”: A experiência da Etnicidade dos Eleotérios (Catu/RN) Dissertação de Mestrado. UFRN, 2007.

SILVA, Fábio Nogueira de Oliveira. *Elementos de Etnografia Mbyá: lideranças e grupos familiares na aldeia Tekoá Pyaú (Jaraguá – São Paulo)*. Dissertação de Mestrado. USP, 2008.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros. *Aldeando Sentidos: os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste Alagoano*. Dissertação de Mestrado. UFBA, 2007.

### **Artigos em periódicos e Anais**

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime*. Almanack brasiliense nº 02,

CABECINHAS, R.; LIMA, M.E.O. & CHAVES, A.M. (2006) *‘Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polémica nas representações sociais da história*, in MIRANDA, J. & João, M. I. (Eds.) (2006) *Identidades Nacionais em Debate*, Oeiras: Celta, pp. 67-92.

FRAGOSO, João;GOUVÊA, Maria de Fátima S. & BICALHO, Maria Fernanda B. *Uma Leitura do Brasil Colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império*. In Penélope. Revista de História e Ciências sociais, nº 23. Lisboa. Novembro de 2000. pp. 67-88

FONSECA, 1997, SOUSA, Maria Aparecida S. de & BORBOREMA, Carlos Gomes de. *Literatura e Política: A Trajetória de um poeta militante no interior da Bahia (1930-1975)* Rev. Politéia: His. e Soc. Vol. I.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, 1988.

MEADER, Robert E. *Índios do Nordeste Levantamento sobre os Remanescentes Tribais do Nordeste Brasileiro*. Publicação da Sociedade Internacional de Lingüística.

Cuiabá, 1976.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araujo. *Documentos da Conquista do Sertão da Ressaca*. Publicado em: <http://blogdopaulonunes.com/v2/2009/01/sertao-da-ressaca/>

\_\_\_\_\_. *Notícias da Velha Casa de Oração*. Disponível em: [ruymedeirosblogspot.com.br](http://ruymedeirosblogspot.com.br). Consultado em 23 de junho de 2012.

MOREL, Marco. *Animais, Monstros e Disformidades: a "Zoologia Política" no Processo de Construção do Império do Brasil*. Revista de estudos históricos. 1999

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os Séculos XVI e XVIII*. Revista do Departamento de Antropologia e Etnologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1984

\_\_\_\_\_. *Os índios do Rio Pardo e a Imperial Vila da Vitória*. Revista do Departamento de Antropologia e Etnologia da UFBA, Salvador, Ano 1, n.1, dez. 1984

\_\_\_\_\_. *As crianças indígenas e a formação de agentes transculturais: o comércio de Kurukas na Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais*. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v. 3 n. 1/2, p.41-105, jul/dez. 2006.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 3-15, 1989. p.02

SANTOS, Carlos. *Território e Territorialidade*. Revista eletrônica Zona de Impacto. VOL. 13, Setembro/Dezembro, ANO 11, 2009. disponível em:<http://www.albertolinscaldas.unir.br>

SOUZA, Belarmino de Jesus. *O Bacharelismo na Política Conquistense dos anos 20*. Disponível em: [www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh.../belarmino\\_jesus\\_souza.pdf](http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh.../belarmino_jesus_souza.pdf)

SOUZA, Ricardo Luiz. *A Mitologia Bandeirante: Construção e Sentidos*. Revista de História Social, Campinas, São Paulo. Nº 13, 2007

TEIXEIRA, Ivan. *Poética Cultural: Literatura & História*. Rev. Politeia: História e Sociedade. Vitória da Conquista v. 6 . n. 1 p. 31-56 , 2006.

### **Livros e capítulos de livros**

AGUIAR, Edinalva Padre. (org.) *Ymboré, Pataxó, Kamakã: A presença indígena no Planalto de Conquista*. Museu Regional de Vitória da Conquista – UESB, 2000.

\_\_\_\_\_, & SOUSA, Maria Aparecida (Orgs) O processo de ocupação do Planalto da Conquista e as comunidades primitivas do Planalto da Conquista. Cadernos do Museu Regional nº04. UESB, s/data.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: Cultura e identidade nos aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

BARTH, F. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. Teorias da etnicidade. São Paulo: UNESP, 1998. p. 185-227.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2002.p. 82.

BURKE, Peter. (org). *A Escrita da História: Novas perspectivas*; tradução Magda Lopes. – São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. *Variedades de História Cultural*. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade – Lembrança de velhos*. 11ª ed. São Paulo: Companhia

das Letras, 2004.

CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito história e etnicidade*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_, *Introdução ao Volume Especial Sobre História Indígena*. Revista de Antropologia, v. 30, 1991, p. 1-9.

\_\_\_\_\_. *Legislação Indigenista do Século XIX*. SÃO PAULO: EDUSP e Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1993

\_\_\_\_\_,(org.).*História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992  
1995

FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (Orgs) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas Editora. 1998

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. Graal Editora, 2001

GINSZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Editora Centauro, 2006

HOBBSAWM, Eric, J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas. Editora da UICAMP. 2003.

IVO, Isnara Pereira. *O Anjo da Morte Contra o Santo Lenho: Poder, Vingança e Cotidiano no sertão da Bahia*. Vitória da Conquista. Edições UESB, 2004

LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-História”. BURKE, Peter. (Org). *A Escrita da História: Novas perspectivas*; tradução Magda Lopes. – São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

MEDEIROS, Ruy Hermann. Notas Críticas. In. TORRES, Tranquilino. *O Município da Vitória*. op. cit.1996, Vitória da Conquista. *Memória Conquistense* n. 02. Museu Regional.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

MOREIRA NETO: Ver: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia. De maioria a minoria. 1750-1850*. Petrópolis, Vozes, 1988.

MOTT, Luiz. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil/org*. João José Reis, Flávio dos Santos Gomes. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NEVES, Margarida de Souza. *Os Jogos da Memória*. In: MATOS, Ilmar Rohloff de (Org.) *Ler e escrever para Contar: Documentação, Historiografia e Formação do Historiador*. Rio de Janeiro. 1998.

NORA, Pierre. *Entre a memória e a história: a problemática dos lugares*. *Projeto História 10 - Revista do Programa de Pós-graduação em História e do Departamento de História da PUC/SP*. São Paulo: PUC/SP, n.10, p.7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Jeremias Macário. *A Imprensa e o Coronelismo no Sertão do Sudoeste*. Vitória da Conquista. Edições UESB, 2005.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Formando Trabalhadores: Missões e Missionamentos Capuchinhos na Bahia, em Minas Gerais e no Espírito Santo.(1845-1890)*In:*Tecendo Memórias: espaço, política e identidade*. NEGRO, Antonio L, SOUZA, Evergton Sales, BELLINI, Lígia (orgs) Salvador: EDUFBA, 2009.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. 1992 - “Índios livres e índios escravos”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da, ed. *História dos índios no Brasil*. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura/Companhia das Letras.

PRINS, Gwyn. História Oral. BURKE, Peter. (org). *A Escrita da História: Novas perspectivas*; tradução Magda Lopes. – São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

SOUSA, Maria Aparecida, *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista. UESB, 2001.

RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1970

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos no Império do Brasil*. In CUNHA, Manuela Carneiro da. *Legislação Indigenista no Século XIX*. São Paulo: EDUSP e Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes. *Território do Outro ou Problemática do mesmo? O Princípio da Autonomia e a Superação da Dicotomia Universalismo Étnico versus Relativismo Cultural*. In ROSENDAHL, Zeny. CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs) *Religião, Identidade e Território*. Rio de Janeiro: Eduerj. 2001.

TANAJURA, Mozart. *História de Conquista: Crônica de uma cidade*. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 1992.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

THOMPSON, Paul. *História Oral – A Voz do Passado*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. I. Brasília. UNB, 1994

## **Outras Referências**

BORBOREMA, Carlos Gomes & TEIXEIRA, Ênio César Prates. O Índio na formação da Imperial Vila da Vitória (1840-1891) Monografia de finalização do curso de licenciatura em história. UESB, 2001.

NERY, Vanderlucy Barreto. *Boqueirão: O romper do silêncio*. Monografia de finalização do curso de licenciatura em história. UESB, 2002.

SILVA, Ana Lúcia Damaceno. *Monumentos Comemorativos: Registros de Memória*. Universidade Estadual da Bahia. 2001.

## **ANEXOS**

## ANEXO I

*Relação das Fazendas e Posses registradas no município de Victória da Conquista, em virtude do Decreto 1318 de 30 de janeiro de 1854. Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia. Ano VII, vol. XI. Imprensa Oficial do Estado 1923. p. 177-213. BORGES DE BARROS, Francisco.*

Fazenda	Nome do Proprietário
Batalha (parte)	Francisco Vieira Carvalho
Batalha	João Mendes da Cunha
Batalha (parte)	Felipe Ferreira Santiago
Batalha (1 parte)	Remigio da Costa Valverde
Batalha (1 parte)	Izidro José de Sant Anna
Batalha (1 parte)	Thomaz da Silva Lemos
Batalha (1 parte)	Félix Timoteo de Sant' Anna
Batalha (1 parte)	Carolina Roza de Jesus
Batalha (1 parte)	João Lopes Moitinho
Batalha (1 parte)	Ana da Silva Gomes
Batalha (1 parte)	Thomaz Francisco de Souza Rosa
Batalha (1 parte)	Maria Clemência da Conceição
Batalha (1 parte)	Victal Gonçalves da Costa
Batalha (1 parte)	Victório de Souza Rosa

## ANEXO II

(poemas)

### “Do cimo do Morro da Tromba”

Não há no mundo, na terra,  
Igual a esta, outra vista!  
Na falda d’aquela serra...  
Está engastada a – Conquista –  
No solo em que há século e meio  
Divagavam em receio,  
O índio, a onça e o tapir, -  
Onde ora a letra e a ventura  
Vão galopando em procura  
Do sorridente – porvir!

Vai além... dorso imponente  
Pra a vista humana – infinito!  
Será o dorso da serpente  
De sete bocas do mito,  
Que foragida e cansada,  
Pelos deuses acossada,  
Veio descansar ali?...  
- não, é um lombo de terra  
Que forma a crista da serra  
Chamada Periperi!

Acolá é o sul do Estado  
Maravilhosas paragens,  
Enorme bosque encantado  
Onde repousam selvagens  
Em toscas, feias cabanas  
Criaturas desumanas  
Sem sentimentos de amor!  
Onde o índio não estua  
E come sangrenta, crua,  
A carne do viajor!

Na região do poente  
O panorama é mais lindo,  
É desmedido, é ingente,  
Formoso, soberbo, infindo!  
A terra é – esteira infinita,  
Sinuosa, e tão bonita.  
Que deslumbra o meu olhar!  
O horizonte é uma lista  
Que iludindo a minha vista,  
Parece ao mundo beijar!

A vista é bela, é opima  
E mil encantos encerra!  
O olhar se perde por cima,  
De redondeza da terra!  
Passa a brisa, e com lhaneza  
Pergunta: - D'essa beleza  
Qual foi o grande pintor?...  
E da coroa do monte  
O cantor erguendo a frente  
Responde, - foi o Senhor!

Fitando o lado do norte  
Vejo a meus pés um abismo!  
Como se Deus desse um corte  
No monte com um cataclismo!  
É um paredão assombros  
Que medonho e majestoso  
Me faz o corpo tremer!  
São pedregulhos enormes  
Precipícios desconformes  
Que vão além se perder!

Vejo ali uma bacia  
Rodeada de colinas,  
Que cheia d'água servia  
Para o banho das Ondinas!  
Foi além, naquele fundo,  
Naquele abismo profundo  
Que o anjo mau se afundou!  
Foi aqui sobre esta crista,  
Donde um Estado se avista  
Que Jehovah descansou!

Do norte para o nascente  
Tudo que vejo exalta!  
De lado austral ao poente  
Tudo é encanto, é poesia!  
Meu todo – como que treme,  
E a terra – como que treme  
Friccionando meus pés!  
E uma musa, ou uma fada  
Me pergunta admirada:  
- que dizes tu e quem és?...

Perguntas tu o que digo,  
E quem sou eu e o que faço?...  
Eu sou um pobre mendigo  
Que pede esmola ao Parnasso!  
Não ouves?... Toco uma lira

Que fracamente suspira,  
Em vez de acordes soltar!  
Não sabes? – sou esmoleiro,  
Mas desse mundo altaneiro  
Quis ser poeta e trovar!

A vista é tal d'esta parte  
Que não fica bem cantada  
Por minha lira sem arte,  
Mesquinhadamente talhada!  
Encantada natureza,  
É tão distinta a beleza  
Da vista d'este lugar,  
Que a mais eloquente musa  
Versejaria confusa,  
Se aqui viesse – cantar

(Maneca Grosso. Janeiro de 1918)

## O Arraial

Os índios foram vencidos  
E para longe foragidos,  
Não tentaram mais voltar.  
Os colonos sossegados  
Trabalhando descuidados  
O arraial vão levantar

Os valentes lutadores  
Atento aos seus labores  
Querem um lar construir,  
E labutam incessantes  
Sacrificando os instantes  
Certos que vão conseguir.

O número de casas aumenta  
E o lugarejo apresenta  
Jeito de quem vai marchar.  
Há bonito crescimento  
Há trabalho e movimento  
Para ser um bom lugar.

Será o Arraial da Conquista,  
O nome já está em vista  
Vindo da luta feroz.  
E assim foi denominado  
O crescente aglomerado  
Feito em trabalho veloz.

A capela prometida  
Já, agora construída  
Era bela pra se ver  
Lindos altares trabalhados  
Por artistas renomados  
Deram-lhe fama a valer!

O arraial já crescido  
Teve que ser promovido  
Por seu progresso sem par!  
Nobre Vila da Vitória  
Assim nos revela a história  
Depois veio se chamar.

## A Vila

Não foi suspenso o progresso,  
O que hoje canta-se em verso  
Nesta terra divina!

A vila seguiu seu trilho  
E marchou com muito brilho  
Pra seu destino ideal.

Gente de muitos lugares  
Veio assentar os seus lares  
Na terra providencial!  
E a terra foi progredindo  
E a nova vila surgindo  
Em esforço monumental!

E chegaram viandantes,  
Aventureiros constantes  
Em busca da promessa  
A terra era portentosa  
Rica, nova, futura,  
E de franca evolução.

A Vila era realidade  
Já sonhava ser cidade  
Por seus dotes colossais!  
Não tardou ser elevada  
Cidade muito afamada  
Tendo novos ideais.

### **A Batalha**

Madrugada esplendorosa,  
A serra verde e formosa,  
E a natureza um primor!  
Os periquitos em bando,  
Passavam pelo azul gritando  
Numa epopeia de cor...

Os sabiás em harmonia  
Saúdam o romper do dia,  
Em festivo madrigal!  
Bonita, a serra resplende  
E toda mata rescende  
Um perfume tropical!

O sol surge da alvorada,  
Em sublime musicada  
Das árias belas do céu...  
Vem em marcha colorida  
Abrindo encantos a vida,  
Sem cardos, sem escarcéu...

Valsando na linda festa  
E rompendo na floresta,

Ele traz luz e fulgor!  
Traz a manhã predileta  
Cantando como poeta,  
O dia, a luz, o calor!

Nessa suprema beleza,  
A selva esconde a surpresa  
Em feia provocação...  
Os seus filhos combinados,  
Arcos e flechas retesados  
Estão pronto para a ação.

Flexas silvam pelos ares,  
Com azar ou sem azares,  
No mato explode o fragor!  
Os colonos estão munidos  
Em blocos fortes, unidos,  
E lutam com muito ardor.

O combate é feio e bruto  
E de modo absoluto,  
Ninguém sabe recuar  
Tombam selvagens, rugindo.  
E os colonos, prosseguindo,  
Tentam vitória alcançar!

A batalha recrudescer,  
A manhã desaparece  
E a luta não vai parar  
Há agonizantes gemidos  
E os colonos atrevidos,  
Querem por força avançar!

Dentro da selva, o bamido  
Tétrico, cavo, incontido  
Com o tigre a sangrar,  
Ecoa pelas quebradas!  
- é a tribo nas arrojadas  
Investidas pra ganhar.

Os colonos estão fortes,  
Espingardas, clavinotes  
Não querem mais fogo dar.  
Os nativos são malvados  
Mais de duzentos contados  
Não desejam recuar...

As armas não dão mais fogo,  
Os bravos nativos, logo  
No corpo a corpo vão entrar,

É perigoso o momento,  
E mais feros e violento  
O combate vai ficar

Gonçalves a derrota sente  
Num gesto, incontinente  
Ordena: mãos ao facão  
Tenta mais uma avançada  
E a batalha renovada  
Muda logo a condição.

É nesse solene instante  
Que Gonçalves, comandante  
Roga com fervente ardor  
- vanei-me Nossa Senhora  
Dai-me a vitória nessa hora  
E erguei em vosso louvor  
Uma capela na terra  
Que a vossa grandeza encerra  
Vossa glória e devoção  
E a batalha já perdida  
Foi por milagre vencida  
Mercê Alta proteção!

(Bruno Bacelar de Oliveira, 1977)

## ANEXO III

(Fotos)

### Fabrico de Panelas



Fotos: Afonso Silvestre, 2010



Fotos: Afonso Silvestre, 2010



Fotos: Afonso Silvestre, 2010



Fotos: Renata Ferreira de Oliveira, 2009

## Arte indígena



Foto: Dôra Araujo. 2010



Foto: Dôra Araujo 2010

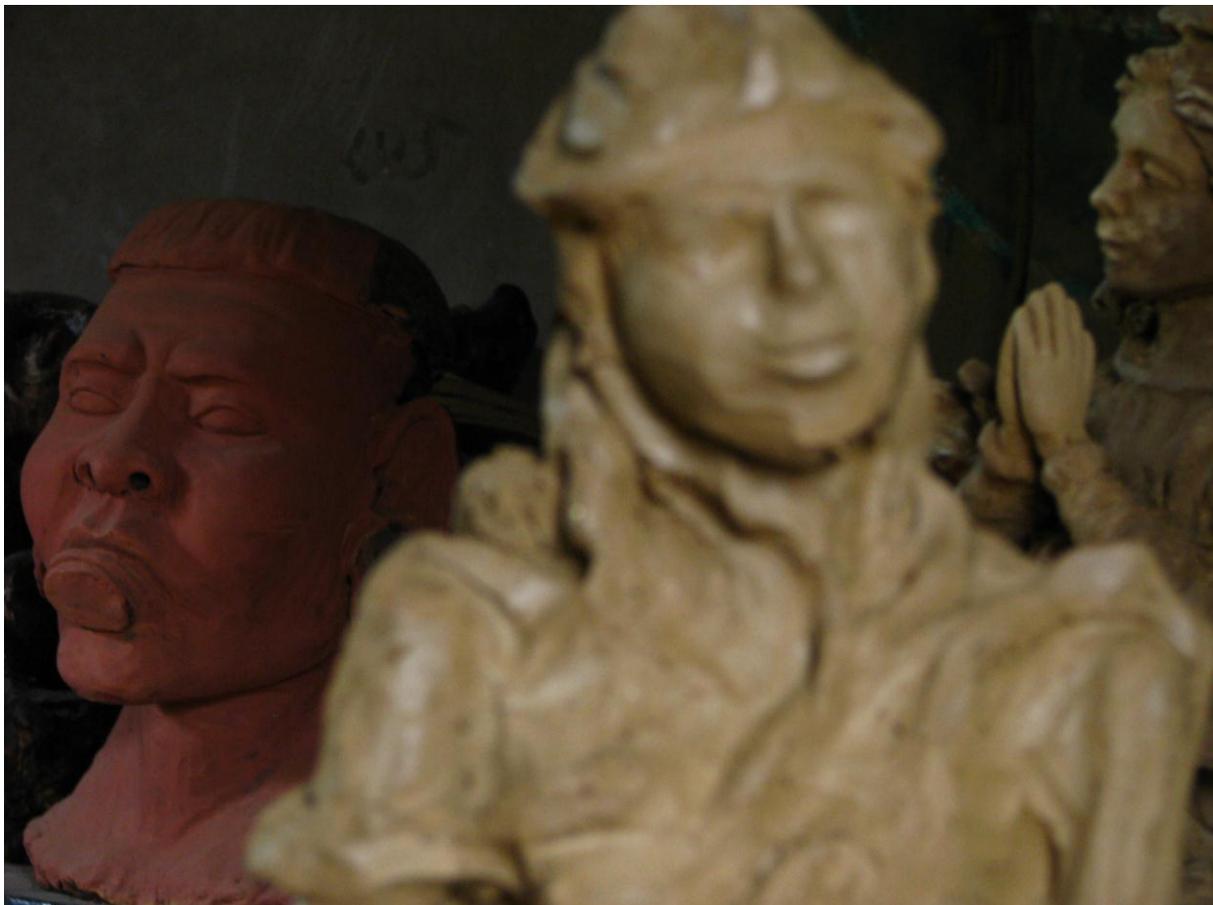


Foto: Dôra Araujo, 2010

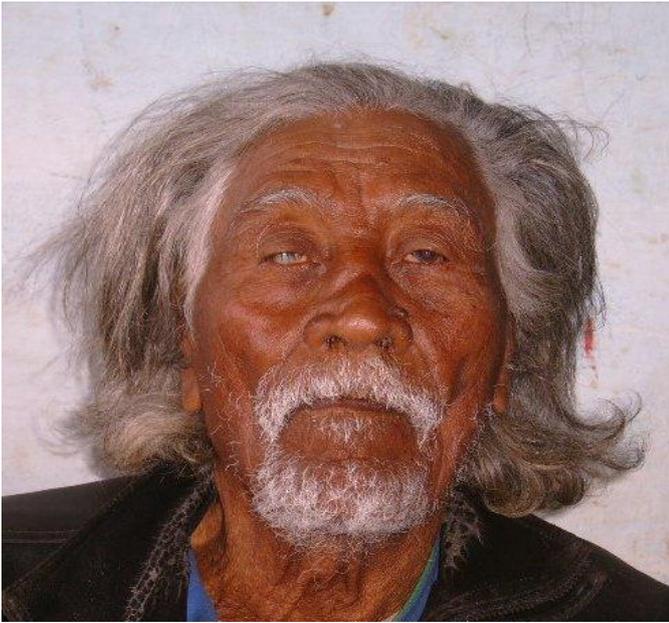


Foto: Renata Ferreira de Oliveira. 2009

## Batalha



Fotos: Renata Ferreira de Oliveira, 2009



Seu Caçula



Hormínio (Japonês)



Dona Sinhá



Juscelina

Fotos: Renata Ferreira de Oliveira, 2009

## ANEXO IV

### Gravuras

#### Etnias indígenas do Planalto da Conquista



Índios Mongoyó

Fonte; Príncipe Maximiliano de Wied, Neuwied. (Viagem ao Brasil. Excertos e Ilustrações)



Índios Botocudos

Fonte: Príncipe Maximiliano de Wied, Neuwied. (Viagem ao Brasil. Excertos e Ilustrações)



Índio Pataxó

Fonte; Príncipe Maximiliano de Wied, Neuwied. (Viagem ao Brasil. Excertos e Ilustrações)